

Soronda
Revista de Estudos Guineenses

Dezembro 2000

Número Especial
7 de Junho



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Soronda
Revista de Estudos Guineenses

Número Especial
7 de Junho



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Dezembro 2000

ÍNDICE

• Editorial	5
• A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra? <i>Caterina Gomes Viegas e Fafali Koudawo</i>	11
• Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau <i>Tcherno Djaló</i>	25
• Democracy: legitimate warfare in Guinea-Bissau <i>Roy van der Drift</i>	37
• O conflito político-militar de 7 de Junho: a crise de legitimação <i>Fodé Abulai Mané</i>	67
• Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau <i>Carlos Cardoso</i>	87
• Uma leitura do conflito guineense <i>Mamadú Jao</i>	105
• A tragédia de Junho de 1998. Factos e comentários <i>Leonardo Cardoso</i>	125
• La guerre des mandjuas. Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises <i>Fafali Koudawo</i>	153
• O impacto do levantamento político-militar na Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós <i>Justino Biai</i>	175
• O impacto do conflito político-militar sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa <i>Samba Sané</i>	203
• La guerre en son contexte: histoire d'une erreur politique <i>Gérald Gaillard</i>	221
• Notas de leitura A guerra desenhada <i>Fafali Koudawo</i>	285

OS AUTORES

Caterina Gomes Viegas

Licenciada em História pela Universidade Estatal de Rostov-sobre-Don (Rússia) e investigadora permanente do INEP.

Fafali Koudawo

Doutorado em Ciências Políticas pelo Institut des Hautes Etudes Internationales de Genebra (Suíça) e director de pesquisa do INEP.

Tcherno Djaló

Doutorado em Ciências Políticas pela Universidade de Genebra (Suíça). É presidente da comissão instaladora da Universidade Amílcar Cabral em Bissau, professor associado na Universidade Lusófona de Lisboa e investigador permanente do INEP.

Roy van der Drift

Doutorado em Antropologia pela Universidade de Leyde (Holanda), é actualmente investigador permanente do INEP.

Fodé Abulai Mané

Mestrado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, é actualmente investigador permanente do INEP e assistente da Faculdade de Direito de Bissau.

Carlos Cardoso

Doutorado em Filosofia, investigador do INEP e, actualmente, investigador visitante do Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e professor na Universidade Lusófona, em Lisboa.

Mamadú Jao

Mestrado em Antropologia do pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa, antigo coordenador do Centro do Estudos de História Contemporânea e actual Director do INEP.

Leonardo Cardoso

Historiador, coordenador do Centro de Estudos de História e Antropologia do INEP.

Justino Biai

Doutorado em Agroecologia pela Universidade de Leipzig (Alemanha), é coordenador do Centro de Estudos Ambientais e Tecnologia Apropriada do INEP e coordenador da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós.

Samba Sané

Pós-graduado em Administração Estratégica pela Universidade Regional do Noroeste do Estado de Rio Grande do Sul (Brasil) e actual coordenador do Departamento de Administração, Finanças e Património do INEP.

Gérald Gaillard

Maître de conférence em Antropologia na Universidade de Lille 1, é autor de diversos trabalhos sobre as sociedades bialfada da Guiné-Conakry e da Guiné-Bissau.

EDITORIAL

O INEP é uma das instituições que mais sofreram o impacto da guerra de 7 de Junho. Não é trata de algo ainda por demonstrar, pois é a conclusão a que chegam todos aqueles que conheciam o Instituto antes do conflito e não o reconheceram aquando de uma visita feita no período da guerra ou pouco depois do fim das hostilidades. Se subsistissem algumas dúvidas a este respeito, o balanço pormenorizado apresentado num dos artigos do presente volume deveria dissipá-las.

O INEP é também uma das instituições que mais rapidamente souberam recuperar do desastre causado pelo conflito. É uma realidade ainda pouco conhecida, e que merece um realce particular. Aqueles que viram o estado lastimável em que se encontravam as instalações em Março de 1999, quando o INEP foi totalmente evacuado pelas tropas estrangeiras que durante nove meses o tinham transformado em quartel, e que voltaram a vê-lo em Março de 2000 aquando da reabertura oficial do Instituto apenas parcialmente reabilitado, manifestaram uma profunda admiração perante tão célere reconstrução.

De facto, a reabilitação foi tão rápida que os visitantes pouco informados sobre a envergadura dos danos ocorridos no Instituto durante o período da guerra têm alguma dificuldade em imaginar a calamidade sofrida, e o caminho percorrido em tão pouco tempo para superá-la. A sua surpresa por vezes confina com uma incre-

dulidade tão evidente e tenaz que os funcionários do INEP têm de mostrar provas remanescentes da catástrofe. Por ter rapidamente recuperado da destruição, o Instituto está doravante colocado na situação de uma vítima que tem de exibir cicatrizes cada vez mais escassas de graves ferimentos sofridos num passado recente. Longe de constituir uma fraqueza, esta situação pouco vulgar no actual contexto nacional pode ser encarada como um trunfo. A publicação deste número especial de *Soronda* marca um novo passo na normalização das actividades do Instituto que pode, sem hipérbole, ser assimilada a uma ressurreição.

Na verdade, nunca, em mais de catorze anos de existência, a revista *Soronda* justificou tão dramaticamente o seu nome. *Soronda*, palavra crioula que significa germinar, rebentar, desabrochar, crescer, foi escolhida pela equipa pioneira do Instituto para simbolizar a eclosão cultural e científica da qual a revista deve ser o vector. Entre o primeiro número aparecido ao público em Janeiro de 1986 e o presente número especial pós-guerra civil, muitas chuvas propícias ao desabrochamento regaram a Guiné-Bissau, algumas secas tórridas fizeram murchar rebentos científicos cheios de promessas, muita tinta correu tal uma seiva vivificante nas linhas, ousamos dizer, nas veias da revista, muitos engenhos de fogo estiveram a ponto de queimar o INEP e secar a seiva indispensável a toda germinação. Felizmente, *Soronda* continuou viva, cresceu e gerou novos rebentos, desenvolvendo a sua ramagem portadora de publicações que são tantas quantas as faixas da bandeira do INEP. Em 1995 a bandeira já tinha vinte faixas multicolores, pois a cada número da revista correspondia uma nova cor de capa. Julgou-se então que era preciso iniciar uma nova série.

O primeiro número desta nova ramagem de *Soronda* saiu ao convívio do público em 1998. Este novo ciclo de desabrochamento foi interrompido pela guerra. No tumulto do rebentamento das bombas, os rebentos de *Soronda* pararam de eclodir. *Silêncio! Aí vêm os senhores da guerra; a sua cultura de guerra não é amiga da*

Cultura... Apesar deste silêncio editorial imposto pela guerra, o combate pela cultura continuou. Ele passou pela mobilização da comunidade dos cientistas para a defesa do INEP enquanto património científico-cultural. Ele evidenciou-se pela reconfortante e multiforme solidariedade expressa de todos os quadrantes do mundo académico. Ele materializou-se, depois da guerra, através de ajudas de toda a espécie para a reabilitação do Instituto. Ele manifestou-se ainda pelos esforços que consentiram vários autores para que a *Soronda* voltasse a desabrochar com o presente número especial, que se fixou por missão dar a entender melhor a guerra que tanto fez sofrer todos os guineenses, e que fez periclitara a própria existência do INEP.

Para levar a cabo esta primeira tentativa de desvendar a trama da guerra, impunha-se uma abordagem pluridisciplinar. Superando o receio de inevitáveis repetições, e reconhecendo às análises contraditórias um valor de enriquecimento heurístico, foi feita a escolha de não fazer nenhuma escolha constrangedora de temas, mas deixar cada estudioso dar a ler aquilo que, de momento, tem de melhor para contribuir para um melhor conhecimento do 7 de Junho. Esta opção revelou-se feliz, pois o seu resultado, a seguir apresentado, é um leque muito extenso de contribuições sobre os mais variados aspectos da crise. O largo espectro da luz assim focalizada sobre a guerra tem três grandes faixas: a procura das origens remotas e imediatas do 7 de Junho, o debate sobre os aspectos internos e externos do desenrolar de onze meses de conflito, e o impacto multiforme das hostilidades. Mais especificamente:

- *A crise no PAIGC: um prelúdio à guerra?* (Caterina Gomes Viegas e Fafali Koudawo) apresenta os meandros da guerra intestina no PAIGC até ao eclodir do conflito armado;

- *Lições e legitimidade dos conflitos políticos na Guiné-Bissau* (Tcherno Djaló) analisa os mecanismos de passagem da racionalidade individual à acção colectiva nos conflitos guineenses;

- *O conflito político-militar de 7 de Junho* (Fodé Abulai Mané) examina os aspectos jurídico-doutrinários do debate sobre a legitimidade que marcou diferentes fases da crise;

- *Democracy : legitimate warfare in Guinea-Bissau* (Roy van der Drift) prospecta os tentáculos internacionais do conflito e da democracia referidos pelos seus actores;

- *Compreendendo a crise de 7 de Junho na Guiné-Bissau* (Carlos Cardoso) coloca o enfoque sobre as causas do conflito, destacando a erosão do Estado e a consequente deterioração das condições de governabilidade;

- *Uma leitura do conflito guineense* (Mamadú Jao) apresenta várias dimensões da crise sócio-económica nas vésperas do conflito e analisa o comportamento da população em diferentes fases das hostilidades;

- *A tragédia de Junho 1998. Factos e comentários* (Leonardo Cardoso) escruta o papel de dirigentes políticos e actores estrangeiros no alastramento da guerra;

- *La guerre des mandjua* (Fafali Koudawo) dissecou a crise de governação, agravada pela implosão do sistema de resolução informal de conflitos no microcosmo dos pares da elite dirigente;

- *O impacto do conflito na Reserva de Biosfera do Arquipélago de Bolama-Bijagós* (Justino Biai) dá a conhecer as consequências ambientais da tragédia humana acarretada pelas hostilidades;

- *O impacto do conflito político-militar sobre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa* (Samba Sané) expõe a envergadura do prejuízo científico e cultural sofrido pelo país através do martírio do INEP;

- *La guerre en son contexte: histoire d'une erreur politique* (Gérald Gaillard) recorda os episódios da guerra, e situa a intervenção dos actores no contexto sub-regional.

Apesar desta larga cobertura temática, há uma importantíssima questão que não foi abordada neste número de *Soronda*, e que merece ser levantada para que ela seja objecto de mais investigação

no futuro. Trata-se do enigma que envolve os responsáveis guineenses pela ocupação e destruição do INEP. Afinal quem deu a autorização, quiçá a ordem, de transformar o INEP em quartel? Quem, e na base de quais critérios, julgou que o complexo Escolar 14 de Novembro, que abrigava, nomeadamente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, a Faculdade de Direito, o Instituto Nacional de Educação Física e Desportos, a Escola de Formação de Professores 17 de Fevereiro, o Museu Etnográfico, podia ser ocupado por destacamentos de tropas estrangeiras projectadas em Bissau em Junho de 1998? Quem permitiu às tropas senegalesas instalar-se neste âmago guineense da ciência e da cultura, transformando-o na sua maior retaguarda a menos de um quilómetro da principal de linha de combate? Porque foram enviadas tropas para guardar os bancos e não se tomou nenhuma providência para proteger o património científico e cultural em perigo no Complexo 14 de Novembro? Será a ignorância a principal causa? Uma malvada propensão obscurantista teria sido o maquiavélico móbil deste crime contra a ciência e a cultura? O desprezo pela intelectualidade ostentado pelos detentores do poder político e económico ao longo dos anos anteriores à guerra teria sido tão sublime como para tornar possível a decisão criminosa ou imponderada de instalar tropas de intervenção nos centros de pesquisa, formação e conservação do património histórico-cultural?

Estas e muitas outras questões merecem uma atenção futura dos investigadores para se pôr a nu as raízes do mal que destruiu a Guiné-Bissau e levou à transformação de salas de aulas em dormitórios de caserna, anfiteatros em paíóis, bibliotecas em abrigos militares, revistas, livros e carteiras em combustíveis para preparar as refeições de soldados...

FAFALI KOUAWO

Bissau, Novembro de 2000

A CRISE NO PAIGC: UM PRELÚDIO À GUERRA?

*Caterina Gomes Viegas
Fafali Koudawo*

Quando começou a crise que levou o PAIGC à beira da explosão e a Guiné-Bissau à guerra? Antes da morte de Amílcar Cabral? Nos anos do mandato do presidente Luiz Cabral, com a agudização da contradição entre cabo-verdianos e guineenses no que diz respeito ao projecto de Estado binacional? Em 1980 com o golpe de Estado de 14 de Novembro dito Movimento Reajustador? Em 1983 com o início do abandono da linha revolucionária e estatizante, e o deslize para a economia de mercado? Em 1986 com a chamada tentativa de golpe de Estado, o famoso Caso 17 de Outubro? Em 1991 com o fim do estatuto de partido único na sequência da queda do artigo 4º da Constituição de 1984? O certo é que cada uma destas datas marca uma importante etapa na carreira do PAIGC com os seus altos e baixos.

A partir de 1980 o PAIGC entra numa fase marcada pela personalidade de Nino Vieira, e a longa permanência deste dirigente à testa do partido acabou com uma guerra civil iniciada pelo levantamento de 7 de Junho de 1998. E se estes dezoito anos de predominância de Nino Vieira fossem um processo de crise política crescente que deflagrou no conflito militar? Se assim fosse, a guerra de palavras no VI congresso do partido, em Maio

de 1998, teria sido o prelúdio da guerra civil? O presente artigo não pretende responder a tão grave questão. O seu propósito é apenas colocar em relevo alguns elementos que possam contribuir para a reflexão sobre este importante acontecimento imediatamente anterior ao eclodir da guerra.

As trincheiras de uma longa guerra intestina

1991 foi um marco importante no processo da crise do PAIGC. Foi o ano do II congresso extraordinário, marcado pela saída de um grande número de quadros, em grande número *burmedjus*¹. Aproveitando-se da polémica sobre as estratégias a adoptar face à exigência de democratização no seio do partido, uma ala deste conseguiu eliminar um grande número de quadros dos mais conceituados. O facto deles serem em grande parte *burmedjus* teria sido uma mera coincidência ou um facto premeditado? A questão é pertinente pois o problema da divisão entre *burmedju* e *pretu-nok* tornou-se um debate persistente ao longo de todo o período que antecedeu a guerra.² Assim, em 1994 o governo formado pelo secretário nacional, Manuel Saturnino Costa, foi acusado de ser um elenco *pretu-nok*. Esta acusação não veio apenas do PAIGC, cujos elementos *burmedju* sentiram-se marginalizados, mas também da sociedade em geral. No debate nacional que se instaurou nesta altura, o dirigente de oposição Nado Mandinga chegou a perguntar se a Guiné-Bissau vivia num perío-

¹ O termo *burmedju* é utilizado para designar os mestiços de ascendência quer guineense quer cabo-verdiana.

² *Pretu-nok* é uma expressão que designa as pessoas consideradas de pura ascendência guineense. O *pretu-nok*, literalmente “escuro-profundo”, seria o africano guineense cem por cento. Ele opõe-se ao mestiço, produto de uma mistura com elementos estrangeiros. O debate *pretu-nok* versus *burmedju* é um tema recorrente no passado recente do país. Ele voltou à ribalta com a liberalização política, marcada por várias tentativas de instrumentalização das pertenças étnico-raciais.

do de triunfo do etnonegrismo. Depois de uma referência aos factores que, segundo ele, caracterizam a crise global da sociedade, e depois de um realce dado à ideologia enquanto factor determinante desta crise, adiantou :

"...Quanto a nós, dentre estes factores, a ordem ideológica oficial é determinante, tendo em conta que voluntariamente fascina: os intelectuais, políticos, artistas, charlatães, e, mais desastrosa ainda, a irrefutável capacidade mobilizadora desta ordem ideológica junto às massas populares. Baseada em evidências, aparentemente não questionáveis, de natureza racial e de forte emoção psicossocial, pretende restaurar uma hierarquia social através da utilização das capacidades humanas por confiança política, por identificação étnica, por identificação cultural e nunca pela competência, aliás deixando esta de ter qualquer valor social.

*A vacuidade que caracteriza esta ordem ideológica apresenta-se como a antecâmara do carreirismo medíocre e subserviente, por vezes associado a um falso independentismo político... Uma vez morto o profissionalismo e enterrado o seu valor social, abre-se, desta feita, o caminho à instrumentalização da luta das massas populares, impondo-lhes modelos de organização social e de poder político hierarquizados em falsa etnicidade..."*³

Em 1998, na véspera do VI congresso do PAIGC, Fernando Delfim da Silva, ministro e próximo do presidente Nino Vieira, que já chegou a qualificar o governo de Manuel Saturnino Costa de sectário, referiu-se abundantemente a esta questão como um dos factores de bloqueio no partido. Avaliando, enquanto *burmedju*, as suas hipóteses de sucesso na corrida ao cargo de secretário nacional do PAIGC, ele dizia:

"... do ponto de vista simbólico e da mentalidade predominante no seio do partido e quiçá de uma parte da sociedade, é, sem dúvida, uma desvantagem política para mim se concorrer ao cargo de secretário nacional do PAIGC, tendo em conta a manipulação anti-mestiça, aliás, mais agressiva da parte de algumas pessoas que até têm muito mestiço na sua vida e na vida dos seus, tanto na sua linha ascendente, quer na sua árvore genealógica em geral, e mais concretamente na sua família actual,

³ "Etnonegrismo venceu?" *Diário da Guiné-Bissau*, nº 37, 17.12.1994, p. 10.

seja na mulher, seja no marido, seja nos filhos. Mas estando profundamente convencido da falsidade e cinismo desses posicionamentos, eu tenho de continuar a luta, aceitando todos os riscos, mas com firme convicção de que a dedicação ao país é muito mais importante do que a cor da pele ou o "estatuto étnico" dos nossos pais e avós. Também trago comigo uma outra desvantagem, desta vez nada simbólica: é a minha incapacidade para disfarçadamente fazer tribalismo, como entre nós se faz, fingindo que não se faz – pois eu não posso tecer redes de solidariedade assentes na pertença étnica para alimentar as minhas hipotéticas ambições políticas de poder"⁴.

Para além desta lancinante questão, que marcou a evolução do PAIGC desde o período da Luta de Libertação Nacional, mas ganhou mais força nos anos 90, a oposição entre personalidades foi um elemento-chave do aprofundamento da crise nos anos 1994-1998.

Na sequência das eleições pluralistas vencidas pelo PAIGC, este dividiu-se profundamente na altura da escolha do primeiro-ministro e da formação do primeiro governo de legislatura. O carácter sério desta crise foi evidenciado pelo recurso à votação do Conselho Nacional do partido para a escolha do chefe do governo. O secretário nacional do partido, Manuel Saturnino Costa, saiu vencedor deste confronto genuinamente inédito, derrotando Carlos Correia, o favorito do presidente da República, Nino Vieira. Este episódio, que para alguns era um aprofundamento da democracia interna do PAIGC, foi considerado por outros como uma prova de profunda divisão e incapacidade de construir consensos. A este respeito, referindo-se à inédita votação, Delfim da Silva chamou-a de "derrube democrático"⁵.

O governo que se seguiu a esta confrontação ficou marcado pelas sequelas do chamado derrube democrático e entrou em rota de colisão com o presidente da República. O seu desempenho padeceu do bicefalismo de facto que se instaurou no poder execu-

⁴ F. Delfim da Silva, *Um olhar sobre o PAIGC*, Bissau, Maio de 1998, pp. 18-19.

⁵ *Idem*, p. 34.

tivo, atrapalhado entre um presidente céptico sobre as capacidades reais do elenco governativo, e um primeiro-ministro desconfiado quanto às verdadeiras intenções do presidente. Esta situação caricata cujos protagonistas pertencem ao mesmo partido foi resumida por uma sentença em crioulo doravante célebre do primeiro-ministro que, ao fazer um balanço provisório da sua acção governativa, afirmou: "*Barku sta na bon kaminhu; maron ku na kansal*", o que significava que o barco que ele dirigia estava no bom rumo, mas tinha dificuldades com ondas adversas. A mensagem sibilina foi reveladora de um profundo mal-estar a nível do poder executivo, pois designava o presidente como um sedicioso, desprovido do sentido do bem público, que actuava como provocador oculto de ondas adversas contra o governo.

Este reflexo da crise interna do PAIGC sobre o bom funcionamento do aparelho de Estado revela a gravidade das dissensões entre personalidades de proa do partido. A brutal demissão do governo de Manuel Saturnino da Costa em Maio de 1997 pelo presidente foi acompanhada de uma viva tensão que fez temer o pior para o país, sobretudo quando, justificando o balanço da sua governação, o primeiro-ministro chegou a concluir com ameaças apenas disfarçadas: "*Quero exprimir a minha vontade e determinação em continuar a servir com lealdade o supremo interesse do povo e lutar contra todas as formas de humilhação e desgaste da minha imagem de combatente da liberdade da pátria.*"⁶

O conteúdo e o tom do posicionamento indicavam claramente que a contenda já não era apenas política ou institucional; ela revestira-se também da inquietante coloração de um choque entre combatentes melindrosos. Como o realçou um artigo no jornal *Diário de Bissau*:

"Será inevitável o confronto entre Nino Vieira e a dupla Saturnino/Bacai Sanhá, porque a má imagem do governo e o estado caótico do PAIGC requerem uma definição clara de quem é quem no PAIGC. As

⁶ "A carta que Helder Proença escreveu a Nino Vieira e o coronel Manuel Saturnino assinou", in *Diário de Bissau*, nº 61, 23.5.1997, p. 3.

sucessivas manobras do partido no poder têm conduzido ao adiamento de uma solução política capaz de salvar o país do caminho errante percorrido nas últimas duas décadas.”⁷

Os episódios que se seguiram evidenciaram cada vez maior gradação na desconfiança e hostilidade no seio do partido no poder. Referindo-se a esta tensão nas vésperas do VI congresso, Fernando Delfim da Silva, em pré-campanha para o posto de secretário nacional do PAIGC, afirmou que:

“...será um congresso feito de ódios, de ajustes de contas e de ‘histórias’ do nosso passado histórico glorioso e da reivindicação de glórias pessoais, vinte e quatro anos após o fim da Luta de Libertação Nacional. Portanto, como pode imaginar, há riscos de derrapagem do congresso que me preocupam....”⁸

As alas estruturadas à volta dos dois protagonistas desta querela no seio da chamada família do PAIGC ganharam cada vez mais força na sua oposição, pois à sombra dos dois chefes de fila actuavam jovens que tudo opunha nas suas ambições políticas doravante postas às claras: *“VI congresso dupla Carlos Gomes e Delfim da Silva vai enfrentar a ala do Manuel Saturnino”* revelou uma manchete no *Diário de Bissau* em 25 de Junho de 1997; *“Não queremos um PAIGC de bandidos e mercenários”* replicou, contundente, Manuel Saturnino Costa no mesmo jornal, no dia seguinte.

Foram estes dois campos assim firmemente opostos que chegaram ao VI congresso do PAIGC com a inabalável vontade de levar até às últimas consequências a lógica do seu confronto. A configuração de forças e a vontade de afirmação de jovens ambições políticas na esteira da velha guarda do PAIGC assim publicamente manifestada é também o reflexo da reacção a um fenómeno que Delfim da Silva chamou de envelhecimento do partido que, segundo o seu diagnóstico pré-congresso, apresentava:

⁷ *Diário de Bissau*, nº 60, 22.5.1997, p. 13.

⁸ “Fernando Delfim da Silva: há riscos de derrapagem do congresso”, in *Banobero*, nº 47, 10.2.1998, p. 7.

*“Um quadro, portanto, envelhecido e fechado, com muito pouca mobilidade. A sensação que as pessoas têm de que somos sempre os mesmos, sempre os mesmos actores, quanto a mim tem algum fundamento. Hoje, é muito difícil de encontrar um dirigente da JAAC, da UDEMU⁹ ou do partido com menos de 40 anos de idade, enquanto que em 1974, a maioria dos dirigentes não tinha completado ainda essa idade. Quem pode sinceramente deixar de reconhecer a necessidade objectiva de renovação para o bem do partido? Se levarmos em conta a estrutura etária da nossa sociedade, o peso quantitativo e qualitativo de pessoas que nasceram ou depois da independência, ou durante a Luta de Libertação Nacional, mas cuja formação assenta noutras realidades, fácil se torna constatar que o PAIGC precisa de uma profunda reforma interna, precisa de outros modelos, precisa de uma outra mentalidade na sua política de formação, de organização e sobretudo na sua política de crescimento”.*¹⁰

Em suma, a crise não opunha apenas personalidades, mas grupos que tinham interesses específicos que se consolidaram ao longo dos anos 90, marcados por uma liberalização económica mal conduzida. Foram estes grupos de interesse que na fase preparatória do congresso entraram em choque com acusações recíprocas de manipulações de fraudes na selecção dos delegados, o que levou a vários adiamentos tidos por Manuel Saturnino Costa como causas de uma situação de flagrante ilegalidade:

*“.... Posso lhe dizer que não foi bom para nós, enquanto partido, ter de aceitar adiamentos sucessivos do congresso. Isto porque estamos numa situação de absoluta irregularidade, quer à luz dos estatutos do PAIGC, quer em relação à lei-quadro dos partidos políticos.... por isso julgo que o congresso deveria ser realizado antes do final do ano transacto, mas paciência. É preciso compreender que, com os sucessivos adiamentos, estamos a criar uma situação de ilegalidade...”*¹¹

⁹ A Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e a União Democrática de Mulheres (UDEMU) são dois movimentos satélites do PAIGC, especializados respectivamente na mobilização dos jovens e das mulheres. Foram os viveiros de dirigentes do partido nos anos 1970-90.

¹⁰ F. Delfim da Silva, *idem*, p. 13.

¹¹ Banobero, n.º 47, 10.2.98, p. 6.

Desta ilegalidade, o campo de Nino Vieira presidente do partido não podia aceitar a responsabilidade. Rematando por sua vez, Fernando Delfim da Silva, candidato virtual ao posto de secretário nacional, instruiu um processo de intenção, senão de intenção, à ala adversa:

*"O que agora 'mexe' é provocado não por uma vontade amorosa de defender o cumprimento dos estatutos, nem sequer deriva de uma consciência jurídico-partidária apurada. Nada disso. É uma impaciência muito particular com base em alguma tensão, digo tensão interna e não crise... Sim impaciência com motivações diversas. Eu sou daqueles que por escrito e verbalmente (há anos a esta parte) têm defendido junto do Conselho de Jurisdição Nacional um maior cumprimento dos estatutos... Hoje, é verdade que na nossa agenda partidária maior relevo ganha a realização do congresso tendo em atenção a agenda política nacional... Esta argumentação é forte, oportuna, não facciosa, isto é não está ao serviço de estratégias políticas particulares ou individuais. Mas certamente nem todos os que se batem pelo congresso pensam nestes termos."*¹²

Foi depois desta troca de acusações entre as duas alas decididamente preparadas para o confronto que afinal se realizou, num ambiente de alta tensão, o tão falado, tão esperado e muito adiado VI congresso do PAIGC.

O palco de uma guerra de palavras

O desenrolar do congresso foi o ponto culminante da crise interna que se alastrava desde 1994; o desperdício de uma oportunidade de relançar o partido no poder num rumo que poderia reajustar a própria caminhada do país; a confirmação de um impasse político que não foi estranho ao eclodir da guerra.

O modo escolhido para conduzir os debates agudizou o confronto entre as alas desavindas. O relatório do presidente do partido colocou os seus opositores numa posição defensiva que

¹² *Idem*, p. 7.

fechou a porta a um diálogo construtivo. A troca de acusações e de justificações deixou inteiros os desentendimentos, levando-os à beira de uma explosão. Uma vez colocada em posição defensiva, a ala de Manuel Saturnino Costa, secretário nacional cessante, aliada a Malam Bacai Sanhá, presidente da Assembleia Nacional, não conseguiu ter a margem de manobra suficiente para levar a cabo o seu desígnio de derrubar o presidente do partido. O choque de posições levou ao arrastamento do congresso, que se prolongou mais cinco dias em relação ao seu calendário inicial. Este prolongamento e o sigilo total que envolveu o desenrolar das actividades não só mostraram a dificuldade de desanuviar a situação de tensão acumulada durante vários anos, como também levaram a população a várias conjecturas inquietas sobre o desfecho dos debates.

Na realidade, apesar dos prolongados debates, os verdadeiros problemas não parecem ter sido abordados. O que predominou foi o choque entre personalidades, fossem elas da chamada velha guarda ou dos jovens em busca de lugares à medida das suas ambições políticas. O rejuvenescimento do aparelho do partido fez-se na base de uma cooptação massiva de elementos fiéis ao presidente para os órgãos directivos. A severa derrota infligida à ala do secretário nacional cessante teve por corolário o controle efectivo do partido pela ala do presidente. Esta batalha pela supremacia interna não deixou lugar para a evocação de questões realmente candentes na altura. Assim, os delicados problemas nas Forças Armadas que estavam a gerar inquietação desde a crise aberta pela suspensão do Chefe do Estado-Maior, acusado de negligência no caso do tráfico de armas para os independentistas de Casamance, não foram abordados apesar das sólidas passarelas que existiam entre o partido e as Forças Armadas. Por conseguinte, ficou escamoteado o mal-estar na classe castrense, que nas vésperas do congresso era evocado nos seguintes termos:

“Apesar de mais de vinte anos passados desde o fim da guerra de libertação, nota-se uma certa paragem numa geração, talvez involun-

*tariamente, em detrimento da geração mais recente. Esse envelhecimento em termos de representação geracional pode quebrar a solidariedade inter-gerações e pôr em causa a dinâmica evolutiva interna do PAIGC. O que está a acontecer, por exemplo, no corpo superior das nossas forças armadas, é sintomático desse mal-estar de geração, de ambos os lados! Ou seja: dizer que a velha guarda não serve é evidentemente um exagero e um erro político que não deve ser permitido à ninguém. Mas tentar passar a ideia de que todos os jovens "ditos"¹³ oficiais, só porque não apresentam um grande currículo militar na Luta de Libertação Nacional, não prestam para nada, é também um erro político, intelectual e técnico mais grave ainda. Porque esses jovens oficiais podem, é certo, ter menos passado que os mais velhos, mas têm seguramente muito mais futuro que os respeitáveis combatentes mais velhos. E o país deve caminhar para o futuro e não para o passado. Sem quebrar o contacto entre as gerações do PAIGC."*¹⁴

Mais do que quaisquer suposições sobre a ligação entre o mal estar nas Forças Armadas e a crise no PAIGC, este trecho mostra que, mesmo no seio do próprio PAIGC, a crise militar era vista como intimamente ligada à tensa situação política que prevalecia. Se não é de estranhar a existência desta ligação em virtude do passado da Luta de Libertação, ao longo da qual as Forças Armadas Revolucionárias do Povo foram o braço armado do partido, a sua evocação nos termos acima citados não deixa de surpreender, sete anos depois da desvinculação oficial entre o PAIGC e as FARP, consagrada pela queda do artigo 4º da Constituição. Esta amálgama deliberadamente feita entre os assuntos do partido e a crise nas Forças Armadas é muito esclarecedora. Ela elucida não só a interdependência das crises, mas sobretudo o papel positivo que o VI congresso do PAIGC poderia ter desempenhado para promover uma solução atempada da crise militar. É por não ter feito isso e ter colocado a ênfase no ajuste de contas políticas

¹³ Trata-se de uma referência à *Carta dos Combatentes da Liberdade da Pátria*, que mencionava oito jovens oficiais próximos do presidente Nino Vieira referindo-se a cada um deles com um depreciativo "dito tenente-coronel...". Cf. *Diário de Bissau*, nº 137, 8.4.1998, pp. 3-5.

¹⁴ F. Delfim da Silva, *idem*, p. 32.

que este congresso encerrou-se com soluções pouco credíveis que deram a impressão de desembocar num impasse.

O impasse na véspera de uma guerra civil

O desfecho do congresso foi criticado tanto pelos vencidos no PAIGC como pelos responsáveis de partidos de oposição que, de maneira convergente, interpretaram o desenrolar deste evento político como o prelúdio de algo mais grave. Assim, para o presidente da Resistência da Guiné-Bissau:

*"O congresso do PAIGC foi um retrocesso tanto a nível ideológico como a nível da geração mais nova. O congresso decorreu de forma anti-democrática, com um candidato único que presidiu a mesa do congresso e levou consigo numerosos convidados com direito a voto. O candidato foi eleito por aclamação, quando devia ser eleito por voto secreto e, mesmo assim, houve pessoas que votaram contra... O regime de Nino Vieira está fortemente voltado para a ditadura."*¹⁵

Para o Secretário Nacional da União para a Mudança:

"O VI congresso do PAIGC foi um regresso ao passado estalinista do partido da luta, pela metodologia antidemocrática, porquanto não permitiu a expressão de outras vontades políticas, de outros projectos, de outras candidaturas aos órgãos do partido da luta. Utilizou-se na escolha dos seus órgãos dirigentes o absolutismo dos poderes adquiridos pelo seu líder. A nomenclatura adoptada para os órgãos do partido só é utilizada nas democracias liberais por partidos comunistas. Por outro lado, houve a utilização indevida e criminosa dos bens do Estado na organização da grande missa Cabista.¹⁶ Tratando-se da formação política que tem a responsabilidade da governação do País, estes factos não podem deixar de constituir dor de cabeça para todos os democratas. É uma séria ameaça ao processo democrático em curso no país. Se desde o golpe de Estado do 14 de Novembro de 1980, o grande projecto

¹⁵ Banobero, nº 53, 22.5.1998, p. 12.

¹⁶ Cabi ou Kabi é o nome de guerra de Nino Vieira durante a Luta de Libertação Nacional. Quando utilizado pelos seus admiradores, este nome tem uma conotação afectiva que está longe da que tem aqui o neologismo utilizado pelo secretário nacional da União para a Mudança.

político partidário de Nino Vieira, na sua qualidade de conquistador do PAIGC, foi de, desesperadamente, usurpar a liderança moral do PAIGC de Amílcar Cabral, com este congresso ficou claro que doravante só o Cabismo é que ordena e que o PAIGC se transformou numa Catedral sem fiéis.”¹⁷

Será que esta inquietação generalizada e o sentimento de o país estar num impasse político contribuíram para acelerar a eclosão da violência militar? Será que o triunfo de Nino Vieira no congresso e a humilhação infligida aos seus opositores aumentaram a impressão de cerco sentida pelos seus adversários e empurraram-nos a uma reacção violenta? Será que o triunfo da linha presidencialista que restabeleceu uma pesada supremacia do presidente sobre o seu partido e fez perspectivar a mesma evolução para toda a esfera política nacional, assombrou os seus adversários políticos e militares, induzindo uma reacção de convergência destinada a pôr cobro à perigosa ascensão da sua hegemonia?

A configuração das forças políticas e militares anti-Nino logo no início do levantamento de 7 de Junho de 1998 constitui em si uma resposta, ainda que insuficiente, a estas interrogações que ficam por responder mercê o acesso a mais documentação. Seja qual for o esclarecimento futuro sobre este episódio, o eclodir da guerra menos de um mês depois do fim do VI congresso do PAIGC consolidou a impressão de que à guerra de palavras travada nesta contenda política se seguiu uma guerra violenta provocada pelo impasse que constituiu o seu desfecho político.

¹⁷ *Banobero*, n.º 53, 22.5.1998, p. 12.

BIBLIOGRAFIA

- "A escolha de um Primeiro Ministro não é como comprar uma camisola bonita", in *Correio da Guiné-Bissau*, nº 31, 15.10.1994, pp. 12-13.
- "Pafs aguarda com expectativa a formação do Governo", in *Correio da Guiné-Bissau*, 15.10.1994, p. 28.
- "Presidente Nino Vieira recebe partidos políticos no quadro da formação do novo executivo", in *Correio da Guiné-Bissau*, nº 33, 29.10.1994, pp. 6-7.
- "Manuel Saturnino Costa toma posse", in *Correio da Guiné-Bissau*, nº 34, 9.11.1994, pp. 14-15.
- "Etnonegrismo venceu?", in *Correio da Guiné-Bissau*, nº 37, 17.12.1994, p. 10.
- "O PAIGC não pode ser monopolizado pela geração dos que fizeram a guerra", in *Gazeta de Notícias*, nº 5, 21.4.1998, pp. 6-7.
- "Manuel Saturnino da Costa: adiamentos do congresso criam situações de ilegalidade", in *Banobero*, nº 47, 10.2.1998, p. 6.
- "Fernando Delfim da Silva: há riscos de derrapagem do congresso", in *Banobero*, nº 47, 10.2.1998, p. 7.
- "PAIGC arrisca-se a concorrer dividido às próximas eleições", in *Banobero*, nº 48, 31.3.1994, p. 7.
- "Silêncio! PAIGC vai ao congresso", in *Banobero*, nº 51, 4.5.1998, pp. 1-2.
- "VI Congresso do PAIGC em Djongagu", in *Diário de Bissau*, nº 59, 21.5.1997, p. 12.
- "VI Congresso do PAIGC: confronto foi adiado para Junho", in *Diário de Bissau*, nº 60, 22.8.1997, p. 3.
- "As vítimas da crise não serão salvas pelo congresso", in *Diário de Bissau*, nº 62, 28.5.1997, p. 2.
- "Fiança quebra cudjer de pó na nô Guiné", in *Diário de Bissau*, nº 64, 6.6.1997, p. 2.
- "VI Congresso dupla Carlos Gomes e Delfim da Silva vai enfrentar a ala de Manuel Saturnino", in *Diário de Bissau*, nº 67, 25.6.1997, p. 3.
- "VI Congresso do PAIGC! Bissau novo Cassacá 33 anos depois", in *Diário de Bissau*, nº 67, 25.6.1997, p. 2.
- "Entrevista com Manuel Saturnino Costa: não queremos um PAIGC de bandidos e mercenários", in *Diário de Bissau*, nº 68, 26.6.1997, pp. 3-6.
- "Ansumane Sambu Cau: vou candidatar-me ao partido dos militantes para salvar o PAIGC", in *Diário de Bissau*, nº 117, 17.2.1998, pp. 2-9.

- “Na íntegra a carta dos Combatentes da Liberdade da Pátria”, in *Diário de Bissau*, nº 137, 8.4.1998, pp. 3-5.
- “O congresso não pode permitir invenções constantes sobre situações de crise”, in *Diário de Bissau* nº 139, 15.4.1998, p. 3.
- “Presidente Nino Vieira nega qualquer envolvimento seu no caso da venda de armas”, in *Diário de Bissau* nº 137, 15.4.1998, p. 16.
- “Koumba Yalá revela que armas e munições foram recentemente levantadas do Paiol de Brá”, in *Diário de Bissau*, nº 140, 16.4.1998, p. 16.
- “PAIGC... finalmente o VI Congresso: quem será o presidente do partido”, in *Diário de Bissau*, nº 149, 8.5.1998, p. 16.
- “VI Congresso do PAIGC: Nino Vieira o único grande vencedor”, in *Diário de Bissau*, nº 150, 16.5.1998, pp. 8-9.

RÉSUMÉ

L'histoire du PAIGC au cours des années 80 et 90 semble être celle d'une longue succession de crises. Après les déchirures qui affectent le parti en 1991 au moment du passage au pluralisme, la crise prend une nouvelle tournure à partir de 1994. L'opposition entre le président et le secrétaire national du parti entraîne un profond dysfonctionnement du pouvoir exécutif contrôlé par eux. Les ailes politiques et cercles d'intérêts structurés autour de ces deux figures de proue s'opposent de plus en plus ouvertement en 1997-98, dans un contexte marqué par un malaise attisé par l'instrumentalisation de questions comme: l'identité ethnique, le métissage racial, la réforme des Forces Armées, les conditions de vie des anciens combattants etc. Le VI congrès du PAIGC réalisé en mai 1998 dans un climat d'extrême tension a, non seulement laissé intact l'imbroglio dans le parti, mais aussi donné l'impression de la généralisation rampante de l'impasse. La guerre civil a éclaté moins d'un mois après cet événement qui semble en avoir été le prélude.

LIÇÕES E LEGITIMIDADE DOS CONFLITOS POLÍTICOS NA GUINÉ-BISSAU

Tcherno Djaló

A propósito da legitimidade

Na Guiné-Bissau todos os actores políticos ou protagonistas dos diversos conflitos políticos se referem a Amílcar Cabral para darem um cunho de legitimidade à sua acção. Cabral encarna a legitimidade suprema da nação. Porém, uma coisa deve ser clara no espírito de todos os guineenses: tudo na obra teórica de Cabral, no seu combate político, na sua filosofia, revela uma hostilidade definitiva a toda e qualquer acção política violenta do tipo golpe de Estado, golpe militar, guerra civil, étnico-tribal ou confessional como método de resolução dos antagonismos ou clivagens sociopolíticas.

A história contemporânea da Guiné-Bissau tem sido uma sucessão de actos de violência política e institucional¹ que marcaram profundamente a memória colectiva do seu povo, influenciando de uma certa forma a sua cultura política. Independentemente das causas e/ou ideais defendidos por cada movimento

¹ Excepção feita ao processo de transição democrática e pluralista de 1991 a 1994.

político, é de constatar que as grandes rupturas políticas deste país se fizeram não na base negocial e de compromisso, mas de violência política. Nesta óptica importa sublinhar que a luta de libertação nacional em si foi um acto de violência política. O golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 dito Movimento Reajustador, foi um outro acto caracterizado de violência política. Enfim, o levantamento político-militar de 7 de Junho de 1998 foi na sua essência um outro acto clássico de violência político-institucional.

Cada movimento político ou revolucionário é depositário ou reivindica uma certa legitimidade. Se a legitimidade do movimento de libertação nacional anticolonialista é incontestável, a situação das duas outras formas de contestação e de ruptura do poder institucional – golpe de Estado ou levantamento militar – não é assim tão evidente. No que toca à acção do movimento anticolonialista, quer dizer libertar um povo, uma raça da dominação e da opressão colonial, restituir-lhe a liberdade, a dignidade e o direito de dispor do seu destino, é uma nobre causa e constitui valores universalmente reconhecidos e protegidos. Por conseguinte a sua legitimidade é *sui generis*. Para além de mais a Guiné teve a grande chance histórica de ter à frente do movimento de libertação nacional a figura de Amílcar Cabral, chefe carismático incontestável e um dos maiores líderes e teóricos dos movimentos anticolonialistas e emancipacionistas do Terceiro Mundo. Não é por acaso que Cabral é a legitimidade suprema que todos reivindicam. Nino Vieira teria dado o golpe de Estado do 14 de Novembro a fim de, disse ele, corrigir os desvios à linha e ao espírito de Cabral. Ansumane Mané por sua vez afirma ter desencadeado o levantamento de 7 de Junho para restabelecer a justiça e os ensinamentos de Cabral.

As verdadeiras razões do 14 de Novembro de 1980

O eclodir de qualquer insurreição comporta antecedentes conjunturais de carácter económico, político e social que servirão de justificativos do golpe de força assim perpetrado. É verdade que em Janeiro de 1980 a situação económica da Guiné-Bissau era catastrófica. Os privilégios de função e as desigualdades entre o nível de vida dos dirigentes do Partido e do Estado e a população foram na altura considerados como sendo índices de corrupção. Essa fractura social entre uma classe dirigente vivendo num luxo ostensivo e as massas populares desprovidas dos mais elementares produtos de primeira necessidade era inaceitável num país que consentira todo o tipo de sacrifícios a fim de se libertar e construir uma sociedade de justiça. O Estado tinha revelado a sua incapacidade de resolver os graves problemas de penúria, de abastecer e de distribuir a alimentação à população carenciada e esfomeada.

É igualmente verdade que a cada contestação da parte da população exasperada, o regime do Presidente Luiz Cabral reagia reforçando o aparelho repressivo e de segurança. Os guineenses viviam num clima de medo e de desconfiança mútua. As violações dos direitos humanos (detenções sem processo, actos de tortura, execuções sumárias) tinham-se tornado moeda corrente. Apesar deste sombrio quadro do regime de Luiz Cabral, do qual Nino Vieira era primeiro-ministro, questionamo-nos sobre qual seria a posição deste último se não se tivesse sentido ameaçado na sua pessoa. Por outras palavras, qual seria a atitude de Nino se não houvesse o artigo 70 do Anteprojecto da Constituição da República da Guiné-Bissau de 1980 estipulando que “o Presidente do Conselho de Estado é o Chefe do Estado e do Governo e o Comandante Supremo das Forças Armadas Revolucionárias do Povo. Ele representa a República da Guiné-Bissau”? Esta disposição legal previa a supressão pura e simples do posto de primeiro-ministro.

Para além do mais, as ameaças formuladas por Buscardini contra Nino Vieira vieram a tornar-se mais claras nos princípios de Novembro de 1980, uma vez que graves suspeitas pesavam sobre a preparação de um golpe de Estado por este último. As razões do descontentamento de Nino tinham a ver com a introdução de patentes militares no seio das FARP em 1979. Os antigos combatentes sentiam uma profunda injustiça perante o sistema de cotas² que permitia promover jovens cabo-verdianos recém-chegados de Portugal ou de Cabo Verde e sem nenhuma legitimidade militar a comandarem os verdadeiros combatentes da liberdade da Pátria. Quanto a Nino, ele achou não ter sido promovido a justo título tendo em conta o seu passado na luta de libertação. A sua reacção no acto cerimonial, de deitar para o chão as suas patentes, é testemunha da sua cólera. Este facto é mais um índice da racionalidade individual que servirá de móbil a uma acção colectiva. Assim, as ameaças de Buscardini foram de uma certa forma a gota que fez transbordar o copo. Nino teria que se defender ou desaparecer. Do ponto de vista estritamente individual encontramos-nos perante uma situação que os juristas qualificam de legítima defesa.

O que nos interessa na óptica sociológica destas dinâmicas é a capacidade dos seus actores de transformar a racionalidade individual numa acção colectiva. Nisso, todas as grandes crises políticas da Guiné-Bissau são reveladoras, excepção feita ao caso da luta de libertação nacional, no qual o seu líder Amílcar Cabral, brilhante engenheiro agrónomo, comprometera a sua carreira para a defesa de uma causa, a liberdade de seu povo. Para essa acção a mobilização popular foi um longo processo – não um movimento espontâneo – de consciencialização e de mobilização das massas populares.

O Movimento Reajustador de 14 de Novembro, quanto a ele, soube explorar no seu benefício e encontrar de imediato a sua le-

² Adoptado no III Congresso de 1977, este sistema garantia aos cabo-verdianos o mesmo número de cargos dirigentes no partido que aos guineenses.

gitimidade na velha e profunda clivagem entre as elites pretas e mestiças na Guiné. Recorda-se que em Janeiro de 1973 Amílcar Cabral foi assassinado por agentes da PIDE e dissidentes do PAIGC. Na consciência dos seus assassinos, este odioso gesto destinava-se a pôr fim à hegemonia dos mestiços cabo-verdianos nas instâncias de direcção do partido enquanto que os pretos guineenses eram chamados a combater nas linhas de frente. O ressentimento face aos cabo-verdianos nasce com a história e o modelo de dominação colonial nas terras dos então “Rios de Guiné do Cabo Verde”³. Por causa da origem sócio-cultural e o acesso à educação de que puderam beneficiar os cabo-verdianos, estes colaboraram com o poder colonial. Revelaram ser preciosos auxiliares e intermediários entre os autóctones e as autoridades coloniais na gestão da administração e na supervisão dos trabalhos forçados. Mesmo se os mestiços forneceram ao movimento nacionalista os seus melhores quadros, este passado incómodo ressurgiu assim que a tutela da elite mestiça cabo-verdiana começou a tornar-se insuportável depois da conquista da independência.

O levantamento de 7 Junho de 1998: guerra de honra e dignidade ou guerra pela “J”ustiça e democracia?

Jean-François Bayart⁴ vê no levantamento de 7 de Junho de 1998 a tradução da frustração dos Balanta face à governação de Nino Vieira. Na sua óptica este acto deve ser lido na sequência das rivalidades assinaladas atrás entre pretos e mestiços. Depois de 14

³ Sobre esta problemática, ver Tchernon Djaló, *Traditions, métissage et pouvoir politique en Guinée-Bissau*, tese de doutoramento n.º 448, Universidade de Genebra, 1997.

⁴ Jean-François Bayart, “La guerre en Afrique: dépérissement ou formation de l’Etat?”, *République sud-africaine, Congo-Kinshasa, Guinée-Bissau*, in *Esprit*, Paris, Novembro 1998, pp. 55-73.

Novembro de 1980, João Bernardo Vieira, de origem Pepel, se apoiara na primeira fase nos "indígenas", nos defensores da corrente negrófila. Em seguida, a partir de 1986 aliou-se de maneira clara com as elites mestiças, que foram, ao lado dos quadros pepel, os grandes beneficiários das medidas de liberalização económica, das nomeações na hierarquia militar e da renovação das instâncias dirigentes do PAIGC.

Esta opinião de um dos maiores africanistas franceses levanta o problema da abordagem do levantamento político-militar de Ansumane Mané na óptica tribalista. Primeiramente, parece ignorar-se que o brigadeiro Ansumane Mané não é Balanta, mas sim Mandinga. Em segundo lugar, é difícil ver nas razões que motivaram a passagem à acção na manhã de 7 de Junho de 1998, considerações de carácter étnico-tribal. É de lembrar que este levantamento tinha sido visto inicialmente como sendo uma guerra interna do PAIGC que não dizia respeito aos outros cidadãos. Todas estas análises que consistem em reduzir os conflitos a uma dimensão puramente étnica são simplificadoras e perigosas para a paz civil e para qualquer perspectiva de reconciliação nacional depois da guerra.

Tal como tinha acontecido com Nino Vieira em 1980, em 1998 o brigadeiro Ansumane Mané encontrava-se em plena fase de travessia do deserto. Demitido das suas funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas por causa de um nebuloso affaire de tráfico de armas com a Casamansa, o homem não suportou a ideia de ser o bode expiatório deste vergonhoso acto cujas implicações seriam do mais alto nível do Estado e do Governo. Ora sabe-se que o brigadeiro é bom muçulmano, um homem de honra que não poderia deixar um amigo de longa data, e de quem conhecia muitos segredos, manchar para sempre a sua honra e dignidade.

Tal como Nino Vieira quando deu o golpe de Estado, o brigadeiro Ansumane Mané é um prestigioso e corajoso militar, mas desprovido de uma sólida formação política. Recorda-se que

nas suas primeiras intervenções, a principal reivindicação formulada era a de “lavar a sua honra”. Depois veio a acrescentar-se a defesa dos antigos combatentes da liberdade da Pátria abandonados por Nino Vieira. Só mais tarde, com a adesão ao movimento insurreccional de intelectuais, juristas e políticos é que se assistiu à formulação de um discurso mais elaborado e de reivindicações propriamente políticas.

O levantamento de 7 de Junho teve como primeiro fundamento de sua legitimidade a intervenção estrangeira. A chegada do corpo expedicionário das tropas de Guiné-Conakry e do Senegal desencadeou de imediato uma onda de nacionalismo e de patriotismo que há muito não se via na Guiné. Como todas as nações ameaçadas na sua existência como tal por uma agressão de forças estrangeiras, comprometendo a integridade territorial do seu Estado, o primeiro reflexo suscitado no seio da sociedade guineense foi o de maior afirmação da identidade nacional face ao espaço sub-regional e o reforço da unidade e solidariedade nacional. Estes dois últimos elementos tinham sido seriamente ameaçados pela conduta arrogante, irresponsável e sem moral da maioria dos dignitários do regime de Nino Vieira, ávidos de dinheiro fácil e de confortos inaceitáveis num oceano de pobreza e de miséria. É doravante de notoriedade pública o facto de que a tendência mais marcante da governação do PAIGC sob Nino Vieira foi a gestão *affairiste* dos bens públicos, ou, dito por outras palavras, a sobreposição do espírito de lucro à condução da coisa pública.

A intervenção de forças estrangeiras no conflito interno guineense colocou-nos perante um dilema, confrontando uma legitimidade versus uma legalidade. Até então o regime gozava de uma legitimidade por ter sido eleito democraticamente. Mas a sua decisão de fazer apelo a potências estrangeiras para se proteger de uma crise política interna violava todos os princípios de legalidade de um Estado soberano. A partir daí, que peso podia ter a legitimidade de um regime cuja vitória eleitoral comportava

zonas de incerteza nunca elucidadas, uma gestão desastrosa do país, injustiças inaceitáveis e uma adesão quase total do *establishment* político, dos antigos combatentes e da população ao movimento insurreccional? A revolta militar, considerada no início como um *epifenómeno*, um simples barulho de botas de militares descontentes, transformou-se rapidamente num vasto movimento popular, revelando desta feita um profundo mal-estar social e desencanto em relação ao regime de Nino Vieira. Neste contexto e tendo em conta que do ponto de vista militar a auto-proclamada Junta Militar controlava todo o país, excepção feita de um reduto da cidade velha de Bissau, assistiu-se pura e simplesmente a uma “confiscação” de facto não só do poder, mas e sobretudo da legitimidade.

Conclusões e ensinamentos

Que ensinamentos reter do 14 de Novembro de 1980? À primeira vista uma evidência se impõe: o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 destruiu os fundamentos da obra laboriosamente criada por Amílcar. Os mentores deste acto “espezinharam a herança institucional, intelectual e espiritual de Amílcar Cabral”⁵. Com este acto comprometeu-se definitivamente um dos dogmas mais permanentes do PAIGC, o da necessária união orgânica entre os povos da Guiné e Cabo Verde. Este putsch constitui a primeira grande mutilação do PAIGC.

Do conflito armado de 7 de Junho podemos tirar as seguintes conclusões:

O primeiro resultado tangível de 7 de Junho foi o derrube do Presidente João Bernardo Vieira e o fim do seu regime; em seguida, este conflito conduziu à implosão do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), que tem

⁵ Jean Ziegler, *Les Rebelles, contre l'ordre du monde*, Seuil, Paris, Março 1983, p. 230.

vindo desde a independência a despojar-se de todo o espírito e linha política de Cabral, do prestígio e da legitimidade que encarnava como movimento libertador do povo. O conflito reabilitou as forças armadas e os antigos combatentes que tinham sido completamente marginalizados no regime anterior. Doravante conscientes da força que representam no seio da sociedade, os militares passaram não a reivindicar, mas a exigir os seus direitos, correndo por vezes o risco de reduzir toda a acção heróica de que fizeram prova a uma simples reivindicação de carácter corporativista.

No domínio político a guerra de 7 de Junho inverteu totalmente as regras de jogo no que diz respeito à tradição de liderança na Guiné, acelerando o acesso ao poder de uma formação política com predominância balanta, o PRS. Até esta data o poder político-administrativo tinha sido monopolizado pela elite luso-cristianizada e mestiço-crioula. Contrariamente ao que se pretendia observando a chefia da Junta Militar e a Presidência interina, não foram os Mandinga e o espaço muçulmano que se apropriaram do poder. Por causa do caos e da desorganização das estruturas do Estado consecutiva à guerra e a derrota da ala do Presidente e do seu partido, as eleições propulsaram na cena política um grupo que nunca teve pretensões hegemónicas do poder, os Balanta. Nada na cosmogonia balanta, na sua organização social ou nas suas relações com o poder político indicava este grupo como sendo um dos potenciais protagonistas da luta pelo poder. Nesta ordem de ideias podemos afirmar que o conflito de 7 de Junho proporcionou uma mudança profunda na sociedade guineense em termos de relações sociais, estatuto social e aspirações políticas. Do ponto de vista sócio-cultural ele faz eco das contradições históricas existentes entre elites das sociedades outrora tidas como indígenas e das comunidades "lusocristianizadas" perante o poder.

No plano económico, a guerra de 7 de Junho constitui um fenomenal colapso económico para o país. Ela contribuiu para o

aniquilamento de todos os esforços — tímidos, é certo — empreendidos para o seu desenvolvimento. Se antes da guerra os guineenses eram pobres, hoje todos vivem na miséria e sem perspectivas de saídas a curto prazo. No plano internacional comprometeu-se ainda mais a imagem e a credibilidade do país, que já se encontravam seriamente desgastadas pelos longos anos de má governação. A nível sub-regional, o conflito de 7 de Junho constitui um factor adicional da instabilidade que paira nos nossos países. Graças a esta guerra os independentistas do MFDC conseguiram apetrechar-se com um material bélico pesado e sofisticado, contribuindo para a agravação do conflito e a radicalização das posições das duas partes.

A forma de legitimar uma acção política violenta e inconstitucional cuja motivação reside em primeiro lugar numa dinâmica individual, assenta nos argumentos de justificação que transformam uma racionalidade individual numa acção colectiva. Para conseguir uma adesão popular os mentores da contestação violenta aproveitam o disfuncionamento do sistema e o descontentamento geral para brandir argumentos-choque como sendo a razão principal do golpe de força. Nisso o golpe de Estado de 14 de Novembro beneficiou de uma adesão massiva da população graças ao anti-caboverdianismo ambiente na altura. O levantamento de 7 de Junho quanto a si, inicialmente visto como um conflito interno ao PAIGC, beneficiou de uma adesão massiva da população não somente pela desafeição ao regime de Nino Vieira mas e sobretudo por causa da intervenção das forças expedicionárias dos países vizinhos. Consta que o que está na base da passagem ao acto quer por parte de Nino Vieira em 1980 quer por parte de Ansumane Mané em 1998 é um problema pessoal, um profundo sentimento de injustiça perante um sistema de que foram os mais fiéis servidores.

RESUMÉ

Cet article analyse les procédés de justification et de légitimation des violences politiques et institutionnelles perpétrées en Guinée-Bissau. Comment, en partant d'un problème personnel, arrive-t-on à profiter du dysfonctionnement du système mis en place et du mécontentement général pour les présenter comme étant les véritables raisons du coup de force. Autrement dit, comment parvient-on à passer d'une rationalité individuelle à une action collective? L'article couvre la période allant de la lutte armée de libération nationale – qui est un cas particulier – au soulèvement militaire du 7 juin 1998 en passant par le coup d'Etat du 14 novembre 1980.

DEMOCRACY: LEGITIMATE WARFARE IN GUINEA-BISSAU

*Roy van der Drift*¹

Introduction

On June 7th 1998 an armed conflict started in Guinea-Bissau, a conflict which came to its final solution on May 7th. Guinea-Bissau is a country which finds itself among the poorest countries of the world², and was therefore vulnerable to the conflict: its fragile economy has been further deteriorating; its poor public services have been diminished to zero. Moreover, the population has been living in total insecurity and lack of perspectives – apart from the human disasters in terms of casualties, malnutrition, epidemics – of which no official figures exist yet.

¹ The author had the doubtful privilege to witness the outbreak and two other phases of the conflict in Guinea-Bissau. Apart from personal observations and interviews, this article is based on regular communication with colleagues in Bissau during my exile, and international (especially Portuguese) newspapers. Helpful comments on a draft version were received from Mamadú Jao (director of INEP), Jos van der Klei (Free University Amsterdam), Ullá Andrén (chargée d'affaires Embassy of Sweden in Bissau) and Lars Rudebeck (University of Uppsala). The first part of this paper has been presented during the conference "Webs of war. Armed conflicts in West-Africa", organised by the Africa Studies Centre in Leiden (the Netherlands) in March 1999.

² The poorest country according to *The Economist* (August 1997). This ranking is based on the highest percentage of the population having access to less than one US dollar per day (87%).

In the scarce attention the media in European countries paid to Guinea-Bissau, the conflict has been labelled as a purely internal one, a "civil war", with or without reference to ethnic aspects. *Another* civil war in Africa, *another* ethnic conflict – say no more, it's as synonymous with "Africa" as starvation and AIDS.

I am going to 'disappoint' the reader in this respect. There was no civil war in Guinea-Bissau, and the major ethnic groups in Guinea-Bissau get along pretty well. With the example of Guinea-Bissau I would like to break down the stereotype image which exists and still is reconfirmed by the Western press, and invite experts of other African war-torn countries to see if they can do a similar thing.

The alternative image I would like to present here is the image of a population which is more or less 'off-side', which does not fundamentally influence national politics, which does not actually participate in "democracy". The weight of international relations between the national "top" and foreign partners is so heavy in comparison to what the "basis" can offer, that even "democracy" is a game on an *international* level, hardly touching the level where "democracy" (in ancient Greek: the people governing) originally was all about.

In circles of international diplomacy and development co-operation, the insight in democracy in a country like Guinea-Bissau hardly bypasses the level of procedures, such as elections. This makes democracy a highly manipulative system. For foreign business, this is an ideal situation: the top is *a priori* legitimate, the top is therefore powerful enough to do business with (not hindered by parliament, justice, intellectuals or villagers), and the actual deals are profitable to both the national top as well as the foreign companies – obviously, the State Treasury hardly is formally, nor practically involved.

It was within this context, that the war in Guinea-Bissau started on the basis of a diplomatically legitimate, externally supported mission to defend "democracy", *regardless and even against*

the interests of the civil population. The democracy which had to be defended, were economic interests of the political top and foreign companies. Foreign troops were sent to Guinea-Bissau leading the civil population into harsh living conditions. It has been impressive that during the conflict, the emergency relief of the majority of the 250,000 refugees from Bissau has been performed by the rural population all over the country, who shared their already scarce stocks of food stuffs and seeds.

Part 1: The military uprising

Gunfire broke out, Sunday June 7th 1998, early in the morning. At that moment, I was jogging on the outskirts of Bissau with my friend and colleague of INEP. "What's going on out there?", I asked somewhat worried. My friend said: "Oh, that can't be nothing. Maybe some criminals are hunted by the police. It can't be anything serious. We're in Bissau you know".

The uprising of the *Junta Militar*, a group of rebellious soldiers from the National Armed Forces led by their former Superior Chief Ansumane Mané, that Sunday morning came as a big surprise to almost everyone³. We hardly could believe the first radio communiqués, especially from president Vieira's side, which indicated a serious conflict which was to be solved through the use of military force.

In January 1998, Ansumane Mané had been suspended, being accused of negligence in regard to controlling the illegal sale of guinean arms to the Casamance Independence Movement MFDC in neighbouring Senegal – which since 1982 is holding a rebellion

³ At this moment, it is still difficult to have insight into the way possible events were foreseen in political and military circles in Guinea-Bissau and Senegal. It is, for instance, remarkable how fast the first Senegalese soldiers were on the spot after the action undertaken by Ansumane Mané and his men. It is therefore not unlikely, that foreign actors (France, Senegal) have been involved in the decision to dismiss Ansumane Mané.

against the national government. Mané pointed at involvement of the highest levels of Guinea-Bissau's government in this matter, which was followed by a parliamentary investigation on the arms trade. On June 5th, president Vieira appointed a new Chief of the Armed Forces and it was believed that he was determined to boycott the final report of the parliamentary investigation, which was to be presented on June 8th. Furthermore, Ansumane Mané was home-arrested; according to his own statements later on, Mané was sure that he had to fear for his life.

As a reaction, Mané and a group of allies from the Armed Forces – he was very popular among the soldiers – took over the main military bases and arms depots, as well as a private radio station in the capital on Sunday June 7th. During this quick action, two casualties were reported on the side of the government.

In their first radio communiqués, the Junta Militar stated that "*ora tchiga*", the time had come for change:

- on a particular level, the Junta demanded an improvement of the living conditions of soldiers and war heroes from the anti-colonial war;
- on a more general level, the government and notably the president of the Republic were criticised on their malfunctioning, and extreme corruption.

Although very soon a dominant military force was obtained, Ansumane Mané and his men did not – and would never try to – take over power⁴, in other words commit a *coup d'état*. Although criticising his corrupt regime, they initially referred to "Camarada Presidente Vieira", with whom they had struggled together for Independence against the Portuguese, and called for a dialogue in order to look for ways of improvement.

⁴ During an early broadcast of Rádio Renascença (Portuguese private radio station), a telephone interview was heard with one of Mané's men. The Portuguese journalist repeatedly asked this man, whether this action could be considered as a *coup d'état*; in the end, the answer was a hesitating "yes" but everyone I talked to agreed that this 'statement' was not to be taken seriously.

Already during the first week of the conflict it became clear that the Junta Militar could count on a rapidly increasing support from civil society and opposition parties. Moreover, the Junta's appeal for justice was shared by the majority of the population, which already became manifest some weeks after "June 7th".

Nevertheless, president Vieira refused to talk – "how can the democratically elected president share the same table with criminals?", he stated on the radio. During the first week of the conflict, he refused to listen to repeated requests for negotiations – among whom from the Bishop of Bissau and a delegation of Parliament. Meanwhile, troops from Senegal and Guinea-Conakry entered the country to support president Vieira and defeat the "rebels". On Saturday June 13th it became clear for everyone in town that the war was about to begin.

Like many inhabitants of Bissau, our front neighbours had fled out of town, leaving a young man behind to look after the house. He borrowed my bicycle to bring water and food to his relatives outside town. On the way back, he used to buy some beer for me on the street.

Saturday June 13th, president Jammeh of the Gambia had launched an appeal for negotiations – which made us very hopeful. That evening, our front neighbour came to our house and said: "I just heard that Nino (Vieira's nickname in Guinea-Bissau) doesn't want to talk; everyone says it's going to be war tomorrow, guerra di bardadi (real war). So I think it's good for you to economise on your beer, because I don't think I will be able to buy new beer tomorrow". The next morning, a bomb fell just ten meters in front of our house, entirely destroying our neighbours' place. When I looked outside the window, I saw that our neighbour would never be able to buy beer for us again.

The sad thing is, that the war in Guinea-Bissau has been a war of a president and his foreign allies against the majority of the political parties, against parliament, against the Bishop and all prominent actors of civil society, as a matter of fact against the people of Guinea-Bissau. In this struggle, the Vieira coalition did not even hesitate to close the Senegalese border for commercial and humanitarian transports, using hunger and disease as its arms.

Even sadder is the fact, that this war – including the strategies used – has been internationally, diplomatically *approved* and therefore could continue for more than nine months.

Democratisation in Guinea-Bissau

As I already mentioned, the military action of Ansumane Mané *became* a vehicle for popular protest. This can be explained by the fact that there already existed a general, increasing ‘climate’ for expressions of frustration and protest against the Vieira administration.

Guinea-Bissau finally adopted western-style democracy in 1994, when for the first time multiparty elections were held for parliament and presidency. Since then, on a formal, institutional level, Guinea-Bissau indeed went through a remarkable democratic development, for instance looking at the constitutional separation of powers, Parliament, free press, a legitimate, and a reasonably well organised civil society.

At the same time, discontent about the (mal-)functioning of the government and especially the behaviour of the president of the Republic gradually started to increase. In a few words, João Bernardo “Nino” Vieira did everything but respect the law, in particular the Constitution. At the same time, he increased his power and wealth on the basis of personal external allies and deals, and internal clientelist networks (subsidised with foreign funds). Apparently, this intensifying and very visible abuse of power by the president and his close circle caused a slowly increasing critical popular conscience. As a result, strikes became more and more common, frequent and longer lasting.

A manifestation of students end-1997 even led to acts of violence, when government properties, notably buildings and cars were damaged; this violence was kind of ‘shocking’ for Guinea-Bissau standards, but nevertheless there seemed to exist a (silent) general approval for what the school kids had been doing.

The government however, reacted in the same oppressive manner. No measures were taken to improve the conditions of protesting categories of society, things just went on as usual. Why bother, when you're democratically elected?

It is therefore understandable that the Junta Militar rapidly developed a widespread support in the country, especially in Bissau. Their radio station, "Voice of the Junta Militar", became the voice of the people – which in the history of Guinea-Bissau never had been particularly loud.

'Apathy' as an expression of realism

Guinea-Bissau has a long-standing reputation when it comes to its friendly, flexible, almost fatalist minded population. *Djitu ka ten*, is the national proverb (saying) in Kriol: "bad luck, nothing you can do about it, maybe we'll be luckier tomorrow, don't worry, *carpe diem*".

The same expression reflects a certain degree of disinterest of people with certain matters which do not clearly affect them. In this sense, the population in Guinea-Bissau – including the animist groups who are regarded upon as more or less savages – is seen as "easy to govern". This does not mean that we are dealing with an ignorant population, which – as development organisations generally state – need to be sensibilised.

Moreover, I would like to argue that a certain degree of disinterest in the State stems from a realistic, pragmatic attitude: why should people bother about their government when they are more or less able to provide in their own basic needs; why bother about the government when they know that it is fundamentally *not* interested in their situation, even though it is constantly and explicitly pretending to represent the people of Guinea-Bissau.

State ideology: the party of Amílcar Cabral

Two important elements of State ideology in Guinea-Bissau are:

- The PAIGC's ideology is based on a mystification of the past, notably the Liberation War; with this ideology, it tries to legitimise its own position and to justify the government's actions;
- Ever since the Liberation War, the PAIGC has been very keen on using populist ideologies, to please foreign partners (donors).

According to the legacy of the Liberation Struggle, which came to an end in 1974, it was a struggle of the people. The charismatic leader of the PAIGC⁵, Amílcar Cabral, who did not live to witness the Independence⁶, has been – and still is – worshipped like a popular hero, comparable to a personality-symbol like Ché Guevara. Until now, and even explicitly mentioned in the Constitution, the PAIGC claims to be “the party of Amílcar Cabral”, hereby using the Pop Star as a manipulative instrument to remain in power and legitimise its actions.

In recent years, the effectiveness of this ideology has diminished considerably. The party has to deal with a loss of respect in the eyes of the majority of the population, which is confronted with a retreating State – due to the Structural Adjustment Programme – and exorbitant corruption – partly due to economic liberalisation and privatisation of the State.

During the Liberation War, Amílcar Cabral himself realised that he could never win the war without foreign support. In this sense, the PAIGC during the Liberation War was the first national NGO *avant la lettre* looking for ways to please foreign donors, in order to attract their funds.

⁵ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde.

⁶ Mutually recognized by Portugal and the PAIGC in 1975. Cabral was murdered in 1973, according to official declarations by infiltrants of the Portuguese secret police PIDE – it is not unlikely, that Cabral was victim of increasing rivalry within the PAIGC between Capeverdian and Guinean factions.

Ever since, democracy and participation have been the two magic words in PAIGC ideology which have served as conditions for foreign diplomacy, donor support and business. At the same time, in practice, democracy and participation were reduced to procedures, which hardly made sense to the people.

Consequently, the accent of democracy – democratic legitimacy – lies in the relationship between the country's rulers and their foreign partners, in many cases resulting in personal deals, including economic profit and diplomatic legitimisation. The relationship between rulers and ruled is fundamentally *not* involved in this game. This notion has gradually entered the consciousness of the people in Guinea-Bissau⁷.

Recent foreign partnership: Guinea-Bissau goes "francophone"

Since the determination of the frontiers between the colonies, Guinea-Bissau has been a Portuguese island surrounded by the great French West-African Empire. In recent years, French influence in Guinea-Bissau started to increase remarkably. In May 1997, the country entered the West-African Monetary Union, in other words the Franc CFA-Zone. French and francophone entrepreneurs and companies started to invade the country. Although Guinea-Bissau is one of the poorest countries in the world, and its natural resources are limited, there is an interesting potential for foreign investors, notably tourism and ... oil. It is no secret in Guinea-Bissau, that Vieira and *Elf Aquitaine* have entered into a profitable marriage of understanding.

Significant off-shore oil reserves have been an important source of conflict between Senegal and Guinea-Conakry over the years. Several disputes rose about the borders of territorial waters, which have reached the International Court of Justice in The Hague

⁷ One of the most interesting definitions of "democracy" I recorded on a village level is: democracy = confusion.

twice. The bad relation with Senegal was furthermore reflected in the passive and sometimes even active Guinean support for the MFDC, the Independence Movement of Senegal's southern region Casamance, which had started to manifest itself in 1982.

With the newly established membership of the Francophone Family, president Vieira was particularly keen on improving the relation with Senegal. In November 1997, during a TV speech, Vieira made it clear that president Abdou Diouf was his "brother", and that measures had to be taken to close the borders for any positive contribution to the Casamance "rebels". In January 1998, Ansumane Mané, probably also for certain personal reasons (Vieira and Mané are very close friends since the early Liberation War), appeared to be the scapegoat for previous arms selling by Guinea-Bissau to the MFDC.

After the outbreak of the conflict, Vieira repeatedly accused the Junta Militar of being related to the "Casamance rebels", thereby legitimising the presence of foreign troops in Guinea-Bissau in terms of preserving "regional stability". Obviously, the alleged coalition between the Junta Militar and the MFDC has also been used as an argument to justify the Senegalese military intervention to the Senegalese public⁸.

In fact, there has never existed a formal coalition between the both of them.

⁸ It is very likely that at a high military level in Senegal, measures have already been taken before the weekend of June 6-7th, anticipating on a possible reaction from Ansumane Mané; how else can it be explained that – according to what Senegalese newspapers (*Sudonline*, 15.03.99; *Le Soleil*, 16.03.99) confirm – the first Senegalese militaries were already on their way to Bissau on Sunday June 7th?

The "rebels" versus the "democratic president": democratic international allies against the population

President Vieira, from his first radio communiqués onwards, very consciously chose his words: he, the "democratically elected" president, found himself opposed by "rebels", "criminals" and "arms traders". Within a few days it became clear what he was referring to: NOT to internal support from his voters, but to external military support and diplomatic recognition. During the first week of the conflict, numerous initiatives from civil society and parliament to open negotiations were categorically refused by Vieira. At the same time, troops from Guinea-Conakry and Senegal entered the country to fight the Junta Militar. It would be only a matter of days, the president stated on the radio, before the problem would be settled. The same opinion was shared in influential military circles in Dakar, who got a remarkably fast permission from president Diouf to start "Opération Gabou", i.e. the Senegalese military intervention in Guinea-Bissau.

Both in a military as well as a political sense, this appeared to be a severe underestimation. The Junta could count on a wide popular support and on a military level appeared to be more intelligent and powerful than the so-called government forces.

In the first phase of this War, Vieira could count on international diplomatic and francophone military support, and the Junta was isolated, but nevertheless dominant in the battles. In this situation, there were no perspectives for a solution. Apart from serious consequences of the fighting itself, the situation of the population worsened as a result of a logistical and economic isolation: the Senegalese borders – vital to Guinea-Bissau's trade and humanitarian aid – were closed, starvation was used as an additional weapon to fight the Junta.

This has never been questioned by the international community. According to international diplomatic rules, a democratically elected president has the right to do whatever he needs to do to

defend his position. This attitude is related to the rather instrumental manner in which the outside world is approaching democracy in Guinea-Bissau, merely looking at procedures (elections) instead of content and functioning.

In this sense, Vieira found himself in an extremely comfortable position. Unfortunately for Vieira, the Junta Militar appeared to be much stronger than the "loyal" troops supporting the government, but at the same time did not aim at a *coup d'état*. Instead, they repeatedly called for foreign attention for this stagnating situation. It was Portugal, that finally provoked a solution through quite an unorthodox and symbolic gesture: it supplied Ansumane Mané with a satellite telephone. Soon, Portugal, accompanied by lusophone allies, succeeded in opening up the Junta's isolation and establishing (critical) contact with Vieira on the level of the CPLP, the Community of Portuguese Speaking Countries: this became the basis for the first cease-fire in the conflict on July 26th. From that moment on, a diplomatic tug-of-war started between the CPLP and ECOWAS, which has been the main cause of the continuation of the War.

The role of ECOWAS regarding Guinea-Bissau has been determined for a long time by France and its partners. When ECOWAS entered the scene, it was clear that it was choosing sides for Vieira, opting for a large military force – a so-called peace-force – in the country, which in practice would occupy the country and defend the interests of Vieira and his partners.

Even the peace-treaty, signed on November 1st in Abuja during the annual meeting of ECOWAS, did not immediately solve the problem, although the provisions made seemed to be water-proof⁹.

⁹ Installation of a transition government: the Prime Minister was to be chosen by the Junta, the (10) ministers were to be appointed by Vieira and the Junta on a 50-50 basis; preparation of democratic elections for parliament and presidency; removal of foreign troops; installation of a limited Ecomog-force in order to supervise the execution of the peace-treaty.

A number of detailed treaties following “Abuja” were formulated, violated and reformulated. Military force, notably on the side of president Vieira, was reinforced, and the main provocations were started by his troops, which led to several new outbursts of the war. On January 31st, the heaviest outburst of violence started when Vieira’s army attacked the Junta’s positions, thereby using new French 155 mm artillery. Not surprisingly, Vieira repeated his slogans of being “democratically elected”, accusing the “rebels” of being responsible for each and every violent incident. Since “Abuja” – meanwhile nicknamed “Abusa” – the population had to deal with four more months of insecurity and human suffering¹⁰. The transition government the Abudja Treaty had provided in, was not installed before February 20th.

International dimensions of democracy and good governance

Arriving in Bissau on January 18th, I was not so much struck by the material damage done by the war. The most important impressions were the military occupation of the town by soldiers on the one hand, and the general desire to return to normal life among the population, which found itself in a situation of total stagnation for a long period of time.

Although everybody was glued to transistor radios (one of the most important impacts of the conflict!) following the daily news with great interest, people were wondering themselves all the time: “what are *they* doing to us?”, “why don’t they let us deal with our

¹⁰ A sad detail of this period was the (natural) death of Bishop Settimio Ferrazzetta of Bissau on January 27. In spite of his high age and weak physical condition, he had made impressive efforts to promote the peace process. Both parties called him a “martyr of peace” and called for national mourn (the Junta: 3 days, Vieira: 5 days). At that moment, a new treaty was about to be signed. However, while the deceased bishop was disposed in the Cathedral – his funeral was planned for February 2nd – and mourning crowds daily begged for peace, the War restarted on Sunday January 31st.

own life, with our own country?". Even the presence and the diplomatically desired expansion of the Ecomog-peace force was questioned: "we really don't know why we should need them here".

On the countryside, I interviewed people in three different regions, places where the local population had voluntarily taken care of tens of thousands of refugees from the capital. The general attitude vis-à-vis the conflict was even more distant, reflected in the following quote: "we have already given up our expectations vis-à-vis Bissau, our greatest wish is that *they do not further complicate our lives*".

This attitude was recognised by the Prime Minister of the transition government, Mr. Francisco Fadul, when I discussed this matter with him in January. He was pleading for an "irreversible political reform" in which "true democracy" needs to be respected. Apart from expressing the need for internal reform, he clearly included the international responsibility in this matter: he called for co-ordination and transparency of the input of all foreign partners of the country. "How can a government care for its population, as long as it is diverted by different donors and business partners?"

At that time however, the international community was not capable to realise a transparent and co-ordinated performance in Guinea-Bissau. The role of France, clear to everyone in Bissau¹¹ could not be officially tackled, nor by the UN, neither by the EU.

¹¹ Eye-witnesses told me that French military advisors were visiting the presidential palace daily, a French-Senegalese military base had been opened on the island of Bubaque, youngsters recruited by Vieira (so-called *aguentas*) were trained by French officers, and at least one French military vessel was operational inside the territorial waters. While talking to him in January, the French Ambassador denied that France had any possible kind of involvement in the conflict when I talked with him, even though I hadn't mentioned the subject. A few days later, recently imported French 155 mm artillery caused many casualties during the short but extremely violent "February War". An old Italian priest had the courage to mention the immediate involvement of at least one hundred (white) French soldiers during this last outburst of violence; consequently, Vieira threatened to expell him.

Ecomog-Guinea-Bissau at that moment was monopolised by France. At a EU level France has been playing a particular role. During the first six months of the conflict, France succeeded in keeping Guinea-Bissau on the agenda. Later on, when the EU first made mention of the "importance of the withdrawal of foreign troops" from Guinea-Bissau, the French text talked about "the importance to assure a progressive withdrawal"¹². In January, the Africa working Group within the EU was meeting in Brussels. Sweden tried to put forward a proposal that there should be made what is called in diplomatic terms a "demarche by the member states to Guinea-Conakry and Senegal, to request the withdrawal of their troops from Guinea-Bissau, in compliance with the Abuja Agreement. This proposal was vividly supported by Portugal, whereas vehemently opposed by France. Consequently, there was no 'demarche' made"¹³.

Diplomatic peace strategies

Mrs. Ulla Andrén, the Swedish *chargée d'affaires* in Bissau, has been the sole actively operating neutral foreign diplomat in the peace process – a neutral position which eventually and to her own great surprise made her, as she once put it when I met her, "Mr. Mané's bodyguard". She mentioned the complete lack of transparency of the Vieira camp during the entire conflict. "Nobody knows what is going on behind the wall of the presidential palace, except for the fact that they have constantly been hindering the peace process". Mrs. Andrén pointed at the involvement of France, both in the presidential palace as well as in Ecomog, which at that time had become one of the negotiating actors in Bissau. She had therefore decided to involve Sweden in co-financing Ecomog in order to 'neutralize' and rationalize its input and mandate.

¹² *Diário de Notícias*, 27.02.99.

¹³ Information by Mrs. Ulla Andrén, *chargée d'affaires* of the Swedish Embassy in Bissau.

After the last outbreak of violence, the European parliament came with a resolution, which was followed by a diplomatic visit to Bissau by Mrs. Emma Bonino, European Commissioner for humanitarian aid. The strategy which was followed by the EU was to approach the conflict in Guinea-Bissau strictly as an internal one. The European Parliament had the courage (this is ironical) to condemn the political and military leaders of the country, because of their [quote] "political irresponsibility, historical ignorance and total human insensibility"¹⁴.

Mrs. Emma Bonino had comparable remarks: "the situation is a typical example of human madness [...] thousands of people are suffering from a crisis which can be solved within a couple of hours [...] it is now time to tell the two contenders [...] that this is their exclusive responsibility"¹⁵.

Mrs. Bonino made it perfectly clear, that future EU-funding would depend on the immediate willingness of both parties to restore peace. After having expressed this condition, she invited the international press to make pictures of herself, standing between Vieira and Ansumane Mané who embraced each other. Recently, I heard Mrs. Bonino will run for the Italian presidency in the near future (but that was before the European Commission was dismissed).

The involvement of Sweden and other European countries (for example the Netherlands) in Ecomog has had a positive impact on the Ecomog input and mandate. There were no more than 600 soldiers from Togo, Benin and the Gambia sent to Guinea-Bissau, where they acted more or less as policemen. Meanwhile, ECOWAS and Senegal refused to respond to Mr. Vieira's request for maintaining armed forces for his personal protection.

¹⁴ *Diário de Notícias*, 12.02.99.

¹⁵ *Diário de Notícias*, 15.02.99.

Perspectives

After the installation of the Government of National Unity on February 20th, the major part of the population in Guinea-Bissau felt relieved, and was even optimistic – without having high expectations – for the near future. As I mentioned before, Prime Minister Francisco Fadul told me in January, that the same population should become the base of co-ordinated policy on a national and international level. But at the same time, Mr. Fadul was confronted with a dramatic lack of means to restore the country and revitalise public service.

In this respect, it is important to note that the Portuguese chairmanship of the European Union has recently started to be prepared in Guinea-Bissau and Togo. On March 9th, a heavy delegation led by the Portuguese Secretary of State of Foreign Affairs Mr. Luís Amado, paid a visit to Bissau¹⁶ and Togo with the goal “to stress the new African policy of Portugal which is no longer based on a dialogue with former colonies, but also with other countries, such as Mali and Benin”¹⁷. The Portuguese government mentioned its explicit desire to have closer ties with ECOWAS

¹⁶ It is interesting to pay attention to certain descriptions of this visit in the Portuguese press: “at the end of this visit, Mr. Amado was thanked by President Vieira, Mr. Malam Bacai Sanhá (chairman of Parliament and key person in the PAIGC) and Prime Minister Fadul [quote] ‘for the efforts that Lisbon had made in minimizing the suffering of the Guinean people’. The visitor answered them that Portugal is going to the European Union and the United Nations to look for help for this country that is just leaving a war of nine months which killed about two thousand persons and destroyed numerous infrastructures. All the Guinean authorities proved to be sensibilised by [this] member of the Portuguese government” (*Público*, 10.03.99).

¹⁷ In Easter 1999, Minister of Foreign Affairs Jaime Gama will visit West-Africa “in order to underline that that zone has space for initiatives from Paris, Lisbon, London, Washington or Berlin” (*Público*, 11.3.99). Meanwhile, in March, the well-reputed Portuguese Ambassador in Bissau, Mr. Henriques da Silva, was transferred to Ivory Coast. Portugal has clearly articulated its future interest in [quote] “turning its eyes to Africa; to other Africas, different from the ones it has been dealing with during the last decades” (*Público*, 11.3.99).

hand". In Togo, the first reactions were most generous, and reference was made to the good old days, when Portugal was the Great Discoverer of West-Africa¹⁸.

It will be an important question for the future, whether Portugal is aiming at – and being able to succeed in – co-ordinating the European partners of Guinea-Bissau and contributing to *good governance* in Guinea-Bissau, which is – or at least should be – based on the population's needs and priorities. Good governance in Guinea-Bissau is both a national as well as an international responsibility.

But looking at the attitude and functioning of the EU with regard to the role of France in Guinea-Bissau, this might be considered an utopia, and Portugal could be few secure to be able to 'use' the EU to restore its prestige as the Late Great Discoverer of West-Africa. As far as the rural population of Guinea-Bissau is concerned, they won't bother and it will certainly not fulfil them with great expectations ... as long as it doesn't disturb them too much.

¹⁸ "Who heard the words of certain Togolese officials would say that they are "saudosos" (nostalgic) about the time when Portugal was a Great Power, which descended with its ships into the Casamance, at São Jorge da Mina, at São João Baptista de Ajuda, in Cameroon and Gabon, without forgetting the Island of Fernando Pó, in present-day Equatorial Guinea" (*Público*, 12.03.99).

'We do not understand how Portugal has let itself bypass in Africa', stated the geologist Moukaila Issifou of the Togolese phosphate enterprise. This company has been doing business with Quimigal and Sapeç (Portuguese companies, *RvdD*), but at present is selling to Canada, Brazil and the Philippines" (*Público*, 11.03.99).

Part 2: The final¹⁹

Bissau, May 6th, 5.30 p.m., Brisas do Mar (a pub near the harbour): I was having a "bazooka", a pint of local "Pampa" beer, with Lars Rudebeck, a Swedish political scientist and expert on Guinea-Bissau. We were discussing the actual situation and the unpredictable role which president Vieira was playing. At that moment, there was a tension among the guests, who were all nervously listening to *Rádio da Voz da Junta Militar*. Radio presentator Isidoro Afonso "Nuno" Rodrigues, who has become one of the national heroes during the conflict, explained that the Junta Militar was fed up with the constant treason of Nino Vieira. "We know that Nino has reinforced himself recently, so we'll restore the balance. We have called Ecomog to witness that we are taking back arms that have been delivered to them".

Suddenly, we heard the sound of a heavy explosion from a long distance. Immediately, dozens of people started to run in total panic. After all, it wasn't the first war, some say the fourth, other call it the fifth. In any case, it was probably the final one.

Introduction

On May 6-7, the Junta Militar undertook a final military action against president Vieira. After their victory, and after Vieira was discovered hiding in the house of the late Bishop, the Junta handed him over to the Portuguese Embassy. Once again, on an international level, a game of words started, regardless and even contrary to the actual state of affairs. France did its ultimate best to label this action as a *coup d'état*, which implied an international diplomatic condemnation. Moreover, the destiny of ex-president Vieira, who had been remarkably well treated by the Junta, became a disproportionate international issue, which put at risk the already promised and urgent funding of the rehabilitation of the country. Moreover, the tug-of-war about Vieira did not contribute to internal political stability.

¹⁹ I would like to express my gratitude to my colleagues Mamadú Jao and Fafali Koudawo for their comments on this section of the article.

New tensions

I came back in Bissau early April 1999, about ten days after the soldiers from Senegal and Guinea-Conakry had left the country. A peace-force of 600 Ecomog-soldiers from Niger, Benin and The Gambia had meanwhile arrived, and were supposed to supervise and facilitate the peace process (disarmament, demining, return of militaries to their barracks). Although the Ecomog soldiers were generally considered as very correct and sympathetic, there grew a certain dissatisfaction about the slow proceeding of the disarmament. "Ecomog is having a nice holiday in Guinea-Bissau", was a frequently heard comment.

In April, the National Assembly had published and ratified the investigation report (dated June 8, 1998) on the arms traffic with the MFDC. A considerable number of officials (politicians, military and police officers) were accused of immediate involvement in various arms traffic activities, among whom the former Minister of Defence, Samba Lamine Mané, the former Chief of Security, João Monteiro, and former Army second-in-command Afonso Té, all of them close collaborators of Vieira. Vieira himself was accused of having been informed about the arms traffic, but not having taken the necessary measures to put an end to it. Ansumane Mané was discharged of any direct or indirect involvement. Concluding, the report made it clear that Vieira sooner or later would have to appear before court²⁰.

It was especially after the ratification of the report on the arms trade, that, in spite of repeated talks and treaties, president Vieira started to demonstrate again that he was not particularly keen on collaborating within the framework of the accords of "Abuja" and "Lomé", and that he continued to constitute a factor of tension, instability and uncertainty. This has to be seen in the light of the

²⁰ Banobero, 20.04.99.

continuation of his foreign support²¹, his personal one-sided view on the situation and determination to remain in power, as well as his belief that he was wrongly disrespected.

His renewed hostility vis-à-vis the execution of the subsequent treaties was manifested by several concrete events:

The Government of National Unity had decided to replace one of Vieira's close partners, Paulo Medina (secretary of the PAIGC), as Head of the Municipality by Francisca Vaz Turpin. At a first instance, Medina refused to hand over his keys. On April 23, he appeared on the scene with dozens of *aguentas*, Vieira's militias. They were heavily armed, and it was visible that they were carrying *new* artillery. Soldiers of the Junta Militar immediately came to the Municipality, and took a position in front of the *aguentas*. Ecomog rapidly intervened and succeeded to dissolve the situation. Meanwhile, Medina had removed a large quantity of documents (supposedly private and party documents), together with a number of new air-conditioners from his office.

A relative of president Vieira told me that he had assisted to Vieira's birthday party on April 27. Apparently, Vieira was quite relaxed and self-confident. According to my source, Vieira made it clear that he was still supported by France, and that he would certainly run again for presidency. After my comment, that democracy is open to any candidate who is willing to follow the rules of the game, this source assured me that Vieira would certainly not follow these rules, and that he was already preparing funds and other 'gifts' to buy votes on a large scale.

On April 28, a new conflict arose, after Vieira had nominated a new public prosecutor without consulting the government, nor parliament nor the Junta Militar, thereby, once again violating the Abuja Peace Agreement and the Constitution.

²¹ A diplomatic source told me the following anecdote. Shortly after the "War of January 31st", he met the French ambassador. He apparently was in an emotional mood and told my source: "If we would have had the 155 mm artillery [introduced during this particular war] earlier, *we would have won*".

On Friday April 30, at least four helicopters from Guinea-Conakry landed in the backyard of the presidential palace. According to official statements from the presidency, these helicopters brought in Vieira's wife and mother. Other sources stated that they had arms on board.

On May 4, president Vieira issued a decree calling the elections to be held on November 28, 1999. The decree made no mention of the Abuja peace agreement, which caused uncertainty about possible hidden intentions of this decree.

The "coup d'état"

On May 5-4, the Emergency Round Table for Guinea-Bissau took place in Geneva. Prime Minister Fadul succeeded in raising funds for a total of 200 million US dollar. On May 6, the Junta took the decision²² to put an end to this insecure situation. After having publicly recaptured an amount of arms previously handed over to Ecomog, the Junta Militar invaded "Bissauzinho", the center of the capital, and defeated Vieira's forces, which consisted for a major part of *aguentas*, young inexperienced recruits who had received a short military training from Senegalese, Guinea-Conakry and French officers²³. The next day, around 11 A.M., the Junta had taken over the centre of town, and set fire to the presidential palace.

Vieira himself had already left his palace early in the morning, and found refuge in the Bishop's residence, after having passed by the French Embassy/Cultural Centre, but the Embassy's staff

²² According to a source, Ansumane Mané was encouraged to take this measure by president Abubakar of Nigeria. This source claimed that he had received this information from Mané's interpreter who had accompanied him during his previous visits to Nigeria and Togo.

²³ Military training of more than 300 *aguentas* took place in Guinea-Conakry August-September 1998. Another group was trained at the Bijagós Archipel.

stated that they could not guarantee his personal safety there. After he had been discovered by the Junta, Vieira was handed over to the Portuguese ambassador. Meanwhile, the Junta had approached the French Embassy and forced everyone to come outside. Together with embassy personnel and development volunteers, a dozen of French soldiers came out with their hands in the air, holding white rags. In order to accentuate this public humiliation, the Junta damaged the building with some grenades.

Although numerous vulgar acts of plundering took place on May 7, following the Junta's victory, the treatment of Vieira's companions and militias was remarkably correct. High officials of the Vieira government, including army chief Umberto Gomes, Afonso Té, and João Monteiro, were detained. A number of 634 *aguentas* had surrendered, and firstly sought refuge with Ecomog. A few days later, the *aguentas* were transferred to the Junta, under extended national and international supervision. The Junta handed over the *aguentas* to the National Liga for Human Rights for a civil training and reinsertion programme.

It was no surprise, that France immediately started a lobby on a diplomatic level, in order to encourage the international community to condemn the Junta's actions, labelling them as a *coup d'état*. ECOWAS and the OAU were the first international organisations condemning the Junta's actions. The UN Secretary General lamented the outbreak of violence and the damages to several diplomatic missions in Bissau, but did not totally condemn an alleged *coup d'état*. On the level of the European Union, Portugal, Sweden and the Netherlands strongly opposed to the French appeal for condemning, which eventually led to a moderate declaration of the EU, in which it stated that it would "follow the developments in Guinea-Bissau with attention, eventually drawing its own conclusions"²⁴. On June 10th, the French lobbying led to a condemnation by the G-8, during a meeting in Cologne²⁵.

²⁴ *Expresso*, 24.05.99.

²⁵ *Diário de Notícias*, 11.06.99.

On a national level, the military action of the Junta is considered as a necessary step to implement the Abuja-Accord, and the proceedings after May 7 can be considered as *legal*. The Government of National Unity has been maintained and so has its mandate. Parliament is functioning normally, and has started to some important issues, such as the approval of the legislation on declaration of goods for public functions, and the revised Constitution.

Organisations of civil society are involved in various aspects of the peace and rehabilitation processes. The decree concerning the November 28 elections is respected, and public order seems to be restored definitely. On May 14th, Malam Bacai Sanhá, president of Parliament, was installed as interim-president according to the Constitution.

Although the Junta Militar is still present as a 'fourth power', there are no signs of abuse – let alone on-going 'joy-riding' in stolen cars. *Brigadeiro* Ansumane Mané is a generally respected man, who plays a moderate and strategic role. On the other hand, within the PAIGC he started to interfere on the level of the party's leadership and eventually succeeded in having Manuel Saturnino dismissed as the party's president.

Meanwhile, the relations between Guinea-Bissau and the international community became tense, because of the destiny of Nino Vieira. After his arrival in the residence of ambassador António Dias of Portugal, Vieira requested for political asylum, which was immediately granted by Portugal, with a broad international approval. On a national level, however, it soon became clear that this was unacceptable: the Ministers of the Government of National Unity, Parliament²⁶, the Catholic Church and all main members of Civil Society, as well as the Junta Militar were unanimously

²⁶ Including Vieira's own party, the PAIGC, which meanwhile has suspended him as party president, Paulo Medina was likewise suspended as party secretary; another 40 prominent figures of the party were suspended as party members.

against the implementation of Vieira's political asylum. This would be considered as a violation of the *Justiça* that everyone on a national and international level was so keen on.

Prime Minister Fadul was the only person in favour of Vieira's immediate release, being principally concerned with the 200 million US dollar donor money he successfully obtained during the Round Table Conference of May 4-5. This has put him in a weak position. On the other hand, during a radio speech called "the first 100 days of the Government" broadcast live on May 31st, Fadul used a relatively moderate tone.

Meanwhile, local initiatives directed towards reconstruction and normalisation of life are starting to flourish. The majority of the population is eager to pick up the pieces, although the wounds and scarves of the war are still fresh (people tend to get terrified at hearing sounds which resemble explosions). Ecomog has left the country from June 6 onwards; mission completed... or *redundant*?

On June 6th, while everybody was already getting in the mood for the first anniversary of "June 7", the population was surprised by the information that Vieira had left the country. According to official statements, he had gone to the Gambia for medical treatment, and that president Jammeh had guaranteed his immediate return afterwards. It was quite clear – and it became apparent one day later – that Vieira's trip to the Gambia was the first step to his asylum in Portugal – or France, as some observers state. Vieira has arrived in Lisbon, and will continue for Paris, again for "medical treatment". The decision to release Vieira had been taken after deliberation which included Government, President, Junta and Parliament.

Justice and democracy

The celebration of "June 7" became a massive and extremely peaceful expression of joy, relief and hope for the future. Moreover, the Junta had announced their definite return to the bar-

racks. Numerous banners on the streets of Bissau had slogans such as: "The Junta does not want power; we will return to our barracks" and: "The big J stands for Justice". During the daytime, the Junta soldiers, wearing brand new uniforms furnished by Portugal, were celebrated like heroes. Late in the afternoon, masses of people accompanied them during the actual return to their barracks.

Even over a year after the War, it is still of utmost importance that different sectors of society be normalised. Immediate external funding is necessary. Therefore, international relations must be re-established. With regard to the latter, it is already clear, that the magic concepts of democracy, justice, and good governance form the basis of strategic word games between potential donors on the one hand, and governmental as well as non-governmental 'chargés d'affaires' on the other. The international community, including the UN system, still does not make a real effort to get real insight in Guinea-Bissau's reality. The conflict in Guinea-Bissau has revealed that international analysis and evaluation of its political situation hardly depend on real insight, but rather on the (non-)existence of politico-economic interests, which are protected by the rules of international diplomatic legitimacy, which allegedly are based on the ideals of Western democracy. The least involved party in this is game is... ironically... *the population*.

Part 3: The second anniversary – June 2000

The elections of November 1999 and January 2000 were a stunning success. In spite of everything, the population of Guinea-Bissau massively went to the polling stations. During the November elections, about 85% of the registered voters participated. The results meant a massive support for pre-war opposition; the PAIGC lost its absolute majority and its candidate Malam Bacai Sanhá was beaten by the joint opposition candidate Kumba Iala in an impressive way during the final round of the presidential elections.

On June 7th 2000, in spite of the fact that it had been declared an official day-off, no festivities took place. A military defile was cancelled because of "lack of means" (*Diário de Notícias*, 8.6. 2000), and there was no sign of any public interest in having a party. June 7, the "Jota Grande", and the Junta Militar itself have lost a lot of credit. There still continues to exist a separate, not to say autonomous military power block, Ansumane Mané is still acting as a "co-president", and the government apparently lacks the authority, or the political courage to manifest itself as the sole legitimate ruler of the country.

Both in military as well as in political circles, rivalry and the quest for power are manifested again as the main dynamics. There is a constant criticism between politicians and parties, after the elections another two parties have been created, the PAIGC has demanded "another government", the daily newspaper has turned into a platform for personal quarrels, which are too vulgar to repeat here. At the same time, the international organisations and (potential) donors of the country still lack a minimum of mutual co-ordination – which in the present situation the national government itself cannot establish. Division among foreign partners, 'hidden partners' (what is Libya up to?), and particular interests among the national political and military elite continue to dominate the scene. The Casamance conflict still continues to pose a threat to sub-regional stability and security.

At the same time, the Bretton Woods institutions, the United Nations and the European Union force the government to elaborate nation-wide programs according to the latest fashions – Poverty Alleviation, Decentralisation and Good Governance; huge, holistic, abstract issues which bypass the national capacity to translate them into practical policy. Consequently, the good old habit of formulating "projects" – i.e. requests for money – is being taken up again. Unfortunately, the real needs as well as the renewed discontent among the population appear to remain outside the scope of the new leaders of a country, which as a nation hardly seems to exist.

SOURCES

Journalistic sources (June 1998 – March 1999)

Portuguese newspapers

- *Diário de Notícias*
- *Público*
- *Jornal de Notícias*
- *Expresso*

Senegalese newspapers

- *Le Soleil*
- *Sudonline*

Dutch newspapers

- *NRC Handelsblad*
- *De Volkskrant*

Correspondance with Bissau (August 1998 – March 1999)

- National Institute of Studies and Research
- SNV-Bissau

Interviews (institutions) – January 1999

- Government of National Unity, Bissau
- National Institute of Studies and Research, Bissau
- Embassy of France, Bissau
- Embassy of the Netherlands, Dakar
- Embassy of Portugal, Bissau
- Embassy of Sweden, Bissau
- Liga Guineense dos Direitos Humanos, Bissau
- Movimento da Sociedade Civil para Paz, Democracia e Desenvolvimento (NGO forum), Bissau
- CECRON (NGO forum), Bissau
- Supreme Court, Bissau
- Chamber of Commerce, Bissau
- Regional presidents of Bafatá and Biombo
- Villages of Pocon (Cacheu), Buntusu Canadu (Bafatá) and Quinhámel (Biombo)
- Various national consultants, public servants, business men and the people on the street, Bissau.

RESUMO

O conflito de 7 de Junho de 1998, e sobretudo a sua natureza militar, pode ser entendido como uma expressão da dimensão internacional da situação política na Guiné-Bissau. Enquanto os representantes parlamentares e da sociedade civil tentavam abrir o diálogo, o presidente da República activou a sua rede de parceiros estrangeiros: a "Opération Gabou", realizada dentro de um prazo "record", foi uma intervenção estrangeira – francófona – chamada para acabar com o problema em alguns dias. Sem a intervenção de mais uma outra parte externa que escolheu o lado da Junta Militar, a Guiné-Bissau seria sacrificada à democracia francófona, com as fronteiras fechadas, um boicote internacional e uma presença pesada da Ecomog como "força de paz". Sob a liderança de Portugal, a CPLP facilitou o contacto internacional indispensável à JM, o que resultou numa série de acordos, do cessar-fogo nos finais de Julho de 1998 até "Abuja" em Novembro do mesmo ano. Em Fevereiro de 2000, a 'nova democracia' da oposição foi estabelecida. Avaliando agora o (des)equilíbrio entre os custos humanos do conflito e o rendimento das promessas em nome da "J" da justiça e a "Mudança", essa nova democracia mais uma vez parece consistir sobretudo na legitimação do(s) relacionamento(s) entre os líderes nacionais e os parceiros estrangeiros.

O CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 7 DE JUNHO DE 1998: A CRISE DA LEGITIMAÇÃO

Fodé Abulai Mané

Introdução

A doutrina sempre debateu-se com problemas de definição dos elementos de caracterização das normas jurídicas. Em todos os momentos em que são produzidos instrumentos com algum carácter normativo, a questão da qualificação vem à ribalta, e a recente crise político-militar que a Guiné-Bissau viveu de 7 de Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999 permitiu o reacender da querela sobre a relevância desses elementos.

Assistiu-se, como nunca, a um desfile de argumentações jurídicas destinadas à legitimação das diferentes condutas e posições, as quais se revelaram em vários documentos cuja importância judicial analisaremos.

Convém destacar alguns destes problemas:

Um deles é o das fontes de legitimidade, isto é, da legitimidade formal contraposta à legitimidade factual, se assim me é permitido dizer, uma vez que a história recente da Guiné-Bissau é marcada pelo confronto destas duas fontes, que passam não só pelos círculos dotados de menos exigências de formalismos jurí-

dicos, mas também pelas estruturas militares e mesmo pelas da administração pública. Assiste-se sempre ao que alguns designam por conflito de gerações, mas que, analisado em profundidade, mostra que o que está em causa não é uma luta entre os velhos e os novos, ou dos conservadores em oposição aos renovadores, mas sim daqueles que entendem que as posições conquistadas através de certas acções ou práticas sobrepõem-se às que advieram das formalidades académicas ou políticas. Nestas lutas encontramos, tanto num lado como no outro, pessoas de diferentes gerações.

Um outro problema que os acontecimentos decorridos durante a crise revelam é o da eficácia de uma norma jurídica, cuja violação não pode ser sancionada pelos mecanismos normais que o direito põe à disposição das sociedades ou dos Estados democráticos.

Esta última questão traz à colação uma outra, já que o conflito guineense não deixou de ter os seus reflexos a nível externo: o da eficácia das normas ditas de direito internacional, fazendo levantar a velha questão da existência de um verdadeiro direito internacional como um ordenamento autónomo, com regras próprias, cujas normas são caracterizáveis de coercibilidade, contraposta à posição segundo a qual tais normas não passam de um conjunto de regras de cortesia que são invocáveis apenas nas relações em que os mais poderosos são afectados e querem servir-se delas para punir os fracos. Isso não obstante a enorme evolução a que se tem assistido nos últimos anos no campo do direito internacional público, que tem alguns marcos importantes a assinalar tais como a criação dos tribunais penais internacionais, para julgamento dos crimes considerados além do espaço de soberania de um Estado, como por exemplo os crimes de guerra na ex-Jugoslávia, no Ruanda ou a batalha jurídica protagonizada pelo mediático "caso Pinochet".

Também a experiência do conflito guineense levanta as questões da maturidade e do nível de cultura jurídica de um povo

como o guineense, e principalmente dos que estão envolvidos directamente no palco de operações, os militares.

Demonstrou-se que o problema da sociedade guineense não reside no nível cultural ou de evolução jurídica, ou ainda no nível de aceitação das regras da democracia vigentes nas nações ditas civilizadas, mas sim na organização das instituições, na distribuição dos rendimentos e na gestão da coisa pública, cuja responsabilidade cabe aos decisores políticos, considerados responsáveis pela situação geradora do conflito. Para as razões do seu procedimento podemos arranjar várias explicações, podendo destacar-se a sobreposição dos interesses pessoais aos nacionais, ou a inexistência de pressão política, económica e social suficiente e oportuna a exigir realizações.

Este nosso ponto de vista, como demonstraremos mais à frente, tem como base a utilização de argumentos jurídicos pelas partes em conflito como forma de despertar e convencer a opinião pública nacional e internacional da legalidade das suas acções, o que abriu uma autêntica corrida aos argumentos de legitimação.

A procura de legitimação

Deve-se, antes de tudo, distinguir a justeza de um facto e as formas adoptadas para a sua prossecução.

Era difícil encontrar um guineense ou um estrangeiro atento aos problemas do país que pudesse afirmar que o país andava ao ritmo desejado ou que não reconhecesse que as instituições de soberania do país eram encarnadas por pessoas das quais não se podia esperar muito mais do que atitudes idênticas às adoptadas até ao limiar do conflito.

Mesmo perante estas observações antecipadas, poder-se-á interrogar se era lícito o recurso à violência armada para resolver a situação.

As respostas podem variar, como se constatou com as diferentes posições assumidas no início da crise, principalmente no círculo dos chamados analistas políticos.

Mas, lembrando que um dos princípios de todos os sistemas jurídicos é o do repúdio ao recurso aos próprios meios para a realização da justiça privada, não era aceitável que um indivíduo ou grupo recorresse à força das armas para a realização da sua “justiça”, a não ser nos casos e nos limites legalmente estabelecidos.

Por estas razões, compreende-se porque é que houve uma série de condenações à atitude dos militares, principalmente por parte da comunidade internacional. Por exemplo, a União Europeia condenou a revolta militar na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros no Luxemburgo em 8 de Junho de 1998, e a mesma atitude foi adoptada pelo governo cabo-verdiano no mesmo dia. No dia seguinte, dia 9, foi a vez do Brasil, seguindo-se, no dia 10, o secretário-geral da ONU, Koffi Annan, e no 11 o governo norte-americano.

O discurso adoptado pelos responsáveis da revolta era todo no sentido de que não se tratava de uma tentativa de golpe de Estado, mas que ela era contra a actuação de uma pessoa que personificava uma instituição, o presidente da República, do qual não era esperada uma solução pacífica.

Este discurso passou junto da população, uma vez que estavam ainda bem frescas na memória das pessoas as decepções sentidas com o último congresso do PAIGC, poucos dias antes da crise, que foi um autêntico retrocesso nos passos dados para a edificação da democracia no país.

As atitudes de ponderação de alguns políticos nacionais, mesmo eles não estando com a ala dos militares revoltosos, pesaram na condenação formal e enérgica da revolta, tendo em vista a necessidade da proposição de um espírito de diálogo para ultrapassar a crise. Destacam-se neste aspecto os procedimentos dos deputados da Assembleia Nacional Popular, a qual, através da

sua Comissão Permanente, criou duas comissões para mediar o diálogo entre as partes, no espírito do princípio “primeiro a paz, depois a justiça” – o que irritou bastante o governo e o próprio Nino Vieira, e levou este a isolar-se não só das outras instituições, mas dos próprios militantes do PAIGC.

A partir destes esforços de cativação da opinião pública, começou o desfile de discursos com argumentos de legitimação, que iriam ser procurados não só nas normas constitucionais e outras fontes internas mas também nos acordos e tratados bilaterais.

A parte dos militares revoltosos demonstrava que não lhes era possível o recurso às instituições jurisdicionais para a realização dos seus direitos, invocando as violações que o presidente Nino Vieira praticava. A outra parte invocava a legítima defesa, porque segundo ela, vivia-se num Estado democrático, as instituições eram emanções da vontade popular, e então a ninguém era permitido recorrer à força para pôr em causa o seu normal funcionamento.

Os argumentos da parte governamental, fiel a Nino Vieira, poderiam ser aceites se tivessem sido seguidos todos os requisitos da legítima defesa, mas recordando que o não respeito destes meios de autotutela jurídica organizados pelo direito tem como consequências jurídicas a sua transformação em condutas ilícitas. Estes requisitos podem ser resumidos em proporcionalidade, actualidade e, mais que tudo, oportunidade, uma vez que os valores em causa devem ser sempre ponderados.

Nesta sequência, os apoiantes de Nino Vieira invocaram muitas vezes os acordos de cooperação e amizade entre as autoridades de Bissau e as de Dakar e Conakry para legitimarem aquilo que constituiu a maior aberração nos comportamentos adoptados durante o conflito: a intervenção de forças armadas estrangeiras.

Para não correremos o risco de uma análise longa e superficial, que retiraria a toda a nossa observação o carácter eminentemente jurídico-académico, convém analisarmos estes

documentos, pelo menos os mais citados, para vermos o peso dos argumentos invocados e, afastados os ânimos circunstanciais, ver a legalidade de certos actos. A ordem será a da sua menção e da sua produção.

Tratado de amizade e cooperação entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau

Analisando a conjuntura em que a Guiné-Bissau e o Senegal celebraram aquilo que se pode chamar o primeiro documento revelador das intenções de aproximação, pelo menos a nível político, entre os dois países, compreender-se-á as evoluções posteriores das suas relações e as suas consequências.

O "Tratado de Amizade e de Cooperação entre a República do Senegal e a Guiné-Bissau" foi assinado em 12 de Novembro de 1973, num período caracterizado pela efervescência do nacionalismo no continente africano, pois havia um grande número de países recém-independentes, e a euforia de sermos donos do nosso próprio destino estava bem presente.

Continuava a persistir no seio dos novos dirigentes a conhecida divisão entre "moderados" e "radicais" que caracterizou a própria história da criação e evolução da Organização da Unidade Africana (OUA)¹.

Também convém frisar que os dois países não se encontravam posicionados no mesmo plano relativamente aos blocos militares que protagonizavam a "guerra fria". Então, sendo vizinhos, seria desvantajoso para cada um deles ter um "inimigo" ao lado, o que seria bem aproveitado pelas potências estrangeiras.

Esta última realidade é o principal factor justificativo do acordo em análise. Portanto, o problema da Guiné era não só de estabilidade e independência, mas também de afirmação política

¹ Tomas Mestre, *Africa como conflito*, Cuadernos para el diálogo, Madrid, 1969, p. 141 e ss.

internacional. A sua importância estratégica, como salientou Spínola ao afirmar que “o conjunto Guiné e Cabo Verde ocupa um lugar-chave como ‘placa giratória’ das ligações aéreas e marítimas entre a África, as Américas e a Europa”², tornou-a num lugar cobiçado pelos blocos militares então existentes, em que os reflexos da “guerra fria” se sentiam nos processos de afirmação dos novos Estados africanos.

Isso mostra que havia condições suficientes para os amigos de um e outro, do bloco leste e do bloco ocidental, transformarem a zona em palco de constantes conflitos. Isso foi evitado devido ao dinamismo dos defensores dos ideais panafricanistas, que permitiam congregar as diferentes sensibilidades dos dirigentes africanos na mesma causa, a Unidade Africana.

Vendo exactamente o citado acordo, são essas ideias que foram formalizadas, revelando assim a sua importância fundamentalmente política. As outras, principalmente o aspecto jurídico internacional, invocáveis em caso de eventuais conflitos, são nele reduzidas.

As circunstâncias que apadrinharam a celebração do referido documento rapidamente evoluíram, tornando necessários novos entendimentos sobre as novas questões que vieram a preocupar os seus dirigentes.

Por conseguinte, eram necessários novos compromissos. Destes destaca-se o “Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa e Segurança entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau”, assinado em 27 de Julho de 1990, acordo esse invocado várias vezes pela parte fiel a Nino Vieira para justificar a intervenção das tropas senegalesas no conflito.

O reconhecimento de que o próprio Acordo carece de precisão levou a que fosse adicionado um protocolo sobre a mesma matéria, o qual é necessário analisar mais atentamente.

² António de Spínola, *Os problemas da Guiné*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1971, p. 18.

Protocolo adicional ao Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança e Defesa entre a República do Senegal e a República da Guiné-Bissau

Como temos vindo a demonstrar, os acordos assinados até então permitem-nos identificar quais os problemas mais preocupantes para os nossos países na época.

O evoluir da situação permitiu o renascimento ou a subida à superfície de algumas questões que se encontravam adormecidas no fundo das consciências dos actores políticos.

Estes problemas passaram a ser os da oposição interna em cada país, que podiam constituir factor de instabilidade, ou os da delimitação de fronteiras, a qual, como é sabido, é responsável pela maioria dos conflitos que opõem os Estados africanos.

Como os "acordos de cooperação e amizade" não tinham previsto as questões com relevância substancial em matéria de defesa e segurança, houve necessidade de elaborar um instrumento jurídico adicional, que, para além de revelador da consciência dos problemas que estavam a surgir, permitia e legitimava a colaboração entre as forças armadas, que se olhavam com uma certa desconfiança.

Este protocolo adicional foi o que a parte governamental, fiel ao então presidente Nino Vieira, invocou para justificar a presença dos soldados senegaleses no território guineense.

Voltando à essência jurídica destes instrumentos, veremos que, de acordo com as normas de recepção do direito internacional consagradas na nossa organização jurídica máxima, a Constituição, a sua eficácia depende da observância de formalidades internas.

Assim, em caso de crise que justifica a declaração do estado de sítio, deve-se verificar as recomendações do artigo 68º, alínea u), nos termos em que esta disposição remete a observância do artigo 85º nº 1, alínea i), ambos da CRGB:

A não observância de um comando constitucional retira a licitude a qualquer acto jurídico, mesmo invocando um instrumento internacional.

Quanto ao argumento mais ventilado nos órgãos de comunicação social, a “legítima defesa”, esta justificação não pega, uma vez que a legítima defesa tem de se conter dentro de certos limites, não servindo para alimentar iras ou caprichos de alegadas vítimas.

A desproporcionalidade dos meios utilizados e os prejuízos provocados pela intervenção e actuação dos soldados estrangeiros, neste caso os senegaleses, ultrapassaram os “males” que alegadamente tentavam evitar, porque, analisando o momento e as formas da sua actuação, se não houvesse excessos, os perigos de uma guerra com a envergadura que a do 7 de Junho teve podiam ser evitados, principalmente se se tivesse levado em conta as opiniões dos outros órgãos de soberania, em especial a Assembleia Nacional Popular, que também tinha muito a dizer nestas situações e que tinha escolhido o diálogo interno como via para solucionar a questão.

Para além destes desvios das próprias normas internas, analisando o âmbito da cooperação militar consagrado no citado protocolo, não se encontrou disposição alguma que permitisse a entrada das forças armadas de um país no outro para a resolução de um conflito interno. Mesmo as disposições do protocolo explicitam o âmbito e a forma de intervenção dessas forças armadas em ambos os Estados, definindo claramente a forma de realização de operações conjuntas no artigo 3º do texto, em que está estabelecido, no seu nº 2, que “as operações conjuntas consistem, após consulta prévia entre os Estados Maiores Gerais das Forças Armadas dos dois, em operações simultâneas de um ou do outro lado das fronteiras, cada uma das forças armadas manobrando dentro dos limites do seu território nacional”³.

³ Bol. CECRON, nº 3, 31.12.98 a 6.01.99, p. 2.

Apesar de tudo isso, não encontramos a fonte de legitimação da actuação dos soldados estrangeiros no conflito.

Se o recurso à violência por parte dos próprios militares para a resolução de uma situação interna é ilegítimo, a resposta adoptada pelas autoridades também não foi a permitida pelo direito interno.

Daf que, em nome dos valores em causa, se justificasse a colocação das partes beligerantes em posições idênticas a fim de, primeiro pensar em repor a paz, e com ela a legalidade constitucional, e depois resolver outros interesses da Nação, de que cada uma delas reclamava ser legítima defensora.

Antes de analisarmos a relevância jurídica dos documentos produzidos ao longo do conflito é necessário vermos a base jurídica de actuação do outro contingente de forças estrangeiras, o da Guiné-Conakry, também servindo de base os tratados e acordos assinados entre os dois países.

Tratado de Amizade e Cooperação entre a República da Guiné e a República da Guiné-Bissau de 6 de Agosto de 1994

Continuando a mesma orientação e enquadramento, o texto do acordo celebrado entre os países analisado no contexto em que foi produzido, nota-se a predominância do aspecto político sobre o jurídico. Ele é marcado pela abundância de termos abstractos e imprecisos, que servem apenas para revelar a força das vontades políticas.

Apesar deste conteúdo eminentemente político do tratado, ele abre perspectivas para a adopção de instrumentos com uma certa precisão jurídica que, ao mesmo tempo, permitem concretizar os anseios políticos das classes dirigentes e permitem ainda a celebração de outros acordos dotados de maior rigor e tecnicidade (ver o seu art. 7º).

Percorrendo todas as disposições do Tratado, não se destaca nenhuma norma jurídica capaz de limitar o comportamento de um Estado na sua cooperação com o outro, o que nos leva a alinhar com os tratadistas internacionais que consideram textos desta natureza de menor importância jurídica⁴.

Sabe-se que depois da independência de Guiné e Cabo Verde, as autoridades de Conakry e de Bissau passaram a ver as suas relações com uma certa expectativa. Esta era motivada por duas razões, a saber:

- a incerteza quanto ao desenvolvimento da unidade entre a Guiné e Cabo Verde, cujas contradições já se vinham manifestando em algumas situações durante a luta, e que a morte de Cabral em Conakry colocou de novo em evidência;

- a indefinição, na altura, do modelo de desenvolvimento a seguir pelo partido governante da Guiné-Bissau, se lembrarmos que alguns países consagraram expressamente nas suas bases orientadoras o modelo político-económico a seguir, seja marxista-leninista, que é centralizado, ou de economia de mercado.

A partir de um certo período, o desenvolvimento das relações entre os dois povos passou a ser marcado pelas relações de amizade entre os presidentes que governavam os respectivos países, em detrimento dos laços históricos e dos interesses comuns que os unem.

Lembrando que o presidente Lassana Conté, da Guiné-Conakry, ascendeu ao poder através de um golpe de estado contra um homem que gozava de um grande carisma entre as populações da Guiné-Bissau e que ele nunca conseguiu ultrapassar, precisava de um aliado próximo que tinha que cativar a todo o custo. Até pelas características do então chefe de Estado da Guiné-Bissau, a tarefa não lhe foi difícil, e esta relação de cumplicidade entre os dois “homens fortes” é que marcou toda a

⁴ Ver as questões de interpretação de tratados, v. g. Jorge Miranda, “Direito internacional público”, edição policopiada, Lisboa, 1991, p. 193 e ss.

relação entre os dois países até ao eclodir do conflito político-militar.

Por estas razões, bastou apenas a vontade de um para que o exército do outro interviesse no país vizinho sem a cobertura de qualquer suporte jurídico.

Sem muitos comentários de ordem política, podemos concluir que o texto em análise não oferece bases para a legitimação de qualquer intervenção de forças armadas de um país no outro, dentro dos parâmetros do contexto moderno de relacionamento entre os Estados, em que o direito internacional se encontra numa fase mais evoluída e a comunidade internacional organiza cada vez mais meios para a sua efectivação.

Voltando ao pormenor de que o Acordo limita-se a fazer remissão para futuras negociações de eventuais entendimentos sobre questões de vária natureza, na realidade não encontrámos algo que viesse a regulamentar a actuação das forças armadas dos dois Estados em operações conjuntas, nem encontrámos textos que possam ser comparados ao protocolo adicional ao tratado similar celebrado com o Senegal⁵.

Mesmo que estes tratados tivessem regulamentado a forma de participação das forças de um país no outro, com base nas regras da Convenção de Viena sobre os Direitos de Tratados, ter-se-ia que obedecer às regras do direito interno para a sua recepção, pois é a este que cabe a tarefa de disciplinar a entrada de qualquer norma internacional no espaço nacional. A violação de uma regra do direito interno, do grau de uma norma constitucional, torna viciada a aplicabilidade de qualquer acordo ou instrumento jurídico invocado. No caso do conflito guineense a verificação da existência de violações a esse nível é possível para qualquer observador, mesmo o mais distraído.

⁵ Bol. CECRON, nº 3, 31.12.98 a 6.01.99, pp. 3 e 4.

“Memorandum de entendimento” celebrado entre o Governo e a “Junta Militar” em 26 de Julho de 1998

O primeiro aspecto jurídico importante do *Memorandum* é o do reconhecimento, embora de uma forma um pouco tímida, da “Junta Militar” como um sujeito de direito, com base nas suas posições de facto⁶.

Este reconhecimento por parte dos mediadores primeiro, não é de todo criticável. Se considerarmos a posição de força com que a “Junta” participava nas negociações, baseada no seu domínio de pontos-chave no terreno dos combates e em nome da protecção de valores tão importantes como a vida e a segurança das populações, isso era inevitável. Embora no próprio documento se reconheça que há um atentado contra as instituições democráticas e se mande que sejam reconhecidas publicamente (alínea *a*) do *Memorandum*), não se procurou, no *Entendimento*, determinar a culpabilidade de um ou do outro, por ser inoportuno e desnecessário do ponto de vista político.

O próprio texto, embora sendo de passagens breves, denota a confusão e a incerteza que inicialmente reinavam em todo o processo, desde a hesitação em chamar a “Junta Militar”, referindo a sua autodenominação, até à indeterminação dos contornos precisos dos seus preceitos, tais como a posição das partes e a clarificação dos elementos de fiscalização do seu cumprimento.

Este documento, apesar de algumas deficiências, tem enorme importância, não só pelo facto de ser o primeiro obtido no decorrer do conflito, permitindo a cessação das hostilidades, mas também por ter servido de indicador aos mediadores de que se podia encontrar uma solução negociada para o conflito e que ela pas-

⁶ J. Miranda, *op. cit.*, p. 283; ver a implicação que isto tem na hierarquização dos direitos em T. Paine, *Direitos do Homem*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1998, p. 13, *in fine*. Ambos demonstraram a consideração de um sujeito jurídico em consequência da sua posição de facto.

sava necessariamente pelo respeito dos princípios fundamentais do direito.

A questão do cumprimento das normas estabelecidas naquele acordo merece ser destacada. Ela põe-se em relevo porque apesar da vontade política manifestada ao longo do texto, houve várias denúncias da sua violação vindas de ambas as partes.

Uma das razões apontadas para o seu incumprimento é a inexistência de mecanismos de fiscalização e de imposição, que o texto nem sequer previu. Isto tem a ver com a impossibilidade de as entidades envolvidas na mediação garantirem tal efectivação, se lembrarmos que ela foi obtida graças à intervenção da CPLP, que não dispunha de meios, não estava preparada para estas situações, nem era essa a sua vocação.

Isto mostra em parte como é que as coisas funcionam nas relações internacionais. As receitas para a resolução dos problemas de um país dependem dos interesses das grandes potências nesse mesmo país.

Neste âmbito, deve ser questionada a indiferença da comunidade internacional face ao conflito numa altura em que ainda se podia poupar a vida de muitas pessoas com uma intervenção firme e oportuna. Mesmo a CEDEAO limitou-se apenas a intervenções políticas, reclamando legitimidade para actuar, descuidando as suas limitações de vária natureza. Este facto foi bem patente no comunicado final do encontro da Praia de 25 de Agosto entre a CEDEAO e a CPLP, que precedeu o Acordo de Cessar-fogo do dia seguinte, que analisaremos a seguir.

Acordo de Cessar-fogo de 26 de Agosto de 1998

Apesar de surgir num espaço temporal relativamente afastado do *Memorandum*, a verdade é que em termos substanciais constitui um reforço dos princípios manifestados naquele.

Destaca-se na sua concepção o envolvimento activo da CEDEAO após várias críticas, e ao longo dos seus preceitos a

maior preocupação com a situação das populações, que viam a sua situação humanitária piorar cada vez mais, não obstante a existência de um entendimento sobre a manutenção das posições (alínea c) do *Memorandum*). Na verdade, cada um procurava obter uma posição no terreno que lhe desse uma certa força nas futuras negociações.

Este acordo também não está isento das características de timidez e de incerteza que marcaram o texto precedente, nomeadamente na definição da posição concreta onde cada um devia ficar e do formato dos mecanismos para a sua fiscalização e de interposição entre as partes.

O Acordo de Abuja. A pacificação e a sobreposição à Constituição

É evidente que o Acordo de Abuja foi obtido num momento em que a situação no terreno era completamente favorável às forças da "Junta Militar", o que permitiu a esta impor mais as suas pretensões no texto do documento, como por exemplo a questão da retirada total das forças estrangeiras (ponto 2.AA) e a criação de um Governo de Unidade Nacional que integraria representantes da "Junta" (ponto 4.AA). Contrariamente aos textos assumidos anteriormente, não se faz alusão ao regresso à normalidade constitucional, o que levou alguns a considerarem que este acordo passou a sobrepor-se factualmente à Constituição, por se reconhecer implicitamente a sua inaplicabilidade (da Constituição), valendo apenas os preceitos que estavam em conformidade com o espírito de Abuja, equivalendo a afirmar que a Constituição passava a ter um papel subsidiário ao Acordo.

Pesou a brevidade de todos os textos que estamos a analisar, e o Acordo de Abuja não fugiu à regra. Isso deu margem a interpretações diversas, como por exemplo a questão da segurança ao longo da fronteira com o Senegal (ponto 2.AA), considerada uma imposição da CEDEAO em defesa das pretensões do Senegal, cujo

móbil para a participação no conflito foi resolver o seu problema interno. Este preceito foi objecto de várias interpretações contraditórias.

Fazendo uma interpretação mais ampla do Acordo e comparando-o com os textos anteriores, conclui-se que nele foram incluídas todas as reivindicações que estavam a ser feitas pelos militares revoltosos, que contavam com a adesão maciça da população. Esta desde logo abraçou os ideais proclamados, resumidos na criação de um novo governo e na organização de eleições sem o controle do governo central, o que permitiria a renovação dos titulares de cargos públicos.

A continuidade das negociações para a precisão dos termos do Acordo foi o meio dilatatório conseguido pelas autoridades governamentais para imporem o que tinham perdido no campo militar, aproveitando a imprecisão dos preceitos do texto.

Realça-se as imprecisões constantes nos preceitos que falam na retirada das forças estrangeiras sem uma escala calendarizada, a fixação da força de interposição e a realização das eleições, que, para além de não estar bem delimitada, não reflectia uma situação realista.

À semelhança dos outros instrumentos jurídicos produzidos, não foi previsto nem existiu um meio de fiscalização capaz de garantir o seu cumprimento, nem um mecanismo de imposição das suas normas.

Como referimos no início deste trabalho, o conflito guineense ultrapassou as análises feitas apenas com base no direito interno. Também o Acordo de Abuja permitiu sustentar a tese jus-internacionalista do conflito e apontar as deficiências ou revelar as características do direito internacional, ou melhor o seu estado de desenvolvimento, pelo menos nesta parte da África (ver os seus pontos 2, 3 e 5).

Esta evidência internacional sobressaiu não só pelo alargado leque dos mediadores, mas pelo interesse de outros países no conflito e pela habilidade manifestada pelos representantes da

“Junta Militar” em se revelarem como intérpretes das aspirações da maioria.

O desfecho final e a busca da normalização institucional

A produção de textos normativos no momento crucial de um conflito armado não deve ser encarada com simplicidade e sobretudo com indiferença, não obstante a ausência de mecanismos de sancionamento das suas violações.

O importante é que ela revelou que existe uma sensibilidade perante as questões jurídicas relevantes, motivada pela relativa evolução da cultura jurídica do país.

Esta foi a base de tantas corridas na procura de argumentos político-jurídicos, para o convencimento não só da comunidade internacional, muito sensível às formalidades jurídicas, mas também da opinião pública nacional, que antes de fazer juízo das razões e dos métodos utilizados pelas partes, se encontrava dividida perante as incertezas próprias do princípio de um conflito violento a decorrer “dentro da nossa própria casa”.

Também o desfecho final do conflito, que consistiu na capitulação de uma das partes, permitiu que fossem ainda mais preteridos os instrumentos jurídicos produzidos, por a parte vencida se tornar incapacitada de reivindicar algum direito proveniente dos mesmos.

A partir desta data tornou-se evidente a habilidade política dos mentores da revolta militar, os quais, depois de uma vitória certa, renunciaram ao controle jurídico total da situação, fazendo apelo mais uma vez ao Acordo de Abuja como reconhecedor das suas posições, o que equivalia a afirmar que eles continuavam a ser partes e que este mantinha a sua validade jurídica, não obstante a situação se encontrar bastante alterada.

Todo este procedimento foi conduzido para afastar a ideia de que foi um assalto à força ao poder, um golpe de Estado, que

daria o controle total das instâncias de decisão. Este procedimento pode ser interpretado como um esforço para convencer a comunidade internacional, que não ia aceitar de imediato a conquista do poder pela via da força, principalmente num momento em que existe uma enorme pressão para o enveredamento pela via da democracia como forma de resolução dos problemas dos povos.

Assistiu-se a enormes esforços diplomáticos para convencer a comunidade internacional que a Junta Militar não assaltou nem assalta o poder, e que se manteve fiel aos seus princípios iniciais de não aceder ao poder.

Da Magna Carta à renovação das instituições democráticas

O protagonismo assumido pelos militares na fase de transição teve o seu ponto alto com a elaboração de um documento a propor à classe política e à sociedade em geral, o qual de facto permitiria aos militares fiscalizarem a actuação das instituições políticas com fundamento na necessidade de se evitar desvios que pudessem fazer o país retornar ao passado.

A forma como o documento surgiu e a sua própria designação, "Magna Carta", criou uma certa preocupação não só à sociedade guineense mas também à comunidade internacional, provando mais uma vez a sensibilidade que qualquer comportamento lesivo às aspirações de uma sociedade democrática podia provocar.

A "Magna Carta" remeteria a Constituição para um segundo plano, se tivesse sido aprovada nos moldes em que nos foi apresentada pela comunicação social, para além de impossibilitar qualquer emergência de outras fontes jurídicas.

A não aceitação da "Magna Carta" e dos outros documentos subsequentes é a prova da sensibilidade da população às questões jurídicas e da atenção que a comunidade internacional tem dado

ao desenvolvimento dos acontecimentos na Guiné-Bissau, lembrando que a questão dos direitos humanos pode ter a ver com as civilizações dos povos, mas que há sempre pontos de convergência que são sensíveis a qualquer violação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, ed. policop., Lisboa, 1991.
- MESTRE, Tomas – *Africa como conflito*, Cuadernos para el Diálogo, Edicusa, Madrid, 1968.
- THOREAU, Henry David – *A desobediência civil*, Estúdios Cor, Lisboa, 1972.
- PAINE, Tomas – *Direitos do homem*, Publicações Europa-América, Lisboa, 1998.
- HILL, Napoleão – *A lei do triunfo*, José Olympio Editora, São Paulo, 1945.
- SPÍNOLA, António de – *Os problemas da Guiné*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1971.

RÉSUMÉ

Cet exercice est une analyse juridico-doctrinale des divers arguments évoqués tout au long du conflit pour fonder la légitimité des actes des parties en conflit. Il s'agit d'une analyse dynamique, partant des textes juridiques produits avant la crise jusqu'aux documents élaborés pendant son déroulement. L'auteur commence par examiner la position de la communauté internationale sur la question avant d'aborder les caractéristiques, les fonctions et les objectifs des normes juridiques en partant de ce cas concret.

COMPREENDENDO A CRISE DE 7 DE JUNHO NA GUINÉ-BISSAU*

Carlos Cardoso

Introdução

A crise que durante onze meses assolou a Guiné-Bissau teve início no dia 7 de Junho de 1998, na sequência da destituição do ex-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o brigadeiro Ansumane Mané, acusado de incúria no tráfico de armas para os independentistas do Casamança (Senegal), e da nomeação de um novo, o brigadeiro Humberto Gomes.

Este amplo movimento de contestação social, que alguns se precipitaram em qualificar de *pronunciamento armado*, rapidamente se transformou num conflito de dimensão nacional, opondo de um lado o presidente da República e o governo, eleitos em 1994 e, do outro, a esmagadora maioria das Forças Armadas e uma parte considerável dos antigos combatentes.

Para explicar as causas do conflito foram avançadas várias hipóteses que, embora nem sempre formuladas sistemática e cabalmente, apontam para perspectivas diferentes na abordagem do

* Versão melhorada de uma comunicação apresentada, pela primeira vez, no II Seminário Internacional "Identidades, Poderes e Etnicidades na África Subsaariana", organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 7-8 de Maio de 1999.

mesmo. As mais importantes podem ser resumidas em três¹. A *hipótese historicizante*, sugerida por alguns intelectuais e estudiosos², faz remontar as origens do conflito a uma revitalização da tendência hegemônica do poder mandinga na sub-região. Partindo de uma suposta centralidade da etnia mandinga no mosaico étnico da Guiné-Bissau, esta tese evoca a pressão de um novo islão, mais ortodoxo, que nunca conseguiu controlar, até agora, o espaço entre o Gâmbia e o Corubal, aparentemente incorporado e moldado por uma historicidade longínqua, cujas origens remontam ao Império de Gabú. A *hipótese partidarizante*, proposta pela maioria dos partidos da oposição, explica a crise de 7 de Junho a partir da exacerbação das contradições e divergências que há muito vinham enfermando a prática e as estruturas do PAIGC³. Um dirigente de um dos maiores partidos da oposição qualificou-a de “uma luta entre facções”, enquanto que um outro a designou de “um sangrento ajuste de contas”⁴. Esta tese aproxima-se daquela protagonizada por uma parte da comunidade internacional, que parte do pressuposto de que a raiz do conflito assenta numa longa luta pelo poder no interior da elite dirigente,

¹ Estas três hipóteses não se contradizem entre si. Os defensores desta ou daquela explicação não excluem outras, embora se inclinem a considerar a sua como a mais próxima da verdade ou pelo menos como aquela que se sobrepõe às outras. Sobre a multiplicidade de origens do conflito, ver Pedro de Pezarat Correia, “Que conflito”, *Público*, 25.07.98.

² Ver por exemplo Carlos Lopes, “A pressão de um novo islão”, *Expresso*, 14.08.98.

³ Ver entrevista de Carimo Baldé, Secretário Executivo do PSD (Partido Social-Democrata da Guiné-Bissau) ao *Expresso*, 11.06.98, e de Helder Vaz, presidente do grupo parlamentar do RGB-Movimento Bafatá, ao *Público*, 19.06.98.

⁴ Segundo uma crónica publicada no *Público* de 26.06.98, o gabinete do ministro da Defesa de Portugal teria recebido um relatório segundo o qual o resultado do congresso do PAIGC representava “uma ameaça terrível para a lusofonia” e que era iminente o “golpe de Estado”. Ver igualmente Durão Barroso, “Guiné: as causas do conflito”, *Expresso*, 26.06.98 e Lino Bicari em entrevista ao *Diário de Notícias*, 27.06.98.

posta em causa pelas exigências populares de um governo democrático e responsável⁵. Finalmente, a *hipótese estatizante*, avançada igualmente por alguns estudiosos e observadores, vê na crise de Estado a razão principal do levantamento militar conduzido por Ansumane Mané⁶. É a hipótese para a qual nos inclinamos, como tentaremos demonstrar ao longo deste artigo.

Apesar de qualquer uma destas hipóteses ter contribuído para clarificar as origens do conflito, importa sublinhar que, a julgar pelo estado das pesquisas levadas a cabo até à presente data, nenhuma delas conseguiu fornecer explicações cabais sobre os acontecimentos que tiveram início na madrugada de 7 de Junho de 1998 e se prolongaram até 7 de Maio de 1999. Aliás, são cada vez mais correntes as opiniões que recorrem a uma multiplicidade de factores para explicar esta mesma crise, tal como o fez um estudioso da história recente do país, que escrevia: “as causas desta crise são inúmeras. Começa na forma como o PAIGC conduziu a sua luta nacionalista, passa pelo tipo de regime que se seguiu à independência e mais recentemente na forma como a democracia representativa foi introduzida no país e, sobretudo, no modo como a Guiné-Bissau tem sido governada até aqui”⁷.

Neste trabalho, que pretende ser mais pistas para do que propriamente o resultado de uma pesquisa aturada, parte-se da hipótese de que a rebelião armada de 7 de Junho é apenas a causa imediata de uma cadeia de fenómenos que concorrem para explicar o desencadear do conflito. A causa remota e mais profunda tem a ver com um conjunto de situações que há pelo menos duas décadas se vinham registando, e que tornaram o país vulnerável do ponto de vista da sua coesão social. As acusações à volta do

⁵ Opinião expressa pela Amnistia Internacional no seu relatório “Guiné-Bissau. Direitos Humanos em tempos de guerra e de paz”, Julho de 1999.

⁶ Ver Durão Barroso, *op. cit.*

⁷ José V. Lopes, *Público*, 16.06.99. O jornalista é autor da obra *Cabo Verde. Os bastidores da independência*, Instituto Camões e Centro Cultural Português, Lisboa/Praia, 1996.

tráfico de armas foram apenas a gota de água que fez transbordar o copo. O descontentamento há muito existente no seio das Forças Armadas e das camadas mais desfavorecidas da população fez cristalizar, em torno da entretanto denominada Junta Militar para Consolidação da Democracia, Justiça e Paz⁸, a rejeição de um regime que se tornou antipopular e de um poder personalizado na figura do presidente da República.

Neste conjunto de situações que acabaram por se constituir em factores que fizeram despoletar a crise iremos privilegiar os aspectos internos, deixando para outras análises os factores externos que, por seu turno, não deixaram de contribuir para criar a situação de crise e/ou para alimentá-la⁹.

Das origens do conflito

Uma grande parte das reflexões levadas a cabo até à presente data reconhece que a deterioração do Estado tem um papel importante na explicação das origens do conflito¹⁰. Na nossa hipótese, partimos do pressuposto de que a erosão do Estado e dos valores republicanos não só é a causa, como constitui a explicação principal das origens do conflito, situação esta que não foi criada, obviamente, de um dia para o outro, mas que se foi constituindo como o resultado de uma emaranhada sucessão de erros, desmandos e abusos de poder.

A deterioração da situação política e social já se vinha arrastando pelo menos desde há uma década atrás, embora se tenha

⁸ Designação completa da Junta Militar, instituída a partir da divulgação do seu Programa em Junho de 1998.

⁹ Sobre as causas externas do conflito, cf. Dirk Kohnert, "Aussenpolitische Hintergründe des gesellschaftlichen Umbruchs in Guinea-Bissau", comunicação apresentada no simpósio da APSA "Transformationsprobleme im subsaharischen Afrika - die Erfahrungen im portugiesischsprachigen Afrika", Ev. Akademie, 15-18.12.1999. Não publicado.

¹⁰ Cf. Durão Barroso, *ibidem*.

tornado mais evidente a partir do fracasso do governo saído das primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994¹¹. Segundo as palavras de um observador, que subscrevemos plenamente, “a natureza da actual crise remonta a uma longa data, fruto de má governação. O regime do PAIGC transformou-se rapidamente numa confederação de interesses económicos e tráfico de influências que provocou um estado de laxismo total. O regime manifestou uma inabilidade e incapacidade impressionante para responder às questões mais simples. O sistema funcionava como uma ficção política administrativa, que teve um efeito perverso: desresponsabilização por parte do Estado em relação às suas obrigações mais elementares”¹².

A discussão à volta do papel do Estado, que já se vinha alimentando desde os finais da década de oitenta, parece assim ocupar um lugar central na explicação da crise, e não só na Guiné-Bissau, como na África em geral. Naquilo que se podia considerar uma crítica implícita a todos os que colocam o acento tónico na responsabilização do Estado em relação aos desafios do desenvolvimento, alguns analistas nos têm proposto olhar o *décharge* do Estado com olhos diferentes. Por exemplo, ao analisar a forma como o Estado africano actual, num contexto de ajustamento estrutural, se posiciona perante as suas tradicionais tarefas sociais e económicas, algumas das teorias sociológicas africanistas defendem que não se trata propriamente de um desengajamento do Estado, ou essencialmente disso, mas de uma assumpção cada vez maior por parte das organizações da sociedade civil, ou desta no seu todo, de algumas funções julgadas essenciais por estas comunidades¹³. É aliás na esteira desta dis-

¹¹ Trata-se do governo liderado pelo primeiro-ministro Manuel Saturnino da Costa, que teve que ser destituído em bloco pelo presidente da República em Maio de 1996, na sequência de uma crise social generalizada traduzida em greves, manifestações e contestação ao governo.

¹² Ver João de Barros, *África Notícias*, 1998, pp. 4-5.

¹³ Ver *Politiques Africaines*, n° 73, Março 1999.

cussão que Béatrice Hibou afirma que *“nous n’assistons pas à la destruction de l’État, à sa remise en cause et à sa perte de légitimité et de souveraineté, mais à la continuation de sa formation ou de sa reconfiguration dans un contexte de multiplication des contraintes et aussi des opportunités internationales”*¹⁴. Colocando-se na mesma esteira, Mamadou Diouf fala da “privatização das economias e dos Estados africanos”¹⁵.

Quer se refiram à “privatização do Estado” ou ao “Estado em vias de privatização”, estas teorias têm todas a sua razão de ser se não as aplicarmos cegamente a todas as situações. Há que analisar caso a caso e ver até que ponto elas são aplicáveis ou não ao nosso contexto específico. No caso concreto da Guiné-Bissau eram cada vez mais evidentes os sinais que apontavam no sentido de um desengajamento crescente do Estado. Desde pelo menos a segunda metade dos anos 80, as tarefas sociais eram confiadas a organizações internacionais e da sociedade civil, dado o descrédito do sistema governativo vigente. Vivia-se um ambiente de ausência de Estado, com excepção aparente da polícia política e do demais aparelho repressivo, que se impunham como poderosos e onnipresentes. Fazendo analogia com outros países africanos, onde a situação era certamente mais dramática, pode-se dizer que o Estado guineense quase que deixou de existir. A título de exemplo, pode-se citar alguns projectos na área social, que reflectiam, em termos objectivos, este desengajamento. Dos cerca de doze projectos que o UNICEF financiava em 1996/97 no quadro da sua cooperação com o Ministério da Educação, cerca de um terço foi colocado sob a responsabilidade de organizações da sociedade civil no ano seguinte por falta de dinamismo das instituições públicas. Na área da saúde havia cada vez mais projectos a serem assumidos por ONG e organizações estrangeiras.

¹⁴ *Idem*, p. 7.

¹⁵ Cf. Diouf 1999:16.

No domínio da intervenção política – aquela em que, ausentando-se, o Estado perde toda a sua razão de existência – a situação era igualmente de grave precariedade. As instituições políticas tinham perdido a sua capacidade de prevenir os conflitos ou de contribuir para a sua resolução. Ora os mais recentes estudos em ciência política revelaram que governação significa gestão de conflitos. Governar um Estado não é só prevenir conflitos violentos que possam destruir o país, mas sim o esforço contínuo de gerir os conflitos ordinários entre grupos e suas exigências. Como a Guiné-Bissau vinha vivendo uma grande crise de governação, não era de esperar uma grande performance do Estado em matéria de gestão de conflitos. O Estado tornou-se incapaz de governar e por isso também não estava em condições de gerir os conflitos. As discórdias laborais, as tensões entre facções no seio da classe política, as lutas pelo controle dos escassos recursos económicos, todas estas discórdias que numa situação de pleno funcionamento das instituições e estruturas podiam ser negociadas e ultrapassadas, foram convergindo e afunilando-se num feixe de problemas que se tornaram incomportáveis para um tecido social já bastante estratificado.

Nas vésperas da madrugada de 7 de Junho os trabalhadores da Radiodifusão ameaçavam com uma greve; a totalidade dos funcionários da Função Pública receava o despedimento de um terço dos 12 mil funcionários, incluindo militares; a deficiente e mal preparada entrada do país na zona do franco não deixava de provocar alguma insegurança no seio das populações (de um dia para o outro 65 pesos passaram a valer 1 FCFA)¹⁶; o sistema educativo encontrava-se permanentemente perturbado pelas greves dos professores.

O amplo consenso conseguido para e através da luta de libertação nacional tinha sido quebrado e as normas e valores criados durante esta luta tinham sido minados. E mais uma vez aqui estão

¹⁶ Para mais detalhes sobre a entrada da Guiné-Bissau na zona do Franco CFA, ver Fafali Koudawo, *L'Afrique Politique* 1997, pp. 213-228.

os analistas políticos para nos dizer que *"when the regime lacks normative base, or fails in its ability to handle conflicts, it is further weakened in a downward spiral that can ultimately produce state collapse"*¹⁷. Foi o que aconteceu na Guiné-Bissau.

Com efeito, a situação nas Forças Armadas era de miséria. Os ordenados eram de fome e irregularmente pagos. O atraso no pagamento dos salários provocou o abandono das fileiras de centenas de militares, que regressaram às tabancas ou ficaram na periferia das cidades procurando sustento, e acabando por dar chama à parte mais resistente e operacional reunida em torno do seu porta-voz reivindicativo, o brigadeiro Ansumane Mané.

À miséria social dos soldados associava-se a degradação das condições de defesa e ataque em alguns ramos do exército. Existindo na altura um efectivo não superior a 2500 homens, estas forças encontravam-se numa situação em que quase não podiam contar com uma Força Aérea, uma vez que há muito que os aparelhos se tinham tornado inoperacionais e a famosa Brigada Mecanizada de Brá não tinha nenhum blindado operacional, por falta de peças. O que se passava com os agentes da Função Pública, i.e. soldos em atraso e falta de alimentação, acabava por se reproduzir nas Forças Armadas.

As ligeiras melhorias que se estavam a verificar nos níveis dos salários e em termos do seu processamento no Ministério das Finanças não foram suficientes para melhorar a sorte dos militares e dos civis ligados à administração, para já não falar da dos antigos combatentes, cujas pensões eram igualmente tão magras, a ponto de poderem ser considerados como salários da fome. Globalmente, os salários continuavam a ser extremamente baixos em relação ao custo real de vida, que entretanto continuava a subir sem cessar. Para dar uma ideia da situação, basta dizer que um quadro superior ganhava cerca de 15.000 FCFA, o que corresponde a aproximadamente 5000\$00 PT. Um saco de 50 kg de

¹⁷ Zartman, 1997:4.

arroz (base de alimentação dos guineenses) custava cerca de 12.000 FCFA.

Dizia-se que no seio das Forças Armadas havia mesmo uma situação de fome. O episódio do militar que em Fevereiro de 1998 se colocou à frente da escolta do presidente da República para lhe dizer que já havia dias que não comia é revelador da situação de desespero em que se encontravam as pessoas em geral e os soldados em particular. A carta dos antigos combatentes dirigida ao presidente da República e datada de Fevereiro de 1998 é o reflexo deste conjunto de situações que os signatários qualificaram da seguinte maneira: “estamos a viver sobre um barril de pólvora”¹⁸.

E como se isto não bastasse, no seio das próprias Forças Armadas verificava-se uma situação de clivagem. De um lado estava o “grupinho de oficiais”, a que Ansumane Mané se referia aquando das acusações à volta do tráfico de armas, e que eram o núcleo de uma parte da nova geração de quadros superiores militares, apoiantes de Nino, que este queria colocar no lugar dos velhos combatentes, para reformar as Forças Armadas. Do outro estava Ansumane Mané e o grupo de oficiais ex-combatentes, sem preparação moderna, mas com longa e valiosa experiência de guerrilha.

O negócio de armas era feito por altas patentes e pessoas melhor servidas dentro do regime – como aliás ficou revelado no Relatório da Comissão Parlamentar¹⁹ – mas ele não deixava de encontrar um terreno propício para uma acção de colaboração por parte dos soldados. Por um lado havia uma situação de fome, mas ao mesmo tempo todos queriam enriquecer-se à imagem dos que se encontravam nas estruturas superiores da hierarquia militar. A corrupção tinha aliás deixado de ter a conotação negativa que

¹⁸ Cf. carta dos antigos combatentes publicada no *Diário de Bissau*, 8 de Abril de 1998.

¹⁹ Cf. Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Tráfico Ilegal de Armas, 8 de Junho de 1998.

normalmente se lhe atribuía noutros tempos²⁰, tal como ficou reflectido na carta dos antigos combatentes que, entre outros aspectos, sublinhava que “nenhum combatente veio rico da luta e durante os primeiros tempos da independência ninguém procurava riqueza pessoal. Hoje alguns fazem correr sangue, se necessário, para serem ricos. Não era isso que Amílcar Cabral queria para a nossa terra”²¹.

A liberalização económica selvagem foi em parte responsável por este estado de coisas. Com efeito, com a adopção do PAE, aumentaram as desigualdades sociais e a corrupção apoderou-se do aparelho do Estado. A administração pública ficou infectada por actos ilícitos. Nas vésperas do despoletar do conflito a Inspecção Superior contra a Corrupção (ISCC) na Guiné-Bissau, num relatório enviado em Março à Assembleia Nacional Popular, denunciava compras e vendas do Estado sem transparência e casos “em que muitos responsáveis políticos exercem actividades empresariais privadas paralelas à área do respectivo pelouro, situações que são no mínimo nebulosas, antiéticas e imorais”, ao mesmo tempo que referia que não foi dado seguimento a qualquer dos seus relatórios finais²².

As normas do funcionalismo público deixaram de ter qualquer valor. A boa governação, tão cara às instituições do Bretton Woods, foi sendo adiada *sine die*, ao mesmo tempo que a tão sonhada *leadership* esclarecida continuava a ser uma miragem, uma realidade estranha à Guiné-Bissau. Resumindo, pode-se dizer que o país chegou a uma situação em que as instituições não funcionavam, ninguém prestava contas a ninguém e todos

²⁰ Refere-se aos primeiros anos que se seguiram à conquista da independência, em que havia um maior controle do comportamento dos dirigentes e uma moralização da vida pública.

²¹ Ver a carta dos antigos combatentes dirigida ao presidente da República em Fevereiro de 1998 e publicada no *Diário de Bissau*, 8.4.98.

²² Ver relatório da ISCC apresentado à Assembleia Nacional Popular em Março de 1998.

queriam enriquecer-se o mais rapidamente possível sem olhar a meios. Na Função Pública havia milhares de funcionários fictícios, ao mesmo tempo que proliferava a criação de lugares ou funções fictícias apenas para suportar amigos.

O supracitado relatório da ISCC apontava “o enriquecimento súbito e inesperado de muitas pessoas responsáveis, tanto no passado como no presente, pela gestão dos bens, dinheiros ou outros interesses públicos”²³ como um dos graves problemas da administração do Estado. Estas pessoas, acrescenta o relatório, tornaram-se “em tão pouco tempo ricas ou ostentam importantes sinais de riqueza e de conforto, sem no entanto deixarem rastros de qualquer processo transparente de endividamento no sistema bancário”²⁴.

Os valores encontravam-se totalmente invertidos. De uma situação em que o trabalho honesto, a dedicação ao país, a solidariedade para com os mais desfavorecidos, a conduta moral irrepreensível eram virtudes a cultivar, passou-se para uma situação em que a corrupção e o enriquecimento pessoal a todo o custo, o nepotismo, o clientelismo, o deixa-andar se sobrepuseram a quaisquer outros valores.

A sublevação militar levada a cabo por Ansumane Mané parece ter motivações pessoais, mas as razões que levaram à adesão esmagadora e à revolta da população prendem-se com a ausência de orgânica do Estado, em que os interesses do país eram relegados para um plano inferior, onde as instituições funcionavam com muita debilidade, ou praticamente não existiam, porque tudo dependia do PAIGC e do seu presidente.

O país que hoje é a Guiné-Bissau é aliás o resultado de sucessivos desvios e desleixos. A situação era de tal forma degradante que se podia pensar que nos anos que sucederam à conqui-

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

ta da independência, o país nunca fora tomado a sério pelos seus próprios dirigentes.

Primeiro, foi o desvio da linha de pensamento de A. Cabral e dos princípios de equidade e justiça social que nortearam a luta de libertação nacional. Num artigo relacionado com o conflito em análise, um conhecedor de Cabral dizia: “A terceira morte de Amílcar Cabral tem sido um penoso e contínuo processo de esquecimento. Tem sido sobretudo a contradição entre a degradação da vida política e social da Guiné e tudo o que ele sonhou para ela. O negociismo e a ostentação dos dirigentes, as suas ligações perigosas no exterior, a miséria, a doença, a fome do povo – eis a mais penosa das mortes de Amílcar Cabral”²⁵.

Há quem atribua estes desvios às dificuldades “normais” da transição da luta armada para a batalha do desenvolvimento económico, dificuldades essas relacionadas com lutas internas, incapacidade de garantir o desenvolvimento, violência sistemática na resolução, eliminação de antigos camaradas, etc. Mas estas explicações não são suficientes para fundamentar tamanho esquecimento e tamanho desvio.

Segundo, as advertências suscitadas pelo dito Movimento Reajustador de 14 de Novembro parecem não ter contribuído para melhorar a situação. Antes pelo contrário, o rumo que os acontecimentos tomaram após esta data parece ter agravado estes desvios. O “Movimento Reajustador” de 14 de Novembro, que preconizava repor a regularidade no funcionamento das instituições, descentralizar as tomadas de decisão e imprimir uma maior democraticidade à vida política, acabou por se revelar impotente perante o profundo enraizamento da prática do unanimismo político e da centralização excessiva do poder. As práticas políticas reiteradas, expressão de uma estratégia de dominação social e política, traduziram-se em marcas duradouras, cuja influência

²⁵ Manuel Alegre, “As várias mortes de Amílcar Cabral”, *Expresso*, 4.7.98.

continuou a fazer-se sentir mesmo após a proclamação do pluralismo político.

Terceiro, o processo de democratização desencadeado em 1991 nunca foi assumido em toda a sua dimensão. As instituições democráticas eleitas não funcionavam como tal. Ou elas eram manipuladas ou funcionavam como se da emanção de interesses particulares se tratasse. Mais uma vez se deu a impressão de que a tão propalada democracia era assumida apenas na sua dimensão formal. E mesmo assim, ficaram por cumprir algumas destas formalidades. As eleições autárquicas foram sendo adiadas sem razão plausível. Talvez porque, após ter perdido o domínio da sociedade política, o PAIGC, partido no poder, não queria perder o controle da sociedade civil, que através da instituição do poder local podia organizar-se melhor em defesa dos seus interesses.

A função do presidente da República, que devia ser a incarnação da legalidade, da constitucionalidade e da justiça, deixou-se confundir com actos condenáveis. O provérbio africano que diz que “o peixe estraga pela cabeça” aplica-se perfeitamente a esta conjuntura social e política. Ele reflecte melhor do que qualquer discurso a lenta degradação do Estado e das elites governantes em geral e do presidente em particular. A ineficácia proveniente da cimeira da pirâmide do poder acabou por gangrenar todo o aparelho de Estado. O que um especialista chegou a dizer em relação aos presidentes africanos era perfeitamente válido para o presidente da Guiné-Bissau. “Ao longo de trinta anos de poder, a função presidencial em África soube conjugar o abuso de poder e a impotência em governar, a universalidade das atribuições e a pobreza dos resultados, a duração e a ineficácia, o fracasso e a arrogância”²⁶.

Resumindo, pode-se dizer que as causas imediatas da crise que assumiu a forma armada eram a expressão da erosão do Estado, consubstanciada no não funcionamento das instituições,

²⁶ Jean François Revel, 1992. Ver também Eugène Nymbal, 1994.

fossem elas civis ou militares, na perda de valores e na instalação da corrupção generalizada. A única coisa que passou a contar era o dinheiro. Ninguém controlava ninguém. *C'était la pagaie*. Estava-se perante uma situação de degradação das condições de governabilidade, que só podia conduzir à perda de legitimidade das autoridades estatais. E não foi por acaso que durante o conflito a questão da legitimidade assumiu uma dimensão central.

Legalidade versus legitimidade

Tanto o governo, liderado por Carlos Correia, como o presidente Nino Vieira vinham reclamando uma legitimidade de poder que teriam conquistado nas eleições legislativas e presidenciais realizadas em 1994 e declaradas na altura pela comunidade internacional como sendo justas e transparentes. Enquanto decorria o conflito, uma parte não negligenciável desta mesma comunidade (União Europeia, CPLP, CEDEAO, etc.) baseou-se neste facto para condenar a rebelião armada de 7 de Junho.

Em 1980 o presidente João Bernardo Vieira tinha-se valido dos mesmos métodos para destituir o regime de Luiz Cabral, acusando-o de desvios da linha de Amílcar Cabral e dos objectivos da luta de libertação nacional, desvios estes que teriam conduzido à deterioração da vida política e das condições de vida das populações.

Apesar de ter visto o seu mandato sancionado por eleições consideradas livres, o poder instituído em Bissau após Julho de 1994 não só estava longe de poder ser considerado democrático, como também resistia a determinadas mudanças no sentido do aprofundamento da democracia. O regime de Nino Vieira vinha sendo acusado de desrespeito pela Constituição (não aceitação da separação dos poderes executivo, legislativo e judicial, não cumprimento do princípio de rotatividade do poder através do bloqueio camuflado da realização das eleições autárquicas, no-

meações arbitrárias de indivíduos para altas funções da hierarquia estatal, tomando como único critério considerações de ordem partidária e de clientelismo), corrupção generalizada, inclusive nas altas esferas do aparelho estatal)²⁷.

Se se atender ainda a que uma das funções da história é ajudar a ler e compreender o presente, seriam dignos de menção os seguintes factos, que envolveram directamente o presidente Nino Vieira, e tendem a fazer questionar esta suposta legitimidade. Primeiro, o presidente Nino Vieira ganhou as eleições presidenciais de 1994 com muita dificuldade, nomeadamente numa segunda volta, com cerca de 52% dos votos, enquanto que o seu rival, Kumba Yala, um político jovem, conquistava 49% dos votos; o seu partido, o PAIGC, não conquistou mais do que 37% dos votos.

Segundo, o presidente Nino Vieira, na qualidade de presidente do PAIGC e presidente da República, vinha recorrendo a métodos pouco ortodoxos e antidemocráticos para se manter na

²⁷ Com o desencadeamento da crise, ficou agravado ainda mais este desrespeito pela lei fundamental, erigendo o presidente da República em único poder actuante na Guiné-Bissau. A comprovar esta degradação do poder político em Bissau estava a situação de estado de sítio, mesmo que ninguém o tivesse declarado. A Assembleia Nacional não foi sequer consultada para o efeito. As forças armadas senegalesas invadiram o país, sem que esta, ou qualquer outro órgão tivesse sido chamado a pronunciar-se sobre o assunto. Assistiu-se aliás a uma paralisia total deste e demais órgãos do Estado, que já era débil e se encontrava em erosão ainda antes da crise militar. A intervenção de tropas estrangeiras, principalmente senegalesa e da Guiné-Conacry, entretanto condenada por vários círculos independentes, contribuiu para agravar ainda mais o conflito, imprimindo-lhe um carácter regional e mesmo internacional. Segundo os círculos oficiais, a intervenção das tropas senegalesas teria sido feita a coberto de um acordo assinado entre os governos da Guiné-Bissau e do Senegal em 1975, mas sabe-se que não estava fora dos cálculos do poder em Dakar a utilização desta intervenção para resolver o conflito do Casamança, que já se vem arrastando desde há pelo menos quinze anos. O envolvimento maciço deste país, com cerca de 3000 homens armados e meios sofisticados, bem como o fecho da fronteira norte que liga os dois países, foram dois dos traços desta teimosa e não menos questionada “ajuda” que custou ao Senegal a vida de largas dezenas dos seus filhos.

chefia do PAIGC, autoproclamando-se líder nacional incontestável.

Terceiro, sendo duplamente e ao mesmo tempo o único presidente na Guiné-Bissau, ele vinha-se valendo invariavelmente de métodos bárbaros para afastar tudo e todos que lhe quisessem fazer sombra. Quarto, contrariamente ao que se espera de um líder com o carisma que o presidente Nino Vieira gostaria de ter, foi incapaz de proporcionar aos guineenses uma visão que pudesse guiá-los rumo ao futuro, faltando-lhe um projecto de sociedade. Quinto e por último, o presidente Nino Vieira pretendia ser o presidente de todos os guineenses, mas não só tinha a maioria dos militares do regime contra ele, como também os seus antigos companheiros de armas. Por isso o seu desespero em deitar mão a tropas estrangeiras de um país irmão para se manter no poder, ceifando a vida de milhares de pessoas, incluindo os seus próprios companheiros de armas.

Estes factos revelam igualmente que estávamos em presença de pelo menos duas lógicas de legitimação de poder. Uma que assentava numa interpretação formal dos resultados das urnas e outra que a estas formalidades quer associar resultados palpáveis na melhoria das condições de vida das populações, seja ela a nível da administração da justiça ou da promoção da saúde e da educação dos cidadãos. A pergunta que persiste é até que ponto e a coberto de que lógica pretendiam o presidente e o seu governo gozar de alguma legitimidade.

Tudo leva a crer que perante a força dos acontecimentos que acabaram por configurar a crise de 7 de Junho, a lógica de uma legitimidade formal teria sido ultrapassada por uma outra, tornando necessária a transformação da legalidade democrática em legitimidade democrática²⁸.

²⁸ Sobre este assunto, ver Lars Rudebeck 1999.

BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, M. – “As várias mortes de Amílcar Cabral”, *Expresso*, 4.7.98.
- BARROS, J. de – “Guiné-Bissau - Pedra sobre pedra, ergueu-se a miséria, a guerra e a destruição”, Editorial, *África Notícias*, Dezembro, 1998, pp. 4-5.
- DIOUF, M. – “Privatisations des économies et des États africains”, *Politique Africaine*, Paris, n° 73, Março 1999, pp.16-23.
- LOPES, J. V. – “O desespero da Guiné”, *Público*, 16.06.99.
- NYMBAL, E. – *Afrique: Quels changements après la faillite*, Editions Nouvelles du Sud, Paris, 1994.
- AMNISTIA INTERNACIONAL – *Guiné-Bissau. Direitos Humanos em tempos de guerra e de paz*, AI, Julho de 1999.
- REVEL, J.-F. – *L’Absolutisme inefficace*, Plon, Paris, 1992.
- RUDEBECK, L. – “Multiparty Elections in Guinea-Bissau: viewed against late-colonial non-party and post-colonial single-party elections”, in Michael Cowen and Liisa (eds.), *Elections in Africa*, James Currey, Londres, 1999.
- ZARTMAN, W. (coord.) – *Governance as Conflict Management. Politics and Violence in West Africa*, Brokings Institution Press, Washington, D.C., 1997.

RÉSUMÉ

Cet article se propose d'analyser les causes qui sont à l'origine de la crise ayant conduit au soulèvement du 7 juin 1998. Partant d'un passage en revue des diverses tentatives d'explication du soulèvement, l'auteur admet l'existence d'une multiplicité de facteurs ayant contribué au déclenchement de la crise. Ceux-ci commencent par la manière dont le PAIGC a conduit la lutte anticolonialiste et vont jusqu'à la forme d'introduction de la démocratie pluraliste dans les pays en passant par le type de régime instauré après l'indépendance. Parmi ces diverses tentatives d'explication, celle qui privilégie l'érosion de l'Etat et par conséquent la détérioration des conditions de gouvernance paraît la plus plausible. A la lumière des plus récents débats sur le rôle de l'Etat africain dans le nouveau contexte de reconfiguration de l'espace politique, l'auteur met en évidence la détérioration du secteur

publique qui se traînait depuis une dizaine d'années. Il montre que même la substitution de l'Etat par les organisations de la société civile dans ses fonctions les plus élémentaires n'a pas pu empêcher la descente aux enfers. Le régime de Nino Vieira s'était transformé en une confédération d'intérêts économiques et le trafic d'influence avait provoqué un état de laxisme qui s'est traduit, entre autres phénomènes, par l'incapacité de l'Etat à répondre aux questions les plus simples et de responsabiliser les différents acteurs sociaux de leurs actes.

UMA LEITURA DO CONFLITO GUINEENSE

Mamadú Jao

Introdução

O conflito armado¹ que opôs o ex-presidente da República, Nino Vieira, e uma ala das Forças Armadas da Guiné-Bissau organizadas em torno de uma autoproclamada Junta Militar encabeçada pelo então exonerado das suas funções de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané, saldou-se em grandes prejuízos para a Guiné-Bissau.

Durante os cerca de onze meses que perduraram as hostilidades (7 de junho 98 a 7 de maio 99) não só foram ceifadas vidas humanas cujo número exacto continua ainda por determinar, mas também não escaparam a esse flagelo outros sectores da vida nacional tais como o sector das infraestruturas (sociais e habitacionais), bem como um número incalculável de bens públicos e privados. Só na cidade de Bissau os prejuízos em termos de infraestruturas habitacionais elevaram-se a mais de cinco mil

¹ Tendo deflagrado na madrugada de sete de junho de 1998 a partir de um dos aquartelamentos militares nos arredores da capital, Bissau, o levantamento militar pouco a pouco se alastrou para todos os cantos do território nacional até se transformar numa verdadeira guerra civil, com uma maciça participação popular.

casas. O balanço em termos de perdas humanas ronda as seis mil vítimas. Entre elas figuram não só elementos das forças armadas das duas partes beligerantes, mas também da população civil (mulheres, crianças e velhos).

Continua a não haver consenso entre os analistas da matéria sobre as principais causas deste conflito tão sangrento e cruel, jamais visto no território da Guiné-Bissau. Mesmo a guerra anti-colonial, que durou cerca de onze anos, não atingiu a crueldade que esta de onze meses apenas; se se tiver em conta o tipo de armamento utilizado por ambas as partes, as atrocidades praticadas por uns e outros, nem parecia um conflito entre elementos que há tempo lutaram irmanados contra um mesmo inimigo.

Para uns, o conflito de sete de junho foi uma surpresa. O argumento dos defensores desta tese é sobretudo de ordem económica. Para eles o conflito deflagrou numa altura em que a economia da Guiné-Bissau estava a caminhar tão bem (um crescimento à volta dos 5% ao ano) que não se justificava um levantamento de tamanha crueldade como este que aconteceu no país. Para outros, uma situação revolucionária já havia sido criada no país ao longo dos anos. Portanto, o despoletar do conflito não devia constituir surpresa para ninguém.

Não é a nossa intenção prolongar aqui este debate, pois ele é largamente retratado em várias outras contribuições no quadro da presente publicação. Por isso, vamos apenas fazer referência a alguns elementos que, ao nosso ver, podem ajudar a compreender melhor o contexto da Guiné-Bissau no período imediatamente anterior à guerra. Só com base nesta compreensão se pode analisar com objectividade as causas e a natureza do conflito de sete de junho. Esta análise permite ver que as causas do conflito não devem ser resumidas simplesmente através de evocação de factos isolados, tais como o afastamento do brigadeiro Mané, o tráfico de armas para Casamansa, o último discurso de Nino Vieira na Chapa de Bissau, etc. É um complexo de factores que entra em jogo e que ao longo dos anos acabou por estar na base da criação

de condições objectivas e subjectivas para o despoletar do conflito.

Nessa ordem de ideias, concordamos com aqueles que falam da constituição de uma situação revolucionária no país no momento do início da contenda, mais ou menos à moda leninista, ou seja, em sete de junho de 1998 a situação era tão tensa que “as autoridades não podiam mais continuar a conduzir o país com base nas premissas anteriores e muito menos a população (civil e militar) estava interessada em continuar a viver como vivera até essa altura”. É só nessa perspectiva que pode ser enquadrado o conteúdo da mensagem dos antigos combatentes tornado público através da carta/memorandum em Fevereiro de 1998, onde se anunciava claramente a gravidade da situação em que o país se encontrava, ao ponto de se ter considerado que os guineenses estariam a viver em cima de um barril de pólvora que a qualquer momento podia chegar ao ponto de explosão.

A própria situação económica, política e social da Guiné-Bissau nessa altura dá razão ao grito de alarme lançado pelos veteranos da guerra anticolonial. A nossa contribuição vai começar precisamente pela análise de alguns indicadores (económicos, políticos e sociais) que, para nós, não são mais do que os verdadeiros indicadores da crise guineense que teriam estado na base do conflito.

O contexto do país nas vésperas do conflito

Economia

Apesar da alegada performance da economia guineense de que os relatórios davam conta nas vésperas do conflito, a Guiné-Bissau apresentava um perfil de desenvolvimento muito longe daquilo que se poderia considerar desejável. Por exemplo, a elevada taxa de crescimento económico de que se gabava o país em nada esta-

va a contribuir para a alteração da situação do país no *ranking* mundial em termos de desenvolvimento e muito menos ainda para a melhoria das condições de vida da maioria da população guineense.

Os sucessivos relatórios do PNUD² dos últimos anos colocaram sempre a Guiné-Bissau na lista dos países que menos progresso alcançaram em termos de desenvolvimento humano. É assim que o país continua a fazer parte do grupo dos dez países menos avançados do planeta. Segundo algumas fontes, cerca de noventa por cento da população guineense continua a viver com menos de um dólar americano por dia, significando isso que essa elevada parcela da população vive em condições de vida muito deploráveis. A maioria não consegue ter mais do que uma refeição por dia. Dito de outro modo, sujeitam-se ao regime de um “tiro”³.

Além disso, o país é marcado por aberrantes disparidades regionais em termos de distribuição de rendimentos e de outros benefícios sociais (educação, saúde, etc.)⁴. O rendimento *per capita* dos guineenses continua a ser dos mais baixos a nível do continente e talvez mesmo a nível de todo o planeta (um pouco mais de 200 dólares americanos)⁵.

Política

Depois de mais de vinte anos sob um regime de partido único, a Guiné-Bissau, após longas pressões de ordem interna e

² Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

³ Em crioulo da Guiné-Bissau, a expressão significa precisamente ter apenas uma refeição em cada vinte e quatro horas.

⁴ Estas disparidades foram confirmadas pelo Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau publicado no ano de 1997.

⁵ É preciso dizer que a situação piorou ainda mais com o conflito. Hoje, há quem estime o rendimento *per capita* na Guiné-Bissau em 180 USD apenas (fonte: Augusto Costa).

externa, abre-se ao multipartidarismo em 1991. Com a queda do **artigo 4º** da Constituição de 1984, que dava ao PAIGC (partido da **Luta de Libertação Nacional**) o privilégio de ser a única força **política** autorizada no país (única e exclusiva força dirigente da **sociedade guineense**), começam a surgir no país novas forças **políticas** em oposição ao partido que há mais de vinte anos **conduzia** os destinos do povo da Guiné-Bissau⁶. Os partidos de oposição não tinham uma tarefa fácil frente ao PAIGC, um partido com longos anos de experiência política e bem enraizado em todo o espaço nacional.

A dificuldade de intervenção dos novos partidos foi acrescida ainda mais devido ao facto deles nunca terem conseguido estabelecer uma plataforma de entendimento por forma a poderem constituir uma frente unida contra o seu adversário político no poder. Cada um, à sua maneira, procurava (talvez por medo de vir a partilhar o poder com os outros) conduzir sózinho a sua luta política e num contexto que não era de todo favorável, já que a maior parte desses partidos nem sequer tinha uma organização interna sólida.

Este erro estratégico da oposição guineense teve o seu reflexo nos resultados das primeiras eleições multipartidárias organizadas em 1994, onde o PAIGC saiu vitorioso nas legislativas e nas presidenciais, apesar de o presidente cessante ter sido forçado a uma segunda volta e das suspeitas que pairavam sobre a

⁶ Até aqui foram legalizados na Guiné-Bissau dezasseis partidos políticos: Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC, partido de luta anticolonial), Fórum Cívico Guineense Social Democracia (FGC/SD), Frente Democrática (FD), Frente Democrática Social (FDS), Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING), Liga Guineense de Protecção Ecológica (LIPE), Movimento de Unidade para a Democracia (MUDE), Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido Democrático do Progresso (PDP), Partido de Renovação e Desenvolvimento (PRD), Partido para a Renovação Social (PRS, actualmente no poder), Partido Unido Social Democracia (PUSD), Resistência da Guiné-Bissau (RGB), Partido Social Democracia (PSD), Aliança Socialista Guineense (ASG) e Partido Popular Guineense (PPG).

sua vitória, por o somatório dos votos conquistados por toda oposição ser superior àqueles do partido então no poder.

Esta derrota da oposição parece ter levado alguns partidos a tentarem adoptar uma nova estratégia de luta política. Tudo leva a crer que a palavra de ordem para alguns deles passou a ser “agora não vamos medir mãos nem ver pelas consequências, o que interessa é a conquista do poder”. Pelo menos é o que algumas das recentes declarações de dirigentes de alguns desses partidos deixa transparecer. Há pouco tempo, o ex-presidente do Partido de Renovação Social (PRS) veio confessar publicamente o seu envolvimento pessoal e directo na sensibilização dos antigos combatentes para pegarem em armas e, por essa via, procurarem encontrar solução para os seus problemas⁷. Significa isso que alguns políticos tiveram que desencadear (não se sabe porquê) estratégias de luta política à margem daquilo que foi estabelecido pela lei-quadro dos partidos políticos. Tendo em conta todas essas reviravoltas na cena política guineense, torna-se necessário analisar as causas do conflito de sete de junho também nesta perspectiva.

O sector social

*“...entre as condições necessárias ao desenvolvimento económico e social ... encontra-se em lugar de destaque a capacidade dos países em canalizar investimento para os sectores sociais...”*⁸

Os sectores sociais não só apresentam uma fraca performance comparados com a situação nos restantes países da sub-região,

⁷ Neste momento há pelo menos um partido de oposição que tomou a iniciativa de levar o declarante ao tribunal por considerar actos dessa natureza um atentado contra a segurança do povo guineense. Trata-se do recém-criado partido Aliança Socialista, havendo mais partidos da oposição que pretendem fazer o mesmo.

⁸ Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau (1997).

mas também são caracterizados por gritantes disparidades mesmo a nível interno (há falta de equidade interna). Essas disparidades são mais notórias entre a cidade e o campo.

De um modo geral verifica-se uma falta de investimento interno, quer da parte do sector público, quer da parte do sector privado na área social. Essa situação faz com que os indicadores desse sector não sejam nada encorajadores, senão vejamos:

a) Educação

O investimento público no sector da educação em relação ao PIB tem sofrido um constante revés ao longo dos anos. Ele baixou de 1,9% em 1987 para 0,9% em 1994. São indicadores que estão muito aquém não só do mínimo desejável para elevar o nível do ensino do país, mas também se encontram muito abaixo da média dos países da sub-região, calculada em 7%. O nível de investimento por aluno na Guiné-Bissau também teve um revés, tendo caído de 20 dólares americanos durante o ano lectivo 1988/89 para 16 em 1994, enquanto a média dos países da zona é de 24 dólares. O lugar do sector educativo no Orçamento Geral do Estado também não tem progredido de forma desejável. Ele atinge os 17% no ano lectivo 1983/84, decresce em 1990 para 7,5% e volta a subir em 1995 para 10,4%, contrapondo-se à média sub-regional de 20%.

Este fraco investimento no sector educativo teve o seu reflexo no funcionamento do sistema, quer do ponto de vista operacional, quer em relação à qualidade do ensino administrado. O próprio interesse do cidadão pelo ensino tem baixado progressivamente ao longo dos anos. Há muito tempo que a educação escolar deixou de ser uma referência para uma boa parte dos guineenses. Prova disso é a imagem que se tem hoje do profissional de ensino: um homem ou uma mulher coitado(a), dependente, que não só recebe pouco, mas também passa muito tempo sem ver esse pouco a que tem direito.

É assim que nem por brincadeira as crianças sonhavam com a carreira de professor na Guiné-Bissau. Toda a gente sabia que ser professor na Guiné-Bissau significa antes de mais entregar-se a uma vida de miséria⁹. Na verdade o que se está a dizer em relação ao ensino é também válido para o resto dos sectores do funcionalismo público. Costuma-se dar mais tónica à educação e à saúde pela simples razão de estas serem consideradas sectores-chave.

Por isso, as causas da baixa taxa de escolarização não se devem procurar só do lado da oferta do sistema educativo mas também do lado da procura, ou seja, a vontade que os cidadãos têm de procurar o ingresso no sistema e de manterem-se nele até ao fim.

Além dos factores de bloqueio de ordem material, existem outros: os entraves culturais existentes em algumas comunidades, por exemplo. Há meios culturais onde uma parte das crianças quase que continuam predestinadas a não frequentar a escola. A componente feminina da população é a que normalmente mais sofre com esta situação.

Isto é válido pelo menos em alguns círculos sociais dentro do território nacional. A tendência parece apontar cada vez mais no sentido de o cidadão tentar encontrar outras alternativas que lhe ofereçam mais garantias e portanto maior segurança no futuro. A prática pode-se resumir neste momento apenas em duas alternativas: ou termina-se a escola e cai-se no desemprego, ou termina-se a escola e tem-se um emprego mal remunerado.

Daí que muitos preferem jogar pelo seguro desde muito cedo, tentando orientar os seus educandos para áreas de formação profissionalizante (mecânica, carpintaria, etc.) em lugar de, como muitos dizem, lançar os seus filhos para uma área da que ninguém sabe ao certo o que irá resultar. Por outro lado, como o

⁹ Embora a principal referência seja aqui a do professor, esta mesma referenciada/imagem pode ser extensiva à maioria dos funcionários guineenses, com maior destaque para os servidores do sector público.

país carece de estabelecimentos de ensino profissionalizante, a maior parte dessa aprendizagem é feita em círculos do sector informal. Diz-se que o país está à procura de saída para esta situação. Oxalá que assim seja e que esta saída seja encontrada dentro de um espaço de tempo útil.

b) Saúde

O sector da saúde também não foi melhor servido nesse sentido. A tendência dos indicadores sanitários dos últimos anos dá fortes motivos para preocupação. Além de os indicadores tradicionais (esperança de vida, mortalidade materno-infantil, prevalência de infecções de ordem diversa, etc.) apresentarem taxas muito elevadas, índices esses agravados com o conflito político-militar que assolou o país durante cerca de um ano, a evolução de doenças como a sida tem tido uma progressão tal que, segundo os especialistas da área, se não se tomarem medidas urgentes para inverter a tendência vigente, é o próprio futuro do país que poderá ser posto em causa dentro de pouco tempo.

Além das pandemias de cólera que estavam ciclicamente a ceifar centenas de vidas, a sida já constituía um perigo que poderia dentro de pouco tempo começar a criar problemas sérios ao país. Os casos do vírus tipo HIV1¹⁰, que tinham um índice de prevalência quase insignificante, tinham estado a ter um crescimento assustador. O quadro a seguir ilustra bem a complexidade desta questão.

¹⁰ Como se sabe, o vírus HIV1 é mais patológico do que o HIV2, até aqui mais característico na Guiné-Bissau. Segundo as estatísticas disponíveis, a Guiné-Bissau é o país com mais prevalência do vírus HIV2.

*Taxa de prevalência de infecções de HIV nos doentes
de consulta externa suspeitos de seropositividade
(1993 -1999)*

ANOS	HIV1	HIV2	HIV1+2	TOTAL ¹¹
1993	1,3%	10,3%	1,4%	2.718
1994	2,7%	12,3%	1,9%	2.393
1995	3,7%	10,1%	3,2%	1.927
1996	4,7%	13,0%	2,9%	1.861
1997	4,8%	10,3%	2,4%	1.699
1998	7,6%	11,1%	1,9%	719
1999	14,2%	17,6%	5,9%	462

A situação era mais preocupante quando se sabia que, perante esse quadro sombrio, continuava a não haver um engajamento prático por parte das autoridades.

Por exemplo, o Orçamento Geral do Estado continuava a não contemplar verbas para fazer face a essa situação. A Guiné-Bissau continuava a relegar a solução desse tipo de problemas para projectos com financiamento externo. Como de costume, quando era assim, estes serviços funcionavam enquanto os projectos estivessem de vida. No dia em que acabasse o financiamento externo cessava também o funcionamento dos serviços, enquanto o problema ia-se agravando.

Teoricamente, sabia-se que os sucessivos governos que dirigiram este país desde a independência até à data presente (já lá vão cerca de vinte e cinco anos) sempre consideraram os sectores

¹¹ Representa o total de indivíduos submetidos ao teste. A primeira coluna do quadro que retrata a percentagem das infecções do HIV1 (1991-1999) mostra bem a tendência progressiva das infecções deste tipo de vírus; e como é do conhecimento geral, o vírus HIV1 é o mais perigoso. Os dados são do Laboratório Nacional de Saúde Pública da Guiné-Bissau, apresentados aquando da Conferência Nacional de Reflexão sobre a Sida, organizada pelo Ministério da Saúde da Guiné-Bissau, com patrocínio da OMS (Bissau), em 29 de Junho de 2000.

de educação e saúde como centros de preocupação e prioridade da sua governação; contudo, mais de 97% das verbas de investimento desses dois sectores continuou a ser suportado por organismos de cooperação¹². Conclusão: as prioridades teóricas desses sucessivos governos não corresponderam às suas prioridades práticas. A justificação foi sempre a mesma: éramos um país pobre, justificação que há muito tempo deixou de convencer até o mais simples cidadão. Será que aí também não se encontram elementos que possam estar na base do conflito de sete de junho? É uma questão que vamos deixar em aberto e à consideração de todos.

c) A desigualdade de oportunidades entre os cidadãos como causa do conflito

Apesar de tudo, havia uma minoria de gente que conseguia levar uma vida que não tinha nenhum enquadramento dentro dos parâmetros de condições de vida que se dizia o país ter. Ao lado de gente que não conseguia ter mais do que uma refeição em cada vinte quatro horas encontrávamos indivíduos que se davam ao luxo de terem no seu quintal, para o seu uso e para o uso dos seus próximos, “ene” número de veículos com custos unitários superiores a cinquenta mil dólares americanos, vivendo em habitações apetrechadas com aparelhos de ar condicionado em cada canto da casa, com os filhos a estudarem nas melhores escolas e universidades de Paris, Londres ou Nova Iorque. Isto num país onde mais de metade da população se diz viver com menos de um dólar americano por dia, e que ia sobrevivendo na base do duro e penoso regime de um “tiro”.

Esta disparidade muitas das vezes entre colegas que ontem pegaram em armas para afastar um inimigo comum (os agentes da colonização) não deixou de criar ao longo do tempo um certo

¹² Cf. Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano da Guiné-Bissau (1997).

sentimento de revolta. As causas do conflito devem ser vistas também nesta perspectiva.

A solidariedade entre os cidadãos: o principal salva-vidas das populações durante o conflito

O presidente da Associação Guineense dos Pequenos Comerciantes realçava numa entrevista o papel desempenhado pelo sector informal no abastecimento em víveres às populações deslocadas em diferentes zonas do país durante o período do conflito. Este responsável associativo justificava a sua afirmação através da total paralisação das actividades empresariais de grande envergadura durante esse período, o que, segundo ele, não aconteceu com o sector do pequeno comércio.

Ao lado do nobre papel desempenhado por estes retalhistas e por muitas outras instituições de cariz humanitário a nível interno e externo (Igrejas, ONG, Bombeiros, Cruz Vermelha, entre outras), a solidariedade interna entre os populares figura entre os principais factores que atenuaram o sofrimento das populações durante a guerra, particularmente do grupo dos deslocados.

Esta tese é válida durante todo o período do conflito, mas particularmente no decurso dos primeiros meses, onde todos assistiam todos, independentemente do tipo de relações que ligavam as pessoas. Não foram raros os casos em que os moradores dos corredores por onde passavam os deslocados vindos de Bissau colocavam comida, água e outros víveres junto à estrada para o livre consumo das populações que vinham abandonando a capital (os corredores Bissau/Gabú e Bambadinca/Buba são exemplos desse tipo de solidariedade).

É verdade que nem tudo foi tão linear durante todo o período do conflito. A natureza das relações entre os deslocados e as populações para onde se dirigiam esses deslocados passaram por algumas fases, em função, por um lado, do tempo e, por outro

lado, das zonas geográficas. Há pelo menos três fases que se podem destacar nesse sentido¹³:

- 1ª fase: Junho - Outubro 1998
- 2ª fase: Outubro 1998 - Janeiro 1999
- 3ª fase: A partir de Janeiro 1999 em diante.

A primeira fase pode ser caracterizada por uma solidariedade total e generalizada entre todos os guineenses. Durante este período todos ajudaram todos, independentemente de se ser parente, vizinho ou conhecido. Não é por acaso que, apesar do considerável número de deslocados que diariamente abandonavam Bissau em direcção ao interior, raros foram os casos de famílias que se alojavam ao ar livre; isso em qualquer canto da Guiné-Bissau. Toda a gente encontrava um cantinho dentro ou na varanda de uma casa, de uma escola, etc. para estender o seu colchão ou a sua esteira para pernoitar com a sua família. Foi o momento mais alto da expressão de solidariedade entre os guineenses, talvez mesmo jamais visto. Não era raro ouvirem-se entre populares comentários como este: "Provocaram guerra entre eles e agora somos nós a pagar os custos; temos que nos ajudar". Esta era a filosofia que orientava o comportamento da população¹⁴.

Com a segunda onda de deslocados, iniciada com o reacender das hostilidades em Outubro de 1999¹⁵, as relações entre os refugiados de Bissau e as populações de determinadas zonas nos arredores da capital começam a piorar. Uma das causas dessa nova situação está relacionada com a duração do conflito. A guerra prolongava-se e isso começou a desgastar a boa vontade e

¹³ Cf. Estudo sobre crianças afectadas pelo conflito armado na Guiné-Bissau, Rádda Barnen/UNICEF, Bissau, julho de 1999, p. 37.

¹⁴ Por exemplo eu mesmo e a minha família fomos acolhidos durante meses por uma família pepel da localidade de Prábis (cerca de 18 km de Bissau) que nunca tínhamos visto anteriormente.

¹⁵ Referimo-nos à data de 18 de Outubro, já que os tiroteios do dia 9 do mesmo mês não se prolongaram por muito tempo, o que fez com que muita gente permanecesse dentro da capital.

a paciência das populações do interior, sobretudo das que se encontravam nos arredores de Bissau (como foi por exemplo o caso de Prábis, uma localidade situada a escassos dezoito quilómetros de Bissau). Mesmo assim, a maior parte dos deslocados puderam ainda encontrar também desta vez locais de agasalho, embora já num ambiente algo diferente daquele que vigorava durante a primeira fase.

A constatação, a partir de um determinado momento do conflito, de alguns fenómenos em desfavor das populações das zonas de deslocação levou a que essas populações comesçassem a perder gradualmente a paciência e o calor no acolhimento de novos deslocados. Trata-se do fenómeno de uma certa insegurança que se começou a verificar no domínio sanitário. Os resultados de um estudo realizado pelo Projecto de Saúde de Bandim (também na localidade de Prábis) mostraram que durante o conflito a taxa de mortalidade infantil tinha subido em flecha e que a população local era a mais vitimada¹⁶. De acordo com os resultados do referido estudo, a taxa de mortalidade tinha subido 7,2 vezes durante o conflito na zona de Prábis e o fardo dos residentes nessa taxa era largamente superior à dos deslocados de Bissau (4,5 vezes)¹⁷. Este tipo de fenómenos em nada vieram a contribuir para a manutenção de boas relações entre a comunidade dos deslocados e as populações hospedeiras.

A terceira fase, a partir de 31 de Janeiro de 1998, dia que marcou mais um reacender das hostilidades entre as duas partes em litígio, foi mais difícil para os deslocados de guerra. Havia zonas em que as populações já não estavam dispostas a receber gente deslocada. Duas razões parecem estar na base de decisões dessa natureza: primeiro, porque a gente já estava cansada da

¹⁶ Cf. Peter Aaby, Joaquim Gomes, Manuel Fernandes & outros, "Nutritional status and mortality of refugee and resident children in a non-camp setting during conflict: follow up study in Guinea-Bissau", in *BMJ*, 2 October 1999, vol. 319, pp. 878-881.

¹⁷ *Idem*.

guerra; segundo, devido ao próprio ambiente que se instalou em Bissau e arredores, como por exemplo o recrutamento de milícias¹⁸ (os “nguentas”) por parte do presidente Nino Vieira, dos quais mais de noventa e cinco por cento eram da sua própria etnia (Pepel). Com este novo dado começa haver complicações entre aderentes da Junta Militar e certos elementos da comunidade Pepel. Estes últimos eram acusados de estarem a apoiar o presidente Nino Vieira. Como consequência começam a registar-se casos de restrições da circulação de elementos da etnia Pepel para dentro e fora da capital e de outros tipos de maus tratos por alegados combatentes da Junta Militar. Não foram poucos os casos de denúncia deste tipo de práticas através dos órgãos de comunicação social (a RDN¹⁹ em particular durante os dias que se seguiram ao 31 de Janeiro de 1998). No dia 13 de Fevereiro num dos noticiários da Rádio-Difusão Nacional denunciava-se o caso de um cidadão da etnia Pepel que fora amarrado durante dezasseis horas, espancado e a quem foram retirados alguns haveres por supostos elementos da Junta Militar sem ter feito nenhum mal.

Felizmente não é uma situação que se possa generalizar a todo o território nacional. Casos deste tipo só se registaram em Bissau e arredores e não muito mais. Pode ter havido mais um ou outro caso, mas foram momentos que nunca escaparam ao controlo das autoridades. Hoje parece mesmo as pessoas estarem

¹⁸ De recordar que esta decisão do ex-presidente Nino Vieira em fazer recurso ao recrutamento de milícias da sua etnia não é uma novidade a nível do continente africano. Presidentes de muitos países africanos tiveram o mesmo tipo de comportamento em momentos de aflição: temos os casos dos presidentes Macías Nguema (Guiné Equatorial), Idi Amin (Uganda), Jean-Bedel Bokassa (República Centro-Africana), etc. Há muito mais exemplos. É das coisas que alguns analistas apelidam de “vírus da etnicidade no continente africano” (cf. Okwudibia Nnoli, “Conflitos étnicos em África”, in *Ciências sociais em África, alguns projectos de investigação*, CODESRIA, Dakar, 1992, p. 97).

¹⁹ Rádio-Difusão Nacional, sob controlo dos apoiantes do então presidente Vieira.

a não dar importância a este tipo de acidentes de percurso que ocorreram durante o conflito e agora a tendência é mais de aproximação entre os guineenses²⁰.

Apesar de tudo, a solidariedade que reinou durante a maior parte do tempo do conflito de sete junho entre as populações deslocadas da cidade e os habitantes do interior não só merece um realce, mas ao mesmo tempo ela deve ser encorajada através de acções concretas dos governantes e dos políticos em geral.

Nem tudo foi um mar de rosas no reencontro das famílias durante o conflito

Peter Geschiere & Josef Gugler fizeram menção num artigo da interconexão que sempre existiu em África entre os habitantes da cidade e os seus parentes do meio rural. Segundo estes autores, "*A special characteristic of urbanisation in Africa is the continuing commitment of many urbanites to the village*"²¹. Ainda segundo os mesmos autores, "em África não se pode compreender a vida dos habitantes urbanos sem fazer referência ao envolvimento dos mesmos nas suas zonas rurais de origem e, da mesma forma, a compreensão do contexto em que vivem os habitantes do meio rural só é possível prestando uma atenção

²⁰ Com isso não se está a tentar cobrir os atritos de natureza "tribalista" que têm vindo a acontecer um pouco por muitos cantos da Guiné-Bissau nos últimos tempos: no Norte, entre muçulmanos e djolas (felupes), e entre balantas e mandingas; no Leste, entre fulas e mandingas, acontecimentos que já há muito tempo que não se registavam na Guiné-Bissau. São factos que não se podem negar, factos que não são característicos no relacionamento entre as diferentes etnias da Guiné-Bissau e que por isso precisam de um certo tipo de seguimento e análise mais aprofundada no futuro. Só assim o país poderá vir a ter uma compreensão mais objectiva sobre as motivações que estão na base do seu surgimento e traçar assim uma estratégia que permita combater este mal pela raiz.

²¹ P. Geschiere & J. Gugler, "The Urban-Rural Connection: Changing Issues of Belonging and Identification", in *Africa* 68, 1998, p. 311.

especial ao papel desempenhado pelos seus irmãos e suas irmãs que se encontram a viver na cidade”²². Estas constatações de Geschiere & Gugler foram confirmadas no contexto do conflito de sete de junho na Guiné-Bissau.

A ligação e a interdependência entre a cidade e o campo transpareceram na Guiné-Bissau durante todo o período do conflito. Estas relações de interdependência revelaram não só a sua parte positiva mas também os estrangulamentos. Assim, apesar de o espírito de solidariedade ter dominado no relacionamento entre deslocados de guerra e a população do interior, nem por isso deixaram de registar-se casos de fricções. Alguns desses percalços despertam alguma curiosidade. Curioso é o facto de que boa parte dos casos desta natureza aconteceram entre indivíduos ou famílias que detinham algum tipo de relações de parentesco. Por exemplo, houve casos em que famílias do interior não quiseram receber os seus parentes vindos de Bissau, alegando que estes desde o momento que foram para a cidade nunca mais se lembraram deles.

Deste ponto de vista pode-se dizer que o conflito foi também, de certa forma, uma oportunidade para os habitantes do interior mostrarem aos bissauenses que eles existem e valem por alguma coisa. Factos dessa natureza não deixam de confirmar o dito popular segundo o qual “o povo perdoa, mas não esquece”.

²² *Idem, ibidem.*

BIBLIOGRAFIA

- AABY, P., J. Gomes, M. Fernandes & outros – “Nutritional status and mortality of refugee and resident children in a non-camp setting during conflict: follow up study in Guinea-Bissau”, in *BMJ*, 2, October 1999, vol. 319, pp. 878-881.
- CARDOSO, C. e J. Augel (coord.) – *Guiné-Bissau Vinte Anos de Independência*, INEP, Bissau, 1993.
- CODESRIA – *Ciências Sociais em África. Alguns projectos de investigação*, CODESRIA, Dakar, 1992.
- GESCHIERE, P. e J. Gugler – “The Urban-Rural Connection: Changing Issues of Belonging and Identification”, *Africa* 68, 1999.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA – *Estudos Nacionais Prospectivos a Longo Termo (Guiné-Bissau 2025 Djitu Ten)*, INEP, Bissau, 1996.
- KOUDAWO, Fafali e Peter Mendy (coord.) – *Pluralismo político na Guiné-Bissau, uma transição em curso*, INEP, Bissau, 1996.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL – *Análise de Dados Estatísticos do Ensino Básico 1991/92 a 1997/98 e Previsões para o Horizonte 2000*, MEN, Bissau, 1998.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE PÚBLICA – *Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário da Guiné-Bissau 1997- 2001*, vols. I e II, Ministério da Saúde Pública (MSP), Bissau, 1997.
- MONTEIRO, António Isaac (coord.) – *Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau. Análise dos efeitos sócio-económicos*, INEP, Bissau, 1996.
- PNUD/ INEP – *Perspectivas de Desenvolvimento Humano na Guiné-Bissau*, PNUD/INEP, Bissau, Julho 2000.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. – *Estrutura e Função nas Sociedades Primitivas*, Edições 70, nº 36, Lisboa, 1989.
- RADDÄ BARNEN/ UNICEF – *Estudo sobre crianças afectadas pelo conflito armado na Guiné-Bissau*, Raddä Barnen/Unicef, Bissau 1999.
- Relatório do Desenvolvimento Humano*, Trinova Editora, Lisboa, 1997.
- Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano*, Bissau, 1997.

RÉSUMÉ

L'article commence par analyser les causes et les conséquences du conflit du 7 juin 1998. En ce qui concerne les causes de la guerre, il identifie deux explications contradictoires: l'une proche du pouvoir selon laquelle le déclenchement du conflit constitue une véritable surprise; l'autre soutenant qu'en Guinée-Bissau, toutes les conditions (objectives et subjectives) étaient déjà réunies pour le déclenchement d'un conflit sanglant comme celui que les Guinéens ont connu. La principale conclusion à retenir est qu'au moment du conflit le pays traversait une profonde crise dans divers secteurs économiques et sociaux. L'analyse porte également sur ce qu'il est désormais convenu d'appeler les "atténuants de souffrance" de la population le long du conflit. Entre autres facteurs il met en évidence le rôle prépondérant de la solidarité communautaire. Le texte s'achève avec la démonstration du fait qu'en dépit d'une prédominance des rapports de solidarité entre la population déplacée de Bissau et celle de l'intérieur du pays pendant la période des hostilités, il fut enregistré quelques désagréments entre ces deux populations dans certaines localités.

A TRAGÉDIA DE JUNHO DE 1998

Factos e Comentários

Leonardo Cardoso

Introdução

A complexidade do momento histórico que a Guiné-Bissau atravessa caracteriza-se por uma definição pouco clara da forma de articulação do trinómio Presidência da República, Governo e Junta Militar. A este facto se acrescenta o obscuro panorama político, o relativo pouco tempo transcorrido entre o fim das hostilidades e o dia em que estas reflexões são feitas, período em que o retrato objectivo dos factos pode ser encarado como um atentado à glória e à personalidade de muitas figuras. O conjunto destas situações limita e, em certa medida, condiciona as análises sobre o período de crise generalizada que culminou no conflito político-militar que durou onze meses e onde a guerra se fez sentir em três fases com durações, intensidades e impactos diferentes.

É neste ambiente difícil – aliás, nunca foi fácil escrever sobre a história recente – que vamos abordar algumas questões que se prendem com o que pode ser considerado as razões do conflito, as reacções e os posicionamentos dos indivíduos, organizações e países ao longo deste período.

Em relação às razões do conflito, é posta tónica nas assimetrias existentes tanto a nível económico como social, assimetrias que, se não são fruto da má governação ao longo de vários anos, não deixam de ter íntimas relações com ela. O país foi conduzido ao extremo de as populações não poderem e não quererem continuar a viver da mesma forma, fazendo ombro com o governo, que já não tinha condições de dirigir à moda antiga, sempre com base em métodos cada vez mais contestados.

Maiores dificuldades foram encontradas na abordagem do ponto concernente às diferentes reacções e posicionamentos.

A complexidade deste assunto é tal, e nós estamos plenamente conscientes do facto, que apenas o tempo a poderá ultrapassar e esclarecer, pois cada dia que passa vários temas deixam de ser tabu, novos factos e elementos de análise vêm à luz, os interesses individuais e colectivos deixam de ser os mesmos e a correlação de forças passa a ser outra. Enfim, maior profundidade se pode dar à questão.

É neste emaranhado de situações que aparece este nosso trabalho, que está longe de encerrar as nossas reflexões sobre o conflito político-militar que opôs dois velhos camaradas de luta, dois amigos que durante trinta e sete anos comungaram muita coisa e guardaram vários segredos, muitos dos quais viriam a ser desvendados. O tempo seguramente desvendará tantos outros e nesse momento poderemos escrever a história com toda a objectividade que a caracteriza.

As razões do conflito: uma crise generalizada

Diferentemente do que se tem propalado em vários círculos de discussão, os onze difíceis meses da história recente da Guiné-Bissau não se deveram ao tráfico de armas para o Casamança ou à exoneração de Ansumane Mané do cargo de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Estes foram apenas dois

factos, dois momentos de um processo onde vários fenómenos se sucederam, amadurecendo e propiciando a revolta generalizada. É neste contexto que os militares apareceram a liderar o processo encabeçados pelo seu chefe, revoltoso devido ao seu afastamento sem que tivesse sido apurado o seu envolvimento no negócio de armas que vinha se arrastando há já muitos anos.

Portanto, o conflito político-militar que formalmente começou a 7 de Junho de 1998 com o levantamento de um grupo de homens armados não deve ser visto senão como consequência de um longo período de crise política, económica e social.

Um olhar à vista desarmada da situação que se vivia na Guiné-Bissau nas últimas duas décadas de vigência dos sucessivos governos do então partido no poder, o PAIGC – partido que, por sinal, conduziu uma luta armada exemplar e foi a vanguarda dos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas –, nos faz lembrar a chamada situação revolucionária a que, no seu tempo, Lenin¹ se referira, situação esta caracterizada por três momentos fundamentais:

- crise de direcção, que no caso da Guiné-Bissau se traduzia numa crise de governação e na má gestão dos assuntos do Estado;
- as difíceis, senão mesmo precárias condições de vida da esmagadora maioria da população;
- a incompatibilidade entre as exigências subsequentes à introdução da economia de mercado com as suas regras e as débeis potencialidades económicas e financeiras do país, aliadas ao limitado poder e capacidade de intervenção da massa empresarial.

Numa só frase, o governo já não tinha condições e não podia continuar a dirigir da mesma forma, e o povo, por seu lado, não queria continuar e não suportava viver nas mesmas condições. Estas três características, breve retrato da Guiné-Bissau, deixa-

¹ V.I. Lenin, *Obras completas*, tomo 26, p. 218.

vam antever uma crise generalizada e abriam as portas para grandes convulsões sociais e políticas.

A debilidade do sector social e económico

Numa análise sobre a situação política, económica, social e cultural do país, Peter Mendy² escreve que a presidência de “Nino” Vieira caracterizou-se por guerras entre facções com alegações de golpes de Estado assim como pelo afastamento de líderes do PAIGC e das Forças Armadas. Estas lutas faccionais no seio do partido-Estado e das Forças Armadas foram gerando tensões políticas entre 1980 e 1990 que envolviam altas personalidades civis e militares. O conjunto destas situações constituía o reflexo da profunda crise económica resultante da adopção das medidas impostas pelo Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural, com grandes custos sociais e, ao mesmo tempo, com um impacto económico muito limitado, contrariamente às expectativas e às metas preconizadas. Com estes condicionalismos económicos, deterioraram-se significativamente as condições de vida das populações, principalmente no que se refere às condições de saúde e higiene³, entre outras esferas da vida do país.

Não obstante as repetidas declarações de intenções políticas no sentido de se acordar cada vez maiores verbas a estes dois sectores-chave da vida social, a situação foi-se degradando a um ritmo incontrolável e cada vez mais acentuado. O nível do ensino

² Peter Mendy, “Guinea-Bissau - State decay and factional struggles, 1973-1998”, documento apresentado na conferência realizada por ocasião do XXV aniversário da Associação Africana de Ciências Políticas, em Pointes-aux-Piments, Mauritius, 2-3 Outubro de 1998.

³ Ver Faustino Imbali (coord.), *Os efeitos sócio-económicos do Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau*, INEP, Bissau, 1993; e Isaac Monteiro (coord.), *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos efeitos sócio-económicos*, INEP, Bissau, 1996.

foi baixando, como consequência das constantes greves dos professores e alunos das escolas e liceus públicos, greves na maioria dos casos motivadas pelo não pagamento dos salários e subsídios estabelecidos. Desta forma, o calendário escolar e os currículos andavam constantemente a ser afectados. Mais ainda, face à crescente procura da população em termos de estabelecimentos escolares, o Estado encontrava-se cada vez mais impotente pois a capacidade de resposta era limitada. Numa só frase, a procura era nitidamente superior à oferta. Esta situação levou ao aparecimento de instituições de ensino privado sem que tivesse havido, por parte das estruturas responsáveis do Ministério da Educação Nacional, um controlo rigoroso das condições da sua abertura e do seu funcionamento.

Os servidores do Estado ligados ao regime e à esfera de direcção, portanto com maiores capacidades financeiras, encontravam como solução alternativa o envio dos seus educandos ao estrangeiro ou faziam recurso às escolas portuguesas criadas em Bissau. Estes eram, pois, factos muito reveladores de injustiça social. O direito à educação para todos parecia ter sido esquecido. Até 1997 os indicadores para o sector da educação eram extremamente preocupantes⁴. A taxa de analfabetismo situava-se nos 68%, o investimento público em relação ao PIB no sector da educação baixou de 1,9% para 0,9% entre 1987 e 1994, enquanto que a média da sub-região era de 6,7%. Se em 1984/85 a dotação orçamental no OGE para este sector era de 17%, dez anos mais tarde baixou para 10,4%, contra uma média sub-regional de 20%. Face a esta situação de demissão do governo face às suas responsabilidades em matéria de educação, eram frequentes as manifestações de protesto por parte do corpo docente, o que comprometia cada vez mais o processo de aprendizagem dos alunos. Algumas manifestações terminaram em confrontos, sendo a destacar as violentas e jamais vistas reivindicações dos alunos e estudantes

⁴ Ver Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas para o ano de 1997.

em Bafatá e Bissau no decorrer do mês de Março de 1997, tendo sido danificados documentos, infraestruturas escolares e viaturas pertencentes ao Ministério da Educação. A forma como a polícia e as Forças Armadas reagiram mostrava claramente a situação de desespero em que se encontrava o governo.

O mesmo panorama pode ser descrito em relação à saúde, onde se registou uma diminuição do investimento público em relação ao PIB. Os hospitais tanto de Bissau como do interior do país funcionavam graças à coragem e à boa vontade dos médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, enquanto uma camada social com maiores privilégios fazia recurso aos hospitais de Lisboa, Dakar e Paris para o tratamento dos seus doentes, sendo, na maioria dos casos, as despesas suportadas pelo próprio Estado. Este e mais outros factos demonstravam de forma clara a injustiça em relação ao acesso à saúde assim como na repartição dos poucos recursos de que o país dispunha.

O poder de compra das populações foi-se reduzindo, tendo como consequência a elevação do nível da pobreza e a marginalização da maioria⁵. Aumentaram vertiginosamente os casos de vandalismo, de criminalidade juvenil e de prostituição. Enfim, a juventude vivia uma vida miserável, ao ponto de estar pronta para o que desse e viesse, facto que foi confirmado com o início do conflito, ao qual aderiram muitos marginais.

A penúria generalizada atingiu e agudizou-se no seio dos antigos combatentes da luta armada de libertação nacional. As premissas de uma vida melhor e mais digna para esses combatentes da liberdade da pátria foram esquecidas. A angústia e o sofrimento eram cada vez maiores.

Os direitos mais elementares dos cidadãos continuavam a ser incessantemente violados. Prova flagrante da violação dos direitos fundamentais do Homem aliada à corrupção que caracterizava

⁵ No jornal *The Economist* publicado em Agosto de 1997, a Guiné-Bissau figura como cabeça de lista dos países mais pobres do mundo, com 87% da população a ter acesso a menos de 1 dólar por dia.

o aparelho de Estado foi o caso de cidadãos estrangeiros deportados de Espanha. De acordo com a Liga Guineense dos Direitos Humanos⁶, a polícia de intervenção rápida tinha procedido ao desembarque coercivo de cinquenta pessoas de várias nacionalidades a mando de governantes que foram subornados, tendo estes recebido dinheiro na sequência das negociações havidas previamente entre as autoridades guineenses e um emissário da polícia espanhola.

O desaire da liberalização política

A abertura política declarada em 1991 iria permitir a constituição e a legalização de vários partidos na oposição. Mas estava-se todavia longe da verdadeira democratização da sociedade e da vida política em particular. Os próprios partidos não estavam à altura de exercer actividades políticas sérias devido à sua fragilidade em termos económicos, que não lhes permitia uma implantação mais alargada a nível nacional. Os partidos acusavam falta de poder de organização e falta de maturidade. Mais: alguns deles nem de sede dispunham. No fundo eram grupos de indivíduos com certos interesses e intenções políticas por vezes mal estruturadas, pouco claras e pouco convincentes. Muito cedo a crise generalizada começou a abalar a já débil estrutura de alguns deles. Conflitos internos e cisões começaram a caracterizar a vida de certos partidos, como é o caso da RGB-Movimento Ba-fata, que conheceu várias cisões, situação que ainda perdura, da União para a Mudança e da FLING. Situação mais marcante foi a que se começou a verificar no seio do PAIGC, que se pretendia o mais estruturado e melhor organizado. O congresso realizado em Abril de 1998 trouxe à luz todos os problemas e divergências internas até então ocultas pelo aparelho.

⁶ Ver nota de imprensa da LGDH datada de 25 de Julho de 1996.

Começava-se a desenhar o início do fim da era do PAIGC enquanto partido no poder e do autoritarismo do seu líder “Nino” Vieira.

Desta análise muito breve da situação no interior da PAIGC, podia-se concluir que o país estava à beira do caos, e que a Guiné-Bissau estava à beira de uma explosão. Esta explosão era iminente, sobretudo quando se tinha em consideração que a crise tinha atingido os quartéis e a hierarquia militar, como no-lo mostram os factos que se seguem.

A crise nas Forças Armadas

- As Forças Armadas continuavam a ser constituídas basicamente por militares provenientes da luta armada, portanto com uma forte componente *antigos combatentes*, muito ligados ao PAIGC, não obstante a despartidarização aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 1991, na sequência da queda do artigo 4º da Constituição da República de 1984. Entre estes militares (antigos combatentes) as limitações eram enormes e de várias ordens, uma das quais era a fraca capacidade de resposta em relação à que é exigida a um exército moderno. Era imperativo que esses militares passassem à condição de reserva, o que não era conveniente e tão-pouco estava no espírito da maioria deles. Recorde-se que um significativo contingente havia sido desmobilizado sem que tivesse merecido o devido enquadramento em outras esferas de actividade conforme se previa na política de reconversão dos licenciados da função pública, o que veio a engrossar o número de desempregados e de descontentes. Este facto, por si só, constituía um perigo na medida em que, apesar de desmobilizados, devido ao descontrolo geral, continuavam com armas nas mãos e portanto a qualquer altura podiam pôr em causa a paz e a estabilidade social;

- as condições de vida nos quartéis eram no mínimo precárias. Os militares comiam, dormiam e vestiam-se mal;

- a ausência do Regulamento de Disciplina Militar reflectia-se seriamente na organização e na disciplina nos quartéis e, consequentemente, no respeito pelas hierarquias;

- eram sintomáticas as rivalidades pessoais entre aqueles que constituem o expoente máximo da formação militar, isto é, entre aqueles que tinham tido a oportunidade de passar por várias academias, institutos e escolas militares de diferentes países, e a maioria esmagadora dos oficiais vindos da luta de libertação nacional. Havia igualmente rivalidades no seio dos acima referidos oficiais das academias.

Este último aspecto vem claramente exposto na carta que os antigos combatentes teriam feito a 28 de Fevereiro de 1998⁷. Na linguagem de João de Barros⁸, *ela deixava transparecer claramente que algo de muito grave iria ocorrer*. Esta carta, para além de fazer menção a vários oficiais superiores e às suas ligações com o então chefe de Estado, falava da necessidade de serem criadas leis nas Forças Armadas, entre outras medidas a implementar. No entanto, sobre este último assunto era do domínio público que tinham sido submetidos a discussão e aprovação da Assembleia Nacional Popular⁹ quatro projectos de diploma, designadamente a Lei Orgânica de Base sobre a Organização das Forças Armadas, a Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei do Serviço Militar Obrigatório e a Lei da Condição Militar. Nas condições de existência destes projectos de lei, é de se admitir que os antigos combatentes não estavam de acordo com a forma e os mecanismos de elaboração dos projectos de diploma e nem tão-pouco com as exigências que essas leis iriam impor.

⁷ Esta carta foi publicada no jornal *Diário de Bissau* de 8 de Abril de 1998.

⁸ João de Barros, "Prelúdio do levantamento", in *África Notícias*, Dezembro 1998, p. 28.

⁹ Ver projectos de diploma referentes à Defesa Nacional elaborados pelo Ministério da Defesa e dos Combatentes da Liberdade da Pátria submetidos à Assembleia Nacional Popular.

De acordo com o projecto de lei sobre a condição militar, a progressão na carreira militar seria orientada pelos princípios de valorização da formação militar, aproveitamento da capacidade profissional avaliada em função da competência revelada e da experiência, e ainda pela adaptação à inovação e transformação decorrentes do progresso técnico-científico e operacional. São exigências sérias e necessárias mas que podem ser consideradas muito fortes para forças armadas do tipo que o país dispunha, constituídas na sua maioria por antigos combatentes. As reacções não tardaram a se fazer sentir, os antigos combatentes exigiram que todos os textos legais fossem discutidos nas unidades militares, e tiveram o apoio de alguns militares que, apesar de estarem a exercer postos de chefia, sentiam-se discriminados e lesados pelo regime.

Enfatizar a crise nas Forças Armadas neste acontecimento funesto é, no nosso entender, muito oportuno e pertinente. O conflito, apesar de ter raízes mais profundas e variadas, nomeadamente razões de ordem social, económica e política, foi acelerado pelas contradições no seio das Forças Armadas, com tónica na exoneração e consequente afastamento do então Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Ansumane Mané, acusado de envolvimento no famoso tráfico de armas para o braço armado do Movimento das Forças Democráticas do Casamança, factos que não foram porém apurados pela comissão de inquérito especialmente constituída¹⁰. E, mais ainda, começou sob a forma de uma rebelião militar, tendo em seguida arrastado a maioria da população, que via em "Nino" Vieira a razão de todos os males.

¹⁰ Ver relatório da Comissão Especializada de Inquérito sobre o tráfico de armas.

Posicionamentos e reacções face ao conflito

Todo e qualquer conflito, seja ele político, armado ou de outra natureza, opõe sempre duas ou mais forças, de acordo com as suas convicções, interesses e opções estratégicas. Sendo válido este princípio teórico, lógico será igualmente referir que, para além destas forças que interferem directamente e de lados opostos, existem as que preferem manter posições neutrais sobretudo na fase inicial dos conflitos, período durante o qual não se conhecem ou pouco se conhecem as razões que estão na origem dos mesmos ou cujos desfechos são pouco previsíveis. Numa perspectiva muito geral, julgamos não ser demais observar que, não obstante terem havido posicionamentos e reacções diferentes face à tragédia que ceifou a vida a milhares de pessoas, tanto a sociedade civil guineense como a comunidade estrangeira e internacional foram unânimes em condenar o levantamento militar e o recurso às armas como forma de resolução dos problemas e meio de se chegar ao poder.

Embora esta tivesse sido a posição da maioria da sociedade civil, alguns partidos políticos posicionaram-se desde o início a favor da rebelião, tentando desta forma salvaguardar os seus interesses políticos. O recurso às armas era por eles considerado a melhor forma para afastar o presidente democraticamente eleito, derrubando, assim, um regime que, apesar de instalado em condições de democracia, se tinha convertido numa verdadeira autocracia, com violações e abusos do poder. Assumindo esta postura de força dava-se plena razão e afirmava-se uma das teses de Carl von Clausewitz que, apesar de desenvolvida num contexto bem determinado da Europa dos finais do séc. XIX, podia ser perfeitamente enquadrada nos nossos dias. Segundo esta tese citada e desenvolvida por Lenin¹¹, a guerra é a continuação da política por outros meios e, seja ela qual for, está inseparavelmente ligada

¹¹ V.I. Lenin, *Obras escolhidas*, t. 3, pp. 152-153.

ao regime político de que decorre. Na realidade, o regime político que se instalara na Guiné-Bissau, apesar de legitimado por um sufrágio popular, só podia ser banido pela via da força.

Da mesma forma como a sociedade civil e a comunidade internacional condenaram a rebelião armada e o golpe de Estado¹² nos primeiros momentos, a intervenção estrangeira e mais concretamente a das forças armadas do Senegal e da Guiné-Conakry foi muito contestada. A intervenção directa destes dois países na guerra que se instalara provocou violentas reacções a todos os níveis e esteve na base do posicionamento e na mudança de atitude de vários países, da comunidade internacional, da sociedade civil e da população em geral, face ao conflito guineense. Afinal, tratava-se de uma questão puramente nacional e as vias do diálogo continuavam abertas. Significativos eram os esforços que estavam sendo feitos pela comissão permanente da Assembleia Nacional Popular apoiada por uma comissão de bons ofícios criada para o efeito e pelas igrejas católica e protestante. Porém, com a vinda de soldados estrangeiros parecia consumir-se o erro estratégico de “Nino” Vieira, que com a sua intransigência e prepotência “convidou” toda a sociedade guineense a se posicionar ao lado da Junta Militar, que declarara lutar pela consolidação da democracia, a paz e a justiça.

Todavia, esta reflexão de carácter geral não exclui a possibilidade de uma análise mais cuidada e particularizada de cada um dos casos.

As Forças Armadas

As Forças Armadas viram-se divididas em três blocos:

- uma parte que esteve ao lado do presidente e do governo;
- uma parte que dirigiu a rebelião, e

¹² Em declaração pública numa entrevista radiodifundida o brigadeiro Ansumane Mané declarou que a sua intenção era eliminar fisicamente “Nino” Vieira.

- uma parte que se manteve indecisa e não tomou posição em relação a qualquer bloco.

O primeiro bloco teria sido motivado pelos princípios de fidelidade à Constituição e às leis da defesa nacional segundo as quais as Forças Armadas devem obedecer aos órgãos de soberania. Este grupo era constituído por oficiais superiores ou com funções de comando no Exército, na Marinha e na Força Aérea, apoiados por oficiais subalternos, sargentos e praças. A este grupo mantiveram-se fiéis, sobretudo durante a primeira fase dos confrontos militares, isto é, até a assinatura do primeiro acordo de cessar-fogo, as unidades militares de Bafatá, Gabú, Mansoa e parcialmente Canchungo, razão pela qual alguns confrontos militares se verificaram no Leste do país, mais concretamente em Bafatá e Bambadinca.

O segundo bloco foi constituído igualmente por alguns oficiais superiores dos três ramos das Forças Armadas, grande parte dos quais se sentia pouco cómoda com a situação que se vivia nos quartéis e alegava haver injustiça e conspiração entre alguns oficiais pertencentes ao primeiro bloco e o Comandante em Chefe das Forças Armadas contra a sua integridade física. Este bloco foi engrossado pela grande massa dos antigos combatentes da luta armada de libertação nacional, pelos militares desmobilizados das fileiras das FARP e que todavia se encontravam na situação de desempregados, portanto sem ocupação, e ainda por civis, na sua maioria jovens desempregados e marginais com idades compreendidas entre os dezasseis e os trinta e cinco anos. A única unidade militar do interior do país que logo de início apoiou e aderiu à Junta Militar foi o "batalhão" de Quebo. O batalhão de Canchungo viu-se dividido e repartido pelos dois blocos.

Para além da adesão relativamente maciça dos militares afectos ao Estado-Maior do Exército, sito no Bairro de Santa Luzia, local onde se registaram os primeiros tiroteios na madrugada do 7 de Junho, houve igualmente uma significativa adesão

de forças paramilitares constituídas por polícias de ordem pública e da segurança de Estado.

Depois de os batalhões de Bafatá, de Gabú¹³ e de Mansoa terem sido tomados de assalto pelas forças da Junta Militar, parte dos militares que aí se encontravam aliaram-se a estes, tendo a outra parte se juntado às forças leais ao então presidente da República.

O terceiro grupo de militares constituiu o chamado bloco dos indecisos, isto é, militares que não pegaram em armas nem para defender a Constituição nem para combater ao lado da Junta Militar. Muitos deles procuraram refúgio no interior do país juntamente com as populações indefesas não obstante o facto de o país estar perante o perigo de ser controlado por forças estrangeiras, razão pela qual um posicionamento claro se impunha.

Porém, com o evoluir da situação no plano das operações militares, novas alianças se constituíram tanto em relação ao primeiro bloco, para o qual foram recrutados centenas de jovens e treinados na República da Guiné, como para o segundo bloco, ao qual aderiu a maioria dos jovens que via na permanência das tropas estrangeiras uma autêntica invasão do país. A partir deste momento a guerra ganhou um novo carácter, transformando-se numa verdadeira guerra civil, com a Junta Militar a ter um contingente de longe superior ao das forças leais ao presidente Nino Vieira.

Os partidos políticos

Diferentes foram as posições assumidas pelos partidos políticos em relação aos acontecimentos que eclodiram a 7 de Junho de 1998. Não será exagero considerar o PAIGC a única formação política que de uma forma declarada e pública assumiu uma

¹³ Na vila de Gabú não se registaram confrontos militares, pois a rendição foi total, tendo alguns militares e paramilitares fugido para a Guiné-Conakry.

posição em relação ao levantamento militar. Na sequência de **uma** reunião da sua direcção, especialmente convocada, a **rebelião** militar foi condenada muito embora alguns dirigentes tivessem questionado a vinda de tropas do Senegal e da Guiné-Conakry. Ao convocar uma reunião de direcção, este partido pronunciava-se assim em relação ao conflito, embora de forma diferenciada, o que não se verificou em relação às outras formações políticas. O PAIGC, na sequência do congresso realizado em Maio de 1998 e como resultado de algumas contradições que vieram à luz durante a discussão de algumas questões, entre as quais problemas ligados à constituição da direcção dos seus órgãos bem como dos que gravitaram à volta da votação da figura do presidente do partido, estava dividido em duas tendências. A ala renovadora que se vinha constituindo ia-se demarcando cada vez mais do presidente, que, apesar de eleito por aclamação, não gozava da confiança de muitos dos seus antigos companheiros de partido. Neste contexto, esta ala renovadora posicionou-se contra “Nino” Vieira, portanto a favor do levantamento militar cujos mentores propunham lutar pela salvaguarda dos ideais democráticos. Ainda durante o conflito, em manifestações e comícios populares, líderes desta tendência renovadora encabeçados por Helder Proença, que durante muito tempo foi membro do bureau político, um dos pilares do regime de “Nino” Vieira e sobretudo do governo que se constituiu após as eleições gerais de 1994, fizeram sérias acusações a “Nino” e exigiram o seu afastamento da cena política.

O que pode ser considerado posicionamento de alguns partidos, designadamente da União para a Mudança, da Resistência da Guiné-Bissau - Movimento Ba-fata, entre poucos outros, foram as declarações de alguns dos seus dirigentes. Referimo-nos aos partidos com maior peso e expressão. Helder Vaz, líder da bancada parlamentar e então porta-voz da RGB, responsabilizou directamente o PAIGC pela guerra no país. Outros partidos tiveram posições pouco claras, senão mesmo ambíguas e, em alguns

casos, reticentes. Se em relação à União para a Mudança se pode constatar que a maioria dos seus dirigentes apoiou sem reservas a rebelião, tendo-se posicionado ao lado do Comando Supremo da Junta Militar e assumido, entre outras, as funções de conselheiros, nunca se chegou a conhecer a posição do seu presidente, na medida em que não chegou de haver qualquer declaração pública a este respeito.

O Partido da Convergência Democrática (PCD) conheceu situação diferente. Apesar de o seu presidente se ter pronunciado explicitamente contra o levantamento militar, que considerou de descabido num sistema democrático pluralista, a direcção do partido nunca chegou de se reunir e tão-pouco se pronunciou, pelo menos de forma oficial, a menos que se considerasse a posição do líder como sendo a posição do partido. Esta posição do líder do PCD obviamente está longe de significar que tivesse apoiado a intervenção estrangeira num conflito interno.

O líder do Partido da Renovação Social (PRS) assumiu uma posição marcadamente ao lado da Junta Militar, pegando inclusive em armas e mobilizando muita gente a fazê-lo. Não houve igualmente qualquer declaração do partido em relação aos acontecimentos que assolavam o país, à semelhança do que acontecera em relação a certos partidos – casos do PSD, da FLING, do FCG/SC, entre outros menos expressivos em termos de actividade política e de impacto na sociedade.

Continuando a analisar o posicionamento dos partidos em relação ao conflito político-militar, é de salientar que a maioria deles, por razões de conveniência, em vez de se pronunciar na altura em relação à forma como começou e se desenvolveu a rebelião, de se pronunciar em relação ao conflito visto em toda a sua dimensão e particularidades, preferiu, num gesto que pode ser considerado de oportunismo político, pronunciar-se apenas contra a vinda de soldados senegaleses e da Guiné-Conakry, sem nunca, no entanto, se referir à intervenção do braço armado do MFDC (Movimento das Forças Democráticas do Casamança) ao lado da

Junta Militar, ou aos países que por razões geopolíticas e estratégicas – casos de Portugal e da França – ultrapassaram os limites da mera intervenção com o objectivo de reconciliar as partes beligerantes, acabando por exercer a sua influência no conflito. Sobre estes países voltaremos mais à frente.

Ficaram, portanto, por conhecer as posições oficiais assumidas pelos responsáveis destas e demais formações políticas. Hoje, consumada a rebelião militar e alcançado um dos objectivos da Junta Militar graças ao grande apoio da maioria da população, objectivo este que era o afastamento de “Nino” Vieira, há uma pretensão clara da parte destes partidos em como sempre estiveram ao lado dos militares. O argumento para afirmações desta natureza é o facto de terem deixado Bissau logo no início do conflito, ao que se deve contrapor a grande verdade de que a maioria da população tinha deixado Bissau por razões de segurança. Bissau não oferecia quaisquer condições de segurança e por isso tinha-se que encontrar refúgio lá onde fosse possível, regra a que não escaparam os políticos enquanto seres humanos, portanto sujeitos a perderem a vida a qualquer instante.

A sociedade civil

Houve momentos diferentes no posicionamento dos indivíduos, partidos, países e organizações da sociedade civil guineense tanto no país como no estrangeiro. De uma forma muito geral, toda a sociedade civil guineense organizada condenou o facto de os militares terem pegado em armas para derrubar um regime democraticamente eleito, sobretudo num período em que a situação política apontava para uma mudança no sentido positivo do termo e a economia nacional começava a se reencontrar¹⁴

¹⁴ A cedência face a algumas pressões políticas como foi em relação ao eng.º Carlos Correia, que após a sua nomeação ao cargo de primeiro-ministro teve que ser exonerado no intuito de serem ouvidas primeiramente as outras

Para além destes dois indicadores, o governo estava a atingir o fim do seu mandato, o que significa que avizinhavam-se as eleições legislativas e portanto as conquistas democráticas deviam ser salvaguardadas. A sociedade guineense começava a ficar sem espaço para situações de violência.

Porém, a condenação do levantamento militar não significava conformismo em relação à situação nem tão-pouco um posicionamento ao lado de "Nino" Vieira, pois era reconhecida a necessidade de se mudar a orientação política do país, assim como de criar condições favoráveis a uma melhor gestão dos assuntos do Estado no sentido de se aliviar a penúria generalizada e o sofrimento da maioria das populações. Um pouco diferente foi o posicionamento do cidadão comum, que, por força das circunstâncias, designadamente a sua contínua pauperização, aplaudiu logo de início a revolta dos militares visando o derrube do governo, que se revelava cada vez menos capaz de solucionar os desafios do momento.

O apelo à intervenção militar estrangeira sem a devida ratificação da Assembleia Nacional Popular agudizou a crise instalada e provocou reacções a todos os níveis. Foi a partir deste momento que toda a sociedade civil guineense, incluindo as associações e organizações de emigrantes radicados no estrangeiro, começou a mudar a sua posição e a enviar notas de protesto exigindo a retirada das tropas estrangeiras, cujo número aumentava dia após dia e com consequências imprevisíveis.

O sentimento de revolta em relação à presença de forças militares estrangeiras, que no início era interpretada por grande parte dos guineenses apenas em referência às tropas do Senegal e da Guiné-Conakry, foi-se estendendo igualmente aos rebeldes do Casamança que combatiam ao lado das tropas da Junta Militar. Esta posição firme da sociedade civil a favor da paz, traduzida

formações políticas para só depois ser nomeado pelo presidente da República, é um exemplo de que o xadrez político começava a ser outro e que o chefe de Estado já não podia continuar a decidir tudo por si só.

em condenações e manifestações de protesto, contribuiu significativamente para pôr fim às hostilidades e restaurar o clima de tranquilidade no país, e para a retirada das forças estrangeiras.

As associações de guineenses no estrangeiro não se limitaram apenas às pressões políticas, às marchas e outras formas de luta; elas exigiram não só a retirada das forças estrangeiras, como também se organizaram no sentido de apoiar os deslocados e as vítimas de guerra, o que demonstra o seu real engajamento na resolução da questão nacional.

Porém, esta devoção total da sociedade civil a favor da paz, do bom senso e da ajuda aos necessitados não se limitou às associações radicadas ou deslocadas para o estrangeiro. Ela fez-se sentir no interior do país, devendo-se com toda a justiça realçar em primeiro plano a acção das igrejas, sem a qual o drama teria sido bem maior. O bispo de Bissau, Dom Settimio Ferrazzetta, o maior dos maiores exemplos desta batalha comum, consagrou os últimos meses da sua vida à luta pela reconciliação entre as partes desavindas, ao sossego e à paz espiritual no seio de todos os guineenses. Sob a acção das igrejas e por intermédio delas chegava ajuda alimentar em socorro das populações que se tinham espalhado por todos os cantos do país.

Não constitui exagero algum a afirmação segundo a qual sem esta pressão e participação de toda a sociedade civil a Junta Militar não teria atingido um dos grandes objectivos que era o de depor o presidente da República. O grande objectivo programático que é o da consolidação da democracia e justiça social continua ainda longe de ser alcançado.

Os países e as organizações estrangeiras

Baseando-se numa lógica diferente de a da sociedade civil guineense, que, embora unanimemente exigisse a mudança do regime que vigorava há mais de vinte anos, via na paz e no entendimento entre as partes o único meio para alcançar o progresso,

fazendo assim frente à galopante pauperização decorrente da má governação e da incapacidade de fazer face aos problemas e desafios do desenvolvimento social, económico e cultural, os países e as organizações estrangeiras assumiram posições muito diferenciadas: uns apaziguando, outros alimentando e outros ainda interferindo directamente no conflito. Como é óbvio, elas não podiam ser parecidas e muito menos iguais. Elas deviam, sim, reflectir a cada instante as relações que cada um destes países e organizações ou ainda os respectivos chefes de Estado e representantes mantinham com o regime que se pretendia depor. Mais: dependiam ainda de como era por eles encarada a política interna e externa da Guiné-Bissau. A estes dois factores ainda se deve acrescentar o interesse económico, cultural, político e geográfico que o país representava para cada um deles.

Se com certas reservas se pode falar de interesses económicos, exceptuando o factor mercado de investimentos de capital e fonte de mão-de-obra barata e isto porque o problema do petróleo ainda está por definir, já o mesmo não se pode dizer em relação aos interesses culturais e políticos, tendo em consideração os seus contornos geográficos.

Num território cuja parte norte foi alienada por Portugal a favor da França à luz do acordo de delimitação de fronteiras entre o Senegal e a Guiné, então possessões francesa e portuguesa respectivamente, começou-se a assistir nos últimos anos, sobretudo após a admissão da Guiné-Bissau na Francofonia e mais tarde na União Económica e Monetária Oeste-Africana, fortemente apoiada pela França, a uma verdadeira derrapagem da política linguística e cultural de Portugal neste país "franco-luso-africano" a favor da França, que multiplica as suas acções e vê as suas relações com a Guiné-Bissau cada vez mais fortalecidas. A amplitude e a dinâmica dos Centros Culturais destes dois países ilustram bem esta constatação.

Deste exemplo não é difícil concluir que os interesses culturais destes dois países estavam em confronto, o que por si só

justificava um posicionamento diferente. Estes países europeus que, por força das circunstâncias, fisicamente deixaram de estar presentes na costa ocidental africana, buscavam a cada instante novas formas de intervenção assim como definiam novas políticas em relação às suas antigas colónias, políticas estas que, em princípio, devem ser abraçadas pelos governantes africanos sob pena de serem mal vistos e, em alguns casos, pressionados pela “comunidade internacional”.

A criação da Francofonia e a sua instrumentalização através da Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT) e a posterior instituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) são reflexos desta nova estratégia de intervenção e de influência cultural. Quererá, o facto de se ter tomado como exemplo estes dois países, dizer que eles chegaram de tomar partido no conflito guineense, no qual de uma forma directa participaram forças armadas do Senegal e da Guiné-Conakry? A resposta a esta questão dependerá da interpretação que cada leitor fizer dos factos que se vão seguir numa fase posterior deste texto.

É oportuno começar a reflexão sobre a intervenção estrangeira no conflito¹⁵ com um extracto do artigo do jornalista João de Barros¹⁶ intitulado “O fim de um ciclo político”, por duas razões principais:

Primeiro, porque faz referência ao polémico tráfico de armas que, em alguns quadrantes da vida política, é considerado estar na origem directa do conflito, posição que não defendemos neste nosso trabalho por entendermos ser um facto isolado, apenas um de entre muitos outros, embora se deva reconhecer que acelerou significativamente o processo. Segundo, porque fala de um tráfico de armas para alimentar uma guerra num território negociado

¹⁵ Por intervenção estrangeira deve-se entender não só o envio de militares, mas também as diversas formas de participação e apoios que acabaram por repercutir no desenrolar do conflito.

¹⁶ João de Barros, “Prelúdio do levantamento”, in *África Notícias*, Dezembro 1998, p. 28.

entre Portugal e França sem respeitar os interesses das populações que viviam nesta zona. Refere-se à Casamança, onde existe um movimento independentista que acabou mesmo por intervir na guerra na Guiné-Bissau. Na nossa percepção, esta intervenção foi feita com o intuito de resolver os seus problemas, um dos quais é a obtenção de mais meios e técnica militar, ou ainda a possibilidade de desenvolver acções de guerrilha a partir do território da Guiné-Bissau.

De acordo com João de Barros:

"Há mais de quinze anos que o exército guineense fornecia armamento aos rebeldes do Casamança. [...] Até à data os negócios de venda de armas entre os rebeldes e as autoridades guineenses não cessaram, apesar das constantes denúncias de Dakar e Paris. [...] Acto contínuo "Nino" Vieira afasta do cargo de Chefe do Estado Maior o Brigadeiro Ansumane Mané, acusando-o indirectamente de ser o responsável pelo tráfico de armamentos para os rebeldes de Casamança.

Ansumane Mané, um profundo conhecedor dos segredos militares da Guiné-Bissau e das estratégias do "Nino", não aceitou muito bem a acusação. Declinou a responsabilidade ao acusar o próprio Nino Vieira de ser o mentor da venda de armas aos rebeldes."

Estes extractos conduzem necessariamente a um raciocínio e exercício lógico:

1. Rebeldes reivindicam a independência da região do Casamança, actualmente território do Senegal;
2. Nino Vieira vendeu armas aos rebeldes, apoiou e fomentou a guerra contra o governo de Dakar;
3. Ansumane Mané nunca apoiou a rebelião contra o Senegal.

Conclusões hipotéticas:

1. Nino Vieira a favor dos independentistas do Casamança e contra a integridade territorial do Senegal, facto que contradiz a posição assumida face ao regime de Dakar;
2. Ansumane Mané contra as aspirações dos rebeldes.

No entanto, em relação ao conflito político-militar que começou a 7 de Junho de 1998 tendo como protagonistas Nino e

Ansumane, verificou-se totalmente o contrário. O presidente do Senegal não hesitou em mandar tropas para salvar o regime de Nino Vieira assim como, do lado oposto, o braço armado do Movimento das Forças Democráticas de Casamança se posicionou a favor da Junta Militar liderada por Ansumane Mané.

Onde está a lógica dos factos? O que é que estaria na base de tais posicionamentos contrários ao que se podia prever, baseando-se apenas nas passagens acima citadas?

- Solidariedade entre os rebeldes versus solidariedade entre os Estados?

- A Junta Militar prometeu dar aos rebeldes algo de mais precioso do que o armamento até então fornecido por Nino Vieira e seus homens? O estabelecimento e/ou fortalecimento de bases de guerrilha para o desencadeamento de acções armadas contra o exército do Senegal estacionado nas fronteiras com a Guiné-Bissau, por exemplo?

- Uma opção militar estratégica do Senegal para de seguida combater os rebeldes a partir de duas frentes, resolvendo assim os seus problemas?

- Algo que pudesse permitir a Nino e Abdou Diouf, desmantelada a rebelião, tirar benefícios do acordo sobre as fronteiras marítimas entre o Senegal e a Guiné-Bissau que, como se sabe, foi assinado na sequência de uma decisão do tribunal internacional que arbitrou o litígio fronteiriço numa zona que se supõe ter importantes jazidas de petróleo?

- A aparente vontade do Senegal de ser o gigante desta zona geográfica? Recorde-se o caso da Gâmbia, onde interveio em 1981.

- Ou ainda e simplesmente porque o Senegal quis “dar uma bofetada sem mão” a Nino, fazendo-o ver que as rebeliões devem ser esmagadas e não encorajadas?

Para além destas, existem seguramente outras razões que nos serão esclarecidas pelo tempo e a seu tempo.

Um outro posicionamento claro foi o da República da Guiné-Conakry, que enviou um contingente militar constituído basicamente por forças e peças de artilharia terrestre e naval para combater ao lado dos militares leais ao regime, contra as forças e posições da Junta Militar.

Se categoricamente e sem o mínimo de reservas se pode falar de uma intervenção directa do Senegal e da Guiné-Conakry, de um lado, e dos independentistas do Casamança, do outro, durante o período da guerra, o mesmo já não se pode dizer em relação aos outros países, como é o caso de Portugal e da França, sobre os quais existem algumas acusações devido à discrição e à forma de intervenção, o que tem suscitado uma relativa polémica. Sobre estes dois países, uma reflexão mais séria e cuidada se apresenta como necessária.

Que elementos existem em relação à França?

Declarações sobre o envolvimento directo de militares franceses na linha da frente assim como da existência de uma fragata igualmente francesa nas proximidades de Bissau a fazer disparos de canhão, portanto a participar nos confrontos armados, foram feitas por um padre de origem italiana de nome Mário Facciolli, com várias dezenas de anos na Guiné-Bissau, ao serviço da Igreja Católica. Pelas suas afirmações públicas, os franceses apoiavam as forças governamentais. Estas declarações não tardaram porém a ser desmentidas pelo próprio padre, embora existam razões para relacionar esse desmentido com a forte pressão política do governo na pessoa do porta-voz do presidente Vieira, que reagiu logo às declarações do padre, chegando ao extremo de lhe dar ordem de expulsão. Estas e mais ameaças, num clima de guerra, deviam ser tidas em consideração mesmo que as revelações reflectissem a verdade dos factos.

Pouco tempo depois a Junta Militar, através da sua rádio, reivindicou a morte de dois soldados franceses em combate.

Apesar de o brigadeiro Ansumane Mané ter declarado não existirem provas de envolvimento directo de soldados franceses

nas operações militares, deve-se dar por certa a presença efectiva de mais de uma dezena de elementos do exército que por vezes andavam por algumas ruas de Bissau e não apenas no território do Centro Cultural Franco-Guineense, onde tinham construído barricadas e postos de guarda. Dois militares franceses foram inclusivamente presos numa zona a que não deviam ter acesso, sendo um deles capitão.

A acreditar em algumas informações veiculadas em Bissau e em círculos próximos do Comando Supremo, no dia em que a delegação da Junta Militar se preparava para partir para Banjul, nos finais do mês de Outubro, foi-lhe informado que algumas corvetas da marinha francesa tinham saído de Casablanca para intervir na Guiné caso fracassasse a ronda negocial que tinha sido organizada pelo presidente da Gâmbia.

Qual era afinal a missão dos militares franceses?

Que existam dúvidas quanto à participação directa ou não nas operações militares durante o conflito guineense pouco importa. Facto a constatar é que ao longo deste período havia tropas francesas em Bissau, o que nunca dantes se tinha verificado, o que pode fazer concluir do seu envolvimento no conflito político-militar guineense.

As razões que motivaram essa presença transferem-se para um outro campo de interpretação e constituirão objecto de um trabalho posterior.

Em Novembro de 1998, a Liga Guineense dos Direitos Humanos publica um artigo¹⁷ no qual faz a radiologia do conflito. De acordo com este documento, no dia 7 de Junho Fernando Henriques da Silva, embaixador de Portugal na Guiné-Bissau, recebe uma chamada anónima a anunciar um levantamento militar. Dez minutos depois (5h30 de Bissau) regista-se um forte tiroteio na zona do Estado-Maior do Exército (bairro de Santa Luzia) em Bissau.

¹⁷ Ver *Observatório*, ano I, nº 1, Novembro 1998, pp. 4 e 5.

É, no mínimo, questionável este telefonema.

Que relações existiam entre o embaixador português e o levantamento militar?

O levantamento representava algo de importante para Portugal ao ponto de o seu embaixador ser informado em primeira mão ainda antes de começar, com todos os riscos que a chamada pudesse representar caso fosse interceptada?

Ainda segundo a fonte citada, já no dia seguinte, o secretário de Estado português das Comunidades, José Lello, anunciou o plano de retirada dos cidadãos portugueses em caso de agravamento da situação, o que veio acontecer dois dias mais tarde.

No nosso entender, esta prontidão em evacuar cidadãos portugueses, aos quais se atrelaram muitos guineenses, enquanto que outros países e organizações se preocupavam em condenar a rebelião, convidar as partes ao diálogo e exigir o restabelecimento da legalidade constitucional, permite concluir que Portugal estava na posse de informações sobre as disposições da Junta Militar.

Com o evoluir dos acontecimentos no plano militar, a 20 de Junho todos os telefones de Bissau deixaram de funcionar. No entanto, volvidos uns escassos dias, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, oferece um telefone satélite à Junta Militar, alegadamente com o objectivo de facilitar os contactos que vinham sendo encetados no âmbito da CPLP. Com esta decisão abriram-se as portas ao mundo e criaram-se possibilidades de reforçar a ofensiva diplomática desencadeada pelo Comando Supremo da Junta Militar. Deste facto se conclui do envolvimento de Portugal no conflito ou de uma grande simpatia para com a Junta Militar, à qual tinha sido prometido o apoio da marinha portuguesa caso se consumasse o envio das corvetas francesas¹⁸. Este apoio devia traduzir-se no envio de duas fraga-

¹⁸ Estas afirmações foram feitas por um alto responsável do Comando Supremo da Junta Militar.

tas, que, como é óbvio, são mais potentes do que as que a França tinha enviado.

Apesar de Portugal ter rejeitado as acusações de Nino Vieira numa nota diplomática enviada pelas autoridades guineenses, em como não tinha tomado posição firme contra a revolta¹⁹, a constatação é que, até à data em que o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e apenas no já referido quadro da CPLP, começou os contactos com as partes em conflito, não se conheceu qualquer posicionamento do governo português, diferentemente do que aconteceu em relação a muitos países cujos chefes de Estado e de governo condenaram a rebelião e lamentaram o facto de os militares terem pegado em armas para derrubar o regime, sentimento igualmente manifestado por várias organizações, designadamente a ONU, a OUA e a CEDEAO.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANP – Relatório da Comissão Especializada sobre o tráfico de armas, 1998.
- BARROS, João de – *África Notícias*, Dezembro de 1998.
- *Diário de Bissau*, 8 de Abril de 1998.
- IMBALI, Faustino (coord.) – *Os efeitos sócio-económicos do Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau*, INEP, Bissau, 1993.
- LENIN, V.I – *Obras completas*, t. 26.
- LGDH – *Observatório*, nº 1, Novembro 1998.
- MENDY, Peter – “Guinea-Bissau – State decay and factional struggles, 1973-1998”, documento apresentado na conferência realizada por ocasião do XXV aniversário da Associação Africana de Ciências Políticas, em Pointes-aux-Piments, Mauritius, 2-3 Outubro de 1998.
- MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL – Projectos de diplomas referentes à Defesa Nacional, 1998.
- MONTEIRO, Isaac (coord.) – *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: análise dos efeitos sócio-económicos*, INEP, Bissau, 1996.
- PNUD – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 1997.
- The Economist*, Agosto de 1997.

¹⁹ *Observatório*, ano I, nº 1, Novembro 1998, pp. 4 e 5.

RÉSUMÉ

Les analyses sont centrées sur les raisons du conflit et la prise de position des individus, des organisations et des pays. Les gouvernements successifs du PAIGC, parti au pouvoir d'alors, n'ont pas été capables de trouver des solutions aux besoins croissants de la majorité des populations. La crise a atteint et s'est installée dans les casernes, désorganisant la faible structure et la discipline militaires. Comme conséquence, la vente et le trafic d'armes se sont généralisés. Dès le début du conflit, la société civile guinéenne s'est organisée dans le souci de rappeler les parties directement impliquées à la raison, au dialogue et, ainsi mettre fin aux hostilités. Cette même position a été assumée par la plupart des organismes internationaux. Malgré tout, la violence a prévalu parce que des voix, parmi lesquelles celles de certains dirigeants politiques avides de pouvoir, se sont levées pour soutenir la rébellion militaire. Certains pays se sont impliqués aux côtés des deux belligérants en raison de leurs intérêts et options. Ce deuxième aspect consacré aux réactions et aux prises de position face au conflit, laisse entrevoir certaines questions et, très certainement cache des faits qui, en temps opportun, élucideront mieux l'histoire des événements du 7 juin 1998.

LA GUERRE DES MANDJUA¹

Crise de gouvernance et implosion d'un modèle de résorption de crises

Fafali Koudawo

La crise politico-militaire qui a éclaté le 7 juin 1998, plongeant la Guinée-Bissau dans un cycle de violence étalé sur onze mois, a des origines multiples et complexes. Sa cause immédiate est une histoire encore mal élucidée de trafic d'armes au profit du mouvement indépendantiste casamançais: le Mouvement des Forces Démocratiques de Casamance (MFDC). Toutefois, elle ne peut être bien comprise qu'à travers un faisceau de causes aux racines plus profondes, dont certaines remontent aux conditions mêmes d'émergence de l'État bissau-guinéen au début des années 70.

Parmi les causes lointaines les plus saillantes, figurent:

- les traces durables laissées par le processus d'accession à l'indépendance au terme de onze ans de guerre de libération nationale menée par un parti armé, le Parti Africain de l'Indépendance de la Guinée et du Cap Vert (PAIGC);
- les effets pervers du système d'hégémonie politique du PAIGC fondé sur la légitimité historique découlant de son exemplaire guerre de libération nationale;

¹ Le terme créole *mandjua* signifie pairs. Il se réfère au système traditionnel par classes d'âge qui crée des relations d'égalité sociale et d'identification mutuelle entre les membres d'une même classe d'âge.

- l'insuffisante dépolitisation des Forces Armées qui, à l'origine, étaient le bras armé du PAIGC;²

- l'incomplète conversion du PAIGC en parti civil délibérément affranchi de ses anciens relais institutionnels dans les Forces Armées;

- la difficile adaptation de l'ancien parti unique au nouveau contexte politique caractérisé par le pluralisme qui, par delà l'arrivée de nouvelles formations sur la scène politique à partir de 1991, a introduit des éléments de compétition interne et des exigences de fonctionnement démocratique à l'intérieur du PAIGC façonné depuis les années 60 par le système pyramidal du centralisme démocratique;

- la question mal résolue de la démobilisation des anciens combattants, dont un grand nombre, en l'absence d'une réintégration adéquate au lendemain de la guerre de libération, ont été progressivement abandonnés à leur sort dans un dénuement qui s'approfondissait à mesure que les filets de sécurité établis dans les premières années de l'indépendance s'affaiblissaient;

- le fossé grandissant, depuis la libéralisation économique lancée au milieu des années 80, entre une catégorie d'anciens combattants privilégiés, proches des cercles du pouvoir politique, et la large majorité des anciens combattants prolétarisés, vivant d'autant mal leur condition de *lumpen* qu'ils estimaient être les libérateurs de la patrie laissés pour compte par un système inique géré par leurs propres anciens compagnons de lutte;

² Le terme dépolitisation doit être pris dans le sens de *despartidarização* c'est-à-dire sans liens organiques avec un parti politique. En dépit de la proclamation de la fin des liens officiels entre le PAIGC et les Forces Armées en 1991, celles-ci conservent jusqu'à présent, le nom de Forces Armées Révolutionnaires du Peuple (FARP). Cette désignation éminemment politique est difficile à changer en raison de sa charge historique et affective pour les vétérans de la guerre de libération nationale qui rejettent par principe tout ce qui pourrait paraître une adultération de leur héritage.

- les entraves à l'émergence d'un véritable État de droit avec un pouvoir dépersonnalisé, et des institutions fonctionnant dans les strictes limites de leurs compétences;
- la prévalence de la mauvaise gouvernance avec de profondes déficiences de l'administration d'Etat, une chronique inefficience dans l'utilisation des ressources, une constante opacité dans la gestion des biens publics, etc.

Le conflit du 7 juin 1998 survient au confluent de toutes ces causes profondes qui, durant onze mois, lui impriment leurs marques pour en faire une crise multidimensionnelle dont les composantes purement internes se mêlent intimement aux ramifications internationales, avec comme toile de fond la lancinante question de la gouvernance.

Sans pour autant minimiser les aspects relatifs aux autres causes et facteurs influents, la question de la gouvernance a été centrale depuis le début de la crise jusqu'à son dénouement. Elle intervient comme un catalyseur, et sa fonction structurante dans la lecture des événements contribue à faire apparaître la guerre comme le dramatique sommet d'une crise de gouvernance. A cet égard, il est intéressant de noter que si la crise est le produit de la longue prévalence de la mauvaise gouvernance, la guerre est née d'une fugace tentative d'instrumentaliser la bonne gouvernance, ce qui constitue en soi une singularité: *le paradoxe bissau-guinéen*. Il naît de la rupture d'un vieil équilibre socio-politique suite à l'intromission inopinée de nouveaux paramètres et modes de fonctionnement, et par l'insuffisante flexibilité des acteurs du système pour s'adapter aux nouvelles contraintes. Les ressorts de la situation critique ainsi créée sont particulièrement éclairants sur la montée des périls et le déroulement de la guerre.

La rupture de l'équilibre de la mauvaise gouvernance

Pendant deux décennies de prédominance de l'hégémonie du PAIGC, s'est développé un système de gouvernance dont les prin-

cipaux ressorts étaient des filières extra-institutionnelles. Le recours intensif et généralisé à ces filières a contribué à accroître leur efficacité en consolidant des mécanismes de fonctionnement basés sur le transfert de compétences des institutions officielles vers des cercles privés. Il en a résulté une sorte de privatisation des institutions de la République et une forte informalisation de l'Etat. Le processus a été facilité par les caractères microcosmiques de la société bissau-guinéenne et par les conditions historiques d'émergence de l'essentiel de sa classe dirigeante à travers une longue lutte armée de libération nationale. L'informalisation de l'Etat a de profondes répercussions négatives sur le fonctionnement de tous les secteurs de la vie nationale; mais elle recèle aussi un avantage dérivé: la garantie d'une stabilité socio-politique basée sur la résolution des conflits à travers des compromis négociés hors des circuits officiels et institutionnels. L'analyse des événements qui se déroulent dans la période qui précède immédiatement la guerre montre qu'entre le 31 janvier 1998, date de la suspension du Chef d'état major accusé de négligence dans l'affaire du trafic d'armes, et le 7 juin 1998, date des premiers coups de feu, la crise est devenue aiguë et sans solution de compromis lorsqu'elle est sortie des circuits informels.

Dans cette période de latence, la crise est portée à la connaissance du public par des révélations sur l'existence du trafic d'armes au profit du mouvement sécessionniste de la région sud du Sénégal. La suspension du Chef d'état major général crée des tensions dont l'intensité ne cesse d'augmenter de la fin janvier 1998 jusqu'au début du mois de juin 1998. Les diligences faites pour mener une enquête interne dans les Forces Armées étant jugées partiales par l'Assemblée Nationale Populaire, celle-ci met en place sa propre commission d'enquête chargée d'apurer les faits. Avec l'avancement des travaux de la commission parlementaire, le pays entre dans une instabilité de plus en plus marquée. Les signes de turbulences viennent autant des cercles proches de la présidence que des partisans du Chef d'état major suspendu. Alors que des

proches du Président de la République refusent d'aller répondre à la commission d'enquête³, un groupe d'anciens combattants publie une lettre avertissant qu'ils n'accepteraient pas que les conclusions de l'investigation soient manipulées pour déguiser ce qu'ils estiment être la vérité.⁴ C'est dans ce climat délétère, fait de suspicions, menaces et inquiétudes, que la commission d'enquête conclut ses travaux. La lecture du rapport de la commission était programmée pour la session parlementaire commençant le 8 juin 1998; mais, le 5 juin, anticipant les conclusions de la lecture du rapport au parlement, le président démet le Chef d'état major de ses fonctions. Le 7 juin, éclate une révolte armée dirigée par celui-ci.⁵

Ce rapide survol des étapes de la crise montre que ses protagonistes en ont progressivement perdu la maîtrise lorsque des institutions compétentes, notamment parlementaires, ont pris des initiatives inédites de résorption d'une situation critique. En fait, le retour à la voie normale, c'est-à-dire la restauration du traitement institutionnel des affaires d'Etat, a introduit un élément déstabilisateur dans l'équilibre précaire établi sur des pratiques de mauvaise gouvernance bien rodées et sécurisantes pour les acteurs qui connaissaient les règles du jeu. La guerre n'est donc pas le simple résultat de l'échec d'une sortie de crise; elle est aussi la conséquence fatale d'une tentative de sortie de l'*Etat informel*. En d'autres termes, si la crise est née de la mauvaise gouvernance, la guerre est

³ Cf. "Oficiais das Forças Armadas e da segurança recusam depor perante comissão de inquérito", in *Diário de Bissau*, n° 143, 23.4.98, p. 5; "João Monteiro comparece perante a Comissão de Inquérito e Ministério Público pede levantamento de imunidade parlamentar de Kumba Yala", in *Diário de Bissau*, n° 144, 24.4.98, p. 12.

⁴ Cf. "Carta dos Combatentes da Liberdade da Pátria" in *Diário de Bissau*, n° 137, 8.4.1998, pp. 3-5; "Tráfico de armas aquece pré-campanha", *Banobero*, n° 50, 17.4.1998, pp. 1 e 12.

⁵ Le pays avait une longue tradition d'affaires non élucidées et d'enquêtes enterrées. Avant l'affaire du trafic d'armes, l'Assemblée Nationale Populaire avait déjà créé quatre commissions d'enquêtes, notamment sur la Radio Télévision (RTGB), la pêche, l'Imprimerie Nationale (INACEP), et un scandale dû à l'accueil à Bissau d'émigrés clandestins africains déportés d'Espagne.

issue d'une tentative avortée d'instrumentalisation de la bonne gouvernance dans une situation de crise. C'est cet apparent *drame de la bonne gouvernance* qui fait *le paradoxe bissau-guinéen*. Il s'agit là d'une première lecture qui tient compte de la séquence des évolutions immédiatement antérieures à la guerre.

Selon une seconde lecture qui remonte le fil des évolutions intervenues dans un passé plus reculé, il s'agit du dénouement paroxystique d'une évolution qui a commencé avec la libéralisation politique en 1991. Le système très hermétique et strictement hiérarchisé mis en place depuis les premières années d'indépendance avait commencé à présenter des fissures et des signes d'inadaptation au nouveau contexte socio-politique. Son obsolescence a été mise en évidence tout au long des années 90 par des crises qui sont des paliers de la montée des périls. Pour illustrer cette gradation de façon synthétique, quelques repères parmi les plus saillants ont été ici retenus.

Les fissures du consensus mou

Le premier grand repère a été la crise de la *Carta dos 121*. La pression pour la démocratisation enregistrée dans le pays au début des années 90 s'est accompagnée de l'exigence de plus de démocratie à l'intérieur de ce qui était encore le parti unique. Cette réclamation d'un *aggiornamento* du parti a donné lieu à la publication d'une lettre ouverte connue sous le nom de *Carta dos 121*. Signée par 121 intellectuels et dignitaires du parti, cette lettre portée à la connaissance du public en juin 1991 a déclenché une forte turbulence au sein du PAIGC. Elle marquait une nette césure historique. Elle dérogeait aux habitudes de monolithisme doctrinal, de bâillonnement des divergences d'opinions, d'étouffement des tendances, et de laborieux échafaudage d'un consensus mou comme ciment de l'unité interne. Pour la première fois, les canaux traditionnels de résorption des crises au sein de la classe politique dirigeante n'ont pas fonctionné. Rompant les habitudes de négation des divergen-

ces d'options, le différend a été porté sur la place publique, au nom de l'exigence de la démocratie interne et de la réforme du parti pour l'adapter aux nouveaux contextes et défis. Les bases mêmes du parti ont été ébranlées. La défaite du camp des réformistes a provoqué une forte saignée de cadres qui sont partis grossir les filières des nouveaux partis d'oppositions légalisés à partir de novembre 1991.

En dépit de la défaite du groupe de la *Carta dos 121*, le coup de semonce a laissé de profondes séquelles et a créé un précédent édifiant. En 1994, l'exemple a été suivi pendant les débats qui ont précédé la nomination du chef du gouvernement au lendemain des premières élections pluralistes, montrant ainsi que le consensus qui a repris ses droits de 1992 à 1994 était précaire et de circonstance. De fait, si la période 1992-94 a été peu turbulente au sein de l'ancien parti unique il ne s'agissait que d'une accalmie de façade commandée par les circonstances de la transition politique. Ses principales raisons ont été:

- la sortie massive de contestataires en 1991 et 1992, qui a favorisé une nouvelle distribution des cartes et des responsabilités, établissant un nouvel équilibre interne des forces;
- les assauts incessants des nouveaux partis d'opposition, qui ont poussé le PAIGC à réagir par un réflexe identitaire et unitaire d'autant plus actif qu'il est renforcé par l'émergence d'un complexe obsidional dans cette formation politique qui avait jusque-là exercé une réelle hégémonie sur la société dont elle s'était proclamée la "force dirigeante";⁶
- les incertitudes sur l'issue des premières élections pluralistes qui ont favorisé le retour aux anciens modèles de consensus et fait taire temporairement les divergences.

La victoire obtenue lors de ces premières élections pluralistes de 1994 a marqué une nouvelle étape dans la crise du modèle informel de résolution de conflits en attisant les ambitions de pouvoir

⁶ L'article 4 de la Constitution de 1984 faisait du PAIGC "la force politique dirigeante de la société et de l'Etat" et fondait les liens organiques entre le parti unique, les Forces Armées et les organisations de masses.

et en libérant les divergences tues au cours de la difficile période de la transition politique. En ce sens, le choix du premier ministre a été un véritable *casus belli* qui a libéré les forces centrifuges et favorisé le choc des allégeances contradictoires longtemps refrénées. Il a donné lieu à un long et indécis duel entre le président du parti qui se trouvait aussi être le Président de la République, et le Secrétaire National du même parti qui estimait être le candidat naturel à la primature, arguant du fait qu'à la surprise générale il a conduit le parti à une écrasante victoire aux élections législatives. En raison de la détermination des deux protagonistes de cette guerre intestine, le modèle consensuel de résorption des crises internes a de nouveau été inopérant. Pour la première fois en de telles circonstances, il a été fait appel à l'arbitrage du Conseil National du parti. Le recours à une votation des membres de cette instance a consacré la victoire du Secrétaire National du parti sur les favoris du président. Ce choc entre des ambitions politiques qui s'est soldé par la défaite du camp présidentiel face à un organe de l'appareil du parti appelé à arbitrer un différend important, publiquement et à travers une votation libre, a marqué une nouvelle gradation dans la déliquescence du système informel de résolution de conflits qui avait fait la force du parti en ses heures d'hégémonie autocratique dans les années 80.⁷

L'épilogue de ce bras de fer ne pouvait rester sans suite. Le crime de lèse-majesté qu'a constitué la défaite du Président de la République et l'obligation dans laquelle il s'est trouvé de choisir pour premier ministre un candidat qu'il ne voulait pas du tout, mais qui lui a été imposé par une votation faite au nom du principe de démocratie interne a marqué négativement le début de la législature. Le gouvernement constitué était le résultat d'un compromis boiteux et d'avance amputé de la capacité de recourir de manière efficace à

⁷ "A história de uma maratona para se chegar a primeiro-ministro", *Correio da Guiné-Bissau*, n° 33, 29.10.1994, p. 15; "Nino Vieira: um percurso de derrotas suaves", *idem*, pp. 14-16; "Manuel Saturnino toma posse", *Correio da Guiné-Bissau*, n° 34, 9.11.1994, pp. 14-15.

tous les canaux informels de résolution de conflits. De fait, l'équipe gouvernementale a été vite confrontée à une sourde hostilité du président, d'une partie du parlement et d'une bonne partie des notables du parti. En réalité, après la confrontation au sein du parti, les hostilités ont été transférées au sein de l'exécutif. Après une première tentative de conciliation concrétisée par un remaniement gouvernemental sans réels effets positifs, le couperet présidentiel est tombé en mai 1997: le premier ministre choisi par la base contre la volonté du président est limogé pour résultats insuffisants. De nouveau, il s'agissait d'une initiative sans précédent; elle étalait sur la place publique un différend qui, en d'autres circonstances, eût trouvé solution dans les circuits internes habituels.⁸

Cette nouvelle mise en échec de l'ancien modèle de résolution des conflits est aussitôt suivie d'un épisode qui confirme la caducité du système. Le nouveau premier ministre nommé par le président est frappé d'illégitimité par le parlement, puisque sa nomination est dénoncée par l'opposition et par une partie du parti au pouvoir comme entachée de vice de forme et d'inconstitutionnalité.⁹ L'épisode a été interprété par certains analystes comme le signe d'une avancée dans le sens d'un respect plus rigoureux des institutions républicaines, et des normes de fonctionnement démocratique. Cette interprétation hâtive trouve sa limite dans le fait qu'il subsistait de nombreuses violations des institutions et des normes du fonctionnement démocratique auxquelles aucune correction n'était apportée ni envisagée, en dépit des dénonciations répétées de l'opposition.¹⁰ La vérité est que, après un transit par le gouver-

⁸ Cf. "A carta que Helder Proença escreveu a Nino Vieira e o coronel Manuel Saturnino assinou" e "Demitido o governo mais impopular da história do país", in *Diário de Bissau*, n° 61, 23.5.1997, pp. 3 e 12.

⁹ Cf. "Divergências no seio do PAIGC inviabilizam aprovação do programa do governo" in *Diário de Bissau*, n° 74, 28.8.1997, p. 3.

¹⁰ Une des situations les plus décriées par l'opposition était le fait que, contrairement à ce qu'exigent les dispositions constitutionnelles, le président s'entêtait à être le président de son parti, le PAIGC. Il ne daigna même pas régulariser cette situation lors du congrès du parti réalisé en mai 1998.

nement, la guerre larvée entre les factions du parti au pouvoir a été transférée au sein du parlement.

Concrètement, grâce aux normes de fonctionnement du parlement qui permettent à un député de laisser sa place à son suppléant pour occuper des fonctions gouvernementales ou autres pour ensuite reprendre sa place sans nécessité d'élections partielles, les principaux acteurs du camp du Secrétaire National en lutte contre celui du président depuis 1994, ont repris leur place au parlement, prêts à y faire un baroud d'honneur après leur limogeage du gouvernement. Cette situation était virtuellement porteuse d'une implosion de la majorité dont le parti disposait avec 62 sièges sur 100. Bien que les apparences d'unité fussent sauvegardées, toute convergence ponctuelle de votes entre l'opposition parlementaire et ces baroudeurs du parti majoritaire pouvait mettre en difficulté le gouvernement et le président. Par conséquent, les précautions prises par le président dans ses nouvelles relations avec le parlement relevaient moins d'une conversion au respect scrupuleux des normes démocratiques que de la prise en compte d'un nouveau rapport de force créé par la situation conflictuelle au sein de son propre camp.

C'est par rapport à ce contexte de lutte sourde au sein du parti majoritaire privé de ses canaux informels de construction de consensus ou de résorption des différends qu'il convient d'analyser la création de la commission parlementaire d'enquête sur le trafic d'armes avec le MFDC. C'est cette nouvelle configuration des forces politiques avec ses enjeux personnels et ses ramifications au sein des groupes d'intérêts qui structurent la classe dirigeante, qui donne pleine intelligibilité au processus conduisant à la création de cet organe *ad hoc*. Les étapes qui mènent à ce dernier recours le montrent clairement.

En effet, au moment de la révélation de l'existence du trafic, les voies choisies pour apurer les responsabilités sont dans la ligne ordinaire de celles qui président à la résolution des conflits dans les cercles du pouvoir. Mais elles se sont révélées inefficaces. Après

l'échec des efforts déployés dans les cercles informels organisés autour du Président de la République, le conflit a été porté à une instance institutionnelle *ad hoc*: une commission d'enquête des Forces Armées. En réalité, il s'agissait d'une fausse issue institutionnelle puisque les détails de son mode de fonctionnement, ultérieurement révélés au public, montrent qu'elle devait servir de paravent à une discrète sortie de crise par la voie de l'enterrement du dossier après imputation des responsabilités à quelques commodes boucs émissaires. Tel ne fut pas le cas, parce que le consensus sur le fonctionnement des rouages de l'Etat informel avait volé en éclats depuis 1994, et la recomposition des forces en cours impliquait un jeu d'alliances nouvelles et des stratégies contradictoires d'instrumentalisation des institutions. La majorité qui s'est dessinée à l'Assemblée Nationale Populaire, grâce à une conjonction de forces de l'opposition et d'une partie du parti majoritaire pour dessaisir la commission d'enquête interne des Forces Armées du dossier du trafic d'armes et confier le travail d'apurement des responsabilités à une commission parlementaire est une conséquence de la mouvante configuration des forces au sein du parti au pouvoir après l'implosion du système de gestion informelle des conflits en circuit fermé.

En clair, étant donné son infériorité numérique (38 députés sur 100), l'opposition seule ne pouvait exiger et obtenir la création d'une commission d'enquête.¹¹ N'eussent été les fissures dans le

¹¹ Tout au long de la législature, le PAIGC a disposé d'une majorité automatique au moment des votes, en raison des 62 députés qu'il avait sur 100 à l'Assemblée Nationale. Cette situation confortable était prise en défaut seulement au moment des votes nécessitant une majorité qualifiée des deux tiers des députés. Le cas le plus décisif fut enregistré à l'occasion de la révision constitutionnelle destinée à permettre l'adhésion du pays à l'Union Economique et Monétaire Ouest Africaine (UEMOA). Après un premier échec dû au vote négatif des partis d'opposition, le parti majoritaire a dû composer avec l'opposition devenue arbitre de la situation pour obtenir ses votes favorables au cours d'une seconde tentative. Cf. "Deputados chumbam adesão da Guiné-Bissau à UEMOA", in *Diário de Bissau*, n° 9, 31.10.1996, pp. 1-3; "Adesão do país à UEMOA regressa ao parlamento", in *Diário de Bissau*, n° 24, 27.11.1996, pp.

bloc majoritaire, ses exigences auraient été un simple exercice de rhétorique parlementaire. L'existence d'une fraction du parti décidée à en découdre avec le camp présidentiel a permis à l'opposition d'obtenir la création d'une commission parlementaire d'enquête, qui a consacré l'institutionnalisation du processus de résolution de l'affaire du trafic d'armes. C'est cette conjonction circonstancielle de forces qui a permis le fonctionnement de la commission d'enquête jusqu'à la conclusion de ses activités en résistant aux pressions non déguisées pour adultérer le contenu de sa mission ou de son rapport.

En fait, avant l'éclatement de l'affaire du trafic d'armes, une telle conjonction entre les forces de l'opposition parlementaire et celles d'une fraction du parti au pouvoir s'était déjà dessinée en mai 1997 à l'occasion du limogeage du premier. Au cours des consultations qu'il avait faites avant de renvoyer le premier ministre, le Président de la République avait pris le soin de s'assurer le soutien de l'opposition qui avait alors appuyé la décision du président.¹²

Aussitôt après, pendant les cinq mois qui suivent, une convergence similaire s'est dessinée, mais avec une configuration différente. Cette fois-ci elle rassemblait contre le camp présidentiel l'opposition et une fraction rivale du parti majoritaire pour obliger le président à respecter les normes constitutionnelles de nomination du nouveau premier ministre. Le président a dû s'exécuter après

2-3 e 16; "PAIGC, PRS e LIPE somam dois terços: Deputados aprovam entrada da Guiné-Bissau na UMOA", in *Diário de Bissau*, n° 25, 28.11.1996, pp. 1 e 16.

¹² Amine Saad, dirigeant de l'União para a Mudança (UM) avait alors déclaré que le président avait fait une lecture très correcte de la Constitution en usant de ses prérogatives pour limoger le premier ministre. Toutefois, si les partis politiques consultés avaient été favorables au départ du premier ministre, ils ne concordaient pas avec le choix du nouveau premier ministre très proche du président; il auraient préféré l'organisation d'élections anticipées. De là leur changement de position. Ils dénoncent alors les irrégularités commises lors du choix du nouveau premier ministre nommé sans l'audition, au moins formelle, de l'opposition parlementaire, et ils décident de boycotter les séances parlementaires tant que ces irrégularités n'auraient pas été réparées.

que la Cour suprême eût donné raison au recours déposé par trois partis d'opposition avec l'appui tacite des contestataires du parti majoritaire.¹³ Dans cette géométrie variable des alliances éphémères, l'opposition est devenue l'arbitre des conflits institutionnels nés de la lutte intestine du parti au pouvoir. Cette évolution confirme que, loin d'être une démarche consciente dans le sens de l'approfondissement des pratiques démocratiques et du respect des institutions, le recours réitéré, de plus en plus instrumentalisé, aux instances institutionnelles pour la résolution de conflits nés de la mauvaise gouvernance se fait dans un contexte d'aggravation d'une crise politique sans précédent dans l'histoire du PAIGC. C'est pour cela que, loin d'avoir interrompu une phase de consolidation de pratiques démocratiques, la guerre est le terme paroxystique d'un long contentieux en phase ascendante depuis 1994.

Le dernier grand acte de cette longue crise souterraine aux complexes ramifications a été le 6ème congrès ordinaire du PAIGC réalisé en mai 1998. Il a porté à un point culminant la sourde confrontation qui opposait depuis 1994 deux ailes du parti, respecti-

¹³ Emboitant les pas à l'opposition qui dénonce l'illégitimité du premier ministre nommé sans le respect des normes constitutionnelles, les partisans de l'ancien premier ministre refusent d'approuver le programme du nouveau gouvernement en invoquant aussi l'inconstitutionnalité qui a entaché sa nomination. Devant cette nouvelle configuration des forces, et face au recours déposé par l'opposition à la Cour Suprême de Justice qui a déclaré inconstitutionnelle la décision du Président de la République, celui-ci a dû se soumettre aux exigences des parlementaires et s'est plié au respect des procédures légales de désignation du nouveau chef de gouvernement. L'épisode a été très éclairant sur la profondeur des dissensions au sein du PAIGC et sur la nouvelle position d'arbitre de l'opposition dans cette guerre intestine du parti au pouvoir. Cf. notamment, "Divergências no seio do PAIGC inviabilizam aprovação do programa do Governo", in *Diário de Bissau*, n° 74, 28.8.1997, p. 3; "PRS pede demissão de todos os órgãos dirigentes: presidencial, legislativo e executivo" (*sic*), in *Diário de Bissau*, n° 75, 3.9.1997, p. 3; "Maioria dos Juizes Conselheiros decidem: decreto presidencial inconstitucional", in *Diário de Bissau*, n° 81, 3.10.1997, p. 12; "Fim da crise de 5 meses: mais uma oportunidade ao PAIGC", in *Diário de Bissau*, n° 83, 30.10.1997, pp. 3-4 e 10-14.

vement dirigées par le président et le Secrétaire National. Il s'est soldé par l'éviction du Secrétaire National du parti et de ses partisans, remplacés aux postes clés par des fidèles du président. L'ambiance mélodramatique qui a marqué les règlements de compte entre les deux factions ont pu faire croire à une scission, comme le faisait présager le contexte pré-congrès marqué par maints attermoissements et d'interminables polémiques. A la veille du congrès, répondant aux menaces contre la suprématie du président dans son propre camp politique, un de ses fidèles partisans affirmait:

*"Je ne vois pas encore le président en train de se résigner à lire son testament politique à ce congrès et faire ses adieux au Parti. Ni non plus se laisser humilier."*¹⁴

L'humiliation fut donc pour les adversaires. Tout a été fait pour qu'il en fût ainsi. Les vexations infligées durant le congrès au camp du Secrétaire National sortant ont fermé la porte aux possibilités de reconstitution à court terme d'un consensus. Ce faisant, comme le montre une analyse à chaud ci-après longuement citée, il a laissé entier le contentieux en recourant à "l'art de noyer le poisson":

"Après cinq reports successifs, le PAIGC a tenu son 6ème congrès. Ouvert le 7 mai, il a été prévu pour 4 jours, et devait être terminé le 10 mai. Il a été clôturé avec 5 jours de retard. C'est que le sort du parti qui gouverne la Guinée-Bissau depuis près d'un quart de siècle se jouait à ce congrès sans précédent... Officiellement, les tendances n'ont jamais existé au sein du PAIGC; mais la réalité de ces dernières années est dominée par un face à face ouvert entre deux ailes structurées autour du Président et du Secrétaire national du parti. A la veille du congrès toutes les hypothèses étaient plausibles... Les débats ont été longs. Le linge sale a été lavé comme on s'y attendait. Les portes closes du congrès ont laissé filtrer des bribes de règlements de comptes... Aucun des protagonistes ne semblait prêt à tirer les conclusions extrêmes des profondes dissensions. Le génie des organisateurs du congrès est de l'avoir

¹⁴ Fernando Delfim da Silva, *Um olhar sobre o PAIGC*, Bissau, 1998, p. 23. Il s'agit d'un fascicule publié par ce proche du président qui était "pré-candidat" au poste de Secrétaire National du parti et qui avait utilisé ce moyen d'expression pour se prépositionner à la veille du congrès.

*placé à quelques mois des élections. On ne milite pas, des décennies durant, dans un parti aussi puissant et toujours au pouvoir pour le quitter à la veille de nouvelles élections. Pour aller où? Pour briguer quel mandat? Devant quels électeurs? Avec quels moyens matériels et financiers? Sans doute ces questions ont obsédé de grands acteurs de ce mélodrame où tout le monde constate la profondeur abyssale des divisions, mais personne n'ose en tirer les conséquences et prononcer le mot fatal de divorce. Hors du parti, point de salut. Alors il faut faire comme si... et noyer le poisson."*¹⁵

Ce condensé des enjeux de la crise politique prouve que le 6ème congrès du PAIGC tenu un mois avant l'éclatement de la guerre civile a marqué l'ultime étape de l'implosion du parti. A la veille du congrès, paraphrasant la devise du parti qui est *Unité et Lutte*, l'hebdomadaire *Banobero* titrait "*Unité ou Lutte*". La lutte l'a emporté. A-t-elle aussi apporté la guerre? L'affirmer serait un audacieux et simpliste raccourci. Il n'en reste pas moins que la "*profondeur abyssale des divisions*" laissée intacte par le mode conflictuel choisi pour la sortie de la crise a fait de cette solution une victoire à la Pyrrhus. De fait, un tel raidissement était porteur des plus grands périls dans un contexte où, par delà la fin officielle des liens organiques entre l'ancien parti unique et l'armée, celle-ci conservait de nombreuses passerelles informelles avec les dignitaires de ce parti dont elle a été le bras armé pendant trois décennies. D'ailleurs, c'est forts de cette perception que, dès les premiers jours des violences qui ont éclaté en juin 1998, plusieurs leaders d'opposition ont affirmé que la guerre était un règlement de comptes entre des factions du PAIGC.

Quelles que soient les limites de la valeur de cette affirmation, il n'en reste pas moins que le déroulement du congrès avait été ressenti comme la fin totale du système de gestion des conflits au sein des cercles au pouvoir. La voie de l'affrontement paraissait ouverte. La perspective d'un choc fatal était d'autant plus plausible

¹⁵ "Les congressistes concrétisent la ligne Nino", in *Carrefour* (Supplément en français de *Banobero* n° 53), n° 6, 22 mai 1998, p. II.

que la victoire du camp présidentiel au 6ème congrès du PAIGC avait marqué une étape supplémentaire de l'entreprise de restauration de l'hégémonie présidentielle remise en cause par le choix du régime semi-présidentiel fait lors des révisions constitutionnelles de 1991 et 1993. Le limogeage du premier ministre en 1997 avait été une première étape rétablissant l'emprise présidentielle sur l'exécutif qui, au cours de la période 1995-96 avait présenté des signes d'un bicéphalisme flagrant et défavorable aux velléités du président de conserver la haute main sur toute la gestion du pays. La seconde étape fut la reconquête du parti qui avait mis en minorité les candidats du président à la primature en 1994. L'écrasement des adversaires du président au 6ème congrès du PAIGC effaçait du coup cette défaite politique de 1994 ressentie comme humiliante. Il ne restait donc plus qu'à réduire la dernière poche de résistance occupée par le Chef d'état-major suspendu. La suppression de ce dernier obstacle devait ouvrir la voie aux jeunes officiers et hommes liges du président.¹⁶

De la république des mandjua à la guerre des mandjua

C'est la réaction à cette troisième étape du processus qui a servi de détonateur à la guerre. Loin d'avoir été seulement le sursaut d'orgueil d'un homme isolé rejoint par une poignée de compagnons d'armes, comme cela a pu être présenté pour souligner le rôle déterminant joué par le Chef d'état-major limogé à la veille du soulèvement du 7 juin 1998, il s'agit surtout du refus de la restauration de l'hégémonie personnelle et autoritaire du Président de la République. Ce refus était soutenu par une constellation d'intérêts dont les acteurs, d'obédiences très hétérogènes, émergeront, au

¹⁶ Cf. Interviews de Kumba Yala président du PRS "Vivemos numa ditadura disfarçada com capa de democracia pluralista" in *Diário de Bissau*, n° 93, 9.12.1997, pp. 4-5; "Forças armadas à beira de um ajuste de contas", in *Banobero*, n° 49, 7.4.1998, pp. 1 e 12.

cours des hostilités, comme un véritable front. Si la révolte du Chef d'état-major a été un élément capital, elle n'a pu être concrétisée que parce qu'elle n'était pas isolée. Elle s'insérait dans un contexte de convergence d'intérêts pour résister sur une ligne au-delà de laquelle le point de non retour aurait été atteint. Elle a surtout été l'élément de coalescence de ces intérêts.

C'est cette réaction de résistance contre ce qui était perçue comme une dérive, qui a sous-tendu la solidarité active et très tôt manifeste des anciens combattants de la guerre de libération nationale. D'autres solidarités souterraines existaient, notamment dans les rangs des partis d'opposition qui subodoraient l'acte final d'une tentative de restauration autoritaire, propre à annihiler les conquêtes politiques faites depuis 1991. Cependant, tout en étant important, le rôle des partis d'opposition ne pouvait qu'être un appoint aux influents réseaux de solidarité au sein du parti majoritaire, sans lequel le rapport des forces aurait sûrement été en faveur du Président de la République. C'est, en fait, dans ces menées conspiratrices et vellétés centrifuges au sein du parti majoritaire que résident les éléments décisifs pour l'éclairage des événements qui s'accélérent à partir de mai 1998. En l'absence d'informations précises, pour l'heure, l'analyse ne peut que retenir les nombreuses conjectures relatives aux origines de cet épisode historique, comme des pistes d'une longue investigation qui reste à faire. La fronde manifeste des vaincus des joutes politiques au sein du parti majoritaire, les accusations portées pendant la guerre par le président contre certaines personnalités du PAIGC indexées comme ses adversaires politiques fournissent quelques-unes de ces pistes, qui ramènent invariablement aux méandres des luttes intestines du parti depuis 1994.¹⁷

¹⁷ Pendant les premiers mois de la guerre, le président Nino Vieira a accusé le président de l'Assemblée Nationale d'être un des instigateurs secrets d'un assaut contre le pouvoir qui a engendré la guerre. Pour cela il arguait du fait que celui-ci avait été son adversaire malheureux au 6ème congrès du parti, et qu'il avait un statut de dauphin constitutionnel qui faisait de lui le

C'est finalement cette coalescence d'intérêts spécifiques des acteurs de la crise politique et de la crise militaire qui explique le moment et l'ampleur de la résistance aux initiatives du président, même s'il reste que dans la convergence ponctuelle de points de vue, résister ne signifie pas pour tous prendre d'assaut le pouvoir par un coup d'Etat, et encore moins déclencher une guerre civile. En réalité, malgré ses succès initiaux, la reconstitution de l'hégémonie présidentielle entamée en 1997 par le limogeage du premier ministre se faisait dans un contexte peu favorable. S'il est vrai que la forte personnalité du président avait pendant longtemps pesé sur le système politique de 1980 à 1991, les transformations advenues depuis 1991 ont profondément modifié les données de l'équation socio-politique. En raison des évolutions politiques, sociales et économiques en cours, des groupes d'intérêts se sont multipliés et recherchaient des voies d'une autonomie toujours plus grande. Ces cercles d'intérêts, qui reproduisent le système traditionnel de *mandjuandade*, mais dont la rationalité est celle du patrimonialisme dans un Etat émergent, ont contribué à l'affirmation de plus en plus nette de ce qu'on peut appeler une *République des mandjuas*, théâtre d'élection d'un *patrimonialisme de mandjuas*.¹⁸

bénéficiaire direct de toute vacance du pouvoir par éviction du Président de la République. Les relations ont été constamment tendues entre les deux hommes jusqu'à la fin du conflit où, après la chute du Président de la République, le président de l'Assemblée Nationale a assuré l'intérim...

¹⁸ La *mandjuandade* est une catégorie de l'organisation sociale basée sur le regroupement par classe d'âge. Les membres d'une même classe d'âge sont des *mandjuas*. Ils sont réunis par le fait d'appartenir à la même génération. Ils sont unis, dans le système d'éducation traditionnelle, par le fait d'appartenir à la même classe d'initiation. Ils sont solidaires pour avoir surmonté ensemble les épreuves indispensables à l'intégration réussie dans la société. Ils sont égaux pour avoir franchi dans la même promotion les étapes de connaissance qui mènent à la catégorie d'adulte. La *mandjuandade* transplantée en milieu urbain, est plutôt un groupe d'entraide basé sur la libre association et la cooptation. Le fort accent alors mis sur la défense et promotion des intérêts des membres confère à la *mandjuandade* une connotation de cercle voué à la promotion des intérêts de groupuscules.

En effet, étant donné les conditions historiques d'émergence de la classe dirigeante, il a constamment prévalu une sorte de nivellement des élites dû au fait que la plupart de ses membres se réclamaient d'une unique source de légitimité: la guerre de libération nationale. Le nivellement des mérites individuels entraîné par cette légitimité diffuse, plus ou moins également partagée par tous, a été le pilier du système consensuel longtemps en vigueur, et qui réunissait des *mandjuas*, c'est-à-dire des pairs. Le *consensus des mandjuas* a fonctionné, y compris dans les cas de répression féroce, pour consolider l'hégémonie du cercle des pairs sur le reste de la société. Si, en raison de sa forte personnalité et de la coercition habilement utilisée, le Président de la République a su imposer une incontestable autorité sur l'ensemble des *mandjuas* de 1980 à 1994, il n'en restait pas moins qu'en dernière analyse, il était un *primus inter pares* qui tentait, par des artifices répressifs, d'échapper aux contraintes de l'égalité foncière inhérente à la légitimité diffuse d'une geste collective, la guerre de libération nationale, devenue la base du système référentiel des élites dirigeantes.

Les cycles de violence répressive et d'épurations politiques connues par le pays depuis 1980 puisent leur rationalité profonde dans cette aspiration du président à s'affranchir des contraintes de la condition de pair qui sont d'autant plus fortes qu'en dehors du système de valeurs créé sur l'héritage de la guerre de libération, les autres référentiels, notamment intellectuels et sociaux, concourent au nivellement des valeurs entre les pairs qui constituent l'élite dirigeante. La tentative de restauration autoritaire entreprise à partir de 1997 participait de cette stratégie cycliquement utilisée pour s'affranchir des contraintes de la condition de *primus inter pares* particulièrement incommodantes pour qui aspire au pouvoir absolu.¹⁹ En raison des profondes mutations sociales et politiques enregistrées, et à cause de la saturation engendrée par les précédents cycles répressifs, l'entreprise a rencontré plus de résistance

¹⁹ "João da Costa ao Diário de Bissau: em política não devemos confundir República com monarquia", in *Diário de Bissau*, n° 154, 27.5.98, p. 5.

que d'habitude, ce qui a entraîné l'implosion du système. La conjoncture et un concours des circonstances mal élucidées ont servi de catalyseurs pour que cette implosion d'un système politique débouche sur une explosion de violence armée.

La guerre qui éclate dans ces conditions est d'abord une guerre entre pairs, une *guerre de mandjuas*. En raison des interférences externes présentes dès les premiers jours de crise, elle prend très vite des caractéristiques inattendues nées de la greffe massive d'enjeux étrangers. Il en résulte une multiplicité de grilles de lecture de ce conflit né dans des cercles bissau-guinéens bien précis, mais dont le déroulement et le système explicatif se complexifient à mesure qu'au noyau originel d'acteurs et d'enjeux s'agglutinent de nouveaux acteurs et enjeux par cercles concentriques, de dimensions régionales et internationales, qui échappent progressivement au contrôle des principaux protagonistes internes.²⁰

²⁰ La propagande de guerre de la Junte militaire tout au long des onze mois de conflit est structurée par le leitmotiv suivant: ce sont les pairs du président qui se sont soulevés pour lui montrer que ce sont eux qui ont fait sa gloire passée et ce sont également eux qui peuvent causer sa chute. Dans cet ordre d'idée, tout au long de la guerre on a assisté à une massive entreprise de révélations historiques qui confinent à une tentative de révision de l'histoire récente par une démythification d'un héros par ses propres pairs.

BIBLIOGRAPHIE

- Fernando Delfim da Silva, *Um olhar sobre o PAIGC*, Bissau, 1998, 44 pp.
- Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau, *Guiné-Bissau, selecção dos recortes de imprensa portuguesa*
- Rede de Solidariedade com o Povo da Guiné-Bissau, *Documentação seleccionada sobre o conflito: Memorandos informativos*
- "A história de uma maratona para se chegar a primeiro-ministro", *Correio da Guiné-Bissau*, nº 33, 29/10/1994, p. 15.
- "Nino Vieira: um percurso de derrotas suaves", *Correio da Guiné-Bissau*, nº 33, 29.10.1994, pp. 14-16.
- "Manuel Saturnino toma posse", *Correio da Guiné-Bissau*, nº 34, 9.11.1994, pp. 14-15.
- "Carta dos Combatentes da Liberdade da Pátria", in *Diário de Bissau*, nº 137, 8.4.1998, pp. 3-5.
- "Tráfico de armas aquece pré-campanha", *Banobero*, nº 50, 17.4.1998, pp. 1 e 12.
- "A carta que Helder Proença escreveu a Nino Vieira e o coronel Manuel Saturnino assinou", in *Diário de Bissau*, nº 61, 23.5.1997, p. 3.
- "Demitido o governo mais impopular da história do país" in *Diário de Bissau*, nº 61, 23.5.1997, p. 12.
- "Divergências no seio do PAIGC inviabilizam aprovação do programa do governo", in *Diário de Bissau*, nº 74, 28.8.1997, p. 3.
- "Deputados chumbam adesão da Guiné-Bissau à UEMOA", in *Diário de Bissau*, nº 9, 31.10.1996, pp.1-3.
- "Adesão do país à UEMOA regressa ao parlamento", in *Diário de Bissau*, nº 24, 27.11.1996, pp. 2-3 e 16.
- "PAIGC, PRS e LIPE somam dois terços: Deputados aprovam entrada da Guiné-Bissau na UMOA", in *Diário de Bissau*, nº 25, 28.11.1996, pp. 1 e 16.
- "PRS pede demissão de todos os órgãos dirigentes: presidencial, legislativo e executivo" [sic], in *Diário de Bissau*, nº 75, 3.9.1997, p. 3.
- "Maioria dos Jufzes Conselheiros decidem: decreto presidencial inconstitucional", in *Diário de Bissau*, nº 81, 3.10.1997, p. 12.
- "Fim da crise de 5 meses: mais uma oportunidade ao PAIGC", in *Diário de Bissau*, nº 83, 30.10.1997, pp. 3-4 e 10-14.

- “Les congressistes concrétisent la ligne Nino”, in *Carrefour* (Supplément en français de *Banobero* n° 53), n° 6, 22 mai 1998, p. II.
- “Vivemos numa ditadura disfarçada com capa de democracia pluralista” in *Diário de Bissau*, n° 93, 9.12.1997, pp. 4-5.
- “Forças armadas à beira de um ajuste de contas”, in *Banobero*, n° 49, 7.4.1998, pp. 1 e 12.
- “Oficiais das Forças Armadas e da segurança recusam depor perante comissão de inquérito”, in *Diário de Bissau*, n° 143, 23.4.98, p. 5.
- “João Monteiro comparece perante a Comissão de Inquérito” e “Ministério Público pede levantamento de imunidade parlamentar de Kumba Yala”, in *Diário de Bissau*, n° 144, 24.4.98, p. 12.
- “João da Costa ao Diário de Bissau: em política não devemos confundir República com monarquia”, in *Diário de Bissau*, n° 154, 27.5.98, p. 5.
- “Conclusões do relatório sobre o tráfico de armas para o Casamança”, in *Banobero* n° 62, 20.4.99, pp. 6-7.

RESUMO

A guerra civil que assolou a Guiné-Bissau em 1998-99 tem origem num conjunto de causas extremamente variadas, de ordem económica, social, política, militar, etc. No entanto, as causas políticas, nomeadamente as respeitantes à governação, tiveram uma influência determinante. Devido à longa prevalência da má governação, desenvolveu-se um sistema informal de gestão de conflitos que tem ramificações intimamente interdependentes nas esferas políticas, económicas e militares. A crise política que se agudizou no PAIGC a partir de 1994 contribuiu para uma profunda desorganização das redes informais de construção de consenso e gestão de conflitos. Consequentemente as contendas, outrora silenciadas e geridas nas redes informais dos mandjua (pares) detentores do poder, passaram a ser tratados no foro, através de vias institucionais de duvidosa funcionalidade, escapando cada vez mais ao controle dos protagonistas. A cadeia de reacções mal geridas assim iniciada culminou com a explosão de um verdadeiro conflito violento, de envergadura nacional, com repercussões internacionais.

O IMPACTO DO CONFLITO NA RESERVA DA BIOSFERA DO ARQUIPÉLAGO BOLAMA-BIJAGÓS

Justino Biai

Introdução

Para os cidadãos de Bissau, que durante a luta de libertação nacional contra o jugo colonial estiveram na zona outrora dita libertada ou nas regiões fronteiriças, a madrugada do dia sete de Junho de 1998 foi mais uma recordação dos angustiosos dias das décadas de sessenta e setenta. Os que estiveram longe desta realidade passaram a ver na prática aquilo que durante um quarto de século de má governação, manifesto em impunidade, corrupção, nepotismo político e flagrante violação dos direitos humanos e cívicos, pairava na praça pública com a expressão “*kuarkel dia no na fugia un utru na e tera li*”, o que significa que qualquer dia o país estaria em guerra. Uma gama de observadores atentos e analistas da nossa sociedade já previam no entanto esta situação de conflito armado¹, mas a maioria esmagadora da população civil foi apanhada de surpresa e viu-se obrigada a refugiar-se de uma forma abrupta em zonas com maior garantia de segurança,

1 Ver cenário “Urdumunho” in F. Imbali, Fafali Koudawo et al., *Guinée-Bissau 2025 Djitu Ten – Études Nationales Prospectives à Long Terme*, INEP, Bissau, 1996.

entre as quais o Arquipélago dos Bijagós, deixando por trás seus lares, bens e os respectivos postos de serviço.

Reflectir e retrospectivar diferentes momentos da nossa vida durante o conflito poderá talvez incutir em nós uma outra forma e cultura de pensar o país e o seu desenvolvimento, diferente daquela que nos norteou durante vários anos.

As razões que deram origem à sublevação militar de 7 de Junho e a subsequente crise que gerou, já foram suficientemente analisadas e interpretadas por vários autores nacionais e internacionais². Com este trabalho não se pretende de maneira alguma ser exaustivo e tão-pouco repisar na análise das causas do levantamento, mas sim contribuir para uma reflexão sobre os efeitos e impactos deste conflito, sobretudo na região insular do país e naqueles que voluntariamente ou por força das circunstâncias tiveram que procurar a região administrativa Bolama-Bijagós – Reserva da Biosfera – como lugar de refúgio. As experiências vividas e os ensinamentos que delas foram obtidos podem ou não, conforme os casos, ser extrapolados para outros segmentos sociais e zonas do país.

É de realçar que, dada a situação de guerra, que obrigou o autor deste artigo a permanecer durante todo o tempo que durou o conflito no Arquipélago dos Bijagós, a análise aqui apresentada não exclui em certas observações a ilha de Bolama e a parte continental de São João, mas concentra-se essencialmente na outra parte da região, cujo pólo irradiador é representado por Bubaque.

Metodologicamente este trabalho assenta essencialmente na observação directa e participativa. Para complemento de certas informações foram efectuadas algumas entrevistas não estruturadas, dirigidas a pessoas-alvo. Como é evidente, a consulta bibliográfica, sobretudo do material informativo do Comité de Gestão da Crise depositado na Casa de Ambiente, serviu como suporte principal deste artigo.

² J.C. Gomes, *Polon de Brá*, Bissau, 1998.

Para simplificar a leitura e a compreensão deste trabalho os termos *deslocado* e *refugiado* são utilizados muitas das vezes como sinónimos, embora internacionalmente se entenda por *deslocados* as populações de um determinado país ou região que por motivos de conflito armado abandonam as suas proveniências, procurando outros lugares dentro do próprio território nacional. Quando as zonas procuradas para a protecção se situam fora dos limites nacionais, isto é, no exterior dos respectivos países, são designados por *refugiados de guerra*.

Breve diagnóstico sócio-económico da região

A população total da Região Bolama-Bijagós é estimada em 25-30 mil habitantes, distribuídos de forma irregular, verificando-se no entanto uma maior aglomeração na cidade de Bolama e na vila de Bubaque. Esta região do país é habitada na sua maioria pela população de origem bijagó (60 a 70%). A ilha de Bolama, como ex-capital colonial da Guiné, apresenta um maior mosaico étnico, salientando-se em termos numéricos os Mancanha, os Mandinga, os Bijagó e os Biafada. Nas ilhas de Nago, Chediã, Formosa, Caraxe e Bubaque denota-se a presença de comunidades pepel. O mesmo se verifica nas ilhas de Rubane e Chediã, onde comunidades nhominca, originárias do Senegal, estão presentes. A região é por excelência de domínio animista, pois mesmo os convertidos às outras religiões têm certas práticas que os aproximam do animismo. Enquanto que Bolama e Bubaque apresentam um nó significativo de comunidades católicas, Uno e Orango é a zona de expansão dos protestantes³. Nas ilhas de Bubaque, Uno, Orangozinho e Formosa se encontram espalhadas pequenas

³ Para informações mais detalhadas ver B. Limoges e M.-J. Robillard, *Proposition d'un plan d'aménagement de la Réserve de la Biosphère de l'Archipel des Bijagos*, vol. 1, *Les secteurs de développement: zonages et recommandations*, Bissau, 1991.

comunidades islâmicas (fula, mandinga, biafada e outras do Senegal).

Os Bijagó vivem essencialmente da agricultura itinerante, do extractivismo florestal, da colecta de moluscos e crustáceos e da pesca. A pesca continua a ser de subsistência, orientada para o consumo familiar e da tabanca. No entanto as comunidades do Arquipélago dos Bijagós reproduzem explorando uma multiplicidade de habitats, ecossistemas e recursos naturais. Esta estratégia de combinação de práticas e uso dos recursos naturais visa, por um lado, reduzir os riscos da dependência de um só recurso que se poderia esgotar, ameaçando a sobrevivência das comunidades, e, por outro, pelo facto de não haver concentração de esforços de exploração de um único recurso, permite a regeneração e renovação dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais.

Contrariamente aos Bijagó, nos outros grupos étnicos da região, apesar da sua estratégia de complementaridade de actividades, salienta-se uma maior especialização. Pode-se realçar neste caso os Mancanha, os Pepel, os Nhominca e os Biafada. Enquanto que os primeiros se dedicam à horticultura, os Pepel à exploração intensiva dos palmares, à pesca e à colecta de moluscos e os Nhominca à pesca artesanal, os Biafada especializaram-se na fruticultura.

Em resumo, a agricultura, o extractivismo florestal, principalmente das palmeiras, e a pesca constituem as principais actividades económicas da região. A colheita de moluscos é também relevante nas ilhas e é o principal complemento alimentar e fonte de proteínas de origem animal para a população local. Os combés *Anadara senilis* são os explorados em maior escala, mas também os lingueirões *Tagelus adansonii*, as ostras *Crassostrea tulipa* e os gands *Pugilina* sp., *Cymbium* spp., etc., não deixam de ter sua importância na dieta alimentar local.

A pesca artesanal é um sector em plena expansão na Guiné-Bissau. Devido às suas condições naturais, o Arquipélago dos

Bijagós possui um grande potencial e é o principal produtor de pescado a nível nacional. A comercialização do pescado é realizada em Bubaque, como principal porto de desembarque do pescado, através das mulheres intermediárias da fileira (*bideras*) de Bissau que semanalmente se deslocam às ilhas nos barcos de carreira, ou directamente em Bissau através das próprias canoas de pesca. Mesmo o pescado comprado pelas *bideras* é finalmente na sua grande parte comercializado e consumido em Bissau. Há um número reduzido de intermediárias locais que revendem o pescado no mercado de Bubaque.

Dado o carácter de produção agrícola virada para a subsistência, conjugado com o fraco rendimento do cultivo do planalto (600-800 kg/ha), sistema de cultura dominante no Arquipélago, o abastecimento regular dos pequenos centros suburbanos das ilhas em produtos agrícolas, géneros manufacturados e de primeira necessidade depende essencialmente das trocas comerciais com Bissau.

A Região Bolama-Bijagós é por excelência uma zona com grandes potencialidades para o desenvolvimento turístico. Considerando a sua fragilidade ecológica, é recomendado que o turismo a desenvolver não seja de massas mas sim um turismo de qualidade orientado para a sensibilização ecológica. As actividades turísticas que se têm desenvolvido até aqui são limitadas aos acampamentos de pesca desportiva e hotéis diversos, concentrados em Bubaque, Rubane, Ilha das Galinhas e João Vieira. Não existem dados quantitativos fiáveis sobre a prática de turismo na Região, mas a tendência a nível nacional e nos Bijagós em particular é de crescimento. Distingue-se entre o turismo local e o internacional. O turismo local é orientado para o de fim-de-semana e concentra-se sobretudo em Bubaque. Este tipo de turismo é reforçado nos feriados nacionais, onde se verifica um turismo de massas. O turismo internacional decorre entre os meses de Maio e Novembro, época seca, e está voltado para a recreação nas praias e para a pesca desportiva. O turismo pode

contribuir como actividade complementar, visando a melhoria das condições de vida e a fixação da população local nas ilhas.

Arquipélago dos Bijagós: uma região esquecida na paz e procurada durante o conflito

O eclodir da guerra em Bissau, palco central do conflito armado que opôs de um lado o ex-presidente da República João Bernardo Vieira, vulgo “Nino”, e seus aliados do Senegal e da Guiné-Conakry, e do outro lado a Junta Militar, fez a população guineense conhecer os momentos mais conturbantes e sem precedentes da sua história. De 7 de Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999, o país, sobretudo a sua capital Bissau, sofreu intensos bombardeamentos que ceifaram inúmeras vidas humanas e provocaram danos e perdas materiais de muitas infraestruturas sociais, económicas e públicas do país. Esta situação de guerra obrigou a uma fuga involuntária e precipitada de milhares de populares de Bissau para zonas supostamente de maior garantia de segurança, deixando para atrás suas habitações, bens e muitas das vezes inclusive separando inteiramente membros de uma família. A região Bolama-Bijagós foi, por excelência e ao longo deste conflito – com seus cessar-fogo e sucessivas violações –, uma das zonas procuradas para se refugiar. O número dos deslocados em cada uma das ilhas deveu-se à grande mobilidade destes, muito flutuante. A permanência ou saída temporária dos deslocados nos diferentes locais de refúgio variava com situações de guerra ou não em Bissau.

O número total da população residente e dos respectivos deslocados por ilhas pode-se extrair do quadro 1. É de salientar que dado o esgotamento dos estoques e a erosão acelerada do poder de compra, tanto da população residente como dos deslocados, e a existência de apoios pontuais em géneros de primeira necessidade, houve muita das vezes infiltração da população no

seio dos centros de recenseamento, com a expectativa de serem registados, desvirtuando assim até certa medida os resultados deste. Sempre que houve violações do cessar-fogo, provocando ondas de deslocados, foram efectuados recenseamentos dos deslocados. Assim, o primeiro recenseamento foi feito logo no começo do conflito e alargou-se até o início do mês de Agosto. O segundo decorreu de Outubro a Novembro de 1998 e o último de Fevereiro a Março de 1999. Dadas as dificuldades de vária ordem e a presença significativa dos deslocados nas ilhas-sede dos sectores e Orango Grande, este último recenseamento foi restringido a estas ilhas.

As razões que levaram muitos dos deslocados a procurarem as ilhas como locais de refúgio foram diversas e variaram de situação para situação. Convém esclarecer que a ordem de apresentação que se segue não indica uma hierarquização da importância dos motivos. Os factores motivadores da predilecção desta região podem ser agrupados da seguinte maneira:

PRIMEIRO: o *retorno à origem* é um dos factores, senão o mais decisivo, na escolha de zonas de refúgio. O eclodir da guerra fez muitos cidadãos procurarem as zonas de origem para se refugiarem. Esta categoria, que constituiu o maior grupo dos deslocados, poderia até ser designada por *retornados temporários do êxodo*. A solidariedade entre o campo e a cidade sempre foi uma realidade intrínseca da sociedade guineense. A maioria dos habitantes de Bissau, sobretudo das zonas suburbanas, têm a sua ascendência no campo, e são provenientes na sua maior parte do êxodo rural. A grande onda de emigração para Bissau foi primeiramente motivada pelos efeitos da luta de libertação nacional e ocorreu entre as décadas de 60 e 70. Com a liberalização económica do país e a procura de novas alternativas económicas individuais e colectivas, sobretudo no sector comercial, o êxodo rural sofreu de novo um *boom*.

QUADRO 1
*Número da população residente e dos deslocados
em diferentes fases de refúgio nas diferentes ilhas do Arquipélago*

Ilhas	População* Residente	Deslocados**		
		<i>1ª fase</i>	<i>2ª fase</i>	<i>3ª fase</i>
BOLAMA	6160	-	1035	-
BUBAQUE	4602	3250	5401	3167
CANHABAQUE	2321	50	171	-
CARAVELA	788	280	188	-
CARAXE	381	370	118	-
FORMOSA	2263	650	811	459
GANOGO	422	-	72	-
ILHA DAS GALINHAS	1144	173	375	-
MAIO/ NAGO	961	600	1139	-
MENEG	185	-	25	-
ORANGO GRANDE	1551	257	290	275
ORANGOZINHO	1007	70	111	-
SOGA	832	70	172	-
UNHOCOMO/ UNHOCOMOZINHO	687	165	260	-
UNO	4029	1000	700	424
URACANE/ EGUBA	1390	450	680	-
TOTAL	28723	7385	11003	

Fontes: * Cifras compiladas do censo de 1991.

** Comité de Gestão de Crise 1998.

Dado o carácter sazonal da produção agrícola e as limitações da força de trabalho em determinados períodos do ano, assistia-se ao retorno periódico de uma parte dos habitantes das cidades à zona rural, para dar apoio nas respectivas actividades do campo. Nos momentos de tragédias familiares, penúria alimentar e/ou para complementar os magros salários da função pública, de outros empregos mal pagos ou ainda do subemprego nas cida-

des⁴, os cidadãos, especialmente da zona suburbana, contam nestas circunstâncias, como forma de contrapartida, com o apoio dos seus familiares do campo. Esta solidariedade e estratégia de sobrevivência de longos séculos já vinham sendo menosprezadas, mas o fenómeno das pontas e o recente conflito armado proporcionou-lhe um novo impulso.

SEGUNDO: daqueles que tiveram a lucidez de reflectir e escolher os lugares de preferência para se refugiarem, muitos decidiram-se pelas ilhas por causa do seu *isolamento*. Durante a luta de libertação nacional as ilhas estiveram isentas de confrontos armados. Alguns dos cidadãos de Bissau com memória fresca serviram-se deste pretexto para a sua escolha predilecta.

TERCEIRO: o facto de, com o decorrer da guerra, Bubaque se ter transformado praticamente na única *ponte de ligação com o exterior*, também contribuiu significativamente para o aumento de assentamentos humanos espontâneos nas ilhas. Com a tentativa de ampliação e da operacionalização da pista do aeroporto de Bubaque, a presença de delegações do governo em missões de serviço ou dos seus familiares em refúgio para o exterior foi estimulada. A lista de espera era longa, obrigando muitos chefes de família e as respectivas comitivas a ficarem por um tempo indeterminado em Bubaque. Com o controle da cidade de Bafatá, que para os aliados de Nino era o segundo elo de ligação com o mundo fora, a partir do dia 21 de Outubro de 1998 pela Junta Militar, esta situação intensificou-se. Os resultados avançados

⁴ Para Lima Handem (1986) este constitui o grupo da população urbana que impulsionou o surgimento e o desenvolvimento do sector económico informal como forma de se adaptar à crise manifesta em desequilíbrio económico (D. Lima Handem, "A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise", in *Soronda*, nº 3, INEP, Bissau, Janeiro 1987). Segundo A. Duarte e A. Gomes (1996), a implementação do PAE e a grande massa de desemprego que proporcionou no seio dos assalariados guineenses contribuiu grandemente para a expansão de iniciativas privadas no âmbito do sector informal (A. Duarte e A. Gomes, "O sector informal", in *O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau - Análise dos efeitos sócio-económicos*, INEP, Bissau, 1996).

pela polícia de emigração apontam para 345 aterragens de avião durante o conflito no aeroporto de Bubaque, o que justifica a importância e o papel que esta vila teve na ligação com o exterior. Este facto é ainda mais evidente se se tomar em consideração que antes da guerra, só voos domésticos pontuais com fins turísticos é que se realizavam para esta ilha. Esta subida de cotação da pista de Bubaque deveu-se principalmente à sua ampliação e reparação, feitas durante o conflito.

QUARTO: outro factor de relevo na escolha de lugares de refúgio foi a *existência ou não de aquartelamentos* com militares no activo e o *distanciamento de Bissau*. Se no início da guerra o primeiro aspecto teve relevância na decisão, já com o avanço desta e sobretudo com o rebentamento do Paiol de Brá, que aumentou a desconfiança da população, optou-se mais pelo segundo princípio, que tomava em consideração a distância da capital, pois a proximidade desta já não inspirava confiança, e se preferia por isso procurar as zonas mais longínquas.

QUINTO: as *experiências* positivas e/ou negativas realizadas durante o(s) primeiro(s) refúgio(s) no Arquipélago e noutras partes do país também motivaram muito dos deslocados de guerra a procurarem de novo a região insular. A existência de um Comité de Gestão de Crise em Bubaque – tema a ser abordado mais adiante – contribuiu positivamente para fazer chegar mais deslocados a esta vila insular.

SEXTO: os diferentes recenseamentos dos deslocados efectuados em Bubaque indicam que a *proximidade da zona portuária* de Bissau também teve relevo na vinda de refugiados para as ilhas. Os residentes na periferia da zona portuária (Bandim, Chão de Papel/Varela, Cuntum, Mindará e outros) afiguram-se como o maior bloco de deslocados que foram acolhidos nas ilhas. Como se pode extrair do quadro 2, os moradores do bairro de Bandim ocupam as primeiras posições em todas as ilhas, sendo representados por 46,2%. Estes são seguidos logicamente por Cuntum e Bairro de Belém, com 10,2 e 6,1% respectivamente para o

conjunto das ilhas. O grupo representado pelo bairro de Santa Luzia (6,1% dos deslocados), que engloba os bairros de QG, Pluba, N'pantcha, Antula, Calequir, Rossio, Lala Quema e São Vicente Paulo – bairros distantes da zona portuária – constituiu a única excepção. A boa representação dos moradores desta zona da capital no conjunto dos refugiados deve-se de certeza ao facto de o levantamento político-militar ter tido o seu embrião no QG, zona vizinha a estes bairros, provocando uma fuga em massa dos populares desta zona. A relativa fraca representação dos bairros Chão de Papel/Varela e Praça, contrariamente ao que se poderia esperar, está provavelmente ligado ao facto de uma boa parte dos moradores destas zonas terem aproveitado os barcos *S. Vicente* e *Djan-Djan* para o exterior, onde devem ter boas relações ou contactos familiares e/ou de amizade.

SÉTIMO: a sucessiva *ocupação pela Junta Militar de todos os aquartelamentos do interior* e de *todas as artérias de Bissau que permitem ligação com o interior do país* assim como a *casualidade* são outros tantos factores que nortearam muitos dos refugiados para o Arquipélago. O último bastião do poder ninista foi sobretudo valorizado por alguns familiares muito próximos e pelos seus fiéis. O exemplo mais marcante foi o do capitão José Manuel Mendes Pereira – Comandante da Contra-Inteligência Militar – e a sua comitiva, que chegaram às ilhas no dia do desfecho final, abandonando-as no dia 15 de Maio de 1999. É de salientar que independentemente das razões que os fizeram chegar às ilhas, durante a semana que lá estiveram também beneficiaram do estatuto de deslocados de guerra, usufruindo do mínimo indispensável para a sobrevivência do grupo.

Quanto ao factor *casualidade*, entende-se neste caso aqueles a quem, por uma ou outra razão, o levantamento político-militar apanhou de surpresa nas ilhas. Como é sabido, no Arquipélago dos Bijagós pratica-se o turismo nacional local e o internacional. O turismo local é virado para o fim-de-semana e concentra-se em Bubaque. No entanto uma boa gama de deslocados, sobretudo quadros nacionais em repouso dos exaustivos dias de trabalho em

QUADRO 2
Bairros de origem dos deslocados em percentagem
Dados relativos ao primeiro recenseamento (Junho – Agosto 1998)

BAIRROS DE ORIGEM	B U B A Q U E	N A G O - M A I O	F O R M O S A	C A R A V E L A	C A R A X E	S O G A	O R A N G O Z I N H O	O R A N G O	U N O	U N H O C O M O	T O T A L G E R A L
ACHADA	1,8	0,6	0,3	0,5	0,0	3,9	0,0	0,7	0,2	0,0	1,2
BAIRRO DE AJUDA	3,6	0,2	2,5	1,8	0,0	1,0	5,6	0,0	0,0	0,0	2,5
BAIRRO MILITAR	1,5	0,2	0,3	11,7	0,0	1,0	2,4	0,4	9,5	0,8	2,1
BANDIM	38,9	73,7	60,8	40,1	61,4	25,5	33,9	57,7	50,2	86,9	46,2
BELEM	9,0	3,2	3,6	4,1	4,7	0,0	2,4	2,8	0,0	0,8	6,1
CHÃO DE PEPEL	7,7	7,3	1,1	13,1	0,6	1,0	9,7	2,8	0,5	0,8	5,9
CUNTUM	12,4	6,1	7,7	12,2	0,0	26,5	16,9	7,4	6,1	1,6	10,2
CUPELON	1,7	0,8	1,7	7,2	7,6	2,0	4,8	3,9	4,9	0,0	2,3
LUANDA	1,2	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,9
MINDARA	6,0	2,0	4,2	1,8	0,0	0,0	0,8	4,9	4,4	1,6	4,6
MISSIRA	2,7	2,0	1,4	0,0	8,2	2,9	2,4	0,4	5,6	0,8	2,6
RENO	4,2	1,8	5,5	1,8	1,8	2,9	5,6	8,1	1,0	0,8	3,8
SANTA LUZIA	3,4	0,2	3,3	2,3	4,7	13,7	4,0	7,0	11,7	5,7	6,1
SINTRA	2,1	0,4	4,4	3,2	1,8	6,9	4,0	1,4	2,9	0,0	2,3
OUTROS	3,7	1,0	3,3	0,5	9,4	12,7	1,6	2,5	2,9	0,0	3,3
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Comité de Gestão de Crise em Bubaque, 1999.

Bissau, em missão de serviço ou ainda em visitas regulares aos familiares no Arquipélago, tiveram que permanecer nas ilhas durante o perdurar do conflito.

QUADRO 3
Faixa etária dos deslocados em número de indivíduos
Dados do segundo recenseamento (Outubro – Novembro 1998)

SEXO	< 1 ANO	1 - 7 ANOS	8 - 11 ANOS	12 - 17 ANOS	18 - 35 ANOS	36 - 50 ANOS	> 50 ANOS	TOTAL GERAL
MASCULINO	76,0	847,0	492,0	857,0	1608,0	277,0	83,0	4240,0
FEMININO	73,0	920,0	581,0	792,0	1908,0	400,0	160,0	4834,0
TOTAL	149,0	1767,0	1073,0	1649,0	3516,0	677,0	243,0	9074,0

Fonte: Comité de Gestão de Crise em Bubaque, 1999.

Refúgio no Arquipélago dos Bijagós: um caso particular na história dos conflitos armados

Papel da sociedade civil

A história de refugiados e deslocados da guerra é associada em todo o mundo com campos de concentração e com o trinómio fome, doença e pobreza. As hostilidades armadas que durante onze meses assolaram o país obrigaram a população guineense a aproximar-se cada vez mais desta realidade cruel. Se esta situação não atingiu o seu extremo na Guiné-Bissau e no Arquipélago dos Bijagós em particular, deve-se essencialmente à já conhecida multi-etnicidade da sociedade guineense e aos impactos positivos a ela associados, assim como ao espírito de solidariedade que imbui este povo. Com o romper da guerra em Bissau, a sociedade civil em Bubaque não se fez esperar e logo nos primeiros momentos teve uma reacção imediata e generalizada, dando assim um exemplo ímpar ao país e ao mundo. Tudo começou com a ONG Nantinyan, que informalmente estava organizando uma caravana de canoas para evacuar amigos e familiares a partir dos

portos de Bissau. Com a adesão de várias outras instituições e pessoas singulares a esta acção, a iniciativa ganhou novos contornos. Através da disponibilização de meios de transporte marítimo por outras entidades estatais e privadas criou-se assim um corredor humanitário de evacuação de deslocados para esta zona insular do país.

Com a chegada dos deslocados constatou-se que não se tratava somente de oriundos das ilhas, senão de um verdadeiro mosaico de cidadãos guineenses de todas as faixas sociais, etárias (ver quadro 3) e origens étnicas, que com ou sem os seus familiares fugiam da capital, procurando salvar suas vidas. Perante esta realidade manifestou-se a necessidade de reflectir em conjunto como equacionar a situação imposta pela guerra que vinha criando ondas de deslocados. Nesta perspectiva foi realizada no dia 13 de Junho de 1998 – cinco dias depois do início do conflito – uma reunião que viria ver nascer o primeiro Comité de Gestão de Crise do país.

A assistência aos deslocados nas primeiras semanas só foi possível graças à solidária contribuição da população residente, instituições públicas, comunidades religiosas, ONG, etc., participando cada uma da sua forma em consonância com as suas possibilidades e disponibilidades. Durante a primeira fase de refúgio, a Missão Católica de Bubaque e o grupo de pescadores de origem senegalesa, vulgarmente conhecidos por *nhomincas*, das ilhas de Rubane e Soga, assim como alguns pescadores nacionais das tabancas de Ambanha e Ancadjedja em Bubaque, desempenharam um importantíssimo papel no respeitante ao abastecimento das crianças em géneros de primeira necessidade e de pescado, respectivamente.

É de realçar a valiosa contribuição da população residente, que para além das suas doações diversas, teve que acolher e albergar centenas de deslocados. Em vários casos as famílias tiveram que suportar o dobro ou até mesmo o triplo ou um número ainda muito superior de pessoas sob sua responsabili-

dade. Os acampamentos turísticos e as casas de passagem de diferentes instituições estatais e organizações não governamentais foram postos à disposição dos deslocados. Em suma, a contribuição da população local, departamentos estatais e ONG, agentes turísticos e pessoas singulares fez do Arquipélago dos Bijagós um caso particular na história dos deslocados e refugiados da guerra. Estes foram integrados nas diferentes famílias, amigos e conhecidos. Cada família chegou a receber dezenas e dezenas de deslocados, evitando assim campos de acolhimento e concentrações, com todas as suas implicações, caso corrente em muitos países em guerra.

A contribuição da população residente não ficou por aqui. O recenseamento e a posterior distribuição das ajudas não ficaram limitados à ilha de Bubaque, mas foram alargados até aos confins do Arquipélago, abarcando todas as ilhas habitadas. Mais uma vez se contou obviamente com o apoio incondicional dos proprietários de meios de transporte marítimo, que disponibilizaram as suas canoas sem grandes exigências. Isto, por um lado, em manifestação de solidariedade com os deslocados das outras ilhas e, por outro, porque também todas as actividades económicas estavam paralisadas. Os residentes locais não só puseram os seus transportes marítimos para missões de recenseamento e distribuição das ajudas à disposição, como também acompanharam todas estas missões, inclusive as de evacuação das pessoas a partir dos portos de Bissau.

Comité de Gestão de Crise

A criação de um Comité de Gestão de Crise (CGC) em Bubaque foi talvez uma das medidas organizativas e de gestão da situação mais bem sucedida durante o conflito armado que assolou o país. Esta iniciativa permitiu até certo ponto controlar, gerir e minimizar muitos problemas e impactos que poderiam advir do surgimento de grandes assentamentos humanos espontâneos

numa área social e ecologicamente sensível como é o caso do Arquipélago Bolama-Bijagós, que dadas as suas particularidades geomorfológicas, culturais e ecológicas foi desde Abril de 1996, sob proposta do Governo da Guiné-Bissau, reconhecido pela UNESCO como uma Reserva da Biosfera – um sítio de importância internacional.

O CGC foi um órgão de coordenação e concertação, constituído na base do voluntariado por homens e mulheres de todas as sensibilidades, de diferentes idades e classes sociais e com uma grande diversidade de experiências técnico-profissionais. Esta estrutura de concertação foi composta por uma comissão de coordenação e várias subcomissões, nomeadamente de informação, comunicação e transportes, administração, acolhimento, alimentação, recenseamento (inquiridores) e de saúde. Ela funcionou de uma forma ininterrupta durante os sete sucessivos meses do conflito, cobrindo com as suas actividades todo o Arquipélago dos Bijagós. O raio e campo de acção do CGC, como aliás se pode verificar na constituição das suas subcomissões, foram diversos. Durante a guerra a comissão foi o interlocutor privilegiado, executor e dinamizador de quase todas as acções a favor dos deslocados no Arquipélago. Só para referenciar algumas das acções: na base de peditórios e campanhas de sensibilização desencadeadas pela CGC foi possível suportar o encargo da gestão dos deslocados durante os dez primeiros dias depois da chegada destes a Bubaque. Posteriormente foram organizadas noites culturais para a angariação de fundos. Em cada violação de cessar-fogo foram organizados caravanas de canoas para a evacuação de deslocados a partir dos portos de Bissau. À chegada nas diferentes ilhas, com o apoio da Cruz Vermelha local, foram recenseados, alojados e, na medida do possível, foram-lhes fornecidos géneros de primeira necessidade ou foram atendidos nas cozinhas comuns, como aquelas que funcionaram em Bubaque até fins de Agosto de 1998, altura em que se conseguiu atender a maioria dos deslocados com ajudas externas.

A situação de guerra imposta e o subsequente abandono temporário e involuntário de muitos quadros, funcionários, profissionais e da população em geral dos seus meios habituais, deixando para atrás familiares e amigos, é já por si só uma pressão psicológica. Para minimizar esta situação de *stress* houve engajamento de pessoas singulares e do CGC, organizando programas de intercâmbio, recreação e de realizações desportivas. Inclusive foram realizados intercâmbios entre deslocados e comités de gestão de diferentes ilhas. Estes programas foram sempre acompanhados de palestras e campanhas de sensibilização reflectindo temas diversos. Um facto curioso é que também foram realizados intercâmbios desportivos entre nacionais – residentes e deslocados – e os militares vindos do país vizinho do Senegal em defesa do general Vieira, demonstrando assim um espírito de solidariedade existente entre estes dois povos irmãos, apesar da postura assumida pelo governo senegalês apoiando uma injusta e imposta guerra.

Os sucessos do CGC deveram-se essencialmente à participação activa e voluntária dos próprios deslocados nesta comissão, constituindo mais de 60% dos seus membros.

Comunidade internacional

Nas condições da Guiné-Bissau como país subdesenvolvido e do Arquipélago dos Bijagós em particular, onde as carências são ainda maiores, não seria possível receber, albergar os deslocados e suportar todos os encargos a eles associados sem alguma ajuda externa. A ruptura dos estoques alimentares e a perda do poder de compra tanto dos residentes como dos deslocados não se fez esperar. A reactivação da pista aérea e a presença da Cruz Vermelha Internacional na Casa do Ambiente em Bubaque contribuíram significativamente para fazer chegar ao exterior a situação humanitária dos deslocados. As primeiras reacções e

ajudas provenientes da Associação dos Guineenses em Dakar chegaram ao Arquipélago no dia 18 de Junho. Estas foram seguidas por várias outras (ver quadro 4) que, embora insuficientes, serviram pontualmente para atenuar as dificuldades e evitar o agravamento dos problemas já existentes.

É de salientar que as ajudas doadas pelos diferentes organismos internacionais que acudiram positivamente o país em guerra e que foram postas à disposição do Comité de Gestão de Crise de Bubaque não só serviram para aliviar as carências dos deslocados e das populações locais, mas também dos funcionários. Adoptou-se essa política porque se tomou em consideração a dependência administrativa e de trocas comerciais de Bubaque com a capital. Se Bissau está em guerra, isso implica uma paralisação total de todas as actividades comerciais e administrativo-financeiras da região Bolama-Bijagós. Os funcionários e a população local, que consumiram com os deslocados da guerra tudo quanto tinham estocado, não poderiam em nenhuma circunstância ficar fora do processo de distribuição. Esta situação poderia ser fácil de contornar caso houvesse campos de concentração de deslocados. Mas como estes estavam disseminados por diferentes famílias, decidiu-se abarcar os residentes na segunda fase de distribuição das ajudas. Também foram doados medicamentos aos diferentes hospitais regionais e centros de saúde da região.

Considerando a situação de carência alimentar pós-guerra generalizada em todo o país, a comunidade internacional seguiu dando apoio a diferentes iniciativas locais. Assim, o Programa Alimentar Mundial (PAM) disponibilizou nos finais de Fevereiro de 1999, através do Comité Nacional de Coordenação das Ajudas Humanitárias sediado em Bissau, 131 toneladas e 600 kg de bulgur. Estes géneros alimentares para as ilhas do Arquipélago dos Bijagós pré-seleccionados na base dos critérios da CNSAH foram distribuídos pelo Comité Regional de Coordenação das Ajudas Humanitárias, que prosseguiu com as acções do CGC. Para a selecção das ilhas tomou-se como critério-base o número

QUADRO 4
Donativos recebidos e distribuídos no Arquipélago Bolama-Bijagós durante e após o conflito

Data	Doador	Distri- buído por	Produtos								
			A R R O Z (kg)	Ó L E O (lt)	C O R N B E E F	A Ç Ú C A R (kg)	P E I X E (kg)	L E I T E (kg)	S A B Ã O (bar- ras)	P A P A (kg)	G A S Ó L E O (lt)
18.6 1998	Associação dos guineenses em Dacar	CGC Bubaque	750	-	-	-	-	-	-	-	-
24.6 1998	PAM através do Governo	CGC Bubaque									
24.6 1998	Cruz Vermelha portuguesa	CGC Bubaque	4400	-	-	-	-	-	-	-	-
26.6 1998	PAM através do Governo	CGC Bubaque	2500	900	1200	-	-	-	-	-	-
04.8 1998	Cooperação francesa e francofonia	CGC Bubaque	5000	5000	-	-	5000	-	-	-	3000
04.08 1998	Comité Internacional da Cruz Vermelha	CICV e CGC Bubaque	-	-	-	-	-	-	14598	-	-
08.8 1998	PAM através do Governo	CGC Bubaque	4000	4800	9600	200	-	-	-	-	-
18.12 1998	ADRA	Igreja Evangélica de Bubaque	4000	-	-	-	-	400	-	225	-
21.12 1998	NOVIB	ONG Nantinyan	5000	2652	7850	-	-	1320	-	-	-

Fonte: Comité de Gestão de Crise. Bubaque 1998/99.

de deslocados do último recenseamento efectuado. Devido ao facto de as diferentes ilhas terem sofrido sobrecargas e impactos desiguais com os deslocados, privilegiou-se as ilhas que tiveram maior índice de deslocados.

Durante a guerra os membros da população local, essencialmente agricultores, consumiram com os seus hóspedes do continente tudo quanto tinham, inclusive a sementeira, comprometendo involuntariamente o ano agrícola seguinte. Para colmar esta situação, a Caritas, a FAO, o PAM e outros organismos internacionais desencadearam uma campanha conjunta de distribuição de sementes e géneros às diferentes regiões afectadas. As diferentes ilhas dos Bijagós foram também contempladas nesta iniciativa, evitando assim situações extremas de carência alimentar.

Impactos do conflito político-militar na Reserva da Biosfera

Os impactos advindos dos onze meses do levantamento militar na Guiné-Bissau foram diversos mas difíceis de quantificar. Todos eles estão directa ou indirectamente conectados com o surgimento de assentamentos humanos espontâneos e provisórios no Arquipélago. Estes podem ser reagrupados em dois grandes blocos: o primeiro poderia ser visto no âmbito militar, associado à des governação do país, e o segundo no âmbito civil, intimamente ligado aos deslocados.

Presença militar

Como se sabe, durante o conflito que assolou o país uma parte do contingente de militares senegaleses em auxílio do General Vieira foram estacionados na vila de Bubaque. Primeiramente, nos finais de Junho, vieram em número reduzido, cerca

de uma quinzena. Foram aumentando gradualmente até atingirem um total de 131 efectivos no fim do mês de Agosto de 1998. Entre estes elementos, quinze faziam parte da Engenharia militar, que tinham como tarefa principal a ampliação e equipamento da pista aérea e a reparação das pistas terrestres de Bubaque. O alargamento da pista aérea de 1000 para 1300 metros de um lado e do outro tinha propósitos militares e não humanitários como se pretendeu fazer crer. O argumento humanista não é convincente, pois não se compreende a sua lógica. Se mesmo em Bissau, onde decorreram maiores hostilidades, os defensores do regime ninista nunca se preocuparam com a situação humanitária, antes pelo contrário, impedindo e tentando sensibilizar os populares através da rádio para que não abandonassem a capital, seria ridículo ver estas intenções materializadas no Arquipelago.

O objectivo principal e estratégico da instalação dos militares em Bubaque visava garantir a protecção do aeroporto desta vila insular e consequentemente, em caso de necessidade, utilizá-lo como uma base aérea militar e assegurar a retaguarda. Com a queda da cidade de Bafatá a favor da Junta Militar houve um reforço dos efectivos militares nacionais e do material bélico para Bubaque. Para além de Bubaque também houve contingentes militares nacionais que faziam patrulhamento nas ilhas de Nago, Maio e Ilha das Galinhas. É de realçar que a grande maioria dos militares senegaleses que foram estacionados nas ilhas vieram da linha fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal e são originários do Casamance. A estratégia militar utilizada é similar à dos comandos africanos da época colonial, em que elementos de uma determinada tribo eram recrutados e enviados para as zonas e regiões de predominância da própria etnia, a fim de melhor poderem ser integrados no seio da população e desmantelarem as tácticas da guerrilha. Com a vinda das tropas da linha de fronteira ou de origem casamancesa com certo domínio ou facilidade de compreender o crioulo, facilmente era possível a infiltração e o intercâmbio com as populações locais, a fim de tacticamente

melhor poder desvendar as intenções da guerrilha e o eventual apoio da população civil.

O impacto mais visível da presença das tropas senegaleses no Arquipélago está sem dúvida ligado com a tentativa de ampliação da pista de aterragem e nivelamento da pista terrestre que liga o porto ao aeroporto. A extracção das conchas de combés (berbigões *Anadara senilis*) é o primeiro aspecto ligado a estas obras. Uma área do tamanho de um campo de futebol 11 (cerca de um hectar) fora devastada com máquinas pesadas para a extracção das conchas. Estima-se entre cinco e sete carregamentos de conchas de combé por carro e por dia. Se se admitir que cada transporte vasculhante suporta cerca de quatro toneladas, obtém-se um valor de 40 a 56 toneladas diárias de aterro e conchas extraídas do jazigo. Como a obra durou quase dez dias efectivos, isso implica que 500 toneladas foram transportadas do lugar, sem nenhuma medida de recuperação e de restauração.

O mais grave ainda é que como não foram feitas valetas de escoamento nas pistas terrestres, praticamente tudo quanto foi depositado foi posteriormente arrastado pela água corrente das chuvas, deixando as pistas num estado pior do que antes do início das obras. Para o alargamento da pista aérea foi necessário cortar uma parte da estrada que liga a vila de Bubaque à praia de Bruce na sua parte leste e, como consequência imediata, alguns campos de cultivo que se encontravam nessa zona foram atingidos. É certo que os prejuízos foram calculados e os camponeses proprietários indemnizados. Mas a diversidade biológica e de culturas destes campos não foram tidas em consideração.

Inclusive houve tentativa de alargar a parte leste da pista passando pela área reservada para cerimónias de fanado. As negociações com a população local foram várias. Mas dado o carácter sagrado dos matos de fanado, que na cultura e tradição bijagó não devem, entre outras interdições, ser desmatados, a tabanca proprietária deste espaço acabou por não aceitar esta violação dos seus costumes ancestrais, limitando-se a autorizar

que as grandes árvores fossem podadas para permitir uma maior visibilidade. Mesmo esta autorização exigiu a realização de várias cerimónias, respeitando minimamente as exigências e hábitos culturais locais.

O uso de máquinas pesadas no troço de estrada entre Bubaque e a tabanca de Etimbato causou danos que simplesmente foram menosprezados e abandonados. Também a exploração dos recursos lenhosos para satisfazer a cozinha militar deixou os seus impactos ambientais difíceis de quantificar.

Outro aspecto que merece realce é o aquartelamento dos militares numa das partes do hotel *Bijagós*. Este estabelecimento hoteleiro construído nos anos 70 já passara muitas temporadas sem alguma obra de manutenção, o que justifica o estado de ruína em que se encontra. A ocupação temporária pelos militares acelerou ainda mais o seu processo de degradação. A existência de serviços médicos e medicamentosos militares neste complexo apoiou pontualmente os populares e deslocados de guerra, o que pode talvez ser visto como um aspecto positivo.

O recrutamento de milícias privadas, vulgarmente conhecidos por “Anguentas”, poderá ser também enquadrado dentro desta reflexão. A presença de peritos militares antes da guerra na região, para o levantamento e recenseamento de jovens com a idade exigida e aptos para o cumprimento do serviço militar obrigatório, facilitou o recrutamento destas milícias populares. A relativamente grande adesão dos Bijagós ao grupo dos “Anguentas” em defesa do regime ninista, é ainda algo por desvendar e deve merecer uma profunda análise sócio-antropológica, que está fora do âmbito deste artigo. Não obstante, algumas questões preliminares poderiam ser levantadas, no intuito de incitar investigações para o aprofundamento desta temática.

a) Que ligações tem o sistema tradicional de poder e de estratificação social com esta adesão?

b) Que importância poderá ser atribuída ao facto de o General Vieira ter sido eleito com 91,87 % de votos na segunda

volta das eleições presidenciais de 1994 na região Bolama-Bijagós?

c) Que influências exerceram na adesão o isolamento das ilhas e o seu afastamento das realidades dos centros urbanos: dependência do salário, electricidade, poder de compra, produtos manufacturados, serviços sociais, etc.?

Se a prontidão dos jovens do Arquipélago dos Bijagós em aderir o grupo dos “Anguentas” pode ter várias interpretações, uma delas é sem dúvida o reflexo do estado de desespero, desinformação e abandono em que se encontra a maioria esmagadora da nossa camada juvenil. Bastou a promessa de uma formação académica em França⁵ para conseguir sensibilizar um grande número de jovens, enquadrando-os assim nas fileiras dos defensores do regime vigente. Foram recrutados um total de 54 milícias (ver quadro). A ilha de Unhocomo, a mais distante de Bissau e Bolama⁶, é a que disponibilizou o maior contingente de milícias.

QUADRO 5

Número de milícias recrutados nas diferentes ilhas do Arquipélago

ILHAS	Nº DE MILÍCIAS
BUBAQUE	8
CANHABAQUE	2
FORMOSA	3
UNHOCOMO	35
SOGA	4
UNO	2
TOTAL	54

Fonte: LGDH Região Bolama-Bijagós 1999.

⁵ Esta informação foi avançada pelos ex-milícias populares à Liga dos Direitos Humanos, aquando do seu programa de identificação, reinserção e reintegração dos jovens que fizeram parte dos “Anguentas”.

⁶ Ver A. Simão Silva, *Contribution à l'étude scientifique de l'archipel des bijagos (Guinée-Bissau) dans la perspective d'un projet de réserve de biosphère* - Mémoire de maîtrise de géographie, Bretagne Occidentale, 1994.

Um dos aspectos da desgovernança manifesto durante a guerra e que afectou grandemente os nossos recursos haliêuticos foi a falta de fiscalização marítima, facilitando a proliferação de embarcações e pescadores piratas nas nossas águas⁷.

Presença dos deslocados de guerra

Neste subcapítulo não se pretende discutir os efeitos positivos ou negativos do levantamento militar em si, mas sim dos impactos da presença dos deslocados na região Bolama-Bijagós.

Como se pode observar no quadro 1, durante a guerra houve um aumento significativo da populações em todas as ilhas, destacando-se as de Bubaque, Uracane, Formosa, Nago, Caravela com números bastante elevados. No primeiro recenseamento efectuado registou-se um aumento de cerca de 25% e no segundo de cerca de 38% da população residente. Este aumento teve os seus reflexos no uso e gestão dos recursos naturais. Ao contrário dos usos tradicionais dos ecossistemas costeiros, que costumam ter um pequeno impacto sobre os recursos naturais, os usos advindos de grandes assentamentos humanos espontâneos tendem a exercer enormes pressões sobre diferentes ecossistemas costeiros.

Dada a situação de guerra em que o país se encontrava, que obrigou a maioria dos cidadãos de Bissau a deixarem a capital em fuga, não foi possível estes munirem-se minimamente do necessário para uma sobrevivência a longo termo. Os circuitos de comercialização e de transporte de e para Bissau reduziram ao mínimo, limitando exclusivamente a satisfazer as necessidades e exigências da guerra e dos militares. Os apoios da população local e da comunidade internacional serviram pontualmente para minimizar, mas não para resolver todas as carências existentes.

⁷ Este facto é confirmado pelos tripulantes de embarcações privadas nacionais e comerciantes que durante a guerra faziam trocas comerciais entre Bubaque e Gambia e/ou Ziguinchor utilizando a via marítima.

Nestas circunstâncias de falta de alternativas mais viáveis houve um aumento significativo, embora não quantificável, na exploração de certos recursos naturais, tais como a colecta de moluscos (combés, lingueirões, ostra e outros). Também a extracção da parte central da palmeira – “coração de palmeira” – aumentou de uma forma vertiginosa. É de realçar que esta prática não é tão nefasta, pois serve de contrabalanço ao corte selectivo dos lugares de cultivo, em que geralmente as palmeiras não são abatidas. Ela deveria sim, estar orientada nas zonas de grande densidade dos palmeirais, o que não foi o caso durante a guerra. A presença de mais mão-de-obra nas diferentes moranças e tabancas permitiu uma maior devastação de campos para cultivo e a expansão das pontas de cajú, contribuindo negativamente para a manutenção da diversidade e da forma natural dos ecossistemas afectados.

A fauna bravia, essencialmente a primata, é o recurso natural que mais sofreu com o aumento da população, sobretudo em Bubaque. A presença de um grande número de deslocados em Bubaque impulsionou o mercado e o consumo dos primatas. Como consequência disso houve um aumento da caça clandestina destes mamíferos.

Como é óbvio, a presença de deslocados nas ilhas tem também os seus impactos positivos. Sobretudo no âmbito sócio-cultural, há alguns aspectos que merecem realce. O levantamento militar obrigou muitos dos descendentes das ilhas a procurarem as suas zonas de origem. Dentre eles, alguns já se tinham ausentado das respectivas tabancas por um período relativamente longo. O tempo de permanência nas ilhas durante a guerra serviu no entanto, entre outras coisas, para reajustar os compromissos cerimoniais pendentes e reactivar os laços tradicionais.

O dinamismo e o engajamento de alguns deslocados tiveram grandes impactos na região Bolama-Bijagós. A título de exemplo, pode-se destacar o papel dos quadros de saúde, que durante a sua permanência em Bubaque prestaram serviços e apoios regu-

lares ao centro hospitalar de Bubaque e das outras ilhas. Graças à presença de altos funcionários do Ensino, foi possível que o ano lectivo em curso (1998/99) chegasse ao fim.

Um aspecto colateral, mas de suma importância, associado ao movimento dos deslocados, prende-se com o espírito de solidariedade que imbui os guineenses. Foi demonstrado, mais uma vez, que o tão proclamado tribalismo entre os guineenses não passa de uma farsa dos políticos. Durante a guerra, a ninguém foi perguntado previamente de que etnia era, para ser acolhido por fulano ou sicrano. Todos receberam tratamento igual, independentemente da tribo a que pertencem. Uma lição que deve ser aprendida por todos os políticos.

RÉSUMÉ

L'éclatement de la guerre à Bissau a obligé des milliers de citoyens à se réfugier dans des régions supposées plus sûres. L'archipel de Bolama-Bijagós était une zone de prédilection de ces déplacés de guerre. En dehors de l'affluence des civils à la recherche de sécurité, des contingents de militaires guinéens et sénégalais ont été déployés dans ces îles qui abritent une réserve de biosphère et dont l'écosystème est très fragile. Le présent article tente de comprendre les raisons qui ont provoqué l'afflux de populations citadines dans les îles. Il analyse aussi l'impact de l'augmentation démographique exponentielle sur l'utilisations des ressources, et les activités socio-culturelles des communautés locales.

O IMPACTO DO CONFLITO POLÍTICO-MILITAR SOBRE O INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA

*Samba Sané**

Apresentação

Durante cerca de dez anos, mais concretamente entre 1974 a 1984, a investigação científica na Guiné-Bissau esteve entregue ao Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), cujo primeiro nome foi Centro de Estudos da Guiné-Bissau, e que dependeu primeiro do Commissariado de Estado da Educação Nacional, depois do Conselho Nacional de Cultura e finalmente do Commissariado de Estado da Informação e Cultura.

Após o 14 de Novembro de 1980, o INIC, que se encontrava então sem director devido às dificuldades já nessa altura verificadas, continuou vinculado à Direcção Geral da Cultura, até à sua extinção.

As suas atribuições foram definidas com uma certa precisão em 1977, e podiam dividir-se em três grandes categorias: Investigação, Documentação e Arquivos, e Conservação do Património Cultural Nacional.

* Com a colaboração de Carlos Alfredo, responsável dos Arquivos Históricos, e Iaguba Djaló, responsável da Biblioteca Pública.

Com a criação do INEP, a Direcção Geral da Cultura conservou o último destes domínios, o relativo ao património cultural nacional (incluindo as questões ligadas à museologia).

A criação do INEP, em Novembro de 1984, correspondia a três preocupações, resultantes da ausência de investigação no país:

- perda do património cultural nacional (documental e oral, relacionado com a luta de libertação nacional);
- inadaptação da maior parte dos estudos sócio-económicos à realidade do país, visto que eram sistematicamente feitos por entidades estrangeiras;
- fracasso nas escolhas tecnológicas, por ausência de reflexão sobre questões técnicas.

A estas três preocupações deve-se acrescentar outras não menos importantes, nomeadamente:

- criação de um discurso científico nacional;
- criação de um fórum de discussões aprofundadas sobre problemas académicos;
- criação de uma rede de colaboradores para trabalhos científicos;
- criação de relações permanentes com a comunidade científica internacional.

Subjacentes a estas necessidades, o INEP devia ser dotado de um corpo de profissionais capazes e de uma estrutura organizacional que possibilitasse uma dinâmica própria. Foram-lhe assim confiadas largas atribuições, descritas no decreto de criação (decreto nº 31/84):

- a) executar a política de investigação científica definida pelo governo;
- b) dinamizar acções de pesquisa em todos os domínios das ciências sociais e naturais;
- c) divulgar os resultados dos estudos e pesquisas com interesse para o fortalecimento da consciência nacional e o desenvolvimento sócio-económico do país;

d) centralizar toda a documentação existente no país com interesse para a pesquisa;

e) apoiar o Ministério da Educação na elaboração de programas e manuais escolares;

f) coordenar as investigações científicas realizadas no país por pessoas ou organismos estrangeiros.

Para além destes objectivos de carácter geral, foram atribuídos, a cada um dos seus departamentos, objectivos específicos.

Do ponto de vista jurídico-institucional, o INEP é uma pessoa colectiva de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e funciona actualmente sob a tutela do Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia. Os seus recursos provêm de subvenções do Estado, honorários de consultorias e donativos externos.

A Direcção do Instituto é constituída por um Director, equiparado a director-geral, e um Conselho Directivo integrado pelos coordenadores dos cinco centros de estudos: Centro de Estudos de História e Antropologia (CEHA), Centro de Estudos Sócio-Económicos (CESE), Centro de Estudos Ambientais e de Tecnologia Aplicada (CEATA), Centro de Documentação e Publicações (CEDOP) e Gabinete de Estudos e Projectos, e que integra ainda o Departamento de Administração, Finanças e Património (DAFP).

Da estrutura do Instituto também fazem parte uma Biblioteca Pública com mais de duas mil referências bibliográficas que constituam a base dos dados informatizados, os Arquivos Históricos, o Serviço de Publicações, o Serviço de Informática e uma Célula do Sistema Nacional de Informação Geográfica; sob a sua administração encontra-se a Casa do Ambiente e Cultura Bijagós.

Em poucos anos de actividade, o INEP tornou-se um ponto de referência nacional e internacional de reflexão científica sobre a África Ocidental e a África Lusófona em geral e sobre a Guiné-Bissau em particular. Este reconhecimento internacional valeu a sua escolha, pelo PNUD/Futurs Africains, para fazer parte da sua rede de treze centros de excelência escolhidos a nível da África

ao sul do Sara para assegurar, entre outros, a formação e o desenvolvimento das capacidades no domínio da planificação estratégica e da gestão do desenvolvimento, por forma a oferecer ao continente uma “expertise” de referência na matéria.

Portanto, ao longo da sua existência o INEP tem sabido corresponder às preocupações que motivaram a sua criação e cumprido com a sua missão.

No entanto, de 7 Junho de 1998 a 7 de Maio de 1999, o seu processo desenvolvimento foi travado por um inesperado e penoso conflito político-militar, que parou a Guiné-Bissau, destruindo a sua fraca infraestrutura económica.

A ocupação das instalações do INEP deve ser considerada como um dos maiores dramas registados neste período, tanto pelo volume como pelas características dos danos verificados.

Objectiva-se aqui uma análise da situação do Instituto nas vésperas do conflito, os efeitos da guerra sobre os seus diferentes sectores de actividade, nomeadamente os centros de estudos e de pesquisa e os sectores de apoio (a Biblioteca Pública, os Arquivos Históricos, o Serviço de Publicações e o Serviço de Microfilmagem), e os esforços levados a cabo ao longo do processo para a sua reabilitação.

Situação do INEP nas vésperas do conflito

Nas vésperas do conflito o INEP estava em pleno desenvolvimento das suas acções, consubstanciadas na pesquisa fundamental e aplicada, no desenvolvimento de actividades que envolvem o grande público, nomeadamente ciclos de reflexões e debates, seminários, conferências e colóquios de carácter nacional e internacional, e ainda na divulgação dos seus estudos e pesquisas através das suas linhas de publicações próprias.

Os centros de estudos, responsáveis pelo cumprimento do programa de actividades do Instituto, a sua missão e objectivos

programáticos estavam bem organizados. Cada centro tinha toda a sua documentação em ordem (arquivos dos projectos, dos investigadores afectos, memória do centro, etc.), os seus planos em execução e cada um tinha em certa medida equipamentos que favoreciam a maior agilização das suas acções (equipamento informático, etc.).

Os sectores de apoio, facilitadores dos investigadores e demais estudiosos na obtenção da fundamentação teórica dos seus projectos de estudo e demais práticas científicas e ainda conservadores do saber intelectual e cultural nacional, estavam a corresponder plenamente com a sua missão.

Arquivos Históricos

Os Arquivos Históricos compunham-se, antes do conflito, de um arquivo administrativo corrente com 14,30 metros lineares de documentos, um arquivo intermediário com 12,60 metros lineares de documentos, um arquivo histórico com 1.291,30 metros lineares de documentos datados de 1726 a 1988, sendo que 934,70 metros encontravam-se devidamente tratados. Além disso comportavam um depósito audiovisual com 6.000 clichés, 7.000 fotografias, 249 cassetes referentes a luta de libertação nacional e 120 diapositivos.

Biblioteca Pública

A Biblioteca Pública do INEP, a única do género no país, herdou a totalidade do fundo da biblioteca colonial, e contava até ao início do diferendo com um fundo de 45.500 volumes de monografias, 3.000 títulos de periódicos, mais de 10.000 documentos diversos (espécies menores da literatura cinzenta), cerca de 800 documentos cartográficos, 200 espécies de documentos iconográficos.

ficos e 500 documentos audiovisuais. As obras ocupavam cerca de 1,3 km de prateleiras.

A base de dados era constituída por cerca de 2.000 registos e 4 ficheiros manuais com uma capacidade de estocagem de 21.600 fichas. No entanto, o processo de informatização das operações de catalogação estava numa fase muito avançada.

Serviço de Microfilmagem

É o serviço responsável pela recolha, tratamento e microfilmagem de diferentes documentos dos Arquivos Históricos e da Biblioteca Pública do INEP, e de Ministérios e demais instituições do país para efeitos de conservação, estudos e pesquisa.

Até às vésperas do conflito o serviço já tinha microfilmado mais de cinco mil documentos nacionais e estrangeiros entregues à Biblioteca e aos Arquivos Históricos do INEP.

Serviço de Publicações

Este serviço, cuja principal tarefa é a divulgação das investigações feitas no Instituto, o incremento do conhecimento da Guiné-Bissau a nível científico e o incentivo aos quadros nacionais na produção de trabalhos de valor científico, tinha feito até então um trabalho de alta qualidade para cumprir o seu papel, como poderá ser verificado mais adiante.

Nos últimos três anos (1996 a 1998), o Instituto executou quatro grandes projectos de desenvolvimento que se inscrevem no domínio da pesquisa aplicada – Estudos Nacionais Prospectivos a Longo Prazo (NLTPS), Projecto de Estudo sobre a Transição Democrática (PET), Projecto de Iniciativa de Desenvolvimento Humano Durável (IDHD), Programa de Ajustamento Estrutural e Análise dos Efeitos Sócio-económicos (PAE) – e realizou pesquisa fundamental sobre o arquipélago dos Bijagós (esta

pesquisa culminou com o reconhecimento do Arquipélago, pela UNESCO, como Reserva da Biosfera).

A nível das consultorias, uma das principais fontes de receitas do Instituto, foram realizadas só em 1997, entre outras, as seguintes:

- Estudo de Meio para Definição do Perfil Regional (Bafatá, Gabú, Cacheu e Oio);
- Estudo sobre o Desenvolvimento Macro-económico da Guiné-Bissau desde a Independência e o Impacto da Assistência Financeira da República da China na Economia e na Sociedade;
- Estudo do Impacto Sócio-económico da Central Eléctrica de Bissau;
- Estudo do Impacto Sócio-económico da Criação do Parque das Lagoas de Cufada sobre as Populações Residentes.

No período 1996/97 o Serviço de Publicações do Instituto publicou as seguintes obras:

- “Transição Democrática na Guiné-Bissau e outros Ensaio”;
- “Bolama Entre a Generosidade da Natureza e a Cobiça dos Homens”;
- “Guiné-Bissau: Vinte Anos de Independência. Desenvolvimento e Democracia, Balanço e Perspectivas”;
- “O Programa de Ajustamento Estrutural na Guiné-Bissau: Análise dos Efeitos Sócio-económicos”;
- “Pluralismo Político na Guiné-Bissau: Uma Transição em Curso”;
- “Guiné-Bissau 2025: Djitu Ten”;
- “Guiné-Bissau: Rapport National de Développement Humain, 1997”;
- “Buscar a Felicidade: Democratização na Guiné-Bissau”;
- Série Literária (um conjunto de seis livros de poemas e prosas de autores guineenses),
- Boletim sobre a Biosfera.

A instituição tinha perspectivado a curto e médio prazos (1998-2003), tendo em consideração o contexto de globalização em que vivemos, uma reestruturação e reorientação das suas prioridades, para fazer face aos desafios do futuro e afirmar-se como centro de excelência capaz de ajudar o país a preparar-se para enfrentar os desafios deste milénio.

Neste sentido pretendia-se:

- a nível do desenvolvimento institucional, criar um quadro que promovesse a investigação científica e garantisse a nítida separação entre as actividades de pesquisa e de administração, nomeadamente fazer aprovar os novos estatutos do INEP pelo Governo, fazer funcionar o Conselho Científico e a Assembleia de Investigadores, órgãos determinantes para a promoção da investigação fundamental, aplicar a carreira de investigador, apostar na formação como novo domínio de actuação, entre outros;

- a nível da pesquisa, apostar no reforço da qualidade da pesquisa e na sua diversificação, priorizando o reforço da pesquisa fundamental, constituindo um fundo autónomo para apoiar projectos de investigação individuais e a agenda de pesquisa anual do Instituto, etc.;

- em relação aos recursos humanos, pretendia-se dotar a instituição de quadros à altura dos desafios a enfrentar, reforçando, desta feita, a política de formação e superação de quadros a todos os níveis e, em especial, negociar programas de formação especializada de alto nível;

- apostar na mobilização de recursos internos para financiar a investigação fundamental, evitando assim a total dependência de fundos externos para o efeito.

Os efeitos do conflito sobre o INEP

O INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, não escapou ao flagelo desse conflito.

As suas instalações começaram a ser saqueadas e pilhadas logo que deflagrou o conflito e seguiu-se a sua ocupação pelas tropas estrangeiras. Todos os materiais e equipamentos dos diferentes departamentos e serviços foram atingidos.

Esta ocupação fez com que o Instituto se transformasse num dos principais alvos da guerra, quer em termos dos bombardeamentos, quer em danos materiais (pilhagem, roubos, etc.).

As perdas foram imensas: cerca de 70% dos documentos históricos, 60% dos documentos administrativos, 80% dos arquivos audiovisuais foram destruídos, e os saques atingiram todos os equipamentos e mobiliário da instituição.

Todo o ficheiro informatizado sobre vários estudos produzidos pelo Instituto deixou de existir. Desapareceu todo o parque informático constituído por computadores, UPS e impressoras, entre outros.

Os edifícios que albergam a instituição foram atingidos violentamente pelos bombardeamentos, tendo sido parcialmente destruídos.

Todo um trabalho de mais de quinze anos de recolha de dados com vista à constituição da memória histórica do país desapareceu.

A nível dos centros de estudos o conflito político-militar fez-se sentir de uma forma dramática, dado que o Instituto foi transformado em quartel e era uma das principais retaguardas dos militares. Todos os gabinetes, salas de arquivos e de reuniões transformaram-se em quartos para os soldados.

O resultado foi o desaparecimento dos arquivos pessoais dos investigadores, documentos referentes aos diferentes projectos de pesquisa, concluídos, em curso e projectados assim como os arquivos que guardam a memória histórico-funcional de cada centro. As unidades bibliográficas especializadas pertencentes aos diferentes centros foram esvaziadas.

Maiores prejuízos foram causados ao Centro de Estudos Ambientais e Tecnologia Aplicada. Desapareceram todos os re-

latórios produzidos bem como o banco de dados contendo informações sobre as tartarugas marinhas e aves migratórias do arquipélago dos Bijagós. Desapareceu um jogo de mais de 1000 diapositivos e mais de 500 fotografias sobre a fauna, flora e população.

Desapareceu todo o equipamento da Célula SIG (Sistema Nacional de Informação Geográfica), estimado em cerca de 350.000 FF, assim como imagens de satélite e fotografias aéreas.

O impacto do conflito nos sectores de apoio foi muito grande, triste e de difícil recuperação. Vejamos como foi, caso a caso:

Arquivos Históricos

O conflito trouxe prejuízos enormes ao sector na medida em que dos 1.318,2 metros lineares de documentos existentes, 954,2 foram totalmente desorganizados, o que representa 72,3%, e 158,8 metros lineares de documentos foram totalmente destruídos.

O depósito audiovisual, constituído por 6.000 clichés, 249 cassetes e 120 diapositivos, desapareceu na sua totalidade. Das 7.000 fotografias foram recuperadas apenas 2.850, tendo desaparecido 4.000 e as restantes 150 ficado danificadas. O equipamento audiovisual, constituído por gravadores, vídeo, câmaras fotográficas e de filmar, leitores de cassetes e bobinas, desapareceu.

Para além destes danos registados no fundo dos arquivos, é de referir as pilhagens e roubos dos materiais e equipamentos. Os cinco computadores e seus acessórios, os três acumuladores de corrente, uma impressora e uma fotocopiadora, além de três aparelhos de ar condicionado, desapareceram na sua totalidade.

O mobiliário de secretaria foi danificado na sua grande parte, podendo ser recuperadas algumas estantes. Com excepção de uma parte das caixas de arquivo, todo o material consumível desapareceu.

Da biblioteca especializada, constituída por 2,4 metros lineares de documentos, apenas 0,6 metros foram recuperados.

Os trabalhos de reabilitação dos arquivos, como é obvio, vão exigir meios tanto financeiros como materiais e humanos. Muitos dos documentos perdidos serão de difícil recuperação, se não mesmo impossível, dada sua especificidade.

Os custos para a sua reabilitação, incluindo a reabilitação do edificio, aquisição de material informático, equipamento audiovisual, mobiliário, consumíveis, formação/ reciclagem dos recursos humanos do sector e transporte, entre outros, está orçado em 142.174,51 USD.

Biblioteca Pública

A Biblioteca figura entre as estruturas mais afectadas, tanto pelas bombas como pela acção do homem. Houve saques e destruições feitas tanto por militares estrangeiros como pelos próprios moradores de Bissau.

Milhares de livros foram roubados e danificados, da mesma forma que as publicações periódicas e documentos diversos tais como anuários, diários de governo, boletins oficiais, documentos de difusão restrita ou fora do circuito comercial e de recuperação difícil ou mesmo impossível.

Dos 45.500 monografias, 9.000 desapareceram, 6.000 deterioraram-se e 30.500 continuam em bom estado. Dos 3.000 periódicos, 600 desapareceram, 1.300 deterioraram-se e 1.100 continuam em bom estado. Dos 10.000 documentos diversos, 3.800 desapareceram, 3.200 deterioraram-se e 3.000 continuam em bom estado. Os documentos cartográficos, iconográficos e audiovisuais desapareceram na sua totalidade.

Todos os móveis, equipamentos e materiais de consumo diverso desapareceram.

É importante salientar que a Biblioteca foi várias vezes atingida por tiros de artilharia pesada, tendo ficado totalmente

aberta e exposta, à mercê dos malfeitores e da água das chuvas durante os meses do conflito armado.

Os custos das acções a empreender para a recuperação do edifício, aquisição de equipamento informático e de secretaria, mobiliário diverso, formação/ reciclagem dos recursos humanos do sector e compra de um meio de transporte estão orçados em 120.769,17 USD.

Serviço de Microfilmagem

O conflito político-militar fez-se sentir, e de que maneira, neste sector, na medida em que os seus aparelhos foram violados, alguns com danos muito graves, nomeadamente o leitor e fotocopiador de microfichas em papel A4, a câmara de microfilmagem e o ar condicionado. Com danos de menor gravidade figuram, entre outros, um leitor simples com ecrã fosco. Três estabilizadores de corrente, um acumulador de corrente, um elevado número de microfichas, assim como todos os móveis foram roubados, e a instalação eléctrica foi danificada, paralisando as suas actividades por completo.

Serviço de Publicações

Neste serviço, todos os equipamentos de trabalho simplesmente desapareceram. São computadores, ar condicionado, móveis, etc. Na sala de reprografia e de exposição das publicações, uma prateleira inteira cheia das diferentes publicações desapareceu, assim como um estabilizador de corrente e um retroprojector. Duas máquinas fotocopadoras, um retroprojector e uma ventoinha de tecto foram destruídos.

Situação dos recursos humanos

Com o eclodir da guerra, houve uma dispersão descontrolada do pessoal do Instituto. Alguns foram refugiar-se junto a familiares ou amigos no interior do país, outros para o estrangeiro. Entretanto alguns ficaram em Bissau durante todo o período do conflito, engajados na salvaguarda da instituição e envolvidos igualmente em actividades de manutenção da paz.

Neste momento, praticamente todo o pessoal já regressou e se encontra engajado nas actividades da instituição. Contudo, alguns altos quadros do INEP ficaram e estão a trabalhar em outras instituições no estrangeiro, enquanto outros foram chamados para assumirem funções no actual Governo, facto esse que levou o Instituto a reorganizar as suas acções no sentido de minimizar as consequências da sua ausência.

Para a realização das actividades de aquisição de novos equipamentos, realização de operações de manutenção e reparação de alguns aparelhos recuperáveis, aquisição de consumíveis, peças sobressalentes e acessórios e ainda a actualização técnica dos seus recursos humanos o INEP precisa de um montante orçado em cerca de 70.000 USD.

Os esforços de reconstrução

Durante todo o período do conflito armado um número considerável dos quadros do Instituto nunca saiu do país e estava engajado quer na salvaguarda do INEP quer na manutenção da paz e restabelecimento da normalidade nacionais.

Estes esforços iniciaram-se logo após a assinatura do primeiro cessar-fogo na cidade da Praia, em 26 de Agosto de 1998, por intermédio de apelos ao Governo e à comunidade internacional no sentido de salvaguardar o património científico e cultural do país.

As vozes deste núcleo permanente foram ouvidas nos quatro cantos do globo, na chamada de atenção da opinião pública nacional e internacional sobre o que estava acontecendo na Guiné-Bissau e em particular no INEP. Na mesma altura, iniciativas para projectar a reconstrução do Instituto foram tomadas. Uma das primeiras diligências foi a organização de um primeiro inventário sobre os prejuízos provocados pela guerra e a efectivação de um filme para mostrar ao Mundo a triste situação em que se encontrava o INEP. Seguiram-se as campanhas de solidariedade, os contactos com os parceiros de cooperação, com a mesma finalidade.

Com estas acções conseguiu-se conscientizar a opinião pública nacional e internacional sobre a realidade em que se encontrava o Instituto, obter apoios morais e mobilizar fundos para iniciar a sua reconstrução.

Assim, Swissaid, Oxfam Bélgica, o Instituto de Cooperação Técnica e Científica de Portugal e a Plataforma das ONG Europeias concederam ao núcleo de Bissau um subsídio de funcionamento no período da guerra, em Novembro de 98, no valor de 3.000.000 PT (escudos portugueses).

Os trabalhos de levantamento das perdas e estragos, o inventário da situação dos Arquivos Históricos, da Biblioteca Pública e do Museu Etnográfico Nacional tiveram o apoio financeiro da UNESCO, no quadro do projecto de reabilitação das infraestruturas culturais, no valor de 10.000 USD.

Para a reabilitação das infraestruturas físicas do INEP foi conseguido o apoio financeiro das Embaixadas da Suécia e da Alemanha e do Governo de Unidade Nacional, na importância de 37.500 USD, 17.000 USD e 21.667 USD respectivamente.

Esta soma foi suficiente para que o INEP pudesse cumprir uma parte daquilo que constituía a prioridade das prioridades das suas actividades, nomeadamente a cobertura dos blocos 1 e 2 e da Biblioteca Pública, carpintaria do bloco 2 e da Biblioteca Pública, pintura da Biblioteca Pública e recuperação das instalações eléctricas.

No quadro do Programa de Relance INEP 2010, a Embaixada da Suécia concedeu ao Instituto um financiamento no valor de 12.500 USD.

O Instituto conseguiu ainda apoios do Programa Nacional de Gestão Económica (PRONAGE) na aquisição de mobiliário para o reinício do seu funcionamento, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em equipamento informático – quinze computadores e seus acessórios – para o mesmo fim.

Em parceria com o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC), o INEP submeteu um projecto para a reposição do seu acervo documental, tendo sido financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e pela Cooperação Portuguesa no valor de 11.089.923 PT.

Igualmente, o INEP recebeu promessas de apoio financeiro da União Europeia.

A nível de Portugal e da Europa como um todo o Instituto esteve em parceria com a Cooperação Portuguesa, a Fundação Calouste Gulbenkian e o CIDAC, neste processo de sensibilização em colaboração com o ponto focal do INEP criado para o efeito em Lisboa.

O INEP continuará engajado a curto prazo na procura de financiamento para a conclusão das actividades de reabilitação dos edifícios (bloco 1, anfiteatro e novas instalações dos Arquivos Históricos), aquisição de equipamentos, mobiliários, material de escritório, reconstituição de colecções, capacitação do seu pessoal e reorganização do seu funcionamento (aprovação de novos estatutos, elaboração de termos de referência, elaboração do seu plano estratégico “INEP - 2010”, entre outros documentos).

Perspectivas de relançamento

A reflexão sobre o futuro do INEP ultrapassa a dimensão de um simples projecto de recuperação pós-conflito. Aliás, a preocu-

pação sobre uma reforma de fundo vem de longe. Isto porque os desafios internos e externos que se lhe apresentam obrigam-no a implementar uma reorganização institucional e a revisão das suas estratégias, para assim poder acompanhar e estar à altura das exigências do processo de desenvolvimento do país, da integração regional e da própria globalização em curso.

O INEP tem em conta a médio e longo prazo planos ambiciosos que levam a uma reformulação e reorganização que deverá abranger uma profunda reflexão destinada a assentar as bases sólidas de uma nova partida. Isto porque o Instituto precisa ter uma preparação constante, uma acção proactiva, por forma a corresponder à nova dinâmica que terá que imprimir e aos novos desafios que seguramente enfrentará nesta nova era de concorrência acirrada e de transformações bruscas.

Neste quadro, perspectiva-se trabalhar para que o Instituto possa:

- evoluir da situação de um Instituto formal autónomo mas desprovido de meios para uma real autonomia administrativa, financeira e patrimonial, para uma autonomia efectiva que venha ao encontro dos objectivos de sua criação;
- manter-se como a maior, ou a mais importante organização vocacionada para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, voltada para criar as bases e imprimir os meios necessários para despertar nas pessoas e organizações, mudanças no modo de vida e na mentalidade, na promoção do desenvolvimento económico, social e cultural do país;
- ter uma política abrangente de investigação com o seu plano de acção a curto, médio e longo prazo.

Para o efeito, encontra-se em elaboração o exercício “INEP 2010 - Djitu ten”, desenhado para efectivar um processo participativo de programação estratégica envolvendo os dez próximos anos.

Este processo desenvolver-se-á em quatro etapas, a saber:

- Elaboração de um documento de visão geral da evolução do INEP durante os dez próximos anos, antecedido de uma recolha das aspirações dos trabalhadores e dos parceiros do Instituto;
- Elaboração de um documento de política geral de desenvolvimento e das estratégias a serem implementadas para a concretização da visão;
- Elaboração de um plano de acção para implementação das estratégias escolhidas;
- Realização de uma consulta aos parceiros do Instituto para a validação do plano e a mobilização de recursos para a sua implementação.

A primeira e a segunda etapas deste exercício foram concluídas nos finais de 1999 e no mês de Junho de 2000, com a publicação do documento de visão, intitulado “Desenvolvimento do INEP no período 2000-2010”, e a elaboração do Documento de Política Geral, com as respectivas estratégias a serem implementadas com vista à concretização da visão traçada para a instituição.

Igualmente o INEP perspectiva neste processo a construção de instalações próprias que venham a satisfazer as suas necessidades em termos de espaço e de melhoria das condições de funcionamento.

BIBLIOGRAFIA

INEP – Relatório de Projecto de Reabilitação das Infra-estruturas Culturais: Arquivos Históricos, Biblioteca Pública e Museu Etnográfico Nacional (Abril de 1999).

INEP – Reabilitação e Relance, Relatório de Actividades (Maio de 1998).

INEP – Relatório Anual de Actividades.

INEP – Memorando ao Ministério das Finanças (Março de 1998).

RÉSUMÉ

L'Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), l'une des rares institutions de référence dans le pays, n'a pas échappé au fléau de la guerre. Dès le début du conflit, ses installations furent saccagées, pillées et occupées par des forces étrangères. Cette occupation a transformé l'INEP en un cible privilégié des bombardements, du vol et du pillage. Les pertes sont considérables: environ 70% des documents historiques, 60% des documents administratifs, 80% des archives audiovisuelles furent détruits. Outre les dégâts physiques des bâtiments et la disparition des équipements, c'est tout un effort de plus de quinze ans de travail minutieux de reconstitution de la mémoire historique du pays qui fut anéanti. Cet article fait le point sur la situation.

LA GUERRE EN SON CONTEXTE: HISTOIRE D'UNE ERREUR POLITIQUE¹

Gérald Gaillard

En hommage à Iva et Ichy,
pour leur "Puti di mel kebra patch!"

*"Les guerres sont justes quand elles sont
nécessaires; les armes sont saintes quand elles sont
notre dernier espoir", Machiavel, Histoire de Florence,
1532 (trad. française 1952, tome V: 8).*

Prélude à une guerre annoncée

En 1857, Faidherbe alors Gouverneur du Sénégal, charge le commandant Vallon d'arrêter deux faux-monnayeurs installés très au sud. Passant sur des côtes inexplorées, Vallon fait signer une convention de protectorat aux chefs indigènes². Toutefois le

¹ Cet article est une version remaniée, modifiée et augmentée d'un texte publié en 1999. Pas plus ici qu'auparavant, je n'aborderai la question des souffrances humaines que tous ces événements ont apportées, mais le lecteur doit toujours les garder à l'esprit. Notons simplement qu'au moins 250 mille personnes durent abandonner leurs maisons. J'insiste aussi que les propos ici tenus n'engagent que leur auteur.

² Aristide Vallon, "Renseignements topographiques et commerciaux sur quelques rivières de la Côte Occidentale d'Afrique et en particulier sur la rivière Ketafine ou Cassini explorée pour la première fois en 1857 par M. Aristide Vallon", dans *Bulletin de la Société de Géographie*, Paris, juin 1860, vol. 19

colonisateur en reste à ce geste. Aucune présence effective n'occupe par la suite cette contrée qu'il a baptisée Cassini, du nom du village situé à l'embouchure du fleuve. Il faut dire que les commerçants français sont fort occupés en Casamance où ils ouvrent de nombreux comptoirs dans une région pourtant formellement portugaise.

Entre cette Casamance et ce Cassini, les Portugais restent prépondérants dans les enclaves de Cacheu, Farim, Bissau, Geba, Buba et Bolama. Détachées du Cap Vert en 1879, elles se voient rassemblées comme "colonie de Guinée", sans que des frontières n'en aient été tracées.

On comprend qu'en 1886, Portugais et Français s'entendent pour troquer la zone du Rio Cassini contre celle de Ziguinchor³. Le dessin nord et sud des frontières de la Guinée-Bissau ne coïncident donc pas avec la géographie humaine ou physique mais avec celle de l'influence des anciens comptoirs européens. On les traverse ainsi fréquemment pour "visiter" sa famille ou simplement cultiver.

Mais le fait majeur pour la Guinée-Bissau d'aujourd'hui et que la lutte pour l'indépendance d'une colonie devenue Province portugaise de Guinée (1963-1973) imprégna différemment frontière nord et frontière sud.

À partir de 1956 sont créées distinctes formations indépendantistes dont le PAI (*Partido Africano da Independência*) que la tragédie de Pidjiguiti (1959) amène à se tourner vers les masses

(108):471-483, carte p. 533. Costa Oliveira, E.J. da (signé C.O.), 1897, "A Missão Geographica, Commercial e Agricola", dans la *Revista Portuguesa Colonial e Maritima*, anno 1897-1898, n° 1:29-39, n° 2:82-91, n° 3:230-235, n° 4:575-580.

³ Ce n'est qu'à cette occasion que la chambre française ratifie les traités de protectorat signés trente ans plus tôt avec les chefs du Cassini ! Sur l'histoire de la délimitation des frontières et plus largement sur celle de la Guinée portugaise et de la Casamance on se reportera notamment à Christian Roche (1985), Maria Lúsa Esteves (1988), René Pélissier (1989) et Peter Karibe Mendy (1994) (bibliographie en fin d'article).

rurales et la lutte armée⁴. En 1962, plusieurs mouvements basés à Dakar (qui ont en commun de chercher une indépendance négociée), se fondent pour engendrer le FLING (*Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné*)⁵, alors qu'un PAI, devenu PAIGC (*Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde*), basé à Conakry, initie sa première offensive en février 1963. Il contrôle six mois plus tard les régions de Geba et du Corubal et ouvre un nouveau front dans le nord du pays. L'objectif premier est de contrecarrer l'influence du FLING dans cette région et de s'implanter sur la frontière sénégalaise devant laquelle les armées portugaises s'arrêtent avec dépit. Lorsqu'en 1967, Léopold Sédar Senghor (longtemps opposé au principe d'une guerre) accepte l'ouverture d'un hôpital militaire à Ziguinchor puis celle de bases militaires sur son territoire national, les maquisards y trouvent depuis longtemps appui sur la base de réseaux ethniques et familiaux. La guerre gagnée par le PAIGC, certains paysans transfrontaliers furent honorés et parfois récompensés pour avoir nourri et abrité ses militants ou même transporté des armes⁶. S'il

⁴ Un groupe dirigé par Rafael Barbosa, Aristides Pereira et Fernando Fortes pris à charge d'étendre l'influence du parti dans les campagnes alors qu'un autre groupe formé d'Amílcar Cabral, Carlos Correia et Francisco Mendes se rendit à Conakry où il établissait une Ecole du parti en 1960. Cabral y enseignait l'histoire, la géographie et les relations internationales tout en s'engageant dans un intense ballet diplomatique visant à obtenir des armes. En janvier 1961 et pour la première fois, dix militants du PAIGC sont envoyés à l'Académie militaire de Nanquim (Chine populaire). Ils deviennent à leur retour, les principaux chefs de la guérilla : Osvaldo Vieira, João Bernardo Vieira, Constantino Teixeira, Domingos Ramos, Rui de Anselmo, Francisco Mendes, H. Gaspar Rodrigues, Vitorino da Costa, Vítor Gomes, Manuel Saturnino (A. Duarte Silva, 1997:43). João Bernardo Vieira, apprenti électricien et joueur de football, quitte à dix-huit ans la Guinée-Bissau pour rejoindre Cabral en Guinée-Conakry. Il a vingt-cinq ans lorsqu'il commence à se faire distinguer en 1964.

⁵ Le FLING est issu de la fusion de l'UPG d'Henry Labéry, de l'UNPG de Benjamin Pinto Bull, et du MLG de François Kankoula Mendy et des deux autres mouvements très mineurs.

⁶ On devra un jour écrire l'histoire des malheureux paysans liés au FLING.

en fut de même en Guinée-Conakry, il arrivait par contre aux militaires portugais d'y pénétrer sur quelques kilomètres⁷. Les fuyants, les combattants nationalistes se réfugiaient jusqu'au fleuve Kandiafara où stationnait alors une partie de l'armée guinéenne commandée par Lansana Conté (président de la Guinée-Conakry depuis 1985), alors que João Bernardo Vieira (dit "Nino" ou "Kabi"⁸, futur président de la Guinée-Bissau) fréquente les lieux en tant que responsable militaire pour cette zone de la guérilla. C'est d'ailleurs à quelques kilomètres de la frontière guinéenne, à Madina do Boé, que le 24 septembre 1973, l'Assemblée nationale populaire (créée par Cabral avant son assassinat) annonce unilatéralement la proclamation de l'indépendance de la Guinée-Bissau par la voix de son président : Nino Vieira.

Les portefeuilles ministériels (appelés "Commissariats"), sont attribués à d'anciens guérilleros, Luiz Cabral (demi-frère d'Amílcar) devient le président d'un Conseil d'Etat et l'ONU reconnaît immédiatement la Guinée-Bissau. Le Portugal suit le 10 septembre 1974 (les dernières troupes portugaises quittant le territoire le 15 octobre), et admet celle du Cap Vert en 1975.

Si aucune velléité d'indépendance n'a jamais touché les régions de la Guinée-Conakry mêlées à la guerre (du Cassini, du Kandiafara et du Foréah)⁹, il n'en va pas de même en Casamance. Au début des années 1980, une part importante de ses habitants accuse le Nord sénégalais de se comporter en véritable colonisateur intérieur. Les griefs économiques sont précis : les dividendes obtenues

(Le PAIGC aurait exécuté un grand nombre de ses militants après l'indépendance, notamment en zone Mandjack.)

⁷ Moins appuyé diplomatiquement par les puissances occidentales que ne l'était le Sénégal.

⁸ Surnom que lui auraient donné les Balantes chez qui il s'était partiellement installé durant la lutte de libération nationale. C'est du moins la mythologie partagée.

⁹ Il s'agit de régions pauvres, à très faible densité, peuplées par toutes les ethnies de la Guinée-Conakry, par ailleurs unies par l'islam et la "révolution Sékou Touré".

grâce aux gros prélèvements piscicoles accordés le long de ses côtes aux flottes industrielles étrangères, les bénéfices de l'exploitation forestière où les revenus touristiques ne retombent pas sur une région qui concentre le plus haut taux de chômage du Sénégal alors qu'elle procure une grosse partie des ressources nationales. Quant à la riziculture inondée, l'écoulement de sa production qui pourrait bénéficier directement aux paysans casamançais est étouffé par l'importation de riz à bas prix (ceci bien que de nombreux programmes de développement concernent l'aménagement du fleuve et des rizières). À partir de 1982, le MFDC (Mouvement des forces démocratiques de Casamance), entame une guérilla contre l'Etat sénégalais et ce dernier ne cesse depuis cette date, de dénoncer l'approvisionnement en armes dont bénéficient les rebelles à partir de la Guinée-Bissau.

La Guinée-Bissau après l'indépendance: vingt-cinq ans de conflits de pouvoir interne¹⁰

Tandis que naissait la rébellion casamançaise, la Guinée-Bissau vivait des troubles politiques majeurs. Le pays est dirigé en commun avec le Cap Vert par le Conseil d'Etat d'un PAIGC qui nationalise la terre rurale et urbaine en 1975 et crée le peso en 1976. L'Assemblée nationale populaire réélit Luiz Cabral à sa tête en 1977. Commissaire principal (chef du gouvernement) depuis 1973, Francisco Mendes se retire en 1977 et décède en juillet 1978. Le général João Bernardo Vieira le remplace le 28 septembre 1978.

Mais la tension entre les élites capverdiennes et bissau-guinéennes qui n'a jamais cessé, s'aggrave¹¹. Les premiers qui

¹⁰ Le titre est repris de Joshua B. Forrest (1987) en hommage à son travail.

¹¹ Le nord-est de la Guinée-Conakry encore largement animiste dans les années 1950, fut à peu près totalement converti par un Diakanké-Mandingo nommé Sékouna Bayo (Baio). Des conversions collectives eurent alors lieu et

fournissent la plupart des cadres, tendent à former une société dans la société, dont les seconds (qui reprennent le concept du Portugais Spínola de "fils de la terre"), n'acceptent bientôt plus la direction. Un coup d'Etat militaire conduit par Nino Vieira, renverse Luiz Cabral le 14 novembre 1980.

Si Nino Vieira prenant la tête du Conseil de la révolution, justifie son coup par la "sauvegarde de l'idéal révolutionnaire" (lors du premier congrès extraordinaire du PAIGC tenu entre le 7 et le 14 novembre 1981), la Guinée-Bissau prendra néanmoins un nouveau chemin. Le 17 mai 1982, Vítor Saúde Maria¹² est nommé Premier ministre. Dès 1982 (et tournant le dos à la pensée d'Amílcar Cabral), la partie Vieira du PAIGC cherche à remettre en selle et à se concilier les chefferies traditionnelles, Vieira lui-même, se tournant plus particulièrement vers les Pepel (son ethnie) et se distancie des cadres Balante qui tiennent des postes clés de l'Etat et de l'armée.

À partir de 1983, le pays s'engage lentement vers une économie de marché, ce qui vaut au peso une dévaluation de 50 % en décembre. Partisans et opposants à cette nouvelle orientation s'affrontent au sein du PAIGC. Accusé d'avoir préparé un coup d'Etat, Vítor Saúde Maria est démis le 12 mars 1984¹³. Deux mois plus

s'opèrent en étroit lien avec la montée du nationalisme et la prise du pouvoir du PDG et de Sékou Touré (Gaillard, 1994, 1995). Ami personnel de Sékou Touré, Sékou Bayo exerça par la suite une influence majeure sur les troupes guinéennes et les soldats du PAIGC stationnées dans le sud qu'ils soient musulmans ou animistes, fabriquant notamment pour eux de nombreux gris-gris censés les protéger contre les balles. Visant directement les activités du marabout, Amílcar Cabral s'élève contre ces pratiques magiques à l'occasion du premier congrès du PAIGC tenu à Cassacá en février 1964. Arrivée au pouvoir, l'équipe capverdienne, rejeta l'islam tant mandingue-quadria (malgré son importance pour un certain nombre de militaires) que tidjane-fula (dont les élites furent souvent proches des Portugais). En témoigne la date de construction des mosquées dont pas une ne fut édifiée entre l'indépendance et le début de la démocratisation-libéralisation opérée par le groupe rassemblé autour de Vieira.

¹² Dirigeant historique du PAIGC, et ex-maire de Bissau, Vítor José Saúde Maria est alors ministre des affaires étrangères.

¹³ Il se réfugia à l'ambassade du Portugal qui négocie sa réédition. Il restera

tard (le 13 mai), la constitution est révisée et la fonction de Premier ministre supprimée. Si le Conseil d'Etat maintient un vice-président, Paulo Correia, personnalité de la guerre de libération et représentant de la fraction la plus à gauche du PAIGC, Nino Vieira est désormais président du Conseil d'Etat et chef du gouvernement. De la centralisation du parti-Etat, on passe progressivement à une centralisation présidentielle s'appuyant sur la *Segurança* (la sécurité d'Etat).

En novembre 1985 a lieu l'épisode de la dite "conspiration balante". Le vice-président, Paulo Correia, qui aurait tenté ce coup d'Etat est arrêté le 6¹⁴. Le président transforme les ministères en secrétariats d'Etat, et supprime la fonction de vice-président du Conseil.

Les Balante ayant constitué le noyau dur de la lutte anticoloniale du PAIGC, les relations de l'Etat aux anciennes bases du parti se dégradent. Nino Vieira répond à leur désaffection en tendant la main au monde fula, écarté de la sphère du politique depuis l'indépendance.

Tenu en 1986, le quatrième congrès du PAIGC entérine la libéralisation de l'économie. Les *Armazéns do Povo* sont privatisés, le gouvernement abandonne le contrôle des activités commerciales et signe un programme d'ajustement structurel (1987-88) avec la Banque Mondiale et le Fonds Monétaire International (programme qui sera renouvelé) (Monteiro, ed., 1996). L'adhésion au

en résidence surveillée. Libéré avec la démocratisation, il crée le PUSD (Parti Uni Social Démocratique) en 1991 mais décède cinq mois avant les élections de 1994.

¹⁴ Arrêté, le 6 novembre, Paulo Correia est exécuté accompagné de cinq figures politiques centrales dont celle de Viriato Pã, séminariste et avocat lié au milieu de l'opposition devenu procureur de la République, le 12 juillet 1986. Six autres membres du courant dits des "militaires balante" meurent en prison et quarante-et-un sont condamnés aux travaux forcés. Notons que le *Diário de Bissau* a récemment publié une partie de la déposition du colonel João Monteiro (ancien chef de la police politique), à la commission d'enquête (*Diário de Bissau*, 24 février 2000, p. 9) où il apparaît qu'il n'y eut aucune tentative de coup d'Etat.

FMI marqua un virage qui se traduit par une expansion instantanée des *pontas*. Le tournant libéral s'accompagne d'une étendue graduelle de la corruption et sera désormais associé dans l'esprit de la population (Cahen, 1992).

Les premières élections législatives sont tenues par le parti unique le 15 juin 1989, Nino Vieira étant réélu par l'assemblée comme président de la République le 19 juin. En août, la Guinée-Bissau soulève pour la première fois la question d'un différent frontalier avec le Sénégal.

Alors que le peso vit une vertigineuse inflation, la pression des bailleurs de fonds amène progressivement à une ouverture politique correspondant à la nouvelle situation économique. À l'occasion d'un deuxième congrès extraordinaire tenu en janvier 1991, le PAIGC puis l'Assemblée nationale populaire, décide à la fois le rétablissement de la charge de Premier ministre et le multipartisme¹⁵. En juin apparaît la charte des 121¹⁶ signée par des militants du PAIGC voulant profiter de l'ouverture pour imposer une rénovation de leur parti. Les termes en sont publiquement exposés six mois plus tard, lors du congrès de décembre 1991. Nino Vieira y répond en invitant six des plus notables des signataires (dont Aristides Gomes) à rejoindre le Conseil d'Etat alors que les réformistes de base du PAIGC sont écartés. Il se fait aussi élire président du PAIGC.

Le multipartisme se met progressivement en place. Cependant, seul le FLING (rappelons issu de la lutte pour l'indépendance¹⁷) et

¹⁵ Et donc le 8 mai 1991 la révocation de l'article 4 de la Constitution privilégiant le principe du parti unique. Carmen Pereira, ministre des affaires sociales à partir de 1990 et vice-président de l'Assemblée nationale à partir d'août 1994 et António Longo, vieux délégué du parti sont les leaders d'une opposition au multipartisme.

¹⁶ Ceux-ci sont de hauts responsables de l'administration. Ils sont dirigés par Manuel Rambout Barcelos, ancien ministre de l'éducation, et Manuel dos Santos, ministre de l'économie, exclus du Bureau politique du PAIGC en février 1991. La charte demande surtout une démocratisation interne du PAIGC.

¹⁷ Le FLING revendique alors d'avoir été le premier parti à avoir pris les armes contre les Portugais dès 1961 (rappelons que le PAIGC ne les a prises

le mouvement Bafata (créé à Lisbonne le 27 juillet 1986 par le docteur Domingos Fernandes Gomes après l'exécution de Paulo Correia et de Viriato Pã)¹⁸, ne sont pas issus du fractionnement de l'élite du PAIGC (Neves Silva, 2000).

La démocratisation s'accompagne-t-elle de l'expression de revendications qui n'osaient se dire? Les espoirs de la population sont-ils déçus par les résultats effectifs de la libération économique? La situation économique et sociale se détériore-t-elle en général ou seulement pour certaines catégories sociales? Reste que les mouvements sociaux se multiplient et troublent la paix sociale. Le mois d'août 1992 est particulièrement véhément. Dans une lettre ouverte à la présidence, 80 officiers menacent de déclencher une grève s'ils n'obtiennent pas une augmentation de salaire et le versement des retards. Le même mois les transporteurs routiers font grève après une augmentation de 50 % du prix des carburants. Ils sont suivis par les employés municipaux de Bissau, puis par le corps enseignant.

Les rénovations institutionnelles se poursuivent dans cette atmosphère et en février 1993, l'Assemblée nationale approuve un ensemble d'amendements constitutionnels qui inclut la reconnaissance de la liberté fondamentale de l'individu, l'abolition de la peine de mort et la création d'une Chambre de Commerce. Fait rare

qu'en 1963). Le Premier secrétaire Katengul accuse son prédécesseur (François Kankoilá Mendy) d'avoir sabordé le parti dans les régions où il était influent. Notons que le FLING n'a obtenu aucun député lors des dernières élections.

¹⁸ *Movimento Bafata*, *Ba-fata* signifiant en mandingue : "la marée haute" ('la goutte qui fait déborder le vase'). Fortement aidé dès son origine par l'Eglise portugaise, Bafata prêche l'abandon de la distinction entre ceux qui ont lutté et les autres, et s'est ainsi attiré nombre d'éléments islamiques ayant été alliés aux Portugais ou n'ayant pas participé à la lutte de libération. Sorti de la clandestinité en mai 1991 avec la tenue d'une conférence de presse, Bafata a obtenu sa reconnaissance officielle le 26 décembre 1992. Néanmoins par décision du tribunal, Bafata a dû changer de nom, en raison de sa référence à cette région de l'Est du pays. Bafata est donc devenu RGB-MB, *Resistência da Guiné-Bissau*.

dans les processus de démocratisation en Afrique : tous les partis participent à l'élaboration de la loi électorale.

En août 1994, ont lieu les premières élections législatives et présidentielles multipartites¹⁹. Huit candidats sont en liste au premier tour des présidentielles. Le second tour oppose Nino Vieira à Koumba Yala, dirigeant du Parti de la Rénovation Sociale à tendance populiste²⁰. Nino Vieira averti que voter Koumba Yala serait voter Balante et se présente comme incarnant l'histoire du pays. Elu démocratiquement le président nomme Premier ministre Saturnino da Costa, secrétaire général du PAIGC (et président du conseil municipal de Bissau) présentant les mécontents (notamment les militaires) comme hostiles au "régime de transition libérale et démocratique" durant les événements d'août 1992). Il est limogé, officiellement pour cause de mauvaise gestion, en mai 1997. Au nom de l'armée, "garante des institutions républicaines", le général Ansoumane Mané, chef de l'état-major, vient remettre au président, une lettre le félicitant pour cette décision et l'encourageant à persévérer dans cette voie. L'opposition réagit vivement en rappelant que l'armée doit se garder d'intervenir dans la vie politique.

Saturnino da Costa est en juin, remplacé par Carlos Correia dont la nomination est déclarée inconstitutionnelle par la cour suprême car le parlement n'a pas été consulté. Il est maintenu à son poste par la présidence.

L'élection de Nino Vieira à la tête de l'Etat, s'accompagne d'une nouvelle période de troubles sociaux (citons les manifesta-

¹⁹ Sur toute cette histoire récente on lira surtout l'excellent mémoire de Jean Meillon, 1994-1995 qui doit par ailleurs beaucoup à un article inédit de Michel Cahen (1992).

²⁰ Né en 1953 à Buba à 300 km de Bissau, Koumba Yala a fait des études de théologie et de philosophie en RDA puis devient formateur à l'école du PAIGC dont il est un des idéologues. Expulsé du parti en 1990, il rejoint le *Frente Democrática Social* de Rafael Barbosa puis crée son propre parti PRS (*Partido da Renovação Social*) en janvier 1992 (et en devient le premier secrétaire). Adversaire de Nino lors du second tour des élections présidentielles de 1994, il se gagna une réputation de grand tribun.

tions de lycéens fin 1997) qui, selon le président, seraient “uniquement provoqués par une baisse du pouvoir d’achat due à l’entrée de la Guinée-Bissau dans la zone franc” (déclaration de Vieira à Prier, 1998b). Nonobstant, désormais légitimisé comme un président démocratiquement élu, vis-à-vis de l’opinion internationale, Nino Vieira et son entourage immédiat, abusent et s’enrichissent outrageusement aux yeux de tous (voir l’article de Roy van der Drift).

Du trafic d’armes à la guerre

En juillet 1997 la Guinée Bissau entre dans la zone du franc CFA, avec un endettement représentant trois fois et demi son PIB. De concert, s’accroissent les pressions françaises et surtout sénégalaises pour que cesse le trafic d’armes en direction de la Casamance où certains militaires guinéens louent leurs armes à la journée. Comme l’exprime Pierre Prier “tout a commencé quand Abdou Diouf a fermement demandé au président Vieira de faire le ménage chez lui” (Prier, 1998).

En janvier 1998, le président suspend Ansoumane Mané, chef d’état-major, accusé de négligence quant à ce trafic et afin de permettre un bon déroulement de l’enquête qu’il confie au Service de la Sécurité d’Etat. Mandingue, né en 1939 en Gambie britannique, Ansoumane Mané s’est engagé à 17 ans dans le noyau naissant des Forces armées révolutionnaires du peuple (il y gagne le surnom de “Brick Brak”) où il devient le garde du corps de Nino. Il a choisi la nationalité guinéenne à l’indépendance et resté dans l’armée, il est le bras droit de Nino Vieira lors du coup d’Etat.

Ainsi soupçonné, le chef d’état-major clame son innocence et retourne l’accusation en affirmant que Vieira avait autorisé le trafic d’armes dès le début de la rébellion casamançaise en 1982. Le 27 février 1998, le Parlement crée sa propre commission d’enquête multipartite (4 députés du PAIGC et 4 de l’opposition). En mai, le

congrès du PAIGC témoigne de fortes dissensions internes. Une partie de l'appareil presse Malam Bacai Sanhá, de présenter sa candidature contre Vieira. Né en 1947 dans un village du Cubiseco, Sanhá rejoint le PAIGC en 1963. Envoyé étudier les sciences politiques en Allemagne de l'est, il est nommé responsable de l'enseignement dans les zones libérées à son retour (1967). Occupant diverses fonctions par la suite, il sera notamment responsable des jeunesses du parti. Il est entre 1992 et 1994, ministre de la Réforme administrative, de la Fonction publique et du Travail, puis président de l'Assemblée nationale. Il repousse les sollicitations qui lui sont adressées.

Le pays attend les conclusions de l'enquête qui doivent être présentées au Parlement le 8 juin. Le 5 juin, tandis que Mané est suspendu depuis déjà six mois, le président nomme un nouveau chef d'état-major : Humberto Gomes. Aux côtés de Nino en 1980, il revient à Gomes d'avoir dirigé les opérations qui amenèrent à l'arrestation et à l'exécution des dirigeants du supposé coup d'Etat dit balante en 1985. Ansoumane Mané est assigné à résidence. Il paraît clair que le président n'accepterait pas la présentation du rapport commandité par le Parlement.

Les étapes d'une guerre inutile : 1998-1999

A l'aube du dimanche 7 juin 1998, des officiers très proches de Nino Vieira, officiellement dits préparer son voyage pour le Burkina où se tient le sommet de l'OUA, sont assassinés dans une embuscade sur la route de l'aéroport de Bissau. De fait, selon certains informateurs, Vieira, averti que quelque chose se trame, a déjà pris la décision d'annuler sa participation et les officiers sont chargés d'une autre mission. Doivent-ils simplement lui rendre compte de la situation au sein de l'armée? Ou préparent-ils plutôt un contrecoup d'Etat ou même l'arrestation d'Ansoumane Mané?

Parallèlement à ces assassinats, un groupe de soldats sort au pas de charge et l'arme au poing de la résidence d'Ansoumane

Mané. Ils tirent en l'air, effraient les populations et notamment les clients de l'Hôtel 24 de Setembro, proche de la résidence de Mané, où ils font un tour. Une douzaine d'ouvriers espagnols venus réhabiliter une usine, s'enfuient en abandonnant leurs effets personnels. Cette vingtaine de soldats s'emparent ainsi du quartier de Santa Luzia et des bâtiments militaires dans la cour desquels répète habituellement la fanfare de l'armée. Des soldats envoyés les arrêter, se joignent à eux, suivent alors pour la base aérienne de Bissalanca et le camp militaire de Brá où est entreposée l'artillerie lourde dont dispose l'armée bissau-guinéenne²¹.

Au soir de la rébellion, le président annonce à la radio que président démocratiquement élu, il n'accepte pas la loi "des rebelles, des criminels et des trafiquants d'armes" et qu'il contrôle la situation. Ses forces donnent l'assaut sans succès le 8 aux deux casernes. Les rebelles pilonnent Bissau, que la population (250.000 personnes) commence à évacuer.

Après avoir renoncé à prendre le contrôle de la télévision et de la radio nationale, les mutins s'emparent le 9 de *Rádio Bombolom*, une radio privée appartenant à un membre de l'opposition²². La radio est rebaptisée "*Voz da Junta militar*", le porte-parole de la Junta annonce la création d'un "Commandement suprême de la Junta militaire pour la consolidation de la démocratie, de la paix et de la justice". Il spécifie que ladite Junta n'entend pas prendre le pouvoir mais demande un dialogue avec "le camarade président Vieira, compagnon, avec qui nous avons fait la lutte de libération"; dialogue devant principalement porter sur une amélioration du

²¹ Selon Van der Drift (1999) ces événements font deux blessés du côté gouvernemental, c'est dire qu'il y eut peu de combats.

²² Outre la télévision et la radio nationale, il existe à l'époque trois radios privées à Bissau : *Rádio Pindjiguiti* (du nom des événements qui se déroulèrent au port de Bissau), créée par M. de Santi, un anti-Nino et qui fut la première radio à voir le jour. *Rádio Mavegro*, appartenant au propriétaire d'une entreprise d'import-export du même nom (alors proche de Nino). *Rádio Bombolom* appartenant à Agnelo Regalla. Leur existence témoigne indiscutablement en faveur de l'existence d'une émergence de la démocratie.

niveau de vie des soldats. Suite aux réponses négatives de Vieira la *Voz da Junta militar* réclame sa démission, la formation d'un gouvernement transitoire, et dès juillet la tenue d'élections transparentes (les prochaines étant normalement programmées pour novembre).

Un groupe civil, rassemblant des représentants des Églises catholique, islamique et protestante, de diplomates étrangers, de parlementaires et de journalistes, tente une transaction que le président refuse (déclarant à la radio nationale : "comment un président élu accepterait-il de s'asseoir aux côtés de criminels", "les mutins doivent se rendre sans conditions" (cité par Van der Drift, 1999).

La plupart des pays de l'OUA, qui tient son sommet à Ouagadougou, lui donnent raison en les condamnant vigoureusement à l'exception notable de la Gambie²³. Dès le 9 juin, la Guinée-Conakry de Lansana Conté (qui avait lui-même essuyé une sérieuse tentative de putsch en novembre 1989), envoie des hélicoptères et 400 hommes. Au nom d'un accord militaire secret signé entre le Sénégal et la Guinée-Bissau une première fois en janvier 1975 (renégocié en juillet 1990), s'étant préparé le 9, une force expéditionnaire sénégalaise (la Forex) arrive le lendemain pour l'"Opération Gabou"²⁴. Elle est commandée par le colonel Abdoulaye Fall et officiellement constituée de 2200 hommes.

De l'autre côté, la mutinerie s'étend et les militaires de carrière sont rejoints par les anciens combattants. Interrogés, ceux-ci témoignent aujourd'hui que c'est précisément cette intervention ("les

²³ Il est frappant de constater, ô combien, les Gambiens considèrent généralement Ansoumane Mané comme Gambien (et nullement comme Bissauguinéen).

²⁴ La vitesse avec laquelle l'armée sénégalaise a réagi implique que celle-ci était déjà prête à l'action et laisse penser que les officiers assassinés sur la route de l'aéroport participaient de la préparation d'un contre-coup d'Etat. Van der Drift remarque que selon les journaux sénégalais (*Sudonline* du 15.03.99 et *Le Soleil* du 16.03.99), les soldats sénégalais étaient déjà en route pour la Guinée-Bissau dès le 7 juin (Van der Drift, 1999).

Sénégalais ont envahi le pays”) qui les décida à rejoindre Mané. Bien que beaucoup aient mal digéré l’ouverture démocratique et la libéralisation économique, ils disent aussi avoir considéré, que jusque-là – selon leurs mots – : “c’était encore des histoires du PAIGC” (Gaillard, mission d’août 2000)²⁵. Les “mutins” sont rejoints par des Casamançais, membres ou non du MFDC mais souvent facilement reconnaissables à leur coiffure rasta et à leur habitude de fumer de la gandja (Gaillard, mission d’août 2000). Le 10, la quasi-totalité de l’armée est derrière Mané²⁶.

La guerre semble inévitable. Alors que la France est responsable de la sécurité des ressortissants de la UE, le 11 juin le gouvernement portugais organise une évacuation massive des élites nationales et des expatriés. Environ 2.200 personnes embarquent pour Dakar sur un navire marchand, le *Ponta de Sagres*. Dès cette date, la capitale est en partie ravagée (non pas tant par les combats ni les obus des rebelles que par le pillage).

Le 13 juin le président gambien Yaya Jammeh lance un appel à la négociation. Nino Vieira refuse déclarant que “la situation est sous contrôle”. Les *Diambars* (surnom des soldats de la Forex – Force expéditionnaire sénégalais – passent à l’attaque. À l’exception de celles du Portugal et de la France, les ambassades ont évacué leur personnel, celle des Etats-Unis est atteinte par un obus et prend feu. La résidence de l’Union européenne est elle aussi

²⁵ On paraphraserait ici Van der Drift qui écrit : “I would like to argue that a certain degree of disinterest in the State stems from a realistic, pragmatic attitude: why should people bother about their government when they are more or less able to provide in their own basic needs, why bother about the government when they know that it is fundamentally not interested in their situation, even though it is constantly and explicitly pretending to represent the people of Guinea-Bissau” (1999). Il en va de même à l’époque vis-à-vis du PAIGC. On trouve sans doute dans les pages de sa conférence les meilleures formules expliquant ce que ressentent les gens, lorsqu’il écrit encore : “what are *they* doing to us?” (...) “our greatest wish is that *they* do not further complicate our lives” (Van der Drift, 1999).

²⁶ L’Institut international des études stratégiques indique une armée de 9.250 hommes, l’AFP de 6.000.

touchée alors que son représentant s'est installé à l'ambassade de France (bientôt transférée dans les locaux du Centre culturel).

Si la France propose une rencontre sur un bâtiment maritime, le *Drougou*, entre le chef des rebelles et le président qui l'aurait refusé (Prier, 1998b), pour la première fois un journaliste affirme la présence de soldats français au côté des Sénégalais (*Público*, 16 juin 1998). Sont-ils venus sur le bâtiment censé être employé pour une rencontre mort-née? C'est probable. Ce même jour, 19 ONG opérant dans le pays, adressent aux ambassadeurs et aux différents ministres, un courrier dénonçant le recours à des troupes étrangères.

Le 18 juin vers onze heures, les *Diambars* s'emparent de la caserne de Brá, après de violents combats et détruisent la poudrière. S'ils n'ont pu encore écraser la rébellion, ils estiment à ce moment, avoir gagné la guerre. La ligne de front se déplace vers l'aéroport que Mané et ses hommes continuent de tenir. Les troupes sénégalaises reçoivent donc des renforts "en matériel et en hommes qui entrent aussitôt en action". Cette armée s'établit dans le complexe de l'Institut national d'études et de recherches (INEP), installe ses batteries et mine systématiquement la ligne de front. Les contingents sénégalais, guinéens et loyalistes bissau-guinéens, constituent une Force multinationale intégrée (Conformi) placée sous le commandement du colonel Yéro Koné, qui assure conjointement celui de la zone Sud-Casamance où ses troupes sont engagées contre le Mouvement des forces démocratiques de Casamance.

Confrontant ce que les gens appellent aujourd'hui : "une vraie armée, une armée organisée", on trouve les militaires de carrière rangés derrière Mané, des anciens combattants de la guerre coloniale – presque heureux d'exister à nouveau comme *guerreiros* (les récits sont inépuisables) –, mais aussi de jeunes Casamançais et des membres d'*Atika* (branche armée du MFDC) qui se lancent dans la bataille avec l'ardeur des hachischins. Ces éléments sont rejoints par de nombreux jeunes gens qui, jusque-là, désœuvrés,

rencontrent enfin l'occasion de s'engager (Gaillard, mission d'août 2000) (De là aussi l'un des principaux problèmes que rencontre la Guinée-Bissau d'aujourd'hui). Le 20 juin, un avion (Antonov) se pose sur l'aéroport que tiennent les rebelles et leur apporte des vivres et des munitions. Mané aurait quitté l'aéroport avec cet appareil alors que son armée mène une contre-offensive déterminante car si elle ne permet pas de reprendre la poudrière de Brá, elle stabilise toutefois le front.

La Gambie offre de nouveau une médiation que Nino Vieira accepte et qui donne lieu à un premier cessez-le-feu. Estimant sans doute sa présence nécessaire dans la capitale, il ne se déplace pas personnellement à Dakar où se rend le ministre gambien des Affaires étrangères. La conciliation échoue. De nouvelles tentatives sont le fait de Candjura Indjai, homme d'affaires important, de responsables religieux évangéliques, musulmans et de Dom Settimio Ferrazzetta, l'évêque de Bissau soutenu par l'ambassadeur du Portugal. Le 25 l'évêque rencontre des responsables de la Junte qui lui paraissent "des gens sincères" avec lesquels il est possible de parler et qui, à l'inverse, regrettent "la faible volonté de dialogue du président". Le 27 juin, c'est au tour de Jaime Gama, ministre portugais des Affaires étrangères et de Venâncio de Moura, son homologue angolais de tenter conjointement une médiation qui semble remporter un certain succès. Zamora Induta, de la marine de guerre, précise à nouveau que les revendications de la Junte tiennent en trois points : un cessez-le-feu, l'entrée d'une force d'interposition portugaise dans le pays, le retrait des forces étrangères au Sénégal et en Guinée-Conakry. Une rencontre se prépare sur la frégate portugaise *Vasco de Gama*.

Dès le 29 pourtant, le Major Melcíades Gomes Fernandes (donné comme porte-parole de la Junte), téléphone à l'ambassade du Portugal pour avertir que des forces sénégalaises ne respectent pas le cessez-le-feu.

Tandis que les villes de l'intérieur sont envahies par les déplacés, les combats auparavant restés limités à la zone de la capitale,

s'étendent à partir du 2 juillet, à Bafatá, Buba, Gabu, Canchungo. Réunie à Abidjan les 3 et 4 juillet, l'assemblée des ambassades de la Communauté économique des Etats de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO) conduit par Ibrahim Gambari, celui du Nigéria, décident d'étendre le mandat de l'Ecomog intervenant sous direction nigérienne au Libéria et en Sierra Leone, à la Guinée-Bissau, sans que rien d'autre ne soit précisé. Lansana Kouyaté, secrétaire exécutif de la Communauté, dénonce le comportement colonial du Portugal. Le 16 juillet Ibrahim Gambari demanda au Conseil de sécurité des Nations unies d'apporter clairement son soutien "au gouvernement légitime de Guinée-Bissau", c'est-à-dire à Nino Vieira et accusera le Portugal d'avoir fourni aux rebelles des "équipements très sophistiqués de télécommunication par satellite".

La capitale se vide, la presse portugaise et les ONG accusent le Sénégal de refuser le passage à la frontière aux camions de l'aide humanitaire.

Au Sénégal même, on ne considère plus la guerre avec le même enthousiasme. Abdoulaye Wade, leader du PDS, principal parti d'opposition (et futur président de la République) prend ses distances avec le pouvoir. Il souligne que cette guerre a été présentée comme une simple opération de police alors que l'on y emploie des armes lourdes et que l'armée sénégalaise subit d'importantes pertes en vies humaines (cité par Breuillac, 1998). Il faut dire qu'à partir du 19 juillet, les forces de la Junte occupent le nord et le sud du pays, les régions entre Cacheu et Nhacra, ainsi que les alentours de Bissau; les Sénégalais contrôlant le centre de Bissau, l'archipel des Bijagos, Prábís, Buba, Xitole, Bafatá, Gabu et Bolama.

Charles Josselin, secrétaire d'Etat à la Coopération, et son homologue portugais, Luís Amado se rencontrent le 23 juillet. Le premier s'engage à retenir le Sénégal de radicaliser le conflit et à appuyer une médiation lusophone. Le 24 juillet, mené par José Luís de Jesus, le ministre des Affaires étrangères du Cap Vert, le groupe de contact établi par la Communauté des pays de langue

portugaise (CPLP) arrive à pied d'oeuvre. Prenant ses quartiers sur la frégate portugaise *Corte Real* qui croise au large de Bissau, le groupe se déplace en hélicoptère entre le palais présidentiel et les positions tenues par les rebelles. Il obtient la signature d'un mémorandum d'entente le 26. Emílio Costa, représentant des rebelles et João Cardoso, ministre des Affaires étrangères du gouvernement, se serrent la main sur le *Corte Real*. Si les deux armées restent sur leurs positions, pour Jaime Gama, "les deux parties se sont engagées vers la paix". Une grande partie de la population citadine regagne Bissau mais les hostilités ne sont que suspendues.

La CEDEAO est elle-même divisée sur la conduite à tenir. Certains pays sont opposés à une intervention de l'Ecomog (cas du Burkina Faso). D'autres tels la Gambie et la Côte d'Ivoire veulent une force d'intervention dont le rôle se limiterait à faire respecter le cessez-le-feu afin de créer les conditions d'une solution pacifique, enfin le Sénégal et la Guinée-Conakry voudraient une force qui légitimerait leur présence. Il faut une quinzaine de jours supplémentaires et plusieurs interventions, pour que le 19 août, Lisbonne annonce la fusion des médiations de la CPLP et de la CEDEAO.

Sous les auspices des deux organisations, un cessez-le-feu formel est enfin signé le 26 à Praia, capitale lusophone. Il prévoit que chacun reste sur ses positions et l'ouverture de couloirs humanitaires. Vingt jours après la signature de l'accord les 15/16 septembre une rencontre de pourparlers se tient à Abidjan, capitale francophone.

À Abidjan, la CEDEAO qui, en ce sens, se range derrière Vieira (et aux côtés de la France), adopte une perspective englobant le conflit casamançais et propose la création d'une force d'interposition de 5.000 hommes et d'un couloir de sécurité le long de la frontière nord. Bien que, selon les témoignages de certains membres de leurs délégations, certains représentants de la CEDEAO les aient menacés d'une guerre totale (Gaillard, mission d'août 2000), la Junte refuse. L'accord proposé veut clairement garder Vieira en place et ignore le retrait des troupes étrangères.

Les pourparlers s'enlisent, mais les mutins gagnent du terrain dans l'opinion internationale. Le 18 septembre 1998, Ansoumane Mané présente durant deux heures sa version de l'affaire du trafic d'armes et du soulèvement à la radio à un groupe de médiateurs parlementaires qu'il semble gagner à sa cause.

L'armistice se prolonge. Les deux camps s'accusent mutuellement d'en profiter pour se procurer des armes et recruter des troupes. Il est aujourd'hui établi qu'alors que des désœuvrés supplémentaires joignent les rangs de Mané, trois cents *aguentas* (jeunes recrues le plus souvent Pepel-Mandjak) reçoivent une rapide formation militaire en Guinée-Conakry (durant les mois d'août-septembre) et qu'un autre groupe est entraîné sur les îles Bijagos. Le 30 août, quatre hélicoptères venus de Guinée-Conakry se posent dans le jardin présidentiel (Van der Drift, 1999). Sont-ils chargés d'armes?

Les 29-30 septembre, une quarantaine d'ONG (dont France Liberté) se réunissent à Paris et appellent entre autres, au départ des troupes étrangères et à l'arrêt de la pose de mines antipersonnel²⁷.

Une première rupture de cessez-le-feu survient au nord de la capitale le vendredi 9 octobre, la guerre reprend le 18 à Bissau. On craint aussi une généralisation du conflit. Le 20, les bombardements de la Junte ont atteint la localité sénégalaise de Tanaf et une partie des députés sénégalais souhaite que le président Diouf réunisse le Parlement en vue d'une déclaration de guerre dès son retour d'Europe.

Pendant ce temps, après avoir repoussé de Bambadinca et Fulacunda les Sénégalais et les quelques loyalistes, les rebelles annoncent la prise de Bafatá le 21 octobre. Nino Vieira décrète unilatéralement un nouveau cessez-le-feu. Le 23, les rebelles contrôlent toutes les villes de l'intérieur et décident un cessez-le-feu de 48 heures. Le 24 octobre, le ministre de l'Intérieur du Sénégal

²⁷ Il est avéré que l'un et l'autre camp ont employé ce type d'armements.

discute avec la Junte, et son homologue portugais des Affaires étrangères et obtient l'assurance que les troupes de celle-ci n'attaqueront plus celles du gouvernement en attendant de nouveaux pourparlers.

Il s'engagent le 29 cette fois à Banjul. Nelson Mandela qui ouvre à Abuja la 21^e session de la conférence de la CEDEAO, appelle à un règlement rapide. Les participants de la conférence pressent alors fermement les belligérants à signer un accord de paix. Ansoumane Mané et Nino Vieira (qui a emprunté un hélicoptère aux Français pour s'y rendre), se rencontrent ainsi à Banjul durant trois heures le 31 octobre. Après que l'épouse de Nino se soit "agenouillée devant Mané", la rencontre se termine par des embrassades (*Expresso* du 31/10/1998 et d'autres journaux portugais). Des accords sont signés le 1^{er} novembre 1998. Ils prévoient la prolongation du cessez-le-feu, le retrait des militaires sénégalais et guinéens et simultanément l'arrivée de 1.450 soldats de l'Ecomog, enfin la mise en place d'un gouvernement d'Union nationale chargé d'organiser des élections²⁸.

Le 4 novembre Nino Vieira appelle à la réconciliation nationale, mais les négociations butent immédiatement sur les termes du retrait des troupes étrangères. On s'enlise.

Le 14, à Lisbonne, une nouvelle manifestation d'exilés bissau-guinéens réclame la démission pure et simple du président. De l'autre côté à l'issue d'une mission en Guinée-Bissau, le commandant en chef des forces de l'Ecomog déclare qu'il est prématuré de parler du déploiement prévu par les accords. En effet, outre la difficulté de leur financement, la composition de ces forces se heurte au désir du Sénégal d'en faire partie, ce que refusent les rebelles. Les deux questions étant liées.

²⁸ Les accords précisent que le Premier ministre allait être choisi par la Junte, et que dix ministres allaient être appointés pour moitié par chacun des partis, préparation d'élections démocratiques, retrait des troupes étrangères et mise en place d'une force limitée de l'Ecomog (rapporté par Van der Drift, 1999).

A. E. Sedate Jobe, ministre gambien des Affaires étrangères, annonce que Vieira se retirera et, "dans tous les cas, ne se présentera pas à la prochaine élection" et Francisco Fadul, conseiller juridique de Mané, déclare que le chef de l'Etat qui "a dirigé le pays comme un dictateur (...) devrait être jugé pour assassinat". N'évoquant pas les prochaines élections, "Nino" Vieira répond dans *Le Soleil* du 19 novembre "que, président élu, il n'a nullement l'intention de quitter le pouvoir".

Le 21 novembre, soit trois semaines après la signature des accords d'Abuja, la Commission mixte parvient à un projet d'accord sur la structure d'un gouvernement de transition. Les opposants à Vieira obtiendraient les ministères de l'Intérieur, de la Défense, de l'Economie et, élu par les membres de la Junte, Francisco Fadul deviendrait Premier ministre.

Né à Mansoa, fils d'un Libanais et d'une Guinéenne, Fadul est le cousin de Nino Vieira en lignée maternelle. Ayant étudié le droit à Lisbonne et Coimbra, il fut le chef du cabinet du président et durant 4 ans son conseiller juridique avant de rompre avec lui et le PAIGC. Vivant désormais à Bissorã (Nord-Est du pays), il critique le régime durant la messe dominicale. Il fut aussi directeur du lycée national Kwame Nkrumah, puis de l'Ecole de droit, et rejoint à sa création le PUSD (Parti Uni Social Démocratie) de Vítor Saúde Maria. Président d'une commission régionale des élections de 1994, il est donc devenu le Conseiller juridique de la Junte.

Soutenu par les chefs d'Etat du CEDEAO, le président n'accepte nullement de se retirer. Pourtant le Parlement veut sa démission et l'exige le 27 novembre puis le 4 décembre (sur la base que Nino Vieira aurait violé la Constitution en décidant seul de faire appel à des troupes étrangères). Fadul et Ansoumane Mané se rendent le 13 décembre à Lomé pour y discuter de l'arrivée de la force d'interposition.

L'instabilité de la situation est renforcée par des voix qui continuent à s'élever contre le président. Ainsi le 16 décembre, Samba Lamine Mané, ex-président de l'Association des hommes d'affaires

faïres et ancien ministre de la Défense, se déclare contre un partage du pouvoir. Il va suggérer la révision des propositions de paix, car "Vieira doit partir et des élections se tenir immédiatement". En visite au Portugal, Domingos Fernandes Gomes (47 ans), chef du parti Ba-fata, tient d'identiques propos le 28 décembre (Fernandes Gomes, 1998)²⁹. Sans doute fruit de la visite de Mané-Fadul, arrive, fin décembre, un contingent de 110 militaires togolais de l'Ecomog.

Le gouvernement d'union nationale est constitué le 12 janvier 1999. F. Fadul (qui réside pratiquement toujours hors de Bissau par crainte d'être assassiné) est nommé Premier ministre le 14³⁰. Son investiture étant prévue pour le 7 février, se fera le 20 après que le Sénégal et la Guinée aient commencé le retrait de leurs troupes le 14 janvier.

On attend donc l'arrivée des 146 Nigériens et 145 Béninois de l'Ecomog qui quittent finalement Dakar dans la nuit du dimanche 31 janvier à bord d'un navire français, le *Sirocco*. Le 29 le quotidien *Libération* annonce que "la France équipera une force africaine d'interposition (...) qui permet à Paris de ne plus s'engager directement dans les conflits locaux" (*Libération* du 29 janvier 1999). Le 20 une dépêche non-signée de 12 lignes dans le quotidien *Le Monde* énonce que "La France assiste une force africaine de paix en Guinée-Bissau", qu'elle a "fourni l'équipement individuel de chaque soldat, les moyens de transmission des véhicules et des matériels de santé qui sont acheminés par voie maritime à Bissau (...) L'opération s'achèvera le 2 février" (*Le Monde* 30 janvier 1999).

²⁹ Il précise n'avoir pas été consulté par la Junte quand au choix des personnalités ayant intégré le gouvernement de transition, mais être à la disposition du gouvernement.

³⁰ Il s'agit de la date officielle transmise par les actuelles ambassades de Guinée-Bissau. Fadul ne résidant pas à cette date à Bissau, les médias ont souvent communiqué d'autres dates.

Il est prévu que les troupes de l'Ecomog prennent place à bord de petites embarcations, à 20 km au large de Bissau, et que le navire français regagne Dakar dès le lundi 1er février.

Figure nationale, l'archevêque de Bissau est décédé de mort naturelle le 27 janvier. Le président et la Junte décident l'un et l'autre, un deuil national de trois jours pour le premier (jusqu'au 30) et de cinq pour la dernière (jusqu'au 1er). Peu après l'aube du 1er, les troupes loyalistes commencent à pilonner les positions tenues par les rebelles et progressent sur leurs positions (notamment dans les quartiers de Granja, Luanda et Santa Luzia). Le débarquement des troupes de l'Ecomog est suspendu. Le commandant du *Sirocco*, mouillant à 30 mille de Bissau, envoie le plus gros de ses quatre hélicoptères dans la capitale pour y chercher des Européens, mais c'est néanmoins à l'aide de petites embarcations que neuf d'entre eux, dont le délégué de l'Union européenne (le Portugais Miguel Amado), gagnent le navire avant d'être héliportés à Cap Skiring.

Il est certain que l'armée française a fourni aux loyalistes de nouvelles armes (notamment des canons de 155 mm) et probable que c'est durant ces combats que des militaires français furent le plus actifs dans la capitale. Leur présence est indéniable, mais leur nombre reste un mystère. Sans doute ne sont-ils pas très nombreux car la discrétion est de rigueur. L'opinion française n'est en rien prête à accepter une intervention militaire dans un pays dont elle ignore même l'existence.

Les combats continuent le mardi 2. Francis Fadul affirme à une radio portugaise, qu'un navire français a ouvert le feu sur des positions tenues par la Junte. Paris dément et précise que le *Sirocco* ne dispose pas de canons assez puissants pour les atteindre. Le Premier ministre persévère et précise que des troupes françaises étaient en opération dans la zone de l'Hotti Hotel. Ces affirmations sont confirmées par des éléments de la population en fuite et par des missionnaires qui signalent la présence de "soldats blancs" dans la proximité du canal en direction d'Antula (on trouvera ces

témoignages dans le *Público* du 2 février 1999). Fadul en appelle donc à l'Union européenne pour qu'elle presse la France, le Sénégal et la Guinée-Conakry de cesser d'intervenir, et sollicite du Portugal l'envoi de navires de guerre. Le Portugal lui répond en mandant une frégate "permettant de détecter d'éventuelles navigations entre Dakar-Bissau et les Bijagos". On peut affirmer aujourd'hui qu'outre le *Sirocco*, un autre navire de combat français sillonna les eaux bissau-guinéennes et fut aperçu au large de Boloma par des témoins dignes de foi.

Parlant d'annihiler complètement la partie adverse, Radio Junta conseille à la population de quitter la capitale et annonce un cessez-le-feu unilatéral de trois heures afin de lui permettre de s'enfuir, "avant l'offensive décisive" mais les troupes sénégalaises bloquent la sortie de la ville. Vieira, pour sa part, se déclare prêt et fort d'un "énorme potentiel de feu" (Jorge Heitor, 1999).

Le lendemain 3 février, un ensemble d'associations internationales et bissauguinéennes fixées au Portugal, déclarent que le "recours aux armes était la seule manière pour Nino et ses alliés de garder le pouvoir". Se disant préoccupées par "l'ingérence de forces militaires européennes – en l'occurrence de l'armée française et/ou de mercenaires – et l'utilisation de bateaux de guerre dans les combats (...), elles exhortent la France à se démarquer de cette guerre de manière claire en refusant de contribuer à l'appui logistique des armées étrangères, en arrêtant les bombardements des infrastructures et des populations sans défense, et en condamnant le régime dictatorial et corrompu impliqué dans des trafics d'armes et de drogue". De plus elles "condamnent le comportement honteux des troupes sénégalaises qui empêchent la fuite de la population de Bissau pour l'utiliser comme bouclier humain" (Déclaration commune de ces organisations, datée du 3 février).

Jaime Gama, ministre portugais des Affaires étrangères, s'emploie à nouer des contacts avec son homologue français afin d'éclaircir les allégations concernant les troupes militaires françaises, alors que le président Jacques Chirac dément catégorique-

ment l'envoi de troupes et nie également que le *Sirocco* ait ouvert le feu.

Selon Eduardo Dâmaso, journaliste au *Público*, le Portugal se prépare néanmoins à envoyer deux avions pour évacuer les citoyens étrangers de Guinée-Bissau et les forces armées portugaises discutent de l'opportunité d'un exercice de l'aviation et de la marine dans les eaux territoriales bissau-guinéennes (Dâmaso, 1999).

Des représentants diplomatiques du Portugal, de la France, de la Suède et du Togo sont reçus par le président Vieira (Jorge Heitor, 1999). Après trois jours de très durs combats, Mané et Vieira signent un cessez-le-feu le 3 février (sans arrêter cependant tout à fait les combats qui se poursuivent dans les quartiers Bairro de Ajuda et das Pescas où la Junte militaire gagne du terrain).

Le 4 février le président français Jacques Chirac arrive en visite officielle à Lisbonne et dément une quelconque implication française. Au moment même où il s'adressait au Parlement portugais, une manifestation contre "l'ingérence française" se déroule à l'extérieur du bâtiment. L'opposition bissau-guinéenne lui demande une audience qui lui est refusée. Depuis Bissau, Giuseppe Fumagali, l'un des missionnaires ayant dénoncé l'implication militaire française, envoie une "lettre ouverte au président français" qui répond au démenti.

Les troupes de l'Ecomog débarquent le 5 février. Le directeur de la sécurité (Baciro Dabó) lit à la Radio nationale un communiqué interdisant au dirigeant politique de sortir de Bissau où à ceux qui n'y sont pas, d'y entrer.

Le même jour, Giuseppe Fumagali, auteur de la lettre au président Chirac, âgé de 77 ans et résidant depuis 1956 à Bissau où il s'occupe des déplacés dans sa mission de Tequir, reçoit l'ordre de quitter Bissau dans les vingt-quatre heures. L'administrateur diocésain de Bissau rencontre alors Nino Vieira qui annule sa décision le 6 février alors que présentant ses excuses à la radio, le missionnaire se rétracte. *Le Figaro* titre : "Chirac dément toute in-

tervention française" et le ministre des Affaires étrangères français appelle les belligérants à "respecter les termes du cessez-le-feu" (Dépêche du *Figaro* du 5 février 1999).

Le 11 février, le Parlement Européen en appelle à la Commission européenne pour qu'elle aide à une résolution pacifique et durable du conflit et vote une résolution dénonçant "l'irresponsabilité politique des dirigeants et le rôle déstabilisateur de la présence de forces armées étrangères". Nino Vieira qui du coup suspend officiellement la coopération technique et militaire avec le Portugal, déclare au quotidien *Wal Fadjri* que les 600 militaires de l'Ecomog ne seront pas suffisants pour remplacer les troupes sénégalaises et le président sénégalais répond au président allemand de l'Union européenne que le retrait total de ses troupes n'est pas encore programmé.

Responsable des Affaires humanitaires pour l'Union européenne, Emma Bonino arrive à Bissau le 15 février pour une réunion entre Nino Vieira et Ansoumane Mané à laquelle participent Miguel Amado et d'autres diplomates. Les télévisions du monde entier filment alors Nino qui déclara : "nous pouvons être certains que la paix va aujourd'hui revenir définitivement en Guinée-Bissau et pour confirmer ceci je vais embrasser mon frère et compagnon, le général Mané". Rien n'est cependant décidé quant à la date de l'évacuation définitive des troupes étrangères.

Le gouvernement de transition s'installe le 20 février, c'est l'occasion pour Nino Vieira de prononcer un discours annonçant une très difficile cohabitation. Le 21 le nouveau Premier ministre déjeune avec l'ambassadeur du Sénégal, les funérailles de l'archevêque de Bissau sont enfin célébrées.

Une manifestation convoquée le 9 mars par le "Mouvement national de la société civile pour la paix, la démocratie et le développement" (regroupant 133 organisations civiles, religieuses) dégénère. Partis le matin de l'aéroport de Bissau, en direction du quai de Pidjiguiti, les manifestants insultent un détachement sénégalais. Devant la furie des manifestants Caetano Fernandes, vice-

chef d'état-major, ordonne la mise en place d'un cordon de sécurité composé d'*aguentas*. Ceux-ci paniquent et chargent les manifestants. C'est le premier incident violent.

Les derniers soldats sénégalais quittent néanmoins Bissau le 23 mars, mais le bruit court qu'ils s'installent sur les îles Bijagos.

La tension monte en avril. Le 13 le rapport sur le trafic d'armes est rendu public³¹. Il innocent Mané et conclut inversement à la responsabilité du président et d'une quarantaine de ses proches. Visant à définitivement écarter Vieira, le rapport accuse aussi le président d'extorsion de fonds, d'avoir fait chanter les trafiquants et met en jeu sa police secrète qui aurait capturé un des dirigeants indépendantistes en Gambie. C'est ainsi que le 16, le président est mis en accusation par l'Assemblée nationale par 74 voix sur les 90 présents.

Quelques jours plus tard, c'est un nouveau clash, le gouvernement d'unité nationale ayant décidé de remplacer à la tête de la municipalité Paulo Medina, secrétaire du PAIGC proche de Vieira par Francisca Vaz Turpin, Medina refuse et le 23 se montre entouré d'*aguentas* nouvellement armés. Les soldats de la Junte prennent position face à eux. L'affrontement n'est évité que par l'intervention de l'Ecomog (rapporté par Van der Drift, 1999). De nouveau le 28 avril, la tension monte encore après que Vieira ait nommé un haut fonctionnaire sans en avertir ni le Parlement ni la Junte.

La Guinée-Bissau a néanmoins besoin d'une apparente stabilité car se tient à Genève les 4 et 5 mai une Table ronde des pays donateurs. Le Premier ministre y arrache la promesse du versement de 200 millions de dollars U.S. pour la reconstruction du pays. Il est prévu que les donateurs aideront aussi à la préparation des élections de novembre 1999.

Le processus de règlement prévoit que les 600 soldats de la garde présidentielle seront désarmés. Non seulement Vieira tarde à le faire, mais de plus recrute des *aguentas* depuis la signature des

³¹ Le rapport a été mis sur internet durant quelques jours et le quotidien portugais : *Diário de Notícias* en a publié une copie (le 22 mai 1999).

accords. En conséquence, alors que F. Fadul se trouve à Lisbonne, la Junta reprend le 6 mai une partie des armes remises à l'Ecomog et reprend le combat. Les hommes de Vieira sont alors rapidement défaits, ceux de la Junta envahissent le centre de la capitale qu'ils contrôlent au soir du 6 mai. Samba Lamine Mané, Humberto Gomes et João Monteiro (ancien chef de la sécurité d'Etat) sont arrêtés et remis à l'Ecomog dont les 600 hommes ne sont pas intervenus, préférant se replier sur leurs bases. Le reste des troupes restées fidèles au président se rend le vendredi 7 mai à 10 h 50 du matin, le palais présidentiel est pris, pillé par la foule et brûlé. En fait, Vieira l'a déjà quitté et après s'être momentanément réfugié dans différents lieux³², il est accueilli à l'ambassade du Portugal (par António Russo Dias).

Le commandant Zamora Induta annonce la fin des combats, mais Radio Junta ayant faussement rapporté que le président s'était réfugié au Centre culturel français, abritant la chancellerie de l'ambassade, des militaires s'y attaquent l'après-midi. Un incendie s'y déclare, les occupants l'évacuent. Vingt fonctionnaires français dont dix militaires sont désarmés puis escortés jusqu'à l'ambassade du Portugal. Les locaux des chancelleries de la France, du Sénégal, et de l'Union européenne sont pillés et/ou brûlés. La Junta crée une commission de discipline.

Quelques fidèles de Vieira ouvrent encore le feu le samedi 8 mai, mais sont rapidement maîtrisés. La CEDEAO et la France, puis l'Union européenne condamnent le coup de force. Au sein de la Junta, s'opposent les tenants d'une prise de pouvoir militaire aux partisans d'un respect de la Constitution. Fadul présente ses excuses au gouvernement français pour la destruction du Centre culturel

³² Le Bureau pour la Coordination des Affaires Humanitaires des Nations Unies parle d'une église catholique puis de l'ambassade. La plupart des agences de presses de l'ambassade de France. Selon Van der Drift, Vieira quitte le palais tôt le matin, tente de se réfugier au Centre culturel français/ambassade où les Français lui disent ne pouvoir garantir sa sécurité. Il se réfugie donc chez l'évêque où la junta l'aurait capturé avant de le remettre à l'ambassadeur du Portugal.

et lance un appel à la communauté internationale pour qu'elle "aide la Guinée-Bissau à quitter le seuil de la pauvreté".

La Constitution est finalement honorée : le président de l'Assemblée nationale populaire assurera l'intérim présidentiel jusqu'aux élections prévues pour le 28 novembre 1999. Le mardi 11 mai, Malam Bacai Sanhá devient président intérimaire, tandis que le lieutenant-colonel Veríssimo Seabra Correia (numéro deux de la Junte), est nommé chef d'état-major des forces armées. Saturnino da Costa (Premier ministre entre octobre 1994 et mai 1997), ancien secrétaire général du PAIGC, en est élu président et remplace Vieira à la présidence du PAIGC³³.

Réfugié à l'Ambassade du Portugal, Vieira sollicite l'asile politique dans ce pays. Les principaux responsables de la classe politique et de la Junte se réunissent pour statuer sur son sort. Helder Proença, secrétaire permanent d'un mouvement réformateur à l'intérieur du PAIGC, déclare : "Nous aurions pu pardonner les crimes politiques, mais Vieira a commis de nombreux délits de droit commun, dont des assassinats", propos répétés par Helder Vaz, président du groupe parlementaire du mouvement d'opposition Ba-fata. Le mercredi 12 mai, Mané signe un communiqué demandant que l'ex-président soit livré à la justice. Le Premier ministre portugais (Antonio Guterres) lui répond que son pays lui ayant accordé l'asile politique, il revient au président déchu de se livrer ou non. La Junte évoque à l'inverse, l'existence d'un accord prévoyant qu'il lui serait livré après la bataille, ce que nie l'ambassadeur du Portugal.

Le 13 mai, la Junte commence à restituer leurs compétences effectives aux institutions civiles. Bacai Sanhá est investi le 14 par l'Assemblée nationale jusqu'aux prochaines élections. Il appelle à la réconciliation nationale et exprime son désir de consolider ses relations avec le Sénégal, la Guinée-Conakry et la CEDEAO. Réunie à Lomé, cette dernière organisation demande à la Junte d'autoriser

³³ Dont une quarantaine de membres sont suspendus dont Paulo Medina. (Van der Drift, 1999).

l'ancien président à quitter le pays. Une réunion tenue par le président intérimaire de la République, le commandant de la Junte, le Premier ministre, accepte le 6 juin, le principe d'un départ temporaire. La décision est motivée par le besoin de débloquer la somme de 200 millions de dollars promise par les pays donateurs. Pour Luís Amado, secrétaire d'Etat portugais à la Coopération, les nouvelles autorités ont ainsi "tourné la page".

Accompagné de l'ambassadeur du Portugal et du ministre des Affaires étrangères gambien (démarchant à Bissau depuis le 2 juin), l'ancien président (et son entourage) prend ainsi l'avion pour Banjul pour, est-il spécifié, se faire soigner à l'étranger. On calme les furieux en assurant comme Bacai Sanhá, ou le ministre des Affaires étrangères gambien qu'il "reviendra pour être jugé dès qu'il sera guéri" alors qu'inversement, Antonio Guterres déclare à la station de télévision RTP1 "que Nino Vieira étant arrivé en sécurité au Portugal, l'aide portugaise à la Guinée-Bissau peut commencer" (enregistrement de Paulus Dorlas).

Le 7 juin, tandis que les derniers soldats de la Force Ouest Africaine quittent la Guinée-Bissau, se tient une cérémonie qui commémore le soulèvement (du 7 juin). Les soldats de la Junta y portent de nouveaux uniformes offerts par le Portugal (Van der Drift, 1999). La plupart des *aguentas* sont libérés et quelques-uns sont présentés à la presse. Ansoumane Mané prévient qu'il ne supportera pas de la population qu'elle les maltraite. Le nouveau chef d'état-major met par ailleurs en garde le Sénégal et la Guinée-Conakry contre "toute tentative de déstabilisation". Ce même jour, le Parlement adopte une nouvelle constitution qui énonce notamment que les principales fonctions de l'Etat ne seront détenues que par des Bissau-guinéens dont les deux géniteurs sont aussi d'origine bissau-guinéenne, ce qui en écarte tant Fadul que Mané.

Questions et commentaires

Vieira, le PAIGC, la société civile et l'armée

La suite des événements bissau-guinéens semble répéter rigoureusement une sorte d'archétype de dynamisme politique. Lorsque Nino Vieira s'empare du pouvoir en 1980, il n'est pas seul, mais n'est que l'éminent représentant d'une fraction importante, sinon de la société du moins de ses élites d'origine bissau-guinéenne. Une partie de ceux qui l'accompagnent, disparaissent en 1984, en 1985 ou par la suite (notamment en mars 1991), mais la plupart de ses adversaires durant la guerre sont encore à ses côtés lors de sa campagne présidentielle de 1994.

Pourquoi sa victoire électorale cette année-là ? On peut d'abord examiner les conditions des campagnes et demander d'où provenaient les ressources financières nécessaires à la campagne électorale de Nino Vieira. Si une saine confusion entre les biens de l'Etat (notamment les véhicules) et ceux du parti, garantit la logistique, les caisses de l'Etat étant vides, il lui fallut assurer, à partir d'autres ressources, tant l'affichage et les nombreuses fêtes populaires, que la distribution de bicyclettes à beaucoup des militants du PAIGC³⁴ et la fabrication de maillots à son effigie prodigués à travers le pays. Nous émettrons ici l'hypothèse que d'autres puissances nationales "mirent la main à la poche". Probablement d'abord le Sénégal et peut-être l'ambassade de France. Il existe suffisamment de cas français connus (ceux par exemple décrits par Péan, 1983) ou même américains (voir les ennuis de Clinton avec le financement

³⁴ J'ai moi-même assisté à la remise par Nino Vieira en personne, de bicyclettes dans la région de Cassini. La chose se fit publiquement dans l'atmosphère de fête et de joie accompagnant la visite (rapide) du président-candidat en campagne électorale. Que la campagne présidentielle ait pu permettre à quelques paysans d'acquérir un objet dont ils rêvaient ou que d'autres cadeaux soient retombés sur des villages est en soi une bonne chose si l'on considère, ce qui est mon cas, que le monde paysan est présentement totalement extérieur à la question de l'Etat qui ne concerne exclusivement que les élites.

asiatique de sa campagne) de soutiens occultes pour s'étonner de cette pratique. Les candidats bissau-guinéens reconnaissent d'ailleurs presque ouvertement sa nécessité, l'un d'entre eux mettant au défi ses adversaires de dire à l'opinion où ils ont été chercher de l'aide et déclarant "Personne dans ce pays ne peut faire campagne sans aide interne ou externe"³⁵. En bref, on ne mène pas campagne sans moyens et la Guinée-Bissau n'en ayant pas, il faut bien que l'argent arrive d'autre part.

La propagande n'est cependant pas en elle-même une explication suffisante à la victoire de Nino Vieira. Sans prétendre dresser une liste exhaustive des faits qui la rende intelligible, il convient de révoquer ceux qui nous semblent impertinents et retenir ceux qui semblent y avoir contribué. Il est parfois proposé que Nino Vieira a gagné une part plus ou moins grande des votants en jouant la crainte de l'ethnisation des destinées politiques. Selon Nino, voter Koumba Yala était voter pour un candidat balante et non pas pour un bissau-guinéen. Si l'on ne peut savoir jusqu'à quel point la manipulation du sentiment ethnique a pesé effectivement sur le vote populaire de 1994, il est certain que cette stratégie a probablement contribué à ethniciser les rapports sociaux. D'un autre côté, alors qu'ils furent très présents durant la guerre d'indépendance, les Balante qui constituent un tiers de la population, n'ont jamais eu de représentation équivalente au sein du pouvoir et leur ressentiment pouvait être réel (en témoignaient les soubresauts du

³⁵ Il continue: "De Libye, je n'ai reçu aucun type d'appui, mais si j'en avais reçu elle aurait été bienvenue. Je suis prêt à défier un jour tous ceux qui se sont présentés aux élections et à leur dire où ils ont été chercher de l'aide, parce que peut-être que si j'avais effectivement reçu de l'aide de la part du monde arabe alors j'aurais éventuellement gagné les élections. S'il m'avait appuyé en tant que musulman, alors cet appui eut été signifiant et aucun candidat n'aurait pu me battre en terme de moyens" (p. 10). Mon hypothèse est que Bacai Sanhá s'est bien adressé à certains Etats arabes (fait qui a produit les rumeurs) et que ceux-ci lui ont ou répondu négativement ou par l'octroi de sommes relativement faibles. Le problème majeur est que, l'auteur de ces déclarations (Bacai Sanhá), oppose du coup chrétiens et musulmans et renforce ainsi un tel système de représentation au sein du peuple.

mouvement *Yang Yang*)³⁶. Voulant jouer sur les deux tableaux, Yala n'a que peu réfuté l'image que lui renvoyait Vieira, mais son score (48 %) a dépassé de beaucoup un éventuel soutien ethnique exclusif. On pourrait donc dire que ses électeurs l'ont suivi, en dépit qu'il fut Balante plutôt que le contraire. D'ailleurs et quoique dans la plupart des régions, il soit bien difficile de dessiner une carte ethnique tant est grande la mixité de résidence, Carlos Cardoso écrit que : "tous les candidats n'ont pas obtenu les meilleurs scores dans leurs zones ethniques" (Cardoso, 1995). Nous ajouterons : dans leur supposée zone ethnique.

Cette unité nationale (et cette sagesse) s'est manifestée à nouveau avec une grande force durant la récente guerre où pas un instant on a eu le sentiment qu'une scission ethnique même rampante était en jeu. Il convient donc de saluer la grande maturité du peuple bissau-guinéen et d'évacuer cette explication quant au choix des votants de 1994.

Yala donné comme incarnant le vote ethnique, Nino Vieira s'exhiba comme l'héritier de la lutte de libération nationale. Ceci lui a-t-il permis d'enranger la part des votes que l'on pourrait qualifier de nostalgique et nationalistes? Peut-être en partie, mais Johannes Augel remarque néanmoins que c'est où les vétérans de la guerre sont les plus nombreux que Nino a obtenu le moins de voix (Augel, 1998b). C'est dire que cette légitimité-là n'a pas vraiment pris auprès des principaux acteurs et par contagion pas davantage auprès de leurs réseaux.

De fait et rétrospectivement la victoire de Nino est d'abord essentiellement due à la division de l'opposition. Cette dernière ayant pourtant obtenu la majorité des suffrages exprimés aux législatives, n'arriva à rassembler que 38 députés sur 100 (Cardoso, 1996) et Yala n'a pas rassemblé tous les votants s'opposant à Vieira. Subséquemment, si mollement appuyé par le PAIGC, "Nino" a gagné les élections de 1994, c'est ainsi d'abord parce

³⁶ Culte religieux balante féministe politisé émergeant en 1984 et interdit en 1985. On lira Cardoso, 1990, Forrest, 1992.

qu'il n'y avait personne en face de lui. C'est au moins la conclusion à laquelle arrivèrent les partis d'opposition qui, unis derrière Yala, gagnèrent les présidentielles de 1999, contre le PAIGC de Bacai Sanhá. Quoique ce candidat incarnait, le renouveau de son parti et fut l'un des hommes à la base de la chute de Nino au sein de celui-ci.

À la simple division de l'opposition, en soi une explication suffisante, on peut ajouter que quatorze ans avaient largement suffi pour qu'au niveau local, la plupart des responsables et des hommes d'influence aient dû quelque chose au futur président, et surtout et plus que tout, que l'habitude³⁷ a suppléé à une éducation politique³⁸.

Reprenant la question de la dynamique politique bissau-guinéenne, on dira que durant les dix-huit ans de son règne, Nino Vieira n'a cessé de consolider son pouvoir jusqu'à un point où comme il l'a été souvent exprimé : "il conduisait l'Etat comme sa propriété privée". Une telle dynamique relève toutefois de ce que l'on pourrait nommer : "la logique du colosse aux pieds d'argile" et plusieurs chefs d'Etat partagèrent son destin. Tous ont en commun d'avoir établi un pouvoir politique qui, débutant collégialement (avec ici les gens du coup d'Etat de 1980), s'exerça ensuite de plus

³⁷ "Qu'on le vénère ou qu'on le hâisse, le PAIGC est partout. 'Il fait partie de la famille' me disait le chauffeur qui m'accompagnait" dans Jean Meillon, 1995: 1.

³⁸ Neves Silva écrit : "selon notre enquête personnelle menée dans différentes régions du pays, les définitions entre Etat/nation et Etat/parti (PAIGC) se sont avérées assez confuses. Parmi plusieurs exemples, on cite la définition de 'démocratie = confusion' ou 'le parti on connaît mais l'Etat...' " (Neves Silva, 2000). Comme l'exprime le sociologue français Pierre Bourdieu : "Constater que les plus démunis sont dépossédés aussi des 'moyens de la production politiques', contre toutes les illusions populistes, c'est refuser aux 'lois d'airain des oligarchies' la validité universelle que leur prête la pensée conservatrice : la concentration du pouvoir entre les mains des mandataires est une conséquence de la dépossession, et de la remise de soi inconditionnelle qu'elle favorise, et qui est donc vouée à diminuer à mesure que se généralise, avec la diffusion de l'éducation, l'accès aux instruments de production de l'opinion politique" (Bourdieu, 1997: 297).

en plus solitairement (ici, pratiquement toutes les victimes des épurations étaient membres du PAIGC). Nino Vieira, cumulant progressivement les responsabilités de président du Conseil de la révolution, de Premier ministre, de Secrétaire national du parti, de commandant en chef des Forces armées et régnant absolument seul une fois élu démocratiquement. La dynamique ainsi comprise, l'élection démocratique s'apparentait absolument à une intronisation royale, à un sacre légitimant son total pouvoir sur la scène internationale.

On pourrait ainsi tracer deux courbes dissymétriques l'une figurant le renforcement du pouvoir personnel, et la seconde le manque d'assise populaire accompagnant la croissance de l'isolement politique. Si je propose cette dynamique dissymétrique comme un archétype, c'est qu'il est possible de lui opposer un autre modèle pouvant être qualifié de statique. Dans ce dernier cas, des compromis et de nécessaires alliances se succèdent, sans qu'aucun des acteurs (ni même le principal leader) n'arrive à fonctionner sans les autres dans un champ où dominent les conventions (au sens de Radcliffe-Brown aussi bien qu'à celui des juristes). Les collusions diversifiant ainsi les bénéficiaires de redistributions par le biais des clientèles intermédiaires.

Particulièrement soutenu par l'économie de l'aide, Nino Vieira a fortifié un pouvoir personnel que ni le PAIGC et le Parlement, ni les ambassades et les agences de développement, n'avaient les moyens de mettre en question et probablement ne voulaient pas mettre en question n'ayant personne qui leur paraisse susceptible d'occuper cette place. Et pourtant les occasions de scandale ne manquèrent pas. Au début des années 1990, l'électricité publique était rare dans la capitale, aussi l'Unicef avait-elle offert à l'hôpital un générateur qui fut enlevé par le président et sa ministre de la Santé pour leur usage personnel. Un exemple éloquent !

On a souvent lu par ailleurs que les députés bissau-guinéens auraient exprimé "leur ras-le-bol à l'égard d'un homme qui les aurait bernés" ! Étranges propos. Nino Vieira n'a jamais berné per-

sonne alors qu'en Guinée-Bissau tout se sait. Il faut se référer plutôt à d'autres exemples historiques pour expliquer une situation bloquée. On se souvient ainsi qu'en 1956, à Moscou, après la lecture du rapport Khrouchtchev devant les représentants du peuple, l'un d'eux s'était écrié à l'adresse de son auteur : "et toi, que faisais-tu ?" et à Khrouchtchev de répliquer avec autorité : "qui a dit cela ?". Et d'ajouter finalement confronté au lourd silence qui lui répondait : "Eh bien ! la même chose que toi, camarade !" ³⁹.

La remarque qui suit est certes discutable, mais il me semble que si les conditions de vie restaient extrêmement difficiles, la population avait pourtant perçu depuis quelques années une certaine amélioration des services publics comme l'électricité, l'eau ou même la santé. De nombreuses routes avaient été construites et, à tout prendre, la Guinée-Bissau montrait plutôt l'espoir d'une vie meilleure pour chacun ⁴⁰. Accepter ces prémisses, implique d'accepter l'idée que la chute de Nino Vieira ne fut pas d'abord l'effet

³⁹ On pourra ici se rappeler ce magnifique passage de l'Archipel du Goulag où Soljénitsyne décrit une réunion du parti qui se termine par un applaudissement n'en finissant pas où les mains faisaient mal où même ceux qui adulaient Staline commençaient à trouver cette folie collective d'une insupportable stupidité mais où personne n'osait s'arrêter le premier, sûr qu'il serait classé comme traître.

⁴⁰ Certains de mes amis Bissau-guinéens estiment que je me trompe et jugent que la situation ne s'améliorait pas. Je dois dire que je conserve cependant mon point de vue, bien qu'il soit certain que des données récoltées par un observatoire de l'évolution de paramètres tels que le niveau de vie, celui de la déscolarisation et de l'immigration rurale, etc. permettrait une approche moins impressionniste. Reste cependant que même armé de faits précis, le chercheur aura bien du mal à s'en sortir. Le niveau de satisfaction n'est pas déterminé objectivement (le nombre de savons consommés par une unité familiale rurale, le nombre d'enfants scolarisés, le nombre de jours avec ou sans électricité etc.) mais subjectivement, c'est-à-dire mise en rapport aux frustrations ressenties. C'est ainsi que mes amis Bissau-guinéens ne jugent souvent pas l'état du pays en fonction des transformations réellement opérées ou en cours, mais en fonction des potentialités d'un pays doté de voies d'eau navigables, et permettant une électrification totale du pays, d'un environnement naturel non seulement favorable à l'autosuffisance alimentaire, mais aussi à l'exportation, etc.

d'un échec économique-social, mais relève directement de l'aboutissement d'une logique de gouvernement.

L'affaire enclenchée par la découverte de réserves pétrolières offshore fut peut-être "la goutte qui fit déborder le vase" auprès des élites. Le plus grand secret entoure le dossier pétrolier. On ne sait pas même (y compris de hauts responsables politiques) quelle serait l'importance des réserves découvertes. Le ministre des Affaires étrangères (João Cardoso) ayant évoqué publiquement leur existence, il fut immédiatement convoqué à la Présidence et ne s'exprima plus sur ce point. Reste que la compagnie française Elf a ouvert un bureau à Bissau.

S'étant disputés sur la propriété des territoires maritimes dont dépendaient les réserves, le Sénégal et la Guinée-Bissau apportèrent leur différend devant la Cour internationale de Justice de la Haye qui statuait en faveur de la Guinée-Bissau en 1985. Or, un nouvel accord signé par la présidence en 1993, décidait d'accorder 50 % des réserves piscicoles et 85 % des réserves pétrolières au Sénégal ! On se demande ce qui put motiver une telle décision. Quelle mouche avait bien pu piquer "Nino" ? La rumeur publique parla d'un "arrangement" entre les ex-dirigeants de la Guinée-Bissau et ceux du Sénégal. J'émetts l'hypothèse que c'est parce que voyant cette richesse échapper au pays, que les membres de l'élite jusque-là divisées, furent à peu près unanimement décidés d'en finir avec un président vendant le pays⁴¹.

Après ce qui a été exposé, on comprendra qu'il n'est pas étonnant que tous (politiques et parlementaires, militaires et intellectuels, chefs d'entreprises et commerçants, peuples des villes et des campagnes) aient immédiatement réclamé le retrait des troupes étrangères ; ce qui, chacun le savait, équivalait à celui du président.

⁴¹ On pourrait trouver maintes exemples citons celui donné par *Le Monde* de mai 1997 : "La Guinée-Bissau va-t-elle devenir le dépôt des déchets produits par les pays industrialisés ?" Des contrats avaient été signés entre le gouvernement et des industriels occidentaux pour l'entreposition de produits industriels toxiques dont on peut imaginer les conditions de sécurité.

Dès les premiers jours du soulèvement, sa situation était le résultat de la solitude qu'il avait érigée. Nino Vieira se révéla abandonné par son armée et son propre parti, isolé de tout support populaire, de toute clientèle, de tout réseau. Comme l'énonça Mário Soares : "Nino Vieira est un président sans peuple, un général sans troupes, un leader sans commandement".

On a mentionné plus haut l'existence d'un fort mécontentement au sein de l'armée qu'explique au moins minimalement l'irrégularité du versement des soldes. Mais les caisses de l'Etat restaient vides et, à court terme, seules des aides étrangères permettaient ponctuellement de les remplir. Les soldes étant à peu près versées depuis l'entrée de la Guinée-Bissau dans la zone franc CFA, rien n'assurait aux soldats que la victoire des rebelles améliorerait leur sort. Il s'agit donc d'autre chose, et l'on a plus haut mentionné que les anciens combattants avec qui nous nous sommes entretenus évoquent "l'invasion sénégalaise" comme dans leur cas, déterminante. Le corps militaire, étant liée à toutes les communautés nationales, son basculement en faveur de Mané, entraînait subseqüemment celui d'une bonne partie de la population. A ce point, on se souviendra des conclusions de Clausewitz des guerres de la Révolution française : "Une force dont personne n'avait eu l'idée fit son apparition en 1793. La guerre était soudain devenue l'affaire de tous (...) Dès lors, les moyens disponibles, les efforts qui pouvaient les mettre en oeuvre, n'avaient plus de limites définies ; l'énergie avec laquelle la guerre elle-même pouvait être conduite n'avait plus de contrepoids, et par conséquent le danger pour l'adversaire était parvenu à un point extrême" (Clausewitz, 1955 : 658).

Après avoir longtemps soutenu Nino Vieira, les instances africaines étaient-elles parvenues à cette conclusion ? L'OUA et la CEDEAO ne pouvaient, bien évidemment, que condamner un soulèvement militaire (un récent hebdomadaire africaniste de grand public ne faisait-il pas au même moment sa couverture avec : "chef d'Etat : un métier à risque. Une trentaine de dirigeants tués en qua-

rante ans"). Les troupes de l'Ecomog ne sont pas intervenus dans la phase finale⁴² et bien que l'on se soit entendu sur une force d'environ 1450 hommes, celle-ci s'était limitée à 600. Les seules questions d'argent peuvent-elles expliquer ce fait ? Je ne le crois pas et chacun savait que ce contingent de 600 hommes était insuffisant pour garder Vieira au pouvoir; lui-même parla de "blague" à ce propos. Plus encore, selon Van der Drift, l'attaque que mena la Junte le 6 mai se fit en accord avec le président Abubakar du Nigéria⁴³.

Reste qu'il est toujours étonnant de voir des régimes dont on croyait la domination presque absolue, brusquement révéler qu'ils ne reposent que sur l'illusion de soutiens effectifs; "l'on voit parfois de ces chênes à la stature imposante que nul bûcheron ne se sent la force d'attaquer. Il suffit qu'un étourdi leur porte en passant un coup de cognée pour que soudain ils s'effondrent : le colosse ne tenait plus que par l'écorce et par le lierre dont elle était recouverte; à l'intérieur, les vers avaient depuis longtemps achevé leur travail, ne laissant subsister que le vide" (Terray, 1996: 26).

On peut comprendre que plusieurs des chefs des Etats africains aient voulu que l'un des leurs bénéficie de l'asile politique, épargnant un jugement à Nino Vieira. Pourquoi néanmoins l'Union européenne et le Portugal ont-ils imposé cette décision à la Guinée-Bissau ? Ont-ils suivi les conseils de Fadul pour qui juger

⁴² Van der Drift souligne que la Suède avait déjà décidé de co-financer l'Ecomog afin de contrebalancer l'influence (sous-entendue belliqueuse) de la France (Van der Drift, 1999).

⁴³ "According to a source, Ansoumane Mane was encouraged to take this mesure by president Abubakar of Nigeria. This source claimed that he had received this information from Mané's interpreter who had accompanied him during his previous visits to Nigeria and Togo" (Van der Drift, 1999). On devra aussi relever qu'à l'occasion de son voyage officiel au Nigéria en août 2000, le président des Etats-Unis d'Amérique, accordant d'énormes crédits, a estimé que le Nigéria était appelé à devenir le gendarme de l'Afrique de l'Ouest (*Le Monde*, du 28 août 2000). Une telle perspective ne va pas tout à fait dans le sens de la politique française. Or, le genre d'orientation que prône ici Clinton, ne se décide pas du jour au lendemain.

Vieira aurait été juger "vingt-cinq ans d'un régime politique entraînant une chasse aux sorcières dont peu des politiques seraient sortis sans condamnation" (Fadul in *Diário de Notícias*, 20 mai 1999: 12).

En manque d'une politique européenne commune

En 1998, les expatriés, membres de l'Union européenne, recevaient un formulaire adressé par leurs ambassades respectives, qu'ils étaient priés de remplir et remettre. Par ce biais, il leur était entre autre chose annoncé que l'ambassade de France était responsable de leur évacuation en cas de troubles politico-militaires. Bien évidemment, la plupart de ces mêmes ressortissants ont téléphoné ou se sont rendus jusqu'à leur représentation diplomatique, dès le début des événements. Elles leur répondirent, "que tout rentrerait dans l'ordre et qu'il n'y avait pas à s'inquiéter". C'était là, reprendre les déclarations de l'ambassade de France qui assure le 7 juin, "que tout sera terminé en trois jours"⁴⁴.

Plutôt qu'à imaginer qu'il fut choisi de garder les expatriés proches de Nino, je préfère penser à un substantiel manque d'information pour expliquer ces propos. Cette erreur majeure d'appréciation, qui se répétera tout au long du conflit, n'est pas un cas isolé mais semble invariablement reproduite par les grandes puissances (rappelons la chute du mur de Berlin, la révolution iranienne, la tragédie du Rwanda-Burundi, le coup d'Etat ivoirien, etc.). On peut légitimement penser que des armées de politologues, de sociologues, de secrétaires d'ambassades ont pourtant rédigé de substantiels rapports précédant ces "crises". C'est pourquoi je propose de considérer qu'en Guinée-Bissau (comme ailleurs), les informations dont disposait l'ambassade furent, d'une part,

⁴⁴ Lars Rudebeck, Briefing, in *Review of African Political Economy*, 24 juin 1998, Sheffield. Cité par J. Augel 1998b. Propos répétés par Van der Drift, qui les tient d'une autre source (1999).

recueillies par des gens pensant et analysant depuis le point de vue de ceux auxquels ils s'adressaient (du fait de leur formation, mode de recrutement et surtout de mode de vie), et de l'autre, que pour être acceptables, les appréciations, furent destinées à renvoyer l'image que les responsables désiraient. On parlera en ce cas d'auto-intoxication.

Parce que pensés depuis d'autres intérêts, les commentaires portugais furent instantanément divergents de ceux des responsables français. Jorge Heitor, journaliste au *Público*, dramatise le conflit dès son premier article sur la guerre ("Des dizaines de morts en Guinée-Bissau", 1998a) et le même jour réserve d'autres pages du quotidien à un article intitulé : "La bravoure de la Casamance" (1998b), région qu'il dit "parler le créole bissau-guinéen" et dont "l'unité serait due aux contacts anciens avec le Portugal" (1998b). Affirmations pour le moins présomptueuses pour tout spécialiste de la région⁴⁵. Quand aucun périodique français ne posa sérieusement la question d'une implication de militaires français, les journalistes portugais l'affirmèrent dès le 16 juin. Leur présence faisant la "une" des quotidiens (Rosa Mendes, 1998)⁴⁶.

Soulignons comme on l'a vu, qu'il revint au Portugal de rompre l'isolement d'Ansoumane Mané en lui fournissant un

⁴⁵ Par la voix de son envoyé le *Público* donne largement la parole à des officiers qui s'en prennent au virage du pays vers la France : "une aberration, comme la situation d'aujourd'hui le prouve" déclare l'un d'entre eux (Dâmaso, 1998). Michel Cahen se dira ainsi : "surpris que la presse portugaise présente la rébellion comme une espèce de résistance africaine désireuse de retrouver ses liens avec le Portugal" (Cahen, 1998). Indiquons au lecteur qu'une grosse part de l'effort de la coopération portugaise avec la Guinée-Bissau portait sur la formation de l'armée (alors que celui de la Coopération française est entre autres dirigé vers la police).

⁴⁶ Selon Pedro Rosa Mendes, arrivées avec la frégate française les troupes françaises garantissent l'évacuation de 250 étrangers (surtout des Français et des Belges) puis une partie d'entre eux auraient quitté le port à bord de véhicules civils, se dirigeant ou vers le quartier de Brá où les combats n'étaient pas totalement terminés, ou vers le palais présidentiel ou encore vers le centre culturel français (1998).

téléphone-satellite et alors que Vieira refusait encore tout dialogue avec les rebelles, le même Portugal engageait la Communauté des pays lusophones qui établit un premier pourparler. On a aussi lu plus haut que lorsque le Premier ministre bissau-guinéen accusa la France de bombarder les positions de la Junte depuis la mer, le Portugal lui répondit favorablement en mandant une frégate.

Voulant défendre leur zone d'influence, les Portugais n'allaient pas soutenir un président, qui de leur point de vue, avait donné le pays au camp francophone. On lira sur ce point *Jeune Afrique économie* qui accuse clairement le Portugal d'être à l'origine du coup, car "en fait, la Guinée-Bissau est en train de payer au prix fort son adhésion à l'Union économique et monétaire de l'Afrique de l'Ouest et à la zone franc en 1997" (Dorce et Padonou, 1998). Il est donc au moins clair que la Guinée-Bissau fut non seulement plus qu'en manque d'une politique européenne commune, mais qu'elle fut le théâtre d'une rivalité entre deux membres de l'Union. Rivalité avérée et connue de la population.

L'un des points culminants en fut dans le passé le veto surprise mis par le Portugal en novembre 1997, à l'atterrissage d'avions d'E.A.S. (compagnie aujourd'hui disparue à capitaux principalement français) à l'escale de Lisbonne de sa ligne Bissau-Paris. Bien que le responsable local de la compagnie ait passé la nuit en pourparlers téléphoniques à l'ambassade de France, les passagers devant descendre à Lisbonne se virent transporter jusqu'à Paris. La Tap garda de la sorte l'exclusivité du vol Bissau-Lisbonne.

Mais cette rivalité n'est pas en soi suffisante pour expliquer la politique française défendant Vieira contre toute raison.

Ayant plus haut proposé un contexte global et à lire le fil des événements, on écartera l'idée qu'il s'agissait de strictement soutenir un principe de droit (appuyer un président ayant gagné les élections). Il est vrai que rapportée à sa nouvelle politique de désengagement en Afrique⁴⁷, la France a déployé des efforts nota-

⁴⁷ Rappelons que le nombre des coopérants en Côte d'Ivoire atteignait les cinquante mille vers la fin des années 1970 et qu'il n'a ensuite cessé de baisser.

bles en Guinée-Bissau et que probablement personne – aux yeux des responsables – ne pouvant convenablement remplacer Vieira dans la période, il s'agissait de soutenir celui dont il fallait provisoirement se contenter. Mais ce n'est pas raison suffisante à un tel acharnement.

Y eut-il tout du long un double aveuglement ? L'un concernant l'assise publique dont disposait le président, l'autre sur l'état des forces militaires en présence et l'oubli que la Guinée-Bissau deviendrait rapidement le Viêt-nam des Sénégalais après avoir été celui des Portugais. S'agissait-il plutôt d'un pari militaire sur une occasion saisie en presque connaissance de cause ? Une victoire permettait d'affirmer une présence française, d'éliminer certains éléments nostalgiques de l'ancien régime (incontrôlables ou anti-occidentaux), d'inscrire définitivement la Guinée-Bissau dans la modernité de l'ensemble régional (en supprimant jusqu'à la mémoire de la période de la guerre de libération nationale dont se réclament les mutins), de penser résoudre le problème des rebelles casamançais. Oserons-nous aussi jusqu'à penser qu'il s'agissait du même coup d'assurer la position sénégalaise sur les ressources de pétrole *off-shore* et conséquemment celle d'Elf-Aquitaine ?

Comme l'ont montré les événements ivoiriens, le temps des interventions directes, celui où les paras français sautaient sur Kolwezi sans le moindre débat parlementaire, où l'on chassait Bokassa pour installer à sa place un président descendant d'un Transal venu de Paris, semble fini. La politique africaine française se veut aujourd'hui plus discrète en engageant ses partenaires à entrer en scène. Or, le Sénégal est un des partenaires centraux de cette nouvelle politique visant à "développer les capacités africaines de maintien de la paix en soutenant logistiquement et financièrement des interventions africaines en terre africaine" (de Bellescize, 1999)⁴⁸.

⁴⁸ On lira Gabriel de Bellescize, 1999, "Le maintien de la paix en Afrique: La France et le programme Recamp", *Afrique contemporaine*, n° 191: 7-29, pour une présentation gouvernementale du programme.

On peut alors découvrir dans l'intervention sénégal-guinéenne un usage prématuré de ce nouveau programme français appelé Recamp dont parle de Bellescize. Les partenaires étant interdépendants, il est tout à fait possible que la politique française se soit contentée de suivre un Sénégal dont l'irritation était compréhensible. Faisant le gros dos, la France aurait adopté une position qu'elle ne souhaitait pas totalement. C'est la version que présente Pierre Prier dans le *Figaro* du 16 juin 1998. Selon lui, fort "du nouveau concept Recamp venant d'être énoncé, le Sénégal n'a pas attendu l'autorisation de la France pour s'engager" (Pierre Prier, 1998).

Bien que Charles Josselin (secrétaire d'Etat français à la coopération) ait dès juillet, considéré que le détachement sénégalais fonctionnait comme une force d'occupation et que le président Vieira était maintenu au pouvoir contre l'opinion de son peuple (Barrios, 1998), le soutien de la France se maintiendra néanmoins jusqu'à l'absurde et ce, manifestement contre l'opinion d'autres acteurs européens tels que les Suédois, les Allemands, les Hollandais... Pourquoi les responsables français n'ont-ils pas entendu les appels que leur adressait la totalité de ce qu'il est aujourd'hui convenu d'appeler la société civile (et des ONG y compris françaises, ainsi le 30 septembre France Liberté, présidée par Madame Mitterrand) ? La Guinée-Bissau fut-elle en partie victime de la cohabitation ? C'est fort possible.

D'un autre côté, il est probable que lorsqu'une partie des députés sénégalais souhaite une guerre totale avec la Guinée-Bissau dès le retour du président Diouf d'Europe (après le 20 octobre), ce dernier en a discuté avec le gouvernement français. On est alors en droit de penser que le cessez-le-feu unilatéral décrété par Nino Vieira puis la rencontre du ministre de l'Intérieur du Sénégal avec la Junte (le 24 octobre), a été prise au minimum en accord avec les autorités françaises ayant décidé de calmer le jeu. (Au cours d'entretiens réalisés en août 2000, certains interlocuteurs m'ont parlé d'une proposition d'aide adressée par la Libye à Mané,

qui l'aurait refusée). S'agissait-il de prévenir un embrasement de la région ou, plus simplement, de gagner du temps pour réarmer le camp Vieira ? Cela paraît indéniable si l'on considère l'importance de l'implication française au début du mois de février. La présence de soldats français semble avérée, et indéniablement l'octroi de canons de 155 mm qu'utilisèrent à partir de ce moment les troupes de Vieira aurait été déterminant dans la période précédente (cassant le front des rebelles, elle aurait entraîné le désastre d'une longue guérilla). Enfin, il semble qu'outre le *Sirocco* un autre navire de combat français sillonna les eaux bissau-guinéennes⁴⁹.

Cependant lorsque le 5 février Luiz Cabral déclare qu'il "ne comprend pas comment la France puisse être du côté de Nino, du moment qu'il est complètement discrédité par son peuple" (Cabral, 1999), la politique française semble avoir tourné. Les raisons en sont sans doute qu'il n'était plus possible de continuer à écarter la situation bissau-guinéenne de l'agenda européen⁵⁰ et sans doute les décideurs français ont-ils envisagé les effets de politique intérieure: les journaux s'étaient tus jusque-là. Confrontés à leur opinion publique, ni le président ni le Premier ministre ne pouvaient s'offrir une intervention décriée par tous les partenaires européens et à l'issue bien incertaine, aussi avaient-ils probablement déjà

⁴⁹ Il fut aperçu par des témoins dignes de foi au large de Bolama et j'ai moi-même discuté avec l'un des marins français qui se trouvait à son bord sans néanmoins avoir été en position de m'enquérir sur le nom du navire.

⁵⁰ On citera ici Van der Drift : "During the first six months of the conflict, France succeeded in keeping Guinea-Bissau outside the agenda of the EU. Later on, when the EU first made mention of the "importance of withdrawal of foreign troops" from Guinea-Bissau, the French text spoke about "the importance to assure a progressive withdrawal". In January, "the Africa working Group within the EU was meeting in Brussels. Sweden tried to put forward a proposal that there should be made what is called in diplomatic terms "a demarche by the member states to Guinea-Conakry and Senegal, to request the withdrawal of their troops from Guinea-Bissau, in compliance with the Abuja Agreement. This proposal was vividly supported by Portugal whereas vehemently opposed by France. Consequently, there was no "demarche" made" (Van der Drift, 1999).

considéré que garder Vieira impliquant une montée aux extrêmes, cela pouvait devenir fort coûteux.

L'intervention sénégalaise

Dès les premiers jours du conflit, les journaux sénégalais ont présenté Mané comme un allié du MFDC, affirmant à juste titre, la présence de rebelles à ses côtés. Pour Dakar, l'occasion était à saisir. En ouvrant un deuxième front sur le Sud, le Sénégal allait pouvoir réduire les rebelles casamançais en les prenant à revers après 18 ans d'échec. On peut partiellement esquisser en ces termes le fiasco de la première médiation du président Jammeh. À peine celle-ci fut-elle acceptée par les deux parties en présence à Bissau que les journaux sénégalais montaient au créneau contre ce qu'ils nommaient "une porte de sortie pour ceux qui se sont positionnés du côté du MFDC (...) le pire serait pour Dakar que Vieira accepte d'entamer des négociations avec les mutins en se passant du Sénégal" écrit Kaaw Sow dans *L'Aurore* (19, juin 1998).

Si les généraux sénégalais avaient manifestement minimisé les risques de "l'opération Gabou", les documents des accords militaires bilatéraux publiés par la suite, précisent que chacune des armées avait à se cantonner à l'intérieur de ses propres frontières. Donc, déjà mal pensée du point de vue militaire, illégale du point de vue du droit des Etats, l'intervention se révéla un désastre tant du point de vue d'un rapprochement entre les deux pays et d'une intégration de la Guinée-Bissau à l'ensemble francophone, que du point de vue humanitaire. En appeler à l'armée sénégalaise était donc précisément la dernière chose à faire pour une politique francophone alors que certains Bissau-guinéens craignent à juste titre, qu'un trop grand rapprochement ne transforme la Guinée en une arrière-cour du Sénégal⁵¹, qu'une partie non négligeable de la

⁵¹ Ainsi les finances de la pêche du pays étaient gérées par des cabinets installés à Dakar (Fernandes Gomes, 1998). Néanmoins et quoique certains

population, souffrait de voir le grand et le petit commerce et certaines des responsabilités exigeant un savoir faire technique (comptabilité, électricité, mécaniques, travaux publics...), aux mains de Sénégalais et de Guinéens (dans une moindre mesure de Mauritanien)⁵². À l'inverse les Sénégalais considèrent souvent leurs voisins moins développés avec une arrogante compassion. Avait-on négligé que la supposée sympathie des populations rurales du nord de Bissau pour les mouvements casamançais, engagerait beaucoup de soldats sénégalais à considérer l'ensemble des Bissau-guinéens comme des alliés de leurs ennemis, et qu'ils n'allaient pas manquer de le leur faire payer ?

L'impact subjectif de l'intervention auprès des populations fut désastreux, et par contrecoup, des exactions de soldats sénégalais prévisibles. Une délégation d'Amnistie internationale qui enquêta en Guinée-Bissau du 8 au 26 mars 1999, constata que tant les troupes restées loyales au président que les militaires des armées étrangères avaient torturé et arbitrairement exécuté des civils et des combattants adverses qui s'étaient rendus. Au moins dans certaines villes de l'intérieur (telles Buba), les soldats sénégalais pillèrent sans vergogne les demeures des habitants ; emportant matelas, moustiquaires et même bassines de plastique (Gaillard, mission d'août

jugeront la chose indécente, l'examen des alternatives possibles pour l'avenir de la Guinée-Bissau ne doit pas (à mon opinion) évacuer la question de savoir si le meilleur ne serait pas que ce petit territoire ne devienne une province du Sénégal. Une province n'est néanmoins pas une arrière-cour. La construction de ponts sur les rios São Vicente, Cacheu et Mansoa (alors à l'ordre du jour) désenclavant la Guinée-Bissau, permettrait un éventuel développement de l'économie nationale, elle aurait pour sûr un effet désastreux sur l'environnement. La question du transport réglé, les Sénégalais allaient dévaster les forêts bissau-guinéennes tant pour s'approvisionner en charbon de bois, qu'en bois de construction et en bois précieux ; il ne faudrait que quelques années pour que certains paysages aujourd'hui fleurissants, ne ressemblent bientôt à ceux désertiques du Sénégal.

⁵² On en a eu la confirmation éclatante avec la valse hésitation du gouvernement concernant la campagne 2000 de recueil du cajou qu'il tenta de réserver aux nationaux.

2000). Transformant en casernes les bâtiments de l'INEP, l'armée sénégalaise en pillait les installations (réenregistrant de la musique de variété sur les cassettes des récits de la mémoire nationale patiemment recueillis ou utilisant les archives nationales comme combustibles pour faire bouillir le thé) (ce qui pour le moins, fit mauvais effet auprès des centres d'études africaines du monde entier).

L'ensemble de ces propos exhibant exemplairement les dangers de Recamp : les grands frères interviendront-ils toujours à bon escient ? et avec quelle civilité ?

Trafic d'armes et Casamance : un monde politique sans règle

Que Mané ait eu à se déterminer après la nomination d'Humberto Gomes est une évidence. L'examen du rapport de la Commission d'enquête parlementaire qui avait achevé ses travaux, était inscrit à l'ordre du jour de la session parlementaire s'ouvrant le 8 juin. Le rapport le révélait coupable (et un coup d'Etat, lui évitait d'être conduit devant la justice puis de rejoindre d'autres militaires déjà arrêtés en prison) ou le même rapport mettrait en cause un président qui s'étant assuré la direction des armées, allait avoir recours à la force militaire (dans le cas où le Parlement demanderait malgré tout sa destitution). Dans tous les cas, c'est sans doute avec raison, que Mané dira avoir craint pour sa vie. À la justice bissau-guinéenne de dire s'il a ou non trempé dans un trafic et jusqu'à quel point⁵³ Pour des observateurs un peu au fait des

⁵³ Une arme automatique AKA-47 étant vendue 4.000 FF et les mines anti-personnelles entre 15 et 20 FF l'unité. En dépit de l'indépendance que ne cesse de manifester avec un grand courage la justice bissau-guinéenne, il est évident qu'aucun jugement ne peut être sereinement rendu sur toute l'affaire. Daté du 8 juin le rapport énonce que le ministre de la défense (Lamine Mané), le chef de la sécurité (Monteiro), le principal collaborateur du ministre de la défense (Afonso Té) et de nombreux officiers de police et militaires sont mêlés au trafic. Vieira est accusé d'en avoir été informé sans avoir réagi. Mané ne serait ni de loin ni de près mêlé au trafic.

choses, il paraît totalement impossible qu'un tel trafic ne puisse se réaliser sans l'accord au moins passif du président, ni que Mané ne fût averti de l'essentiel de ce qui se passait à la frontière nord.

C'était effectivement le cas, car six mois avant les premiers événements, le 30 janvier 1998 à 23 heures, une réunion ayant pour objet la question du trafic d'armes se tint au palais présidentiel. Elle réunissait le président Nino Vieira, le chef d'Etat-major, Ansoumane Mané, le Premier ministre, Carlos Correia, le ministre de l'Intérieur, Francisca Pereira, le ministre de la Défense, Samba Lamine Mané et plusieurs officiers des forces. Ayant mis Nino au courant de l'existence d'un trafic, Mané aurait provoqué cette réunion pour que des mesures soient prises pour qu'il cesse. C'est du moins la version que donne le Rapport parlementaire.

Des propos qui en furent rapportés, on retiendra principalement que Mané (sans doute mis en cause) aurait déclaré (pour se défendre?) : "quel militaire présent ici n'a jamais vendu d'armes?". Moins favorisés que les politiques et les gens du monde des affaires (ou encore des ONG), les cadres de l'armée ont sans doute saisi toutes les occasions de combler leurs maigres soldes. Ajoutant : "à partir de maintenant quiconque sera pris à vendre des armes devra en répondre devant le tribunal", Mané proposait en conséquence de tirer un trait sur le passé. Il aurait même été jusqu'à dire au cours de la même réunion que "tant que l'on n'aura fusillé personne, cela continuera." (Extrait du Rapport parlementaire sur le trafic d'armes, restitués par le *Diário de Notícias* du 22 mai 1999).

Le document indique que suite à cette réunion, le président Nino Vieira aurait informé celui du Sénégal (Abdou Diouf) par l'intermédiaire de son ministre de la Défense (Samba Lamine Mané) qu'il allait mettre un terme au trafic et emprisonner les responsables. Vieira rendant immédiatement compte au Sénégal, on peut penser, comme on l'a écrit, que celui-ci avait fortement accentué la pression. Notons aussi que Paris avait instauré une coopéra-

tion avec le ministère de l'Intérieur de la Guinée-Bissau et réclamait un coupable. Mané est donc suspendu le 31 janvier.

Ceci posé, s'il fallait qu'une tête tombe, pourquoi celle de Mané ? Selon Augel, celui-ci aurait été démis sous la pression du Sénégal qui "la voulait" (Augel, 1998b). Affirmer, comme le rapport parlementaire, que Mané avait décidé d'arrêter tout trafic et par conséquent, qu'il ait donc été prêt à "lâcher" les rebelles, laisse franchement perplexe⁵⁴ et mériterait enquête, on comprend bien sûr l'exigence sénégalaise, s'il en va différemment. Mais on a plus haut lu, que le rapport du Parlement accuse directement des proches du président dont le chef de la police secrète (Joao Monteiro) et le ministre de la Défense (Samba Lamine Mané). Que Nino et les siens aient saisi toutes les opportunités de s'enrichir (comme l'en accuse l'un des déposants, Nino Vieira "mangeait à tous les râteliers") et qu'ils aient joué double jeu est probable : donnant d'un côté des gages à l'alliance franco-sénégalaise, de l'autre se proposant de prolonger cette profitable activité⁵⁵. Qu'ils aient décidé de faire d'un bouc émissaire celui qui, précisément, ne jouait plus, est possible y compris s'il s'agissait d'un ancien camarade. Longtemps aux ordres du pouvoir présidentiel, Mané, manifestant son indépendance, en savait beaucoup trop, tant sur les trafics d'armes que sur celui des monnaies par exemple. On sait que le président n'a jamais hésité à se séparer, parfois violemment, de ses anciens collaborateurs.

⁵⁴ Le rapport du Parlement doit-il être considéré comme parfaitement viable ? Se défendant, Samba Lamine Mané met en doute l'impartialité du président de la commission d'enquête (Luís Oliveira Sanca), ministre de l'Intérieur au moment de la "découverte" du trafic d'armes mais limogé par le président Vieira, suite à l'évasion d'un rebelle du MFDC incarcéré à Bissau. (*Diário de Notícias* du 22 mai 1999).

⁵⁵ Trafiquant avec les rebelles et rencontrant à Varela, Salif Sadjo, principal responsable de l'approvisionnement en armes du MFDC, il faisait aussi à l'inverse enlever l'un de leurs chefs en Gambie pour le remettre aux autorités sénégalaises ou extradait des indépendantistes au Sénégal.

En résumé, ministres, présidents et autres responsables, semblent changer de camp et d'alliance au gré des opportunités, donnant l'image d'un monde politique sans règle fixe et sans fidélité. Le compagnon d'armes et l'ami d'aujourd'hui pouvant être l'ennemi de demain.

Problèmes et actualité⁵⁶

Constitué par des natifs ayant participé en France à la seconde guerre mondiale, le premier noyau du futur MFDC aurait vu le jour en 1947, à Sedhiou, ancienne capitale de la Casamance. La forme qu'allait prendre, une Afrique française indépendante, était loin d'être claire, le projet d'une fédération regroupant les territoires de l'ex-AOF pas encore écarté, et bien que ce ne soit qu'en 1963 que Nkrumah publie *Africa must unite*, d'autres types de regroupements régionaux étaient envisagés (sur toutes ces questions Kabou, 1991). C'est dans cette atmosphère que les gens du futur MFDC s'enthousiasmèrent pour une fédération gabouké regroupant la Casamance, la Gambie et la Guinée-Bissau (du nom d'une ancienne confédération de royaumes quelque peu mythifiés pour l'occasion). Longtemps enterrée, cette idée refit surface avec le mécontentement casamançais. Une partie du MFDC (qui est loin de parler d'une seule voix), pensa à sa création et Mamadou Nkrumah Sané, secrétaire général adjoint du mouvement et représentant de son aile dure, précise même qu'elle verra le jour dans cinq ans (*Público* du 6 juin 1999) !

Il est vrai que la culture de la Casamance est différente de celle du monde Wolof, mais elle n'est pas plus proche de celle des Mandingues gambiens et surtout et avant toute autre considération, soulignons que les cultures bougent : langues, vêtements, religions, nomenclatures de toutes sortes, sont remplacées où pren-

⁵⁶ Pour un point de vue bref et récent de la question casamançaise on se reportera à Jean-Claude Marut 1998 et 1999.

nent de nouveaux sens. Les Casamançais d'aujourd'hui n'ont pas grand-chose à voir avec ceux décrits par Louis-Vincent Thomas (Thomas, 1958). Ils auraient pu prioritairement s'identifier à l'identité nationale comme semblent le faire les Touaregs algériens s'arabisant selon Keenan (Keenan, 2000). Or, il semble que c'est exactement l'inverse qui s'est produit en Casamance où les populations majoritairement sénégalaises devinrent majoritairement casamançaises⁵⁷. A priori, seule la négligence ou simplement la sottise (qui mériterait d'être élevée au niveau de concept par la sociologie politique) peut rendre compte de l'actuelle situation. Que l'Etat sénégalais et ses conseillers n'aient pas veillé au développement et à l'intégration de cette région relève de l'inéptie.

Durant des années l'effort financier de l'Etat sénégalais porta sur l'aménagement du fleuve Sénégal alors qu'à l'inverse, la Casamance et le fleuve du même nom étaient laissés à l'abandon. N'étant pas politiquement représentés, les habitants de la région ne virent jamais arriver les bénéfices que les réseaux d'influences procurent à d'autres. Ecartés des profits dus au tourisme (ou de la pêche), beaucoup de paysans casamançais ont finalement trouvé une nouvelle ressource : la culture du cannabis. Une plante sauvage ne nécessitant ni entretien ni d'entrants ! La production est abondante (car toute la plante est consommable) et le kilogramme

⁵⁷ Le pouvoir sénégalais aurait pu s'inspirer de la politique marocaine. Débutant presque dans les mêmes années, le conflit marocain en terre sahraoui s'offre en effet comme un contre-exemple. Depuis l'occupation de l'ex-colonie espagnole (1975-76), dont les habitants désiraient indéniablement l'indépendance politique dans un contexte qui leur était nettement plus favorable que celui de la Casamance, le Maroc a mené une politique intelligente et hardie (qu'elle soit ou non juste est une autre affaire). Pour le moins ferme (le mot est faible) à l'égard des opposants, l'Etat y a construit des routes, des hôpitaux, des écoles (et les salaires des fonctionnaires y furent doublés). C'est d'abord dans cette région, qu'est dépensé l'argent rapporté par l'immigration. Il est possible que le Maroc réussissant à repousser suffisamment longtemps le référendum d'autodétermination, (et à condition que nul comportement raciste des autorités locales ne sape de tels efforts), qu'un certain nombre de Sahraouis s'accommodent bientôt d'un devenir marocain plutôt que d'une aventure sahraoui.

en est payé au producteur au minimum quatre fois celui du prix de l'arachide (en 2 000 entre 100 et 125 fr. CFA le kilo.). Présenté sous la forme de briques de 500 grammes, la drogue se revendrait aux alentours de 1800 fr. CFA à Ziguinchor et aux environs de 8000 à Bissau⁵⁸. Or sa culture, parce qu'illégale, nécessite un sanctuaire que procure exactement une situation de guerre.

Il est indéniable qu'un profond sentiment identitaire anime aujourd'hui subjectivement l'ensemble de la Casamance, et qu'il s'appuie sur des particularismes objectifs (langues, religions, cultures, environnement, histoire...) ce qui explique un soutien réel et souvent actif à la guérilla (ainsi les jeunes femmes exilées à Bissau, y compris les prostitués se côtoient en faveur des rebelles). Néanmoins, comme le montrent d'autres lieux du monde, les cultures illégales se nourrissent de la guerre et la guerre des cultures illégales. Les causes proprement politiques sont souvent dépassées par la reproduction du social. Aussi, plus encore qu'une incompatibilité entre les thèses ou les intérêts des uns et des autres, il faut prendre garde que ne se fabrique une "génération perdue" qui n'aurait jamais connu que la violence et les trafics. On serait dès lors dans un champ où les rationalités politique ou militaire ne sont plus opératoires. Enfantée par le politique, la guerre vivrait de sa propre vie indépendante et viendrait s'y substituer.

Si le Sénégal et la Guinée-Bissau sont les débouchés naturels de la drogue produite en Casamance, la plus grosse partie en est sans doute par ailleurs évacuée vers Banjul. En "*Gambia no problems*", la consommation du cannabis est largement répandue, les cafés où l'on fume sont légion (ce qui joue sans doute un rôle dans l'arrivée de la manne touristique) et l'inspecteur général de la police y déclare que : "dans presque tous les vols vers le Royaume-Uni, des Britanniques ou des Gambiens sont attrapés avec de larges quantités de cannabis"⁵⁹. L'importance de ces quantités,

⁵⁸ Ces informations m'ont été confiées par des policiers de Ziguinchor en août 2000.

⁵⁹ Déclaration de Tamsir Jasseh, Député inspecteur général de la police,

regardant de simples particuliers⁶⁰, peut laisser songeur sur celles que les vrais trafiquants pourraient évacuer.

Il est à première vue paradoxal que ce phénomène touche un territoire dont l'Etat se déclare République islamique et dont l'armée, la garde présidentielle et la sécurité d'Etat sont entraînées par la Libye (également principal contributeur de l'aide à ce pays). On doit ici probablement présupposer que les voies de la création des Etats-Unis d'Afrique imposent de sérieux compromis au président Kadhafi, son principal promoteur.

Bien que le président Yaya Jammeh ait prévenu dans un discours célébrant le sixième anniversaire du coup d'Etat de 1994, que "toute personne encline à perturber la paix et la stabilité du pays sera enterrée à six pieds de profondeur" (*Daily Observer* du 31 juillet, p. 8), à en croire le nombre des arrestations, le récent massacre de lycéens et collégiens manifestants (le 11 avril 2 000), la continuelle valse des ministres et les attaques que lui adresse la presse, son régime a bien du mal à se maintenir. Qu'importe, en attendant la chute de ce régime, il faut considérer que Jammeh ne voit sans doute pas avec trop de sévérité la résistance qu'oppose les rebelles casamançais à l'Etat sénégalais, ennemi de toujours. Sans doute aussi une partie de l'économie nationale dont les ressources avouées proviennent de l'arachide, du tourisme et du trafic en général (telle celui de l'automobile), dépend-elle pour une part de l'abondance de la production casamançaise.

Pour toutes les raisons plus haut expliquées et en dépit de nombreux accords plus ou moins formels (tels en 1991 et en 1999), une paix définitive est donc loin d'être rétablie en Casamance. Or, cet état de choses pèse lourdement sur la pros-

reproduite par le quotidien *Daily Observer* du mercredi 16 août 2000, page 24.

⁶⁰ Une jeune (21 ans) touriste britannique arrêtée avec 25 kilogrammes de cannabis à l'aéroport international de Banjul (*Daily Observer* du 31 juillet, p. 8), un touriste britannique arrêté avec 40 kilos à l'aéroport international de Banjul (*Daily Observer* du mercredi 2 août 2000 page 1), un ressortissant gambien arrêté à Gatwick avec 45 kg (*Daily Observer* du mercredi 16 août 2000).

périté de la Guinée-Bissau. (On l'a vu, lorsque Bissau se retrouvait sans essence, après que le Sénégal ait fermé la frontière suite à un vol de bétail accompli par les rebelles.)

Active en Gambie (et au Libéria), aidée par la flambée des prix du pétrole, la politique libyenne est désormais tournée vers la Guinée-Bissau. Elle a été le seul pays à assurer le paiement des militaires bissau-guinéens après que les hommes d'Ansoumane Mané l'aient réclamé à un gouvernement dont les caisses étaient désespérément vides. L'aide financière qui ne s'arrête probablement pas là, s'accompagne de la mise en place du développement d'une fraternité musulmane sous la responsabilité de la Société pour l'appel mondial à l'islam (*The World Islamic Call Society*). Désireuse de partout constituer ce qu'elle nomme des "groupes révolutionnaires islamiques", la société a tenu deux jours de séminaire à Bissau les 1er et 2 août 2000. On y vit Ansoumane Mané y venir remercier la Libye et le colonel Kadhafi pour l'aide qu'ils accordaient aux Bissau-guinéens (*Daily Observer* du 16 août, p. 17). Le 31 juillet, c'était à Banjul que le premier rencontrait en privé, dans un restaurant du quartier Sénagambia, une délégation libyenne conduite par Al-Khuwailid Humedi, membre éminent du "Fatah" (Conseil révolutionnaire de la Jamahirriya libyenne), venue pour les cérémonies commémorant la prise de pouvoir de Jammeh et l'inauguration de la mosquée Al-Qadafi de Serekunda.

D'un autre côté, pour autant que l'on puisse en juger, le comportement de la Junte et de ses soldats a été assez exceptionnel durant la guerre. On ne relève en effet, aucune plainte aux droits de l'homme ou d'accusations de ce type.⁶¹ De l'autre, bien que la Junte ait toujours proclamé durant le conflit vouloir rendre le pouvoir aux civils, il n'en a pas été exactement ainsi. Il a probablement fallu de sérieuses pressions des bailleurs de l'aide pour que les civils soient aujourd'hui à la tête d'un Etat dont les

⁶¹ Du moins le rapport Amnistia internacional, *Guiné-Bissau : Direitos humanos em tempos de guerra e de paz*, julho de 1999. Index AI: AFR 30/07/99, 48 pages, n'en indique pas.

militaires sont loin de s'être retirés. Enfin, la Junte est elle-même fortement divisée (rappelons qu'Ansoumane Mané soutenant Bacai Sanhá fut prié de ne pas prendre partie par d'autres militaires).

Pour le tenant du parlementarisme, il importe à ce point de relever, que c'est la première fois que l'Assemblée nationale populaire de Guinée-Bissau existe politiquement de manière autonome. Dans leur confrontation au président, les députés et plus généralement les politiques, ont acquis une voix. Ils sont entrés dans une arène politique où il leur revient désormais de faire face aux problèmes du pays, sans avoir à craindre pressions et intimidations, mais aussi sans le paravent d'un souverain qui, bien que corrompu, assurait une figure unificatrice garante de la paix sociale.

Dans une situation économique qui demande à ces mêmes politiques de faire des miracles, il n'est pas sûr qu'ils surmontent leurs intérêts les plus immédiats, et que leurs formations n'entrent pas en crises permanentes.

Brouillé par la récente guerre, l'héritage historique de la lutte d'indépendance et du PAIGC n'est plus de mise. Aussi le pays est-il à la recherche de nouveaux signes et de nouveaux sens. On a lu (voir la note 38) que la démocratisation n'a en rien permis aux larges masses d'accéder à l'univers du débat politique et pour beaucoup de mes amis citadins ou ruraux, Yala s'est seulement substitué à Nino dans un imaginaire qui le sacralise. On ne sera donc pas étonné que plus qu'à l'occasion de celles de 1995, les élections de 2000 aient été marquées par la prospection d'un électorat tribal. Kumba Yala ne s'est pas séparé de son bonnet rouge, Faustino Imbali, pourtant lié à l'élite intellectuelle, se montrait recouvert d'une couverture traditionnelle alors que Malan Bacai Sanhá affichait son appartenance au monde islamique.

La constitution du 7 juin 1999 oblige les candidats entre autre à la fonction de président de la République, de Premier ministre et de chef d'Etat-major des forces armées, à prouver une origine bissau-guinéenne de deux générations ascendantes. Quel que soit l'éventuel bien-fondé stratégique de cette décision pour ceux qui l'ont

promue, elle énonce en creux en toute logique, que la nation distingue deux types de Bissau-guinéens: les vrais, les purs remontant à deux générations et tous les autres, citoyens de seconde zone, incomplètement Bissau-guinéens. Notons qu'outre cet aspect, l'essentialisme d'une telle représentation de la nationalité est aussi le renfermement sur une identité locale, qui ne peut que contribuer à fortement propager la xénophobie dans les consciences d'une nation dont l'essence de la constitution fut d'être ouverte à l'autre et à la mixité.

Une erreur politique

Que la foule ait brûlé des drapeaux français, que le président Vieira et sa famille n'aient finalement trouvé à s'abriter qu'à l'ambassade du Portugal (rappelons restée intacte), que les diplomates, les fonctionnaires et quelques militaires français aient été escortés jusqu'à la même ambassade avant de quitter le pays, est l'effet regrettable d'un mauvais choix. Mais par celui-ci, la France s'est aussi profondément discréditée auprès de ses partenaires européens et si le Portugal n'est pas en mesure de s'imposer comme le co-ordinateur d'une politique européenne en Guinée-Bissau, les Suédois, les Hollandais ou les Allemands y regarderont désormais à deux fois avant de laisser jouer ce rôle à la France. La division européenne a sans doute été revitalisée.

Mais l'erreur du choix français est dommageable à un niveau plus profond. Il est clair pour les Bissau-guinéens qu'il n'y aurait pas eu de guerre sans l'intervention sénégalaise. On pourra se reporter pour s'en persuader à une bande dessinée de Fernando Júlio, intitulé : *"Lutu na polon di Brá"*, circulant dans les milieux populaires avec un franc succès. Comme l'exprimait Emma Bonino : *"the situation is a typical example of human madness (...) thousands of people suffering from a crisis which can be solved within a couple of hours"* (cité par Van der Drift, 1999). Nino,

plus vite parti. Ansoumane Mané, aussi populaire soit-il auprès de certaines franges de la population et de l'armée, aurait eu à composer avec d'autres forces politiques et sociales.

Or, on peut considérer, à moins d'avoir pour dogme radical la condamnation de toute intervention extérieure, qu'il peut arriver à un petit Etat comme la Guinée-Bissau, confronté à de multiples difficultés et formé de différentes communautés, d'avoir besoin du concours d'une force extérieure. Il arrive que des communautés religieuses ou ethniques fanatisées se laissent emporter par un ouragan d'intolérance et que quelques démagogues en fassent leur miel. On en a vu de nombreux exemples récents sur différents continents. Considérant les difficultés qui attendent encore la Guinée-Bissau, un tel devenir n'est malheureusement pas totalement à écarter, d'autant plus que l'actuel gouvernement commet des "erreurs" (selon les mots de l'actuel gouvernement) qui peuvent être jugées impardonnables⁶². Or, ceux mêmes, à qui la Guinée-Bissau aurait pu fraternellement s'adresser en cas de conflit interne majeur, c'est-à-dire les Sénégalais, sont aujourd'hui discrédités auprès de la population. Ils incarneront dorénavant une armée d'occupation dans l'imaginaire populaire. Du strict point de vue politique, c'est d'abord depuis cette conséquence que mérite d'être blâmée le soutien français à ce qui fut... une invasion sénégalaise.

⁶² Tentant de transférer le commerce de la noix de cajou des mains des étrangers à celles des Bissau-guinéens, le gouvernement a dressé une série d'obstacles à leur achat auprès des paysans par des étrangers. Or, les Bissau-guinéens n'ont pas été capables de réunir les moyens de transport et les sommes relativement importantes nécessaires à l'acquisition des noix. Les paysans notamment dans le Tombali, se sont ainsi retrouvés avec une récolte qui commençait à se dégrader en août 2000 et lorsqu'ils avaient l'occasion de la vendre, c'était à un prix très inférieur à celui de l'année précédente.

BIBLIOGRAPHIE

- AMNISTIA INTERNACIONAL – *Guiné-Bissau : Direitos humanos em tempos de guerra e de paz*, julho de 1999. Index Al: AFR 30/07/99, 48 pages.
- AUGEL, Johannes, 1998a – “Die Entsorgung der Helden. Die Zukunft des Präsidenten blockiert Lösung in Guinea-Bissau”, *Frankfurter Rundschau* du 2 octobre 1998.
- 1998b – *Staatskrise, Ethnizität und Ressourcenkonflikte in Guinea-Bissau*, Universität Bielefeld, Forschungsschwerpunkt Entwicklungssoziologie, Working Paper n° 309, 43 pages.
- AUGEL, Johannes et Carlos Cardoso, ed., 1996a – *Guiné-Bissau. Vinte anos de independência. Desenvolvimento e democracia. Balanço e perspectivas*. Actas do colóquio internacional realizado em Bissau, 23 a 26 setembro de 1993, Bissau, INEP.
- 1996b – *Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios*, Bissau, INEP.
- BARROS, João de, 1998 – “O fim definitivo de um ciclo político”, *Diário de Notícias* du 27 juillet 1998.
- BELLESCIZE, Gabriel de, 1999 – “Le maintien de la paix en Afrique : La France et le programme Recamp”, *Afrique contemporaine*, n° 191: 7-29.
- BOURDIEU, Pierre, 1997 – *Méditations pascaliennes*, Paris, Seuil.
- BREUILLAC, Brigitte, 1998 – “Le conflit en Guinée-Bissau effraie l’opposition sénégalaise”, dans *Libération* du 11 et 12 juillet 1998.
- CAHEN, Michel, 1992 – “Guinée-Bissau : L’essor d’une opposition divisée. Une analyse de conjoncture (fin 1991-début 1992)”, long texte inédit, sans numérotation de pages.
- 1998 – “A França só vê um rival em África : os EUA”, *Público* du 9 juillet 1998.
- CASTANHEIRA, José Pedro, 1998 – “Mulher de Nino ajoelhou-se aos pés de Ansumane Mané”, *Expresso* du 31 octobre 1998.
- CARDOSO, Carlos, 1990 – “Ki-Yang-Yang: Uma nova religião dos Balantas?”, in *Soronda*, n° 10: 3-15, Bissau, INEP.
- CARDOSO, Carlos : Cf.: Augel, Johannes (1996a, 1996b).
- CHABAL, Patrick, 1982 – *Amílcar Cabral. Revolutionary leadership and people’s war*, Cambridge, Cambridge University Press.
- 1986 – “Revolutionary democracy in Africa : the case of Guinea-Bissau” in P. Chabal, ed., *Political domination in Africa*, Cambridge, Cambridge University Press.

- CLAUSEWITZ, 1955 (Vom Kriege, 1832-1834) – *De la guerre*, traduction de Denise Naville, Paris, Minuit.
- CROWLEY, Eve L., 1997 – “Guinea-Bissau” dans J. Middleton, ed., *Africa, South of the Sahara*, N.Y., MacMillan, Scribner, vol. 2: 260-264.
- DÂMASO, Eduardo, 1999 – “Portugal avança nas frentes política e militar”, dans *Público* du 3 février 1999.
- DÂMASO, Eduardo et Pedro Rosa Mendes, 1998 – “Bispo de Bissau encontra-se com representantes da Junta”, “Junta distribui toneladas de arroz”, “O coronel fechado no seu quartel”, *Público* du 25 juin 1998.
- DELAPLACE, Franck, 2000 – “Masse-média et nationalisme: le traitement par les journaux français, portugais et sénégalais de la guerre en Guinée-Bissau”, Mémoire de maîtrise d’ethnologie soutenu à Lille 1 sous la direction de G. Gaillard, année universitaire 1999-2000.
- DORCE, Frédéric et Damien Padonou, 1998 – “La honte et le cauchemar”, in *Jeune Afrique Economique*, n° 269, du 3 au 30 août.
- DRIFT, Roy van der, 1999 – “Legitimate warfare in Guinea-Bissau”, manuscrit inédit.
- FALL, Abdoulaye, 1998 – “Les signes d’une offensive finale. Entretien du Soleil avec A. Fall, chef de l’opération Gabou”, dans *Le Soleil*, 16 juin 1998.
- FERNANDES, Raul Mendes, 1994 – “Processo democrático na Guiné-Bissau”, *Soronda*, n° 17: 31-43, Bissau, INEP.
- FORREST, Joshua B., 1987 – “Guinea-Bissau since independance : A decade of domestic power struggles”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 25(1): 95-116.
1992 – *Guinea-Bissau : Power, Conflict, and Renewal in a West African Nation*, Boulder, Colo.
- GAILLARD, Gérald, 1999 – “Gu  n  e Bissau : un pas douloureux vers la démocratie”, dans *Afrique Contemporaine*, juillet-sept. 1999, n   191: 43-58.
- GALLI, Rosemary et Jocelyn Jones, 1987 – *Guinea-Bissau : Politics, Economics, and Society*, Londres, Pinter, 217 pages.
- GOMES, Domingos Fernandes, 1998 – “Nino    o maior de todos os males” (entretien avec Jorge Heitor), *P  blico* du 29 décembre 1998.
- HEITOR, Jorge, 1998a – “Dezenas de mortos na Gu  n  e-Bissau”, *P  blico*, du 9 juin 1998.
1998b – “A bravura de Casamansa”, *P  blico*, du 9 juin 1998.
1999 – “A Gu  n  e-Bissau far   parte de uma federa     de Gabu” (Entretien avec Mamadou Nkrumah Sané), *P  blico*, du 5 juin 1999.

- JÚLIO, Fernando, 2000 – *Lutu na Polon di Brá*, Bissau, INACEP.
- KABOU, Axelle, 1991 – *Et si l'Afrique refusait le développement ?*, Paris, L'Harmattan.
- KEENAN, Jeremy, 2000 – "The Father's Friend. Returning to the Tuareg as an elder", in *Anthropology Today*, vol. 16(4): 7-11.
- LÔ, Saliou Fatma – "Opération Gabou", dans *Le Soleil*, 18 juillet 1998.
- MARUT, Jean-Claude, 1998 – "Ligne dure face à la Casamance", *Le Monde diplomatique*, octobre 1998.
- 1999 – "Casamance : les assises du MFDC à Banjul", dans *Afrique Contemporaine*, juillet sept. 1999, n° 191: 73-80.
- MENDY, Peter Karibe, 1994 – *Colonialismo português em Africa : A tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP, 456 pages.
- MEILLON, Jean, 1994-1995 – *Etude d'un parti unique africain : L'évolution du P.A.I.G.C. en Guinée-Bissau*, Mémoire de diplôme de l'Institut d'études politiques de Bordeaux, sous la direction de M. Medard, 109 pages.
- MENDES, Pedro Rosa, 1998 – "Militares franceses em Bissau", *Público* du 16 juin 1998.
- MONTEIRO, António Isaac, ed., 1996 – *O Programa de ajustamento estrutural na Guiné-Bissau*, Bissau, INEP, 427 pages.
- PADONOU, Damien : Cf. : Dorce, Frédéric.
- PÉLISSIER, René, 1989 – *Naissance de la Guinée, Portugais et Africains en Sénégal (1841-1936)*, Orgeval, Péliissier, 485 pages.
- PRIER, Pierre, 1998a – "Le Sénégal en première ligne", *Le Figaro* du 16 juin 1998.
- 1998b – "Entretien avec Vieira", *Le Figaro* du 18 juin 1998.
- ROCHE, Christian, 1985 – *Histoire de la Casamance. Conquête et résistance: 1820-1920*, Paris, Karthala, 401 pages.
- RUDEBECK, Lars, 1974 – *Guinea-Bissau : A study of political mobilisation*, Uppsala.
- 1999 – "Guinea-Bissau 1998. Democratic legality versus democratic legitimacy", in *Lusotopie*, 1998: 25-30.
- SILVA, António E. Duarte, 1997 – *A independência da Guiné-Bissau e a descolonização portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento, 441 pages.
- SOW, El Bachir – "Dix jours aux avant postes avec les Diambar, entretien avec Mané, Alpha Kéba", dans *Le Soleil*, 16 juillet 1998.
- TERRAY, Emmanuel, 1996 – *Ombres berlinoises. Voyage dans une autre Allemagne*, Paris, Odile Jacob.

THOMAS, Louis-Vincent, 1958 – *Les Diola. Essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse-Casamance*, Dakar, Ifan, mémoire, deux volumes.

RESUMO

Na primeira parte do seu artigo o autor apresenta a história política da Guiné-Bissau e depois descreve em pormenor as etapas sucessivas de uma guerra inútil. A segunda parte tenta examinar as razões da queda de Nino Vieira, mostra que as políticas dos Estados europeus não foram convergentes mas concorrenciais, tenta compreender porque a infeliz política francesa esteve tão longe de uma justa apreciação da situação e das realidades, e nomeadamente das relações de força que vivia o país, e propõe o exame daquilo que o autor denomina um mundo político sem regras. A terceira parte examina a situação actual da Guiné-Bissau em relação à crise da Casamança, ao expansionismo líbio nesta parte do mundo e à situação política da Gâmbia, concluindo com a questão dos fundamentos da legitimidade do político hoje em dia.

A GUERRA DESENHADA

Fafali Koudawo

LUTU NA POLON DI BRA



Fernando Júlio,

*Lutu na Polon di Brá*¹, INACEP, Bissau, 1999, 47 pp.

Panha ku mon, INACEP, Bissau, 1999, 49 pp.

Relatar, analisar, ilustrar a guerra são coisas sérias. Demasiado sérias para serem deixadas ao cuidado exclusivo de politólogos, polemólogos e outros “ogos” sobrecarregados de diplomas uni-

¹ Trata-se da luta livre, cuja tradição mantém-se viva no país. A assimilação da guerra civil à luta tradicional é um eufemismo que permite a evacuação dos aspectos trágicos e reduz as hostilidades a um duelo cujas peripécias fazem a trama de uma sátira da guerra.



versitários, apertados nas suas rígidas camisolas de conceitos científicos, prisioneiros dos seus preconceitos subcientíficos, programados pelos seus preceitos metodológicos, entravados pela inextricável teia de teorias, aborrecidas como um dia de chuva branca² e sem arroz numa tabanca anónima da verde Guiné. O artista também tem a sua contribuição a dar neste domínio. Sobretudo o artista testemunha de acontecimentos de carácter histórico, tem a responsabilidade ímpar de transmitir a experiência vivida com a sua sensibilidade bem particular. Tal parece ter sido o pensamento que levou Fernando Júlio a publicar duas crónicas originais sobre a recente guerra civil na Guiné-Bissau.

Luta na Polon di Brá (Luta no Poilão de Brá), e *Panha ku mon* (Apanha com as mãos) são dois livros de banda desenhada publicados pelo artista Fernando Júlio poucos meses depois do desfecho do conflito. Nestas duas obras o autor fez a escolha de apresentar a guerra sob os aspectos menos terríveis, mas sem nada omitir dos detalhes de ordem social, psicológica, política, diplomática, etc. Esta escolha levou-o a fazer do conflito uma história muito parecida com aquelas que se contam diariamente no país, e que são invariavelmente antecedidas pela fórmula ritual: "*Er, er..., Er certu...*", '*Era uma vez...*'. Tendo optado por um género narrativo similar às histórias populares, o autor simplifica todo o cenário, mas restitui fielmente os personagens e os acontecimentos históricos. Ele apresenta assim a Guiné-Bissau como uma tabanca, a sua população como um punhado de aldeãos, o presidente da República como o chefe da tabanca, o chefe do Estado-Maior como o guardião do depósito de ferramentas e armas, o parlamento como um conselho de anciãos, a comissão de inquérito parlamentar como um painel de

² Na Guiné-Bissau, é chamada *chuva branca* uma precipitação fina, ininterrupta, que pode durar mais de 24 horas a fio. Frequente nos meses de Agosto e sobretudo Setembro, a chuva branca é geralmente associada à passagem de uma larga zona de depressão. Ela deve o seu nome à cor uniformemente cinzenta ou esbranquiçada das nuvens de baixa altitude que a provocam.



chefes espirituais, curandeiros e videntes... As armas de guerra são paus, machetes, machados, lanças e fundas, as armadas são compostas por canoas rústicas... As únicas notas exóticas neste cenário são os aviões, e as incontornáveis gravatas e malas de diplomatas...

Com esta abordagem, o tratamento dado à guerra assimila-se à apresentação de um grande fresco alegórico onde desfilam os principais acontecimentos da crise e da guerra: a descoberta do tráfico de armas, o inquérito sobre este tráfico, as obstruções à manifestação da verdade, o início do conflito com uma emboscada na zona do Poilão de Brá, a projecção de tropas senegalesas e conakri-guineenses, as peripécias das hostilidades, as diversas tentativas de mediação, o cessar-fogo e o acordo de paz, a interposição de tropas da Ecomog, as violações dos acordos assinados até ao assalto final de Bissau, e a queda do presidente Nino Vieira.

Se o autor dá um tratamento fiel à sequência dos acontecimentos, ele deixa uma total liberdade à sua imaginação e fantasia artística na apresentação das personagens. Assim, o presidente Nino Vieira, representado como chefe de tabanca, é enfarpelado com o traje tradicional da sua etnia (Pepel) e o nome de *Sapo Fora*, uma límpida referência à sua linha ventripotente claramente evocadora de um físico batráquio.³ O seu adversário, o brigadeiro Ansumane Mané, é representado por *Sané*, uma figura longípede, mergulhada numa interminável túnica, típica peça do vestuário da sua etnia (Mandinga). À volta destes dois personagens centrais giram uma série de actores tais como os presidentes Abdou Diouf do Senegal e Lansana Conté da Guiné-Conakry, o embaixador da França, os mediadores da CPLP e da CEDEAO, as tropas nacionais e estrangeiras ao serviço do presidente Nino Vieira, etc.

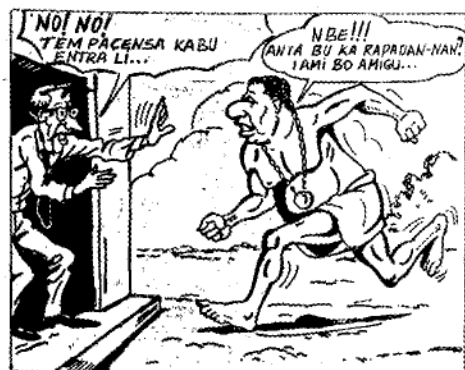
³ Na linguagem popular o *Sapo Fora* é também uma pessoa não convidada que se apresenta a uma festa como parasita. Na obra de Fernando Júlio, *Sapo Fora* tem um prestígio antecedente enquanto personagem barrigudo cujas façanhas de aldrabão marcaram a série de banda desenhada *3 Nkurbadus* (Os Três Incorrígíveis).



A veia narrativa explorada pelo autor é basicamente humorística. Logo à partida, o ambiente humorístico é criado pela redução da dramática crise político-militar de dimensão sub-regional e repercussões internacionais a uma simples história de rixa e troca de pancadas com paus entre aldeãos de uma tabanca sem nome. A utilização do crioulo reforça a impressão de uma narrativa *terre à terre*. Ela expande uma forte cor local, mesmo nas cenas que implicam a intervenção de muitos estrangeiros. Ela permite valorizar, nos diálogos, o rico humor popular de crítica e autoderisão que se desenvolveu ao longo da guerra. Esta onnipresença de um crioulo truculento é por vezes quebrada pela irrupção intempestiva do francês utilizado em cenas alusivas à implicação francesa na guerra. Nestes casos, aliás escassos, o irrisório é acentuado pelo recurso à uma ortografia fonética *sui generis* tal como nos seguintes exemplos: “*Alee! Retorné.*”, “*Atancion! Mona ami - Wi.*”, “*Hooopaa! Se tre bien mona ami*”.⁴

Um outro grande suporte do humor é a iconografia. Ela é feita de caricaturas muito verosímeis, mas com uma forte propensão a acentuar os traços ridículos de personagens pertencentes ao campo dos “maus da história”. Assim, levam as palmas de chefes de fila dos “maus da fita desenhada”: o presidente Nino Vieira, identificável com duas respeitáveis proeminências, uma abdominal e a outra nasal; o presidente Abdou Diouf, sobredimensionado tal uma linha torta sem fim; e o presidente Lansana Conté, imponente com uma carnadura de vulto, gratificado com um semblante oscilando entre o de um bruto espesso e o de um idiota feliz. O ridículo dos outros personagens provém menos dos seus traços físicos, e muito mais das situações irrisórias nas quais estão mergulhados. Os constrangimentos inerentes às imagens a preto e branco levam o autor a criar o ambiente, colocando a ênfase na expressão facial dos personagens

⁴ Ler: “*Allez! Retournez*”, “*Attention mon ami - Oui.*”, “*C'est très bien mon ami*”.



e nos seus movimentos, o que contribui para imprimir à iconografia um estilo muito vivo e expressivo.

A nítida divisão dos personagens em dois campos, os bons e maus, dá uma inclinação maniqueísta à história contada. No papel do “mau”, Nino Vieira aparece como um belicista decidido a tudo para conservar o seu poder. Retratado como um maquiavélico sedento de poder, ele sobressai como a principal causa de uma guerra imposta ao seu adversário. O autor inclina-se naturalmente a favor deste adversário, Mané, aliás *Sané*, tal como foi o caso da esmagadora maioria dos guineenses que se ergueram contra Nino Vieira ao longo dos onze meses de conflito. Nesta óptica, trata-se de um reflexo daquilo que o cidadão Fernando Júlio pensou e sentiu durante o conflito. Todavia, é de notar que o maniqueísmo não sobrecarga os dois livros, pois, tendo optado pelo riso, o autor dá aos dramáticos acontecimentos um tratamento leve que compensa o seu posicionamento deliberado do lado do personagem *Sané*, aliás Mané.

Relacionado com o maquiavelismo atribuído ao personagem de *Sapo Fora*, aliás Nino Vieira, o autor trata de forma subtil a tentativa de instrumentalização da questão étnica durante a guerra. Ele estabelece entre as famosas milícias *Aguntas* e o seu mentor relações de parentesco (sobrinho/tio), muito ilustrativas para quem conhece a força e o alcance do sistema matrilinear vigente na etnia Pepel.

Outrossim, o facto de a guerra ser apresentada como uma ficção desenhada permite ao autor mencionar elementos que os cientistas a tratarem o mesmo tema hesitariam em mencionar, por causa da falta de provas confirmadas. Tal é o caso do envolvimento de tropas francesas e de mercenários que os desenhos apresentam como um dado adquirido, mas que na ausência de mais elementos comprovativos, um analista se limitaria a sugerir como simples conjecturas. Se o autor não hesita em dar por adquirido o envolvimento francês na guerra, ele não mostra, porém, a rivalidade que opôs Portugal à França ao longo da guerra. O papel de Portugal é assina-

lado apenas na sua vertente de mediação, o maior enfoque estando constantemente colocado na CPLP.

Tendo escolhido rir e fazer rir da guerra civil que assombrou a Guiné-Bissau, Fernando Júlio realiza a proeza de apresentar onze meses de conflito sangrento sem mostrar nem uma gota de sangue, nem desenhar um único cadáver. Talvez seja o segredo do imenso sucesso popular que tiveram os dois livros publicados pouco depois do desfecho da crise político-militar.

Participaram neste número:

Caterina Gomes Viegas

Fafali Koudawo

Tcherno Djaló

Roy van der Drift

Fodé Abulai Mané

Carlos Cardoso

Mamadú Jao

Leonardo Cardoso

Justino Biai

Samba Sané

Gérald Gaillard

Microedição

Teresa Montenegro

Capa

Katalá

Impressão

Novagráfica

Tiragem

1000 exemplares

Pedidos ao Serviço de Publicações:

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa

Complexo Escolar 14 de Novembro

Caixa Postal 112 - Bissau

República da Guiné-Bissau

Telefone: (245) 25 28 68

Fax: (245) 25 11 25

E-mail: inep@sol.gtelecom.gw

Edição financiada pela SAREC